



IFC - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS - EBTT

O Reitor do IFC – Instituto Federal Catarinense, no uso de suas atribuições legais, por este edital, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura nº 26/2026, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

1.1. Foi realizada a avaliação dos recursos interpostos pelas pessoas candidatas durante o período de 28 a 30/04/2026, e justifica-se a manutenção ou alteração do Gabarito Preliminar da Prova Teórico-Objetiva no **Anexo I** deste Edital.

2. DOS GABARITOS DEFINITIVOS

2.1. Os Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas encontram-se no **Anexo II** deste edital.

3. DOS ANEXOS

3.1. É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas;

ANEXO II – Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas.

Blumenau/SC, 18 de maio de 2026.

Rudinei Kock Exterckoter
Reitor



**INSTITUTO
FEDERAL**
Catarinense

IFC – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

**JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU
ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES**

De acordo com o Edital de Abertura nº 26/2026, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta*, emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): ADMINISTRAÇÃO - FRAIBURGO, ADMINISTRAÇÃO - SOMBRIO, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - IBIRAMA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - LUZERNA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - VIDEIRA, ENGENHARIA AGRÍCOLA - SANTA ROSA DO SUL, ENGENHARIA DE ALIMENTOS - CONCÓRDIA, ENGENHARIA ELÉTRICA: ELETROTÉCNICA - VIDEIRA, AGRIMENSURA - ARAQUARI, BIOLOGIA - ABELARDO LUZ, BIOLOGIA - SOMBRIO, CÃES-GUIA - CAMBORIÚ, COMPUTAÇÃO - CONCÓRDIA, DEFESA CIVIL - CAMBORIÚ, GEOGRAFIA - FRAIBURGO, MATEMÁTICA - LUZERNA, MATEMÁTICA - CONCÓRDIA, MATEMÁTICA - VIDEIRA, EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - CONCÓRDIA, FILOSOFIA - ABELARDO LUZ, FILOSOFIA - CONCÓRDIA, FILOSOFIA - LUZERNA, FILOSOFIA - SANTA ROSA DO SUL, FILOSOFIA - SOMBRIO, FITOTECNIA - FRUTICULTURA - RIO DO SUL, MEDICINA VETERINÁRIA: MICROBIOLOGIA - CONCÓRDIA, PEDAGOGIA DO CAMPO: GESTÃO EDUCACIONAL - ABELARDO LUZ, PEDAGOGIA - VIDEIRA, PEDAGOGIA - SOMBRIO, PRODUÇÃO ANIMAL - ABELARDO LUZ, QUÍMICA - ABELARDO LUZ, QUÍMICA - LUZERNA, QUÍMICA - VIDEIRA, ZOOTECNIA - RIO DO SUL, ZOOTECNIA - SANTA ROSA DO SUL, ZOOTECNIA - CONCÓRDIA, ZOOTECNIA - VIDEIRA, HISTÓRIA - LUZERNA, INFORMÁTICA - CAMPOS NOVOS, INFORMÁTICA - FRAIBURGO, INFORMÁTICA - SÃO BENTO DO SUL, INFORMÁTICA: LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO - CONCÓRDIA, INFORMÁTICA: PROGRAMAÇÃO BÁSICA E PROGRAMAÇÃO WEB - IBIRAMA, INFORMÁTICA: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS - FRAIBURGO, INFORMÁTICA: ENGENHARIA DE SOFTWARE E BANCO DE DADOS - CONCÓRDIA, INFORMÁTICA: ENGENHARIA DE SOFTWARE E BANCO DE DADOS - SÃO BENTO DO SUL, INFORMÁTICA: HARDWARE E REDES - BLUMENAU, INFORMÁTICA: HARDWARE E REDES - FRAIBURGO, INFORMÁTICA: BANCO DE DADOS - FRAIBURGO, LETRAS/LIBRAS - ABELARDO LUZ, LETRAS/LIBRAS - BRUSQUE, LETRAS/LIBRAS - SOMBRIO, EDUCAÇÃO FÍSICA - ABELARDO LUZ,

QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'B'.

A primeira proposta de reescrita era:

De “um estudante entrou numa sala cheia usando uma camiseta considerada constrangedora” para “um estudante entrou numa sala cheia enquanto usava uma camiseta considerada constrangedora”.

Tem-se que o emprego de “enquanto” mantém a mesma relação de sentido da forma verbal “usando”, no gerúndio, que traz ao verbo a noção de continuidade ou duração da ação.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital:

(en.quan.to) conj.temp.

1. Durante o tempo em que: Enquanto estudava, trabalhava na padaria.

2. No mesmo momento em que; ao mesmo tempo que: Desfiei a galinha, enquanto ela fazia o molho.

Sendo assim, a proposta de reescrita está correta.

A segunda proposta era:

De “eu quero ser aceito para não correr o risco de ficar de fora” para “eu quero ser aceito já que não corro o risco de ficar de fora”.

De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa", a preposição "para" indica finalidade em orações reduzidas e a locução conjuntiva "já que" é causal.

Sendo assim, a proposta está incorreta.

A terceira proposta era:

De “Basta aprender a ser espectador” para “Basta que aprendamos a ser espectadores”.

De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa", página 596:

Usa-se o infinitivo não flexionado nos seguintes casos:

• Quando é impessoal, isto é, quando exprime um fato de modo geral, sem referi-lo a um sujeito:

Morrer pela pátria é glorioso.

Importa a todos colaborar pela causa do bem.

"Morrer, se necessário for; matar, nunca." (CANDIDO RONDON)

Já à página 597:

Quando o infinitivo forma locução verbal, ou, em regra, quando tem o mesmo sujeito que o verbo da oração principal:

Costumamos levantar cedo desde crianças.

Devemos pelas nossas obras dar glória a Deus.

Podemos, depois disso, convidar amigos e festejar.

Verifica-se que na frase "Basta aprender a ser espectador", tem-se a situação de ocorrência de uma locução verbal, o que requer que o segundo verbo esteja no infinitivo não flexionado, impessoal, portanto.

Ainda, se observamos o texto-base, de onde os trechos foram retirados, percebemos que o autor alterna o uso do infinitivo em locuções verbais com o do pronome "nós" generalizante:

"Talvez o erro seja acreditar que precisamos ser protagonistas o tempo todo. Há uma liberdade silenciosa e extraordinária em simplesmente aceitar o papel de coadjuvante vez que outra. Para todos os efeitos, basta estar. Basta aprender a ser espectador." (l. 33-35)

Sobre o uso generalizante do pronome "nós", Lucelene Teresinha Franceschini, em "A referência semântica dos pronomes pessoais nós/a gente no falar de Concórdia (Santa Catarina)", página 217, afirma:

Pesquisas já realizadas sobre a multiplicidade referencial de nós/a gente indicam que esses pronomes nem sempre se referem à primeira pessoa do plural, pois podem designar também referentes genéricos, e mesmo referir-se ao próprio falante: 'eu'.

Sendo assim, ainda que o infinitivo no trecho em questão tenha sido motivado por sua ocorrência em uma locução verbal, seu sentido generalizante é plenamente mantido ao se fazer a expansão da oração, empregando-se o pronome "nós" com a mesma função.

Sendo assim a assertiva está correta.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

<https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/download/29184/17085/0>

Domingos Paschoal Cegalla. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.

Conteúdo Programático:

Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

QUESTÃO: 2 - MANTIDA alternativa 'E'.

A primeira assertiva era:

O texto classifica-se como crônica, uma vez que o autor parte de uma cena cotidiana particular para estabelecer uma reflexão atrelada à contemporaneidade, empregando linguagem acessível e trazendo exemplos de eventos do dia a dia.

De acordo com Carolina Maria Bezerra Cavalcanti e Valéria Severina Gomes, em "CRÔNICA: UMA TRADIÇÃO DISCURSIVA ENTRE O JORNALISMO E A LITERATURA":

A crônica é um gênero textual híbrido, ligado tanto ao jornalismo como à literatura. As suas características atuais estão relacionadas não só ao desenvolvimento da imprensa como também às transformações sociais. Hoje, a crônica se configura como um texto breve, subjetivo e de fácil adaptação, que utiliza uma linguagem coloquial, muitas vezes poética, para narrar fatos do cotidiano.

No texto, nas linhas 06-07, percebe-se que o ponto de partida da crônica é um fato pessoal ocorrido com o autor: "Lembrei-me dessa história dias atrás, quando um amigo me disse: nós não somos tão importantes assim."

Nas linhas 20-27, o autor atrela suas reflexões ao tempo atual: "Na sociedade da vitrine, nos acostumamos a sermos observados o tempo inteiro. Há reação, há métrica – há sempre algum número medindo nossa existência. As redes sociais reforçaram essa sensação de palco permanente. Sem perceber, passamos a buscar confirmação: eu quero ser aceito para não correr o risco de ficar de fora. Curioso como, em pleno século 21, ainda reagimos como se estivéssemos tentando garantir um lugar na fogueira da caverna."

Portanto, a assertiva é verdadeira.

A segunda assertiva era:

O autor entende que não devemos gastar nossa energia para satisfazer o que acreditamos ser a expectativa dos outros a nosso respeito, como se todos os holofotes estivessem sobre nós, já que a maior parte das pessoas estão tão imersas na sua própria existência que sequer percebem a nossa.

No texto, nas linhas 14-19, a afirmação se sustenta nos trechos em negrito:

"A psicologia chama isso de "efeito holofote": **a tendência de acreditar que há sempre um foco apontado para nós, por isso superestimamos o quanto os outros estão nos julgando e nos assistindo.** E de fato: a vida é uma eterna performance. Porém, muitas vezes esquecemos que **nem sempre seremos o centro da plateia alheia.** Não porque sejamos irrelevantes ou porque ninguém se importe em absoluto, mas **porque cada um está ocupado demais tentando administrar as próprias dores.**"

Logo, a assertiva está correta.

A terceira assertiva era:

A conclusão final do autor vai de encontro ao que muitos buscam na sociedade, que ele associa a uma vitrine. Para ele, sermos ignorados é um exercício de desprendimento, pois nos leva a perceber que a vida segue seu fluxo independentemente de nossos percalços particulares.

Nas linhas 25-32, o autor reflete:

"Para mim, a frase do meu amigo foi como um lembrete: nem todo mundo está interessado no que a gente veste, escolhe fazer, diz ou em como nos desempenhamos. É quase mágico esse momento em que percebemos o alívio de não ser tão importante. Funciona quase como uma redenção, um desprender-se. É o local onde se pode errar em paz. Afinal, se o mundo não para por causa dos nossos constrangimentos, ele certamente também não irá parar por conta dos nossos fracassos. E, se repararmos bem, veremos que há uma espécie de humildade nisso. É a constatação de que o mundo é grande demais para girar em torno dos nossos tropeços. E que, ainda assim, seguimos pertencendo a ele."

Sendo assim, se a sociedade se vê com a necessidade de se transformar num espetáculo, a reflexão do autor sugere os efeitos positivos de uma atitude oposta a isso: reconhecermos que não somos o centro do mundo, o que se traduz também como um exercício de humildade. Portanto, a assertiva está correta.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/download/4661/482484362/482499890>

Platão e Fiorin – Para entender o texto: leitura e redação.

Conteúdo Programático:

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'A'.

Verificamos que na charge, há um homem se afogando e há pessoas que simplesmente assistem à cena e se preocupam em filmá-la e fotografá-la, transformando-a num espetáculo, sem se preocupar com a vida em

risco. Sendo assim, o foco da charge é a vida de outrem tomada como espetáculo sem que nos conectemos com esse outro alguém ou nos preocupemos com ele. O espetáculo, no caso da charge, são os outros.

Já no texto, nas linhas 14-24, tem-se o trecho a seguir:

Linhas 14-24

A psicologia chama isso de “efeito holofote”: a tendência de acreditar que há sempre um foco apontado para nós, por isso **superestimamos o quanto os outros estão nos julgando e nos assistindo. E de fato: a vida é uma eterna performance.** Porém, muitas vezes esquecemos que nem sempre seremos o centro da plateia alheia. Não porque sejamos irrelevantes ou porque ninguém se importe em absoluto, mas porque cada um está ocupado demais tentando administrar as próprias dores.

Na sociedade da vitrine, nos acostumamos a sermos observados o tempo inteiro. Há reação, há métrica – há sempre algum número medindo nossa existência. As redes sociais reforçaram essa **sensação de palco permanente.** Sem perceber, **passamos a buscar confirmação: eu quero ser aceito para não correr o risco de ficar de fora.** Curioso como, em pleno século 21, ainda reagimos como se estivéssemos tentando garantir um lugar na fogueira da caverna.

O texto demonstra como, nos dias de hoje, nos sentimos constantemente com a necessidade de performar frente ao outro, como se estivéssemos sempre no centro de um palco e dependendo da aprovação dos que nos assistem. Sendo assim, o espetáculo somos nós.

Tanto a charge quanto o texto abordam o mesmo tema: a vida tomada como espetáculo, contudo, o enfoque dos dois não é o mesmo, a charge aborda a vida do outro como espetáculo e o texto, como fazemos de nossas vidas um espetáculo. Logo, as duas assertivas são corretas e a II é uma ressalva correta da I, tendo em vista que a abordagem do tema se faz por diferentes perspectivas.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

Platão e Fiorin – Para entender o texto: leitura e redação.

Conteúdo Programático:

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

QUESTÃO: 4 - MANTIDA alternativa 'B'.

A primeira assertiva era Em “Na sociedade da vitrine, nos acostumamos a sermos observados o tempo inteiro”, a substituição da forma verbal “acostumamos” por “habitamos” requer a troca da preposição “a” por “com”, embora não haja alteração do sentido original.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital, a regência de “habituar-se” é dada por:

(ha.bi.tu.ar) - v.

1. Fazer adquirir ou adquirir hábito; ACOSTUMAR; COSTUMAR; FAMILIARIZAR [tdr. + a : Habitou o filho a estudar todos os dias] [tr. + a : Habitou -se desde cedo a comer fibras]

[F.: Do lat. medv. habituare.]

Sendo assim, tal verbo não apresenta como regência o emprego da preposição “com”, o que faz com que a assertiva seja falsa.

A segunda assertiva era:

No trecho “esse momento em que percebemos o alívio de não ser tão importante”, caso se faça a substituição da forma verbal “percebemos” pela expressão “nos damos conta”, seria obrigatória a inserção da preposição “de”, contraída ao artigo “o”, determinante de “alívio”.

Sobre a regência da expressão “dar-se conta”, assim expõe o Dicionário Aulete Digital.

Dar conta de

1 Notar, perceber; dar-se conta de: De repente, deu conta de que estava atrasado.

2 Dar informe sobre: Deu conta ao chefe da situação do projeto.

3 Dar fim a; dar cabo de: Os meninos deram conta do sorvete em minutos.

4 Desincumbir-se a contento de (tarefa, missão); dar conta do recado: Pode deixar, vamos dar conta dessa tarefa.

Logo, a redação do trecho, após a alteração seria: “esse momento em que nos damos conta do alívio de não ser tão importante”, com a contração da preposição “de” ao artigo “o”, determinante de “alívio”. A assertiva, portanto, está correta.

A terceira assertiva era:

Em “E que, ainda assim, seguimos pertencendo a ele”, a substituição da forma verbal “pertencendo” por “sendo parte” acarretaria a obrigatória substituição da preposição “a” por “de”, em contração com o pronome pessoal “ele”.

Para o Dicionário Aulete Digital:

(per.ten.cer) - v.

1. Ser propriedade de. [+ a : Este carro pertence a ele.]

2. Ser parte de. [+ a : As Canárias pertencem à Espanha.]

A redação do trecho, após a substituição, é: "E que, ainda assim, seguimos sendo parte dele", sendo a forma "dele" o resultado da contração da preposição "de" com o pronome pessoal "ele".

A assertiva está correta.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

Dicionário Prático de Regência Verbal, de Celso Pedro Luft. Dicionário Prático de Regência Nominal, de Celso Pedro Luft. Dicionário Aulete digital.

Conteúdo Programático:

Sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'D'.

A primeira assertiva era:

Em "A questão é que, na vida dos outros, na maioria das vezes, a gente é só figurante", a dupla vírgula hachurada não poderia, em nenhuma circunstância, ser substituída por duplo travessão.

De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa", página 433, sobre o uso do travessão:

"para separar expressões ou frases explicativas, intercaladas:

Um bom ensino básico - diga-se mais uma vez - exige a valorização do professor."

Tendo em vista que a substituição é possível, a assertiva está incorreta.

Cumpramos ressaltar que o objetivo da questão era que o candidato identificasse quais assertivas estavam corretas, sendo assim, pressupõe-se a existência de assertivas falsas sob o ponto de vista da gramática normativa, não havendo que se falar em inconsistência na formulação da questão.

A segunda assertiva era:

Em "E de fato: a vida é uma eterna performance", pode-se substituir os dois-pontos por vírgula.

De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa", página 428, o uso da dupla vírgula a isolar expressões retificativas, explicativas, de realce ou de reforço somente é obrigatório quando se tratar de expressão intercalada. No caso em questão, a expressão ocorre deslocada em relação à segunda oração que compõe o período, sendo assim, não há a obrigatoriedade do uso da vírgula antes de sua ocorrência. Considera-se ainda que não há sinal de pontuação que faça as vezes dessa primeira vírgula na redação original do trecho.

Sendo assim, a assertiva está correta.

A terceira assertiva era:

Em "Há reação, há métrica — há sempre algum número medindo nossa existência", pode-se substituir o travessão por dois-pontos sem causar prejuízo à correção do período.

Tendo em vista que a terceira oração se constitui como uma explicação às duas anteriores, é correto o uso dos dois pontos no lugar do travessão, assim, a assertiva está correta.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

Domingos Paschoal Cegalla. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.

Conteúdo Programático:

Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 6 - MANTIDA alternativa 'C'.

De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa", página 290, "por isso" é locução conjuntiva conclusiva que coordena períodos.

No trecho: "nem todo mundo está interessado no que a gente veste, escolhe fazer, diz ou em como nos desempenhamos", a conjunção "como" é integrante, pois introduz uma oração subordinada substantiva completiva nominal ligada ao adjetivo "interessado" por meio da preposição "em", assim como exemplifica o Dicionário Aulete Digital:

conj.

11. Como integrante, significando "o modo pelo qual": Ele ensinou como montar o som: Não sabia como sair daquele labirinto.

Sendo assim, a expressão introduz a ideia de modo.

A terceira assertiva era:

“Final, se o mundo não para por causa dos nossos constrangimentos, ele certamente também não irá parar por conta dos nossos fracassos”.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital:

Por conta de

1 Sob a responsabilidade de: Deixe isso por minha conta.

2 Financiado ou custeado por: A festa correu por conta do padrinho.

3 Por motivo de, ou a pretexto de: Faltou à prova por conta de uma (alegada) doença.

Sendo assim, a expressão introduz a ideia de causa.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

Domingos Paschoal Cegalla. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.

Dicionário Aulete Digital.

Conteúdo Programático:

Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.

QUESTÃO: 7 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'E' PARA ALTERNATIVA 'B'.

A primeira assertiva era:

O sufixo empregado na sua formação remete à ideia de “aquele que realiza a ação de”.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital, a ação de "coadjuvar" é:

(co:ad.ju.var) - v.

1. Prestar ajuda a; AJUDAR; AUXILIAR: O monitor coadjuvou os colegas mais atrasados: Em certos momentos eles se coadjuvavam.

2. Participar de (um trabalho, um esforço, a criação de algo, etc.) com função acessória, de menor destaque [td. : Ela aceitou coadjuvar a produção do espetáculo]

3. Completar, complementar, trazer elementos acessórios, auxiliares [td.: coadjuvou os argumentos do colega].

Portanto, o coadjuvante é aquele que realiza a ação de coadjuvar. A mesma relação de sentido é percebida entre falar e falante, cantar e cantante.

Sendo assim, a assertiva está correta.

A segunda assertiva era:

A substituição de “de coadjuvante” por “secundário” não acarretaria alterações significativas ao sentido original do trecho.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital:

(co:ad.ju.van.te)

a2g.

1. Que ajuda, que auxilia, que concorre para um fim comum.

2. Secundário, acessório, complementar (função coadjuvante)

3. Cin.Teat.Telv. Diz-se de ator ou atriz que, em determinado filme, peça, novela etc., interpreta papel secundário, ger. contracenando com ator ou atriz principal; p.ext.: do ou ref. ao papel secundário assim representado

s2g.

4. Aquele que ajuda com um objetivo comum.

5. Cin.Teat.Telv. Ator ou atriz coadjuvante (3): Embora coadjuvante, sua interpretação emocionou o público.

[F.: coadjuva(r) + -nte.]

Para a palavra "secundário", tem-se:

(se.cun.dá.ri:o) - a.

1. Que é de segunda ordem; que ocupa o segundo lugar em ordem, graduação ou qualidade

2. Que está num segundo estágio (após o primário) de desenvolvimento: setor secundário da economia.

3. Que é de menor importância: Desempenhou um papel secundário na novela. [Antôn.: principal]

Uma vez que tanto "coadjuvante", quanto "secundário" remetem àquilo que é de menor importância, tem-se o mesmo sentido no qual a palavra é empregada no texto, que aconselha o leitor a "aceitar o papel de coadjuvante", à semelhança dos exemplos dados pelo reconhecido dicionário.

A assertiva está, portanto, correta.

A terceira assertiva era:

O vocábulo é um adjetivo comum de dois gêneros que forma, junto à preposição “de”, uma locução adjetiva que caracteriza o substantivo “papel”.

Segundo o referencial gramatical do Dicionário Aulete Digital:

Locução adjetiva é a expressão formada de duas ou mais palavras, equivalentes a um adjetivo.

Pode ser representada por

Preposição + Substantivo:

Coração de anjo (= angélico)
Indivíduo sem coragem (= medroso)

Preposição + Advérbio:

Jornal de hoje (= hodierno)
Patas de trás (= traseiras)

Há casos em que a locução adjetiva não corresponde a um adjetivo:

Carioca da gema (= autêntico)
Discussão sem pé nem cabeça (= absurda)
Negócio da China (= lucrativo)

Sendo assim, não há a obrigatoriedade de que a locução adjetiva tenha a correspondência exata a um adjetivo, uma vez que ela equivale a um adjetivo, ou seja, faz o mesmo papel de um adjetivo, caracterizando um núcleo nominal.

Contudo, ainda que seja um adjetivo comum de dois gêneros, na situação em questão, ao formar uma locução adjetiva, a palavra está empregada como substantivo, o que faz com a assertiva esteja incorreta.

Diante do exposto, altera-se o gabarito de E para B.

Referência Bibliográfica:

Domingos Paschoal Cegalla. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Dicionário Aulete Digital.

Conteúdo Programático:

Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'D'.

A) "perguntaram a ele quantas pessoas haviam reparado na vestimenta". Trata-se de forma verbal no participípio, em formação de tempo composto, com aspecto claramente verbal, portanto.

B) "Nós, pessoas de pensamento acelerado, tendemos a acreditar que a catástrofe é uma certeza". A forma verbal no infinitivo é parte de uma expressão na qual exerce a função de complemento de outra forma verbal, "tendemos", e é a ela ligada por meio de preposição, sendo assim, apresenta aspecto claramente verbal.

C) "na maioria das vezes, a gente é só figurante". Tem-se o verbo "ser" conjugado na terceira pessoa do singular, um verbo de ligação.

D) "Funciona quase como uma redenção, um desprender-se". Ao ser empregado determinado por um artigo indefinido (que determina apenas núcleos nominais), tem-se uma derivação imprópria, que consiste em se empregar uma classe de palavra como outra, no caso, um verbo substantivado.

E) "É quase mágico esse momento em que percebemos o alívio de não ser tão importante". A forma verbal no infinitivo é objeto da preposição regida pelo termo "alívio", numa oração reduzida, com caráter claramente verbal.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

Domingos Paschoal Cegalla. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.

Conteúdo Programático:

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto)

QUESTÃO: 9 - MANTIDA alternativa 'A'.

De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa", página 365: Aposto é uma palavra ou expressão que explica ou esclarece, desenvolve ou resume outro termo da oração. O núcleo do aposto é um substantivo ou um pronome substantivo. O aposto não pode ser formado por adjetivos. Os apostos, em geral, destacam-se por pausas, indicadas, na escrita, por vírgulas, dois-pontos ou travessões.

No trecho em destaque:

"Nós, pessoas de pensamento acelerado (1), tendemos a acreditar que a catástrofe é uma certeza que eventualmente vai nos (2) encontrar".

Tem-se expressão de caráter explicativo a um antecedente nominal separado por dupla vírgula cujo núcleo é um substantivo, assim, tem-se um aposto.

O segundo termo destacado no trecho era o pronome oblíquo "nos", complemento da forma verbal "encontrar", transitiva direta, portanto, o pronome configura-se como seu objeto direto.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

Domingos Paschoal Cegalla. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.

Conteúdo Programático:

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto).

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'C'.

As situações de ocorrência da palavra "se" nas alternativas propostas aos candidatos encontram-se a seguir:

A) "Não porque sejamos irrelevantes ou porque ninguém se importe em absoluto". No contexto de ocorrência, a forma verbal é transitiva indireta e a palavra "se" é pronome oblíquo que funciona como objeto indireto.

B) "ainda reagimos como se estivéssemos tentando garantir um lugar na fogueira da caverna". Tem-se conjunção subordinativa condicional que introduz oração ligada à anterior e que com ela estabelece relação sintática adverbial.

C) "É o local onde se pode errar em paz". Tem-se o uso da terceira pessoa do singular com índice de indeterminação do sujeito sem sujeito expresso anteriormente.

D) "Afinal, se o mundo não para por causa dos nossos constrangimentos, ele certamente também não irá parar por conta dos nossos fracassos". Tem-se conjunção subordinativa condicional que introduz oração ligada à posterior e que com ela estabelece relação sintática adverbial.

E) "E, se repararmos bem, veremos que há uma espécie de humildade nisso". Tem-se conjunção subordinativa condicional que introduz oração ligada à posterior e que com ela estabelece relação sintática adverbial.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

Domingos Paschoal Cegalla. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.

Conteúdo Programático:

Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto)

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO

CARGO(S): ADMINISTRAÇÃO - FRAIBURGO, ADMINISTRAÇÃO - SOMBRIO, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - IBIRAMA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - LUZERNA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - VIDEIRA, ENGENHARIA AGRÍCOLA - SANTA ROSA DO SUL, ENGENHARIA DE ALIMENTOS - CONCÓRDIA, ENGENHARIA ELÉTRICA: ELETROTÉCNICA - VIDEIRA, AGRIMENSURA - ARAQUARI, BIOLOGIA - ABELARDO LUZ, BIOLOGIA - SOMBRIO, CÃES-GUIA - CAMBORIÚ, COMPUTAÇÃO - CONCÓRDIA, DEFESA CIVIL - CAMBORIÚ, GEOGRAFIA - FRAIBURGO, MATEMÁTICA - LUZERNA, MATEMÁTICA - CONCÓRDIA, MATEMÁTICA - VIDEIRA, EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - CONCÓRDIA, FILOSOFIA - ABELARDO LUZ, FILOSOFIA - CONCÓRDIA, FILOSOFIA - LUZERNA, FILOSOFIA - SANTA ROSA DO SUL, FILOSOFIA - SOMBRIO, FITOTECNIA - FRUTICULTURA - RIO DO SUL, MEDICINA VETERINÁRIA: MICROBIOLOGIA - CONCÓRDIA, PEDAGOGIA DO CAMPO: GESTÃO EDUCACIONAL - ABELARDO LUZ, PEDAGOGIA - VIDEIRA, PEDAGOGIA - SOMBRIO, PRODUÇÃO ANIMAL - ABELARDO LUZ, QUÍMICA - ABELARDO LUZ, QUÍMICA - LUZERNA, QUÍMICA - VIDEIRA, ZOOTECNIA - RIO DO SUL, ZOOTECNIA - SANTA ROSA DO SUL, ZOOTECNIA - CONCÓRDIA, ZOOTECNIA - VIDEIRA, HISTÓRIA - LUZERNA, INFORMÁTICA - CAMPOS NOVOS, INFORMÁTICA - FRAIBURGO, INFORMÁTICA - SÃO BENTO DO SUL, INFORMÁTICA: LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO - CONCÓRDIA, INFORMÁTICA: PROGRAMAÇÃO BÁSICA E PROGRAMAÇÃO WEB - IBIRAMA, INFORMÁTICA: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS - FRAIBURGO, INFORMÁTICA: ENGENHARIA DE SOFTWARE E BANCO DE DADOS - CONCÓRDIA, INFORMÁTICA: ENGENHARIA DE SOFTWARE E BANCO DE DADOS - SÃO BENTO DO SUL, INFORMÁTICA: HARDWARE E REDES - BLUMENAU, INFORMÁTICA: HARDWARE E REDES - FRAIBURGO, INFORMÁTICA: BANCO DE DADOS - FRAIBURGO, LETRAS/LIBRAS - ABELARDO LUZ, LETRAS/LIBRAS - BRUSQUE, LETRAS/LIBRAS - SOMBRIO, EDUCAÇÃO FÍSICA - ABELARDO LUZ, EDUCAÇÃO FÍSICA - CONCÓRDIA, EDUCAÇÃO FÍSICA - IBIRAMA, EDUCAÇÃO FÍSICA - VIDEIRA, FÍSICA - VIDEIRA

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'C'.

A conduta descrita na alternativa C corresponde ao crime do art. 313 do Código Penal, reconhecido pela doutrina como peculato mediante erro de outrem, uma das variações do peculato, conforme requerido no enunciado. A redação da alternativa, ainda que sintética, é juridicamente precisa e não induz a erro; eventuais omissões de palavras (como "recebeu" ou "qualquer utilidade") não a tornam falsa ou ambígua. As demais

alternativas (A, B, D, E) são manifestamente incorretas à luz do Código Penal. Não existe pluralidade de respostas corretas nem ausência de alternativa válida.

Gabarito mantido

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

Conteúdo Programático:

Dos Crimes contra a Administração Pública (art. 312 ao 327 do Código Penal).

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'B'.

A assertiva I é verdadeira (receber vantagem indevida é corrupção passiva). A assertiva é objetivamente falsa à luz do caput do art. 323. Não há qualquer imprecisão que a torne ambígua: a expressão “só é punível” condiciona a punibilidade ao prejuízo, o que a lei não faz. A assertiva III é verdadeira (concussão pode ocorrer antes da assunção, conforme art. 316). A sequência correta é V – F – V, única que encontra amparo na literalidade do Código Penal.

Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

Conteúdo Programático:

Dos Crimes contra a Administração Pública (art. 312 ao 327 do Código Penal).

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão exige que o candidato, com base na LDB (Lei nº 9.394/1996) e no Decreto nº 5.154/2004, assinale a única alternativa correta sobre Educação Superior e Educação Profissional e Tecnológica.

O gabarito preliminar aponta a letra E, cujo teor reproduz parcialmente o inciso I do art. 43 da LDB:

“A Educação Superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.”

Quanto ao argumento de que a assertiva “B” estaria correto, tem-se que o texto contraria expressamente o conteúdo do artigo 42 da LDB: “Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.”.

Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Decreto Federal nº 5.154/2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

Conteúdo Programático:

Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB).

Decreto Federal nº 5.154/2004 (Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências).

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão exige que o candidato, com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta. As alternativas abordam: fundamento legal (A), conceito de deficiência (B), barreiras (C), fruição de benefícios (D) e profissional de apoio escolar (E).

Nota-se que a alternativa “A” está correta. A conjunção concessiva “embora” introduz uma ideia de contraste, mas não altera a verdade da proposição. A lei é nacional e tem base na Convenção – não há oposição, mas a banca a utilizou para destacar que, apesar de ser lei interna, sua fonte é um tratado internacional. Isso não torna a assertiva falsa. Ademais, a lei menciona expressamente o Protocolo. Ele faz parte do sistema internacional de proteção. A afirmação está em perfeita consonância com o texto legal.

Em relação à alternativa “C”, o art. 3º, IV, alínea “a”, da LBI define essas barreiras como urbanísticas, não de transporte (estas se referem a sistemas e meios de transporte – alínea “c”). Logo, a alternativa é falsa.

Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

Lei Federal nº 13.146/2015 (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Conteúdo Programático:

Lei Federal nº 13.146/2015 (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI).

QUESTÃO: 15 - MANTIDA alternativa 'D'.

O Decreto nº 5.840/2006 não trata, em nenhum de seus dispositivos, de avaliação de desempenho de servidores ou empregados públicos. A assertiva aborda tema próprio de leis de regime jurídico (ex.: Lei 8.112/90). Portanto, a assertiva I é INCORRETA.

O art. 3º do Decreto nº 5.840/2006 afirma que: “Os cursos do PROEJA, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente: I – a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral; e II – a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.” Nota-se que a expressão “no mínimo” contida na assertiva, refere-se ao teor dos incisos I e II. Desse modo, a assertiva está CORRETA. O art. 4º, inciso III, do Decreto nº 5.840/2006 determina exatamente o oposto: “a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação”. Portanto, a assertiva III é INCORRETA.

Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

Decreto Federal nº 5.840/2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm

Conteúdo Programático:

Decreto Federal nº 5.840/2006 (Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), e dá outras providências).

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'A'.

De plano, as duas asserções são, isoladamente, verdadeiras, visto que se referem a textos explícitos na Lei n. 9.394/1996 (LDB).

Quanto à relação de justificativa, há a exigência de que a relação de que a segunda asserção contenha a razão de ser, o fundamento normativo ou lógico da primeira. Nesse escopo, o dever do Estado (que pode resultar crime de responsabilidade) decorre do direito da população ao acesso à educação básica obrigatória. Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Conteúdo Programático:

Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB).

QUESTÃO: 17 - MANTIDA alternativa 'D'.

A assertiva I reproduz literalmente o dispositivo legal. A alegação de que o art. 8º da LBI não menciona “comunidade escolar” é irrelevante, pois o dispositivo específico sobre educação (art. 27) a inclui expressamente.

A assertiva II introduz uma condição (“desde que atendidos critérios prévios que visam aferir a capacidade”) que não existe na lei. O Estatuto garante esses direitos sem qualquer exigência de aferição especial de capacidade em razão da deficiência. A alegação de que “critérios prévios” existem para qualquer pessoa (ex.: idade mínima para adoção no ECA) não se confunde com a “aferição da capacidade de exercício de atos da vida civil” mencionada na assertiva – esta é uma exigência discriminatória, vedada pelo art. 6º.

Na assertiva III, o cordão de girassol foi introduzido no Estatuto pela Lei nº 14.624/2023, que acrescentou o art. 2º-A e alterou o art. 27, parágrafo único (já mencionado). O §2º do art. 2º-A estabelece: “A utilização do símbolo de que trata o caput deste artigo não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente.” A alegação de violação ao princípio da vinculação ao edital é improcedente, pois o conteúdo (cordão de girassol) integra a própria Lei 13.146/2015 após a alteração.

Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

Lei Federal nº 13.146/2015 (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Conteúdo Programático:

Lei Federal nº 13.146/2015 (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI).

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'E'.

A alternativa C descreve corretamente a recondução prevista no art. 29, I. A ausência de detalhamento sobre a causa da vacância não torna a assertiva falsa. Em questões objetivas, não se exige a reprodução integral de todos os elementos do instituto, desde que a essência esteja correta.

A expressão “em regra” não invalida a verdade da proposição. Não há exceção legal. A banca considerou a alternativa verdadeira, o que está em conformidade com a lei.

Desse modo, não há ambiguidade. Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

Lei nº 8.112/1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União

Conteúdo Programático:

Lei nº 8.112/1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'C'.

O erro da assertiva II está na palavra “apenas”. A lei não restringe o direito ao provimento habitacional; pelo contrário, explicita que inclui não apenas isso, mas também outros elementos. A presença do termo “apenas” torna a proposição inequivocamente falsa. Não há espaço para interpretação diversa. A falsidade da II decorre diretamente do texto legal, e a I é verdadeira.

Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)

Conteúdo Programático:

Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'B'.

Em relação à assertiva I, a Portaria, em seu art. 4º e no Anexo I, prevê múltiplas ferramentas: ações de formação, sensibilização, promoção da saúde, prevenção de riscos, aprimoramento de canais de denúncia, monitoramento de riscos psicossociais, etc. O termo “únicas” torna a assertiva inequivocamente falsa.

Em relação à assertiva II, o item 6 do Anexo I da Portaria é expresso: “Toda conduta que possa configurar assédio ou discriminação poderá ser denunciada por: I. qualquer pessoa, identificada ou não [...]” (grifo nosso). A alegação de que a denúncia anônima não teria seguimento formal é irrelevante para a veracidade da assertiva: a norma não exige identificação para o ato de denunciar.

A assertiva III é objetivamente falsa, pois afirma que toda conduta imprópria (inclusive as de médio/baixo grau) é considerada assédio sexual, quando a própria portaria as trata separadamente.

Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal (PFPEAD), instituído pela Portaria MGI nº 6.719/2024

Conteúdo Programático:

Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal (PFPEAD), instituído pela Portaria MGI nº 6.719/2024

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): ADMINISTRAÇÃO - FRAIBURGO, ADMINISTRAÇÃO - SOMBRIO, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - IBIRAMA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - LUZERNA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - VIDEIRA, ENGENHARIA AGRÍCOLA - SANTA ROSA DO SUL, ENGENHARIA DE ALIMENTOS - CONCÓRDIA, ENGENHARIA ELÉTRICA: ELETROTÉCNICA - VIDEIRA, AGRIMENSURA - ARAQUARI, BIOLOGIA - ABELARDO LUZ, BIOLOGIA - SOMBRIO, CÃES-GUIA - CAMBORIÚ, COMPUTAÇÃO - CONCÓRDIA, DEFESA CIVIL - CAMBORIÚ, GEOGRAFIA - FRAIBURGO, MATEMÁTICA - LUZERNA, MATEMÁTICA - CONCÓRDIA, MATEMÁTICA - VIDEIRA, EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - CONCÓRDIA, FILOSOFIA - ABELARDO LUZ, FILOSOFIA - CONCÓRDIA, FILOSOFIA - LUZERNA, FILOSOFIA - SANTA ROSA DO SUL, FILOSOFIA - SOMBRIO, FITOTECNIA - FRUTICULTURA - RIO DO SUL, MEDICINA VETERINÁRIA: MICROBIOLOGIA -

CONCÓRDIA, PEDAGOGIA DO CAMPO: GESTÃO EDUCACIONAL - ABELARDO LUZ, PEDAGOGIA - VIDEIRA, PEDAGOGIA - SOMBRIO, PRODUÇÃO ANIMAL - ABELARDO LUZ, QUÍMICA - ABELARDO LUZ, QUÍMICA - LUZERNA, QUÍMICA - VIDEIRA, ZOOTECNIA - RIO DO SUL, ZOOTECNIA - SANTA ROSA DO SUL, ZOOTECNIA - CONCÓRDIA, ZOOTECNIA - VIDEIRA, HISTÓRIA - LUZERNA, INFORMÁTICA - CAMPOS NOVOS, INFORMÁTICA - FRAIBURGO, INFORMÁTICA - SÃO BENTO DO SUL, INFORMÁTICA: LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO - CONCÓRDIA, INFORMÁTICA: PROGRAMAÇÃO BÁSICA E PROGRAMAÇÃO WEB - IBIRAMA, INFORMÁTICA: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS - FRAIBURGO, INFORMÁTICA: ENGENHARIA DE SOFTWARE E BANCO DE DADOS - CONCÓRDIA, INFORMÁTICA: ENGENHARIA DE SOFTWARE E BANCO DE DADOS - SÃO BENTO DO SUL, INFORMÁTICA: HARDWARE E REDES - BLUMENAU, INFORMÁTICA: HARDWARE E REDES - FRAIBURGO, INFORMÁTICA: BANCO DE DADOS - FRAIBURGO, LETRAS/LIBRAS - ABELARDO LUZ, LETRAS/LIBRAS - BRUSQUE, LETRAS/LIBRAS - SOMBRIO, EDUCAÇÃO FÍSICA - ABELARDO LUZ, EDUCAÇÃO FÍSICA - CONCÓRDIA, EDUCAÇÃO FÍSICA - IBIRAMA, EDUCAÇÃO FÍSICA - VIDEIRA, FÍSICA - VIDEIRA

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'E'.

A alternativa E reproduz com fidelidade o disposto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 11.892/2008, que definem os Institutos Federais como autarquias federais dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com tratamento equivalente ao das universidades federais para fins de regulação, avaliação e supervisão da educação superior. Não há margem para interpretação diversa.

A alegação de ambiguidade entre alternativas não se sustenta. A alternativa B, embora parta da premissa correta de que os IFs possuem autonomia didático-pedagógica, dela extrai conclusão falsa, qual seja, a de que essa autonomia dispensaria a observância às Diretrizes Curriculares Nacionais. Autonomia pedagógica e cumprimento das DCNs são institutos que coexistem e se aplicam igualmente às universidades federais. As demais alternativas contêm erros objetivos e inequívocos, diretamente contrariados pelo texto legal.

A alternativa C inverte a lógica do art. 8º da Lei nº 11.892/2008, ao afirmar que os IFs deveriam destinar ao menos 75% de suas vagas a cursos de graduação e pós-graduação. A lei, em sentido diametralmente oposto, determina a destinação mínima de 50% das vagas à educação profissional técnica de nível médio.

A alternativa D afirma que os IFs seriam vinculados aos sistemas estaduais de ensino, o que contraria frontalmente a natureza federal dessas autarquias e os poderes de supervisão e regulação expressamente atribuídos ao Ministério da Educação pela referida lei.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito original, com a alternativa E como resposta correta, e indefere-se o recurso por ausência de fundamentação apta a evidenciar erro, ambiguidade ou falha na elaboração do item.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de EPT e cria os Institutos Federais. Art. 1º, 2º e 8º.

Conteúdo Programático:

Organização e fundamentos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil: princípios, objetivos, estrutura e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos argumentos apresentados, o recurso não merece acolhimento. O gabarito é mantido, alternativa B, pelos fundamentos a seguir.

A alternativa B é correta porque a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista no art. 6º da Lei nº 11.892/2008, é princípio estruturante da identidade institucional dos IFs e exige articulação intencional e planejada, não se satisfazendo com alegações de incorporação implícita ao ensino. Sem mecanismos formais de planejamento, o princípio se reduz a declaração abstrata sem eficácia prática.

A alegação de que a alternativa B extrapola a lei não procede. O enunciado delimita expressamente como base normativa tanto a Lei nº 11.892/2008 quanto as diretrizes institucionais, o que autoriza a mobilização das práticas consolidadas de operacionalização da indissociabilidade na Rede Federal. A questão não exige conhecimento de regulamento interno específico de determinado IF, mas a compreensão de como esse princípio se concretiza no planejamento docente, conteúdo exigível de qualquer candidato ao cargo.

A alternativa A não é correta. Ao admitir que a integração entre ensino, pesquisa e extensão pode ocorrer de forma implícita e ser comprovada apenas em relatório anual posterior, ela descaracteriza o caráter planejado e estruturante do princípio, esvaziando seu conteúdo normativo. Não há, portanto, ambiguidade entre as alternativas A e B.

O argumento de que a questão transforma princípio institucional em obrigação individual também não prospera. O PIT é exatamente o instrumento pelo qual a indissociabilidade se concretiza na atuação de cada

docente, sendo adequado que a coordenação pedagógica questione plano que não evidencia, de forma planejada, essa integração.

As demais alternativas são objetivamente incorretas: a alternativa C equipara participação como ouvinte em eventos ao desenvolvimento de pesquisa institucional, o que não se sustenta; a alternativa D restringe a indissociabilidade à pós-graduação *stricto sensu*, sem qualquer amparo legal; e a alternativa E trata pesquisa e extensão como atividades de adesão voluntária, em contradição direta com o modelo institucional dos IFs. Gabarito mantido, alternativa B. Recurso indeferido.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 11.892/2008. Art. 6º, I — finalidades dos Institutos Federais.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

Conteúdo Programático:

O papel do docente EBTT na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: planejamento e desenvolvimento de projetos de iniciação científica, extensão tecnológica e integração com o mundo do trabalho.

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'C'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O núcleo da alternativa C é correto: o objetivo 2 é o mais alinhado ao perfil de egresso da EPT por mobilizar níveis cognitivos superiores, articular análise crítica com conhecimento científico e promover aplicação em situações profissionais reais, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 1/2021. A menção ao nível “avaliar” da Taxonomia de Bloom revisada, apontada por alguns recorrentes como tecnicamente imprecisa, é elemento periférico da alternativa e não compromete sua correção em relação às demais, que apresentam erros conceituais graves e objetivos.

A alegação de que a Taxonomia de Bloom revisada e a Resolução CNE/CP nº 1/2021 extrapolam o conteúdo programático não procede. Planejamento pedagógico, definição de objetivos de aprendizagem e organização curricular por competências integram o conteúdo exigível de docentes da Educação Profissional e Tecnológica. A Taxonomia de Bloom revisada é o referencial teórico consolidado para classificação de objetivos de aprendizagem, sendo conhecimento esperado de qualquer docente, principalmente de Educação Superior ao qual se destina esse concurso, independentemente de área, e as DCN EPT são norma estruturante da modalidade. A ausência de citação nominal no edital não os exclui do escopo exigível para um concurso desse nível.

A alegação de ambiguidade não se sustenta. As alternativas A, B, D e E contêm erros objetivos e inequívocos à luz dos referenciais cobrados. A alternativa A nega a distinção de níveis cognitivos na Taxonomia de Bloom, contrariando seu fundamento básico. A alternativa B restringe processos cognitivos superiores à graduação, sem amparo teórico ou normativo. A alternativa D afirma que a memorização é etapa suficiente para a aplicação profissional, contrariando tanto a taxonomia quanto as DCN EPT. A alternativa E trata a aplicação prática como etapa posterior e opcional, em contradição direta com o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática na EPT. Não há, portanto, segunda alternativa defensável.

Por fim, não procede o argumento de que o contexto de Bioquímica prejudicaria candidatos de outras áreas. A questão não exige conhecimento da disciplina, mas de planejamento pedagógico. O conteúdo científico do enunciado funciona apenas como contexto situacional, sendo esta parte da prova comum a diferentes formações e voltada à avaliação de conhecimentos pedagógicos que todos os candidatos ao cargo devem dominar.

Referência Bibliográfica:

ANDERSON, L. W.; KRATHWOHL, D. R. A taxonomy for learning, teaching, and assessing. New York: Longman, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT. Art. 3º, §3º.

FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. Gestão & Produção, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

Conteúdo Programático:

Planejamento do trabalho pedagógico na Educação Profissional: elaboração de Plano de Ensino, alinhamento ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC), definição de objetivos de aprendizagem e organização curricular por competências.

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'E'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O argumento central dos recursos é de que as alternativas A, C e D também seriam corretas, tornando a questão ambígua. Trata-se de argumento que confunde afirmações verdadeiras em algum aspecto com alternativa correta no contexto do que foi perguntado.

O enunciado delimita com precisão o objeto da questão: o debate teórico entre dualidade estrutural e formação humana integral, e a relação dessa perspectiva com as políticas públicas para a EPT. A alternativa correta, portanto, deve identificar e caracterizar essa perspectiva, não apenas descrever elementos relacionados ao tema.

A alternativa C é verdadeira ao descrever o Ensino Médio Integrado como organização curricular que articula dimensões formativas e busca enfrentar a dualidade estrutural. Entretanto, ela não responde ao que o enunciado pergunta, pois descreve o que o EMI é como forma de organização, sem identificar o fundamento teórico que o orienta nem o horizonte que persegue. Diante do debate proposto, é uma resposta incompleta e insuficiente.

A alternativa D é igualmente verdadeira como constatação acadêmica, mas também não responde ao comando da questão. Ela descreve o fato de que existem diferentes interpretações sobre a expansão da Rede Federal, sem identificar qual é a perspectiva teórica que orienta o Ensino Médio Integrado, que era o objeto central do questionamento.

A alternativa A contém imprecisão relevante ao operar apenas no plano descritivo-empírico, afirmando que as tensões “permanecem nas práticas curriculares” sem expressar o caráter estrutural e histórico dessas contradições que o debate teórico cobrado exige compreender.

A alternativa E é a única que responde diretamente ao debate proposto: identifica a perspectiva da formação humana integral, explicita seu horizonte na educação politécnica, indica a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, e reconhece o caráter histórico e contraditório do processo de superação da dualidade estrutural. Essa perspectiva está consolidada na literatura especializada da EPT e é o referencial teórico central que fundamenta o Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais.

A alegação de que o termo politécnia ou a referência às contradições da sociedade capitalista extrapolaria o conteúdo do edital não procede. O enunciado menciona expressamente as “tensões teóricas e políticas” sobre o papel da Educação Profissional no Brasil, sinalizando que a resposta requer conhecimento do debate teórico do campo, não apenas da legislação. A concepção da formação humana integral, incluindo seus fundamentos na tradição da educação politécnica, é conhecimento esperado de docentes que atuarão na EPT.

Referência Bibliográfica:

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

Conteúdo Programático:

Currículo integrado no Ensino Médio Integrado: articulação entre formação geral e formação técnica, interdisciplinaridade e desenvolvimento de projetos integradores.

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'D'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O principal argumento recursal sustenta que a assertiva I seria verdadeira, pois a organização por competências não impediria que componentes curriculares técnicos enfatizem competências técnicas específicas. O argumento não procede. A assertiva I não afirma apenas que há ênfase em competências técnicas, mas que os objetivos de aprendizagem são organizados “em torno de conhecimentos e habilidades procedimentais”. Essa formulação descreve uma concepção tecnicista e procedimental de planejamento, incompatível com o conceito de competência adotado pela Resolução CNE/CP nº 1/2021, que define competência como mobilização integrada de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções para resolver demandas complexas da vida profissional e social. Um plano de ensino que organiza objetivos exclusivamente em torno de conhecimentos e habilidades procedimentais não opera na lógica da organização curricular por competências, razão pela qual a assertiva I é corretamente classificada como falsa.

A assertiva II é verdadeira. A definição de objetivos de aprendizagem articulados ao perfil de egresso e às competências previstas no PPC, contemplando conhecimentos, habilidades e atitudes de forma progressiva, está em plena consonância com os princípios da Resolução CNE/CP nº 1/2021 e com a literatura pedagógica

especializada. O argumento de que a resolução não utiliza expressamente o conceito de “nível cognitivo” não invalida a assertiva, que descreve corretamente o princípio da progressividade formativa.

A assertiva III é falsa. A avaliação por competências exige a verificação da capacidade de mobilização integrada de saberes em situações complexas, o que é incompatível com instrumentos limitados à memorização. A aplicação em diferentes momentos do período letivo não supre essa limitação, pois a frequência da avaliação não altera sua natureza nem a torna coerente com a organização por competências. A assertiva IV é verdadeira. A articulação entre o plano de ensino e o PPC, com alinhamento dos objetivos, conteúdos e estratégias ao perfil de egresso e às competências profissionais definidas para o curso, é princípio estruturante do planejamento pedagógico na EPT, previsto na Resolução CNE/CP nº 1/2021.

A alegação de que a Resolução CNE/CP nº 1/2021 extrapola o conteúdo programático do edital não procede pelas mesmas razões já expostas nas questões anteriores: as DCN EPT são norma estruturante da modalidade e compõem o arcabouço normativo mínimo exigível de docentes que atuarão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/2021. DCN para a EPT. Art. 3º, §3º e Art. 24.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Conteúdo Programático:

Planejamento do trabalho pedagógico na Educação Profissional: elaboração de Plano de Ensino, alinhamento ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC), definição de objetivos de aprendizagem e organização curricular por competências.

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'C'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O principal argumento recursal sustenta que a alternativa D também seria correta por descrever o mecanismo de retirada gradual do suporte, elemento da ZDP. O argumento não procede. A alternativa D é parcialmente compatível com a teoria histórico-cultural em sua primeira parte, mas contém erro conceitual relevante na segunda, ao afirmar que “a mediação docente cumpre seu papel quando o estudante consegue reproduzir, de forma independente, os procedimentos técnicos ensinados”. Essa formulação reduz o objetivo da mediação pedagógica à reprodução de procedimentos técnicos, o que contradiz tanto a perspectiva vygotskiana, cujo horizonte é a internalização de conhecimentos e a emancipação intelectual, quanto os princípios da EPT, que visam o desenvolvimento de competências articuladas e não a execução mecânica de procedimentos. A alternativa D não é incorreta por ser menos completa que C: ela é incorreta porque define de forma equivocada o critério de sucesso da mediação docente.

A alternativa C é a única correta. Ela descreve com precisão os elementos centrais da mediação fundamentada na ZDP: identificação do nível de desenvolvimento real dos estudantes, planejamento de intervenções desafiadoras, oferta de suporte gradualmente retirado à medida que os estudantes desenvolvem autonomia, e promoção da internalização de conhecimentos e da emancipação intelectual. Todos esses elementos estão em consonância com a teoria histórico-cultural de Vygotsky e com os princípios da relação pedagógica na EPT.

A crítica à expressão “limite superior” da ZDP não procede. A expressão é compatível com a formulação vygotskiana, que define a ZDP como o espaço entre o nível de desenvolvimento real e o potencial. Intervir no limite superior da ZDP significa desafiar o estudante próximo ao seu nível de desenvolvimento potencial com apoio adequado, o que corresponde exatamente ao mecanismo descrito por Vygotsky.

As alternativas A, B e E são inequivocamente incorretas: a alternativa A nega a necessidade de trabalho independente, contrariando o próprio conceito de ZDP; a alternativa B restringe incorretamente a ZDP à Educação Infantil; e a alternativa E propõe relação pedagógica não diretiva sem intervenção docente, incompatível tanto com a ZDP quanto com os princípios da EPT.

O argumento de que o contexto de Química Ambiental prejudica candidatos de outras áreas não procede, pois a questão avalia fundamentos pedagógicos, não conhecimento específicos da disciplina de química. O conteúdo científico do enunciado funciona apenas como contexto situacional, sendo esta parte da prova comum a diferentes formações e voltada à avaliação de conhecimentos pedagógicos que todos os candidatos ao cargo devem dominar.

Referência Bibliográfica:

Vygotsky (2007) é a fonte primária indispensável para a ZDP e a mediação pedagógica, referência obrigatória para qualquer questão sobre o tema.

Oliveira (2010) é a referência brasileira mais consolidada sobre Vygotsky, amplamente utilizada em formação docente e plenamente pertinente.

Freire (1996) fundamenta o horizonte da emancipação intelectual e da autonomia presentes na alternativa C, articulando a perspectiva vygotskiana com os princípios da relação pedagógica na EPT.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

Conteúdo Programático:

Relação pedagógica e mediação docente: estratégias para gestão de sala de aula, promoção da participação discente e desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional dos estudantes.

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'A'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O principal argumento recursal sustenta que a primeira descrição da Coluna 2 seria ambígua por conter elementos associáveis tanto ao TCC quanto ao estágio supervisionado. O argumento não procede. A primeira descrição menciona “articulação entre formação teórica e inserção profissional, com acompanhamento metodológico e científico do estudante”. O elemento distintivo central dessa descrição é o acompanhamento metodológico e científico, que caracteriza a orientação de TCC, atividade de natureza acadêmico-investigativa com suporte sistemático do orientador ao desenvolvimento do trabalho, ou seja, articulação teórica e acompanhamento metodológico e científico não fazem parte do estágio. A quarta descrição, por sua vez, menciona “acompanhamento da transição entre formação acadêmica e prática profissional, articulando teoria e mundo do trabalho”, que caracteriza a orientação de estágio supervisionado, cuja dimensão central é a inserção do estudante no contexto real de trabalho e a articulação entre esse contexto e a formação acadêmica, ou seja, a transição entre formação acadêmica e mundo do trabalho deixam claro que a proposição se trata do estágio. As descrições são distintas em seus focos: a primeira enfatiza o acompanhamento metodológico e científico; a quarta enfatiza a transição e a articulação com o mundo do trabalho. A sobreposição parcial de elementos é inerente a atividades formativas integradas e não configura ambiguidade objetiva.

O argumento de sobreposição entre colegiado de curso e elaboração do PPC igualmente não procede. A segunda descrição, associada ao colegiado de curso, refere-se à “tomada de decisões coletivas sobre planejamento curricular, avaliação institucional e acompanhamento do processo formativo”, descrevendo a função deliberativa e de acompanhamento contínuo dessa instância colegiada. A terceira descrição, associada à elaboração e revisão do PPC, refere-se à “garantia da coerência entre perfil do egresso, competências formativas e diretrizes institucionais”, descrevendo a função propositiva e de construção do documento institucional. Os focos são objetivamente distintos: o colegiado delibera e acompanha; o PPC define e estrutura o projeto formativo. Não há ambiguidade que impeça a correspondência correta.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

BRASIL. Lei nº 11.892/2008. Art. 7º — objetivos dos Institutos Federais.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. São Paulo: Heccus, 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2002.

Conteúdo Programático:

Atuação docente na gestão acadêmica: participação em colegiados, elaboração e revisão de PPC, orientação de estágio supervisionado, orientação de TCC e acompanhamento de atividades acadêmicas.

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'E'.

O principal argumento recursal sustenta que a alternativa D também seria correta por descrever o aspecto institucional da verticalização. O argumento não procede. A alternativa D contém erro conceitual relevante em sua segunda parte, ao afirmar que o alinhamento pedagógico entre os níveis cabe “ao colegiado de curso, e não ao docente individualmente”. Essa formulação exclui indevidamente o docente do processo de alinhamento pedagógico. Na estrutura dos IFs, o colegiado de curso delibera sobre o PPC e a organização curricular do curso, mas o alinhamento pedagógico concreto entre disciplinas ministradas em diferentes níveis é responsabilidade direta do docente que as ministra. Ao atribuir exclusivamente ao colegiado o alinhamento que é, em seu plano prático e cotidiano, responsabilidade docente, a alternativa D contém erro que a torna incorreta como resposta ao comando da questão.

A alternativa E é a única correta. O princípio da verticalização, ao possibilitar que o mesmo docente EBTT atue em diferentes níveis e modalidades, gera uma exigência pedagógica real e objetiva: o docente deve desenvolver planejamento, metodologias e avaliações adequados às especificidades de cada nível, ao perfil

de egresso e ao nível de desenvolvimento dos estudantes de cada curso. Essa exigência está respaldada nos PPCs e nas diretrizes curriculares específicas de cada nível e não é mera consequência pedagógica geral, mas implicação direta da atuação multinível que a verticalização propicia nos IFs.

O argumento de que o verbo “impõe” configuraria extrapolação normativa não procede. Etimologicamente, impor deriva do latim *imponere*, formado por in (sobre) e ponere (pôr), significando colocar sobre, no sentido de uma necessidade ou responsabilidade que recai sobre alguém. Nesse sentido, a verticalização, ao criar a condição institucional para a atuação do mesmo docente em cursos com perfis formativos distintos, coloca sobre o docente a responsabilidade necessária e não opcional de adequar sua prática pedagógica às especificidades de cada nível. O uso do verbo é, portanto, tecnicamente preciso e está alinhado ao sentido pedagógico do princípio da verticalização.

As alternativas A, B e C são inequivocamente incorretas. A alternativa A defende uniformidade pedagógica entre níveis distintos, contrariando os princípios do planejamento por competências e os próprios PPCs de cada curso. A alternativa B admite diferenciação apenas de linguagem sem alterar objetivos de aprendizagem, o que contradiz a necessidade de PPCs com perfis de egresso e competências distintas para cada nível. A alternativa C afirma que a lei exige quadros docentes distintos para ensino médio e superior, contrariando frontalmente o cargo único de Professor EBTT, instituído pela Lei nº 12.772/2012, que habilita o docente a atuar em todos os níveis ofertados pelos IFs.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 11.892/2008. Art. 6º, III - verticalização como finalidade dos IFs.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. In: MOLL, J. et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

Conteúdo Programático:

Organização e fundamentos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil: princípios, objetivos, estrutura e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

A assertiva I está correta. A implementação de ações afirmativas de permanência articuladas com o núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas, incluindo acompanhamento pedagógico diferenciado, bolsas de assistência estudantil e valorização da identidade cultural, corresponde diretamente às diretrizes do PNAES e às orientações da SETEC/MEC sobre permanência e êxito na EPT.

A assertiva II é inequivocamente incorreta. Além de ser medida segregacionista e contrária ao princípio constitucional da igualdade, a criação de turmas homogêneas separadas por origem étnico-racial se contradiz com o próprio comando da questão, que pergunta especificamente sobre propostas pertinentes às diretrizes legais e pedagógicas da EPT. A assertiva está incorreta já pelo critério estabelecido no enunciado, sem necessidade de qualquer interpretação adicional. O gabarito preliminar já exclui o item II como proposta adequada, sendo esse exatamente o entendimento da banca. O recurso, portanto, não aponta erro no gabarito, mas o confirma.

A assertiva III está correta e sua pertinência é confirmada pelo próprio comando da questão. Ao perguntar sobre propostas pertinentes às diretrizes legais e pedagógicas da EPT, o enunciado já sinaliza que o cumprimento de obrigações legais é critério de pertinência, não de exclusão. O argumento recursal de que a assertiva III seria mera redundância de obrigação legal preexistente se volta contra si mesmo: se a incorporação de conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena é exigência legal expressa nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ela é, por definição, pertinente às diretrizes legais da EPT. A assertiva III se auto confirma já pelo critério estabelecido no enunciado. Acrescenta-se, ainda, que a incorporação intencional desses conteúdos às práticas pedagógicas de diferentes componentes curriculares vai além do cumprimento formal da lei: é estratégia de pertencimento e valorização identitária que contribui para a permanência de estudantes historicamente marginalizados, sendo a obrigatoriedade legal e a pertinência pedagógica dimensões complementares e não excludentes.

A assertiva IV é incorreta. A proposta de menor ênfase em ações voltadas aos fatores socioeconômicos contradiz diretamente as diretrizes do PNAES e as orientações da SETEC/MEC, que reconhecem os fatores socioeconômicos como determinantes centrais da evasão em grupos vulneráveis. Reduzir a ênfase nesses fatores é medida contrária às políticas de permanência e êxito consolidadas na EPT.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui história e cultura indígena no currículo.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/2021. DCN para a EPT, princípios de inclusão, equidade e diversidade.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Conteúdo Programático:

Educação inclusiva e diversidade na Educação Profissional: estratégias pedagógicas para atendimento a estudantes com deficiência, respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e sociocultural, e políticas de permanência e êxito.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'D'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O argumento de que o conceito de alinhamento construtivo e o autor Biggs não estariam previstos no edital não procede. Planejamento pedagógico, alinhamento entre objetivos, metodologias e avaliação são conteúdos expressamente previstos no edital. O alinhamento construtivo e a Taxonomia de Bloom revisada são referenciais teóricos estruturantes para o exercício da docência de nível superior, especialmente nos Institutos Federais, que fundamentam suas práticas pedagógicas de modo relacional entre conteúdo, metodologia e avaliação. Esses referenciais compõem o repertório mínimo esperado de qualquer candidato ao cargo de docente EBTT. Acrescente-se que o próprio enunciado da questão apresenta de forma clara e completa o conceito de alinhamento construtivo de Biggs, suas três dimensões e o critério de coerência entre elas. A questão não exige conhecimento prévio aprofundado do autor, mas sim capacidade de interpretação e análise do candidato a partir das informações fornecidas no enunciado, competências igualmente esperadas de um docente. Da mesma forma, as ferramentas e técnicas citadas nas alternativas, incluindo o software mencionado na alternativa D, são meramente ilustrativas e funcionam como contexto para a análise metodológica exigida, não constituindo requisito de conhecimento técnico específico. O objeto avaliado é o princípio pedagógico, não a ferramenta.

O critério técnico do alinhamento construtivo é objetivo: a coerência entre o nível cognitivo do objetivo de aprendizagem, as atividades de ensino e os instrumentos de avaliação. O objetivo da disciplina exige “projetar e otimizar” e “justificar tecnicamente”, verbos que correspondem ao nível criar da Taxonomia de Bloom revisada, o mais elevado da hierarquia cognitiva. A alternativa D é a única que apresenta metodologia e avaliação no mesmo nível cognitivo do objetivo, tornando-a objetivamente a mais coerente segundo o modelo de Biggs.

O argumento de que a alternativa A também seria correta não procede. A alternativa A propõe visita técnica e análise de sistema observado, com avaliação por descrição do sistema e proposição de ajustes operacionais. Embora seja metodologicamente válida na EPT, opera nos níveis de analisar e avaliar da taxonomia, não no nível de criar. Descrever e propor ajustes em sistema já existente e observado não equivale a projetar e otimizar um sistema de controle, que é o que o objetivo exige. A alternativa A está desalinhada no nível cognitivo, que é o critério central do alinhamento construtivo.

O argumento de que a alternativa C também seria correta igualmente não procede. A alternativa C propõe resolução de problemas quantitativos com dados reais e prova técnica com seleção justificada de parâmetros. Embora contemple cálculo e justificativa técnica, opera predominantemente nos níveis de aplicar e analisar, pois o estudante resolve problemas dados, sem criar uma solução integrada. Projetar e otimizar exige que o estudante elabore um sistema, não apenas calcule parâmetros predeterminados. O desalinhamento cognitivo é objetivo e suficiente para excluir a alternativa C como resposta.

O argumento de que o critério “mais coerente” introduziria subjetividade não procede. O alinhamento construtivo fornece critério técnico preciso para aferir coerência: a correspondência entre o nível cognitivo do objetivo, as atividades de ensino e os instrumentos de avaliação. Esse critério é objetivo e mensurável, não dependendo de julgamento subjetivo do candidato.

O argumento de que a menção ao software Siemens TIA Portal violaria a isonomia não procede. Conforme já exposto, as ferramentas citadas nas alternativas são meramente ilustrativas. O próprio enunciado da alternativa D inclui a expressão “ou equivalente”, reforçando esse caráter exemplificativo. A questão avalia o princípio pedagógico subjacente à escolha de simulação em software industrial, não o domínio de produto específico. Qualquer candidato com conhecimento pedagógico pode identificar a coerência da escolha metodológica sem conhecer o software citado.

O argumento de que a defesa oral seria inviável operacionalmente é externo ao objeto da questão, que avalia conhecimento sobre alinhamento construtivo e não viabilidade administrativa de cada instituição. A defesa oral é instrumento avaliativo legítimo e reconhecido na literatura pedagógica, plenamente compatível com o objetivo de justificar tecnicamente decisões de engenharia.

O argumento de que a defesa oral avaliaria competências comunicativas não previstas no objetivo confunde o instrumento com o objeto avaliado. A defesa oral nesse contexto não avalia oratória, mas a capacidade de justificar tecnicamente as decisões de engenharia, competência diretamente prevista no objetivo.

As alternativas B e E são inequivocamente incorretas: B propõe aulas expositivas e prova dissertativa teórica, operando no nível de compreender, muito aquém do objetivo de projetar e otimizar; E propõe leitura de normas e prova objetiva de memorização, operando no nível de lembrar e compreender, completamente desalinhado do objetivo.

Referência Bibliográfica:

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2021.

BIGGS, J. Enhancing teaching through constructive alignment. Higher Education, v. 32, n. 3, p. 347,364, 1996.

ANDERSON, L. W.; KRATHWOHL, D. R. A taxonomy for learning, teaching, and assessing. New York: Longman, 2001.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico,prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

Conteúdo Programático:

Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional: avaliação diagnóstica, formativa e somativa; elaboração de instrumentos avaliativos teóricos e práticos; avaliação por competências; feedback e recuperação paralela.

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'C'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O ponto central dos recursos é a assertiva II. A assertiva afirma que a formação humana integral 'orienta o docente a substituir progressivamente os instrumentos avaliativos formais por registros contínuos de percurso, priorizando a autoavaliação e a avaliação por pares'. O elemento que torna a assertiva falsa de forma objetiva é o verbo substituir. Nem a Resolução CNE/CP nº 1/2021 nem a literatura de Ramos (2012) prescrevem substituição de instrumentos avaliativos formais. O que ambas as referências orientam é a diversificação, a ampliação e a integração de diferentes estratégias avaliativas, mantendo a coexistência entre instrumentos formais e informais. Substituir é categoricamente diferente de diversificar ou complementar, e essa distinção é objetiva e suficiente para classificar a assertiva como falsa.

Nem a Resolução CNE/CP nº 1/2021 nem a literatura de Ramos (2012) prescrevem substituição de instrumentos avaliativos formais. O que ambas as referências orientam é a diversificação, a ampliação e a integração de diferentes estratégias avaliativas, mantendo a coexistência entre instrumentos formais e informais. Substituir é categoricamente diferente de diversificar ou complementar, e essa distinção é objetiva e suficiente para classificar a assertiva como falsa.

O argumento de que Ramos (2012) validaria a substituição progressiva não procede. A autora defende avaliação processual e formativa como enriquecimento do processo avaliativo, não como eliminação dos instrumentos formais. A formação humana integral pressupõe avaliação abrangente e multidimensional, que pode e deve incluir instrumentos formais adequadamente articulados ao processo formativo. Não há na obra da autora qualquer prescrição de substituição progressiva dos instrumentos formais.

O argumento de que a assertiva I conteria linguagem impositiva inadequada ao usar o verbo "exige" não procede. A integração curricular no Ensino Médio Integrado, conforme o próprio fragmento de Ramos (2012) transcrito no enunciado, pressupõe reorganização epistemológica do trabalho pedagógico, superando a lógica da justaposição entre formação geral e técnica. Essa reorganização é constitutiva do conceito de integração curricular, não mera recomendação. O verbo exige está alinhado ao caráter estruturante do princípio, sendo tecnicamente adequado.

As assertivas I e III são corretas. A assertiva I descreve com precisão a exigência de reorganização do planejamento docente para além da justaposição disciplinar, em consonância com o fragmento de Ramos (2012) e com os princípios das DCN EPT. A assertiva III descreve com igual precisão a implicação da reorganização epistemológica para a formulação dos objetivos de aprendizagem, articulando conteúdos específicos com o contexto mais amplo da formação humana e do mundo do trabalho.

O argumento de que a Resolução CNE/CP nº 1/2021 não estaria prevista no edital não procede. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica são norma estruturante da modalidade e

compõem o arcabouço normativo mínimo exigível de docentes que atuarão na Rede Federal, conforme fundamentado nas respostas às questões anteriores deste processo recursal.

Referência Bibliográfica:

RAMOS, Marise N. Conceção do ensino médio integrado. In: I Seminário Nacional de Ensino Médio Integrado. Brasília: MEC/SETEC, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/2021. Art. 3º, princípios e concepções da EPT.

RAMOS, Marise Nogueira. Conceção do ensino médio integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

Conteúdo Programático:

Currículo integrado no Ensino Médio Integrado: articulação entre formação geral e formação técnica, interdisciplinaridade e desenvolvimento de projetos integradores.

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'A'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O argumento principal dos recursos é o de que a assertiva I seria incorreta por atribuir trabalho em equipe como característica das três metodologias, quando a sala de aula invertida não o exige como elemento constitutivo obrigatório. A afirmação de que as três estratégias “utilizam trabalho em equipe” não equivale a afirmar que o trabalho em equipe é elemento constitutivo obrigatório de cada metodologia. No contexto da questão, que descreve três docentes atuando em disciplinas de um curso técnico integrado ao Ensino Médio, a assertiva descreve uma característica presente e compatível com as três abordagens tal como implementadas na EPT. A literatura brasileira de referência sobre metodologias ativas, notadamente Bacich e Moran (2018), apresenta a sala de aula invertida como metodologia cujo tempo presencial é tipicamente utilizado para atividades ativas que incluem colaboração entre estudantes. A assertiva é compatível com esse referencial e com o contexto descrito no enunciado. O argumento recursal confunde elemento constitutivo obrigatório com característica utilizada, distinção que é objetiva e suficiente para manter a assertiva como verdadeira. Registre-se ainda que a única alternativa que prescindiria da assertiva I como correta seria a letra B, correspondente às assertivas II e IV. Ocorre que essas são as assertivas com erros conceituais mais evidentes e inequívocos de toda a questão, sendo objetivamente incompatíveis com a literatura especializada sobre TBL e PBL.

A assertiva II é falsa de forma objetiva e inequívoca. A TBL, conforme Michaelsen (2004), caracteriza-se precisamente por alta estruturação didática, com preparação individual prévia obrigatória, testes individuais e em grupo e feedback imediato. A assertiva inverte essas características ao afirmar que a TBL tem "menor ênfase em etapas estruturadas de preparação individual e feedback imediato", descrevendo o oposto do que define a metodologia. Os recorrentes que identificaram esse erro conceitual confirmam o gabarito ao concluir pela falsidade da assertiva II, não o contradizem.

A assertiva III é correta. Ela descreve com precisão o princípio estruturante da sala de aula invertida: deslocamento do estudo conceitual para o momento pré-aula e uso do tempo presencial para atividades de análise e aplicação com mediação docente. O argumento de que a assertiva seria reducionista por não mencionar outros tipos de atividade presencial não procede: uma assertiva verdadeira não precisa ser exaustiva, apenas precisa ser correta no que afirma.

A assertiva IV é falsa. A PBL, conforme Barrows (1986) e a literatura consolidada da área, caracteriza-se pela centralidade do problema como ponto de partida da aprendizagem, antecedendo a sistematização do conhecimento. A assertiva descreve estudantes que aplicam procedimentos previamente apresentados pelo docente em problemas estruturados, o que corresponde a uma abordagem tradicional de resolução de exercícios, não aos fundamentos da PBL. As variações metodológicas mencionadas pelos recorrentes, como o scaffolding e o PBL estruturado, não alteram o princípio central da metodologia nem tornam a assertiva IV correta, pois ela descreve estrutura de apresentação prévia de procedimentos que é incompatível com a lógica investigativa da PBL.

O argumento de que as metodologias ativas com nomenclatura específica extrapolam o conteúdo programático não procede. TBL, sala de aula invertida e PBL são metodologias ativas consolidadas, amplamente presentes na literatura de referência sobre planejamento pedagógico e mediação da aprendizagem na EPT, conteúdos expressamente previstos no edital.

Referência Bibliográfica:

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

MICHAELSEN, L. K.; SWEET, M. Team-Based Learning: Small Group Learning's Next Big Step. New Directions for Teaching and Learning, n. 116, 2008.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25,40, 2011.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

Conteúdo Programático:

Metodologias de ensino aplicadas à Educação Profissional e Tecnológica: aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas, estudos de caso, metodologias ativas e estratégias para integração teoria e prática.

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'D'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O principal argumento apresentado nos recursos parte de premissa equivocada quanto ao gabarito. A alternativa D (apenas I, II e III) já considera a assertiva IV falsa. Não há, portanto, divergência entre o gabarito e a argumentação central apresentada.

Quanto à assertiva II, a alegação de subjetividade não procede. A questão opera no campo das diretrizes pedagógicas da EPT, e a inadequação de instrumento avaliativo único em organização curricular por competências é posição doutrinária e normativa consolidada, não mero juízo de valor.

Quanto à assertiva IV, sua falsidade decorre da afirmação de conformidade com as diretrizes da EPT em contexto de ausência completa de avaliação formativa, o que é indefensável à luz da Resolução CNE/CP n. 1/2021 e dos fundamentos da avaliação por competências. A discussão sobre a expressão “de preferência” contida no art. 24 da LDB não altera essa conclusão, pois o fundamento da falsidade da assertiva não se restringe ao momento da recuperação, mas à afirmação de conformidade com as diretrizes da EPT em sua integralidade.

Não se verifica erro de gabarito, ambiguidade que impeça a identificação da resposta correta ou existência de mais de uma alternativa defensável.

Referência Bibliográfica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (LDB). Art. 24, V, 'e', recuperação paralela.

Resolução CNE/CP nº 1/2021.

Conteúdo Programático:

Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional: avaliação diagnóstica, formativa e somativa; elaboração de instrumentos avaliativos teóricos e práticos; avaliação por competências; feedback e recuperação paralela.

QUESTÃO: 34 - ANULADA.

Após análise dos recursos interpostos, a Banca Examinadora delibera pela anulação da Questão 34.

A revisão interna da questão identificou que a alternativa B, indicada como gabarito, contém imprecisão na redação que compromete a precisão normativa da alternativa e, conseqüentemente, a objetividade da questão.

A conclusão pela anulação da questão baseia-se no erro normativo da alternativa B, que usou "preferencialmente" em vez de "permanente" ao descrever a articulação da extensão com a pesquisa, em desacordo com o art. 3º da Resolução CNE/CES nº 7/2018. A alternativa B tem erro normativo real que contraria o texto literal da norma.

E não havendo alternativa correta que possibilite a troca de gabarito, a anulação é a decisão tecnicamente mais defensável para esta questão.

Diante disso, a questão é anulada.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Conteúdo Programático:

Currículo integrado no Ensino Médio Integrado: articulação entre formação geral e formação técnica, interdisciplinaridade e desenvolvimento de projetos integradores.

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

O núcleo da alternativa B é objetivamente correto: a proposta articula uso pedagógico de tecnologias, aprendizagem baseada em projetos, avaliação processual e por competências e integração com o mundo do trabalho, sendo coerente com os princípios da EPT. Esses elementos descrevem com precisão os fundamentos pedagógicos da proposta apresentada no enunciado. A expressão “eixos temáticos do programa de formação docente”, apontada pelos recorrentes como estranha ao contexto, é elemento periférico que não compromete a correção do núcleo da alternativa nem torna outra alternativa igualmente defensável. O candidato com domínio dos fundamentos das tecnologias educacionais na EPT e das metodologias ativas, conteúdos explicitamente indicados no comando da questão, identifica na alternativa B a única avaliação correta da proposta descrita.

O núcleo da alternativa está na primeira parte, que descreve e avalia a proposta pedagógica. A referência aos “eixos temáticos do programa de formação docente” aparece no final, como complemento que indica um segundo critério de coerência, não como condição para que a alternativa seja verdadeira. Para que esse complemento invalidasse a questão, seria necessário que ele tornasse a afirmação central falsa, ou que introduzisse uma contradição que impedisse o candidato de reconhecer a alternativa como correta. Isso não ocorre: a proposição principal permanece verdadeira independentemente da precisão do complemento.

O argumento de que a proposta seria tecnicista e incompatível com a formação humana integral, sustentado em favor da alternativa E, não procede. A proposta envolve investigação, proposição de políticas de segurança, argumentação técnica perante banca e avaliação processual, dimensões que pressupõem análise, síntese e julgamento, superando a mera execução procedimental característica do tecnicismo. A integração com profissionais do setor e a simulação de ambiente corporativo são práticas expressamente coerentes com o princípio de articulação entre escola e mundo do trabalho previsto na Resolução CNE/CP nº 1/2021.

O argumento em favor da alternativa D não procede, pois restringe a validade da proposta a turmas avançadas sem fundamento normativo ou pedagógico que sustente essa limitação. O argumento em favor da alternativa C não procede, pois a participação de profissionais externos na avaliação contraria a alternativa, não a norma, sendo essa participação coerente com os princípios da EPT. As alternativas A e C contêm erros objetivos e inequívocos.

Referência Bibliográfica:

VALENTE, José Armando. Tecnologias e educação: o papel das tecnologias digitais no ensino e na aprendizagem. Campinas: UNICAMP/NIED, 2014.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/2021. DCN para a EPT, Art. 12 e 13, uso de tecnologias no processo formativo.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

Conteúdo Programático:

Tecnologias educacionais no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: uso pedagógico de ambientes virtuais de aprendizagem, recursos digitais e tecnologias aplicadas ao ensino técnico e tecnológico.

CARGO(S): ADMINISTRAÇÃO - FRAIBURGO, ADMINISTRAÇÃO – SOMBRIO

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'E'.

Sobre a assertiva II (“por que faz”): A literatura clássica de Gestão de Pessoas, incluindo Chiavenato, descreve a descrição de cargos como o detalhamento do que o ocupante faz, como faz, quando faz e por que faz. Essa formulação quadripartite é reproduzida com regularidade na doutrina e em materiais de concurso como definição padrão do instrumento. O elemento “por que faz” corresponde à finalidade ou ao propósito da tarefa no contexto do cargo, informação relevante para compreender a razão de ser das atribuições e amplamente reconhecida como componente da descrição. A referência ao “ocupante” tampouco invalida a assertiva: a descrição de cargos é impessoal quanto à pessoa concreta que ocupa o cargo, mas descreve o que o ocupante genérico do cargo realiza — linguagem padrão na literatura e nos modelos de descrição adotados por organizações públicas e privadas.

Sobre a assertiva III (análise de cargos): O argumento de que a assertiva confunde processo com produto não procede. A expressão “requisitos e especificações que o cargo exige de seu ocupante” é formulação consolidada na doutrina de cargos e salários, utilizada por Chiavenato e outros autores para descrever o objeto da análise de cargos. Os fatores mencionados na assertiva — requisitos mentais, físicos, responsabilidades e condições de trabalho — correspondem exatamente à estrutura clássica de análise de cargos apresentada na literatura. Não há confusão entre processo e produto: a assertiva descreve o que a análise investiga, o que é correto.

As três assertivas estão corretas. O gabarito está em conformidade com a doutrina majoritária e os pedidos de anulação e alteração não encontram amparo

Referência Bibliográfica:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. 494 p. ISBN 978-852043761-2

Conteúdo Programático:

Desenho, descrição e análise de cargos.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'D'.

O recurso, ao apontar o erro conceitual da assertiva I, confirma o gabarito em vez de contestá-lo.

A assertiva I descreve a sala de aula invertida de forma propositalmente invertida: afirma que o tempo em sala é dedicado à transmissão teórica e que o estudo autônomo ocorre em casa previamente ao encontro presencial. Essa descrição é o oposto do que o modelo prevê — na sala de aula invertida, o aluno estuda o conteúdo teórico em casa antes da aula, e o tempo presencial é dedicado a atividades práticas, discussões e resolução de problemas com a mediação do professor. A assertiva I é, portanto, falsa, e o próprio recorrente reconhece isso ao identificar a “inversão conceitual”.

A assertiva II descreve corretamente a gamificação, com seus elementos característicos de pontuação, rankings e emblemas aplicados a contextos de aprendizagem. A assertiva III descreve corretamente a aprendizagem baseada em projetos, com suas características de trabalho interdisciplinar orientado a desafios reais e produto final. Ambas são verdadeiras.

O gabarito, alternativa D (apenas II e III), está em plena conformidade com a literatura sobre metodologias ativas. O pedido de anulação não encontra amparo, pois a questão apresenta critério de análise claro — identificar quais assertivas estão corretas — e possui resposta única e objetiva

Referência Bibliográfica:

BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

Conteúdo Programático:

Metodologias de ensino aplicadas à formação técnica e tecnológica em Administração

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'E'.

Os recursos serão respondidos conjuntamente, pois todos contestam a veracidade da assertiva II.

Os recursos argumentam que a descrição da assertiva II seria incompleta ou inadequada por reduzir a avaliação por competências a uma classificação binária entre “competente” e “ainda não competente”, ignorando rubricas, níveis de desempenho e o caráter formativo do processo. O argumento não procede por duas razões.

Primeira: a assertiva II não afirma que a avaliação por competências se resume a essa classificação binária. Ela afirma que os critérios devem ser claros e objetivos, que o estudante deve compreender os padrões esperados, e que o resultado “muitas vezes” é expresso por menções de desempenho em vez de notas numéricas. O advérbio “muitas vezes” afasta qualquer leitura de universalidade ou exclusividade. A assertiva descreve uma prática reconhecida e documentada na literatura de EPT e nos referenciais do MEC sem excluir outras formas de registro.

Segunda: as menções “competente” e “ainda não competente” são amplamente utilizadas em sistemas de avaliação por competências no Brasil e em referências internacionais, incluindo o modelo australiano de formação profissional e documentos do SENAI e do próprio MEC. Classificá-las como simplificação empobrecedora contradiz a literatura que as fundamenta.

A assertiva III é falsa porque a avaliação por competências não abdica do caráter formativo — pelo contrário, o pressupõe. Essa falsidade é o que torna o gabarito E inequívoco. As três assertivas foram redigidas com precisão suficiente para avaliação objetiva e o gabarito está correto. Os pedidos de alteração e anulação não encontram amparo legal.

Referência Bibliográfica:

CAPARROS JÚNIOR, José Benedito. Avaliação de desempenho e gestão por competências. 1. ed. João Pessoa: Editora Intersaberes, 2021. 123 p. ISBN 978-652560433-6

Conteúdo Programático:

Avaliação por competências na Educação Profissional e Tecnológica

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'D'.

A alegação de que as alternativas apresentam “elevado grau de proximidade conceitual” é genérica e não identifica qual alternativa seria igualmente válida nem por qual razão. Sem esse fundamento específico, o recurso carece da consistência mínima necessária para ser provido.

O enunciado descreve com precisão as ações características do grupo de processos de Monitoramento e Controle: identificação de desvios em cronograma, custo e qualidade; reavaliação de metas; aplicação de ações corretivas; e estabelecimento de novas rotinas de controle. Essa descrição corresponde diretamente ao que o PMBOK e a literatura de gestão de projetos definem como monitoramento e controle, cuja essência é exatamente medir o desempenho do projeto, comparar com a linha de base e implementar ações corretivas para realinhamento ao escopo original.

As demais alternativas são objetivamente afastadas pelo enunciado: a iniciação refere-se à autorização e definição inicial do projeto; o planejamento, à elaboração do plano e definição de metas; a execução, à realização das atividades previstas; e o encerramento, à formalização da conclusão do projeto. Nenhuma dessas fases contempla a detecção de desvios e aplicação de ações corretivas como atividade central, o que torna a alternativa D a única compatível com o cenário descrito. O gabarito está correto e o pedido de anulação não encontra amparo.

Referência Bibliográfica:

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia PMBOK®: um guia para o conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos. 7. ed. Newtown Square: PMI, 2021.

Conteúdo Programático:

Gestão de Projetos. Conceitos fundamentais. Ciclo de vida do projeto

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'B'.

O recurso sustenta que a alternativa C também seria incorreta sob perspectiva contábil, e que a ausência de delimitação teórica geraria ambiguidade. O argumento não procede.

A questão adota explicitamente a perspectiva da gestão de materiais e logística, definindo custos de estocagem como os gastos para manter o estoque disponível desde a entrada até a saída do item. Essa delimitação está no próprio enunciado e afasta a aplicação isolada da linguagem contábil do CPC 27. Na literatura de Administração de Materiais — incluindo Ballou, Dias e Martins & Alt, citados pelo próprio recorrente — o custo físico do espaço é componente reconhecido e consolidado dos custos de estocagem, abrangendo aluguel, depreciação de instalações, infraestrutura e taxas associadas. A depreciação de galpões e prateleiras é tratada nesses autores como custo de ocupação do espaço de armazenagem, integrando o custo de manutenção de estoques. A alternativa C está correta sob o referencial teórico pertinente à questão. A alternativa B, por sua vez, é incorreta porque descreve como custo de estocagem elementos que pertencem ao custo de pedido ou custo de aquisição — emissão de pedido, taxas de compras, negociação com fornecedores e sistema de compra. Essa distinção entre custo de manutenção de estoques e custo de pedido é fundamental na teoria de gestão de estoques e está presente em todos os autores citados no recurso. A alternativa B é a única incorreta e o gabarito está tecnicamente correto. O pedido de anulação não encontra amparo na literatura nem no enunciado da questão.

Referência Bibliográfica:

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Conteúdo Programático:

Gestão de estoques. Custos de estocagem

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'C'.

Sobre a assertiva II (avaliação 180°): A assertiva afirma que na avaliação 180° o colaborador é avaliado pelo gestor e por pares do mesmo nível hierárquico. Essa descrição não corresponde ao conceito consolidado de avaliação 180° na literatura majoritária adotada em concursos públicos. A avaliação 180° é definida como o modelo em que o colaborador é avaliado pelo gestor imediato e realiza autoavaliação — duas fontes, formando os 180° em oposição aos 360° do modelo completo. A inclusão de pares caracteriza modelos mais amplos, aproximando-se da avaliação 360°.

Os recursos citam Vilas Boas e Andrade como suporte para a inclusão de pares na avaliação 180°. Contudo, a divergência de um autor em relação à definição majoritária não torna a assertiva correta em concurso público, especialmente quando o edital não indica essa obra como referência bibliográfica obrigatória. A literatura dominante — Chiavenato, Pontes e os materiais de referência para concursos — reserva a participação de pares para os modelos de 270° ou 360°. A assertiva II está incorreta conforme o referencial majoritário pertinente ao certame.

Sobre o alegado vício formal na assertiva III: Alguns recursos apontam truncamento na redação da assertiva III, citando a expressão “cargos quantitativos. de liderança”. Analisando o enunciado, a assertiva descreve a avaliação 360° como indicada “para cargos de liderança e desenvolvimento de competências e não apenas para verificar resultados”, o que é conceitualmente correto. Eventual imperfeição tipográfica não altera o sentido da assertiva nem impede sua compreensão, não configurando vício invalidante.

As assertivas I e IV estão corretas e não foram contestadas com fundamento suficiente. O gabarito está correto e os pedidos de anulação e alteração não encontram amparo

Referência Bibliográfica:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. 494 p. ISBN 978-852043761-2.

Conteúdo Programático:

Avaliação de desempenho

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'A'.

O recurso solicita a alteração do gabarito para a alternativa C, sustentando que a assertiva II também estaria correta. O argumento não procede.

A assertiva II afirma que a competência é “objetiva, prorrogável e derogável”. Os dois últimos atributos contradizem a doutrina consolidada de Direito Administrativo. A competência é improrrogável — o simples fato de um agente incompetente praticar um ato não transfere a ele a competência para tanto — e inderrogável, ou seja, não pode ser suprimida ou modificada por acordo entre as partes nem por ato do próprio agente. Esses são atributos expressamente consagrados por Hely Lopes Meirelles, Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Celso Antônio Bandeira de Mello. A delegação e a avocação, citadas pelo recorrente, não contradizem a inderrogabilidade: são institutos legalmente previstos que transferem o exercício da competência, não a competência em si, e dependem de previsão normativa expressa — o que reforça, e não afasta, o caráter inderrogável do instituto. A assertiva II é falsa por atribuir à competência características que a doutrina majoritária expressamente nega.

A assertiva III é igualmente falsa, como o próprio recorrente reconhece: ela descreve o motivo, não a forma. A forma é o modo de exteriorização do ato administrativo.

Apenas a assertiva I está correta, ao descrever a finalidade como o dever de o ato atender ao interesse público, vedado o desvio para fins pessoais ou políticos, em conformidade com a doutrina e com o conceito de desvio de finalidade. O gabarito está correto e o pedido de revisão não encontra amparo doutrinário

Referência Bibliográfica:

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 48. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

Conteúdo Programático:

Atos administrativos e poderes administrativos

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'C'.

O próprio recorrente reconhece que a etapa descrita corresponde ao redesenho do processo futuro (TO-BE) — o que confirma o gabarito em vez de contestá-lo.

O enunciado é claro ao delimitar a etapa em análise: após o mapeamento do processo atual (AS-IS), que identificou 14 etapas com retrabalho e desperdícios, a Pró-Reitoria propôs um novo fluxo otimizado com integração digital e paralelização de atividades. A proposição de melhorias radicais ou incrementais para um fluxo otimizado é a definição precisa da etapa de Redesign (TO-BE) no ciclo de gestão de processos, conforme o referencial do BPM CBOOK e a literatura de gestão por processos. Cada etapa do ciclo está representada por uma alternativa distinta — mapeamento AS-IS, redesign TO-BE, implementação e monitoramento — o que afasta qualquer alegação de ambiguidade.

A alegação de que o enunciado mistura elementos de diagnóstico, proposição e controle não se sustenta: o diagnóstico (identificação de gargalos e desperdícios) e o mapeamento (fluxograma com 14 etapas) são descritos como etapas já concluídas, contextualizando o cenário. O ponto de chegada da narrativa — e a pergunta da questão — é a proposição do novo fluxo, que é inequivocamente o Redesign. O gabarito está correto e o pedido de anulação não encontra amparo

Referência Bibliográfica:

DUMAS, Marlon; LA ROSA, Marcello; MENDLING, Jan; REIJERS, Hajo A. Fundamentals of Business Process Management. 2. ed. Berlin: Springer, 2018.

Conteúdo Programático:

Gestão de Processos e Organização, Sistemas e Métodos. Mapeamento e modelagem de processos

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão foi construída com precisão didática ao distribuir os três itens do relatório entre os três conceitos clássicos do triângulo de desempenho da administração pública. O item 1 descreve a utilização de recursos já existentes com custo próximo de zero — definição de eficiência, que trata da relação entre recursos empregados e resultados obtidos. O item 2 descreve o cumprimento integral da meta de certificar 200 mulheres no prazo previsto — definição de eficácia, que trata do alcance dos objetivos estabelecidos. O item 3 descreve o impacto gerado na vida das egressas e na sociedade — inserção no mercado de trabalho,

elevação de renda e desenvolvimento socioeconômico regional — o que corresponde à definição de efetividade, que trata dos efeitos e transformações reais produzidos pela ação pública além do cumprimento formal das metas.

O recurso 4 argumenta que o item 3 despreveria eficácia por mencionar resultados alcançados. O argumento confunde resultado com impacto: a meta do programa era certificar 200 mulheres (item 2, eficácia); o que ocorreu após a certificação — inserção profissional, aumento de renda, desenvolvimento regional — é o impacto social da ação, que é o objeto da efetividade. Essa distinção é consolidada na literatura de gestão pública brasileira, incluindo Bresser-Pereira e os referenciais do TCU e do GESPÚBLICA.

O recurso 3 alega que efetividade não seria princípio constitucional expresso. A questão não afirma isso, ela trata de fundamentos da Administração em sentido amplo, categoria que abrange conceitos doutrinários e gerenciais consolidados, não apenas os princípios do Art. 37 da CF. Além disso, efetividade está no programa do edital. O gabarito está correto e os pedidos de anulação e alteração não encontram amparo.

Referência Bibliográfica:

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9. ed. Barueri: Atlas, 2014.

Conteúdo Programático:

Fundamentos da Administração e Teorias Organizacionais. Eficiência, eficácia e efetividade.

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'D'.

A Teoria Estruturalista é, na literatura de Teoria Geral da Administração, a abordagem que se distingue precisamente por integrar simultaneamente quatro dimensões: a organização formal, a organização informal, as recompensas materiais e sociais, e o ambiente externo. Seu principal expoente, Amitai Etzioni, concebe as organizações como sistemas sociais complexos em que conflitos entre grupos são fenômenos naturais e funcionais, e não disfunções a corrigir. Essa síntese integradora — formal, informal, conflito e ambiente — é a marca identitária da Teoria Estruturalista e corresponde com precisão ao que o enunciado descreve.

A Teoria Contingencial, citada pelos recursos 1 e 2, foca na relação entre organização e ambiente como variável determinante da estrutura adequada, sustentando que não há forma universal de organizar. Embora considere o ambiente, ela não tem como eixo central a análise simultânea de aspectos formais, informais e conflitos entre grupos — elementos que definem o estruturalismo. A menção ao ambiente no enunciado não desloca a questão para a Contingencial, pois o estruturalismo também analisa a interação com o ambiente, sendo esse um de seus quatro eixos analíticos.

A Teoria das Relações Humanas, citada pelo recurso 3, enfatiza as relações informais e a dinâmica de grupos, mas ignora a organização formal e o ambiente externo como objetos de análise relevantes — exatamente o que o estruturalismo veio superar. A descrição do enunciado vai além do que as Relações Humanas contemplam.

O enunciado descreve com fidelidade o programa analítico da Teoria Estruturalista, e nenhuma das outras alternativas abrange simultaneamente todos os elementos citados. O gabarito está correto e os pedidos de anulação não encontram amparo doutrinário.

Referência Bibliográfica:

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9. ed. Barueri: Atlas, 2014

Conteúdo Programático:

Fundamentos da Administração e Teorias Organizacionais

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'E'.

A alternativa E afirma que a rescisão dos contratos administrativos seria bilateral, condicionada ao aceite de ambas as partes ou, na ausência de consenso, somente por decisão judicial transitada em julgado. Essa descrição contradiz frontalmente o regime jurídico dos contratos administrativos. A Lei nº 14.133/2021, em seus arts. 137 a 139, prevê expressamente a rescisão unilateral pela Administração, independentemente de decisão judicial ou concordância do contratado, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato. A rescisão bilateral existe como modalidade, mas não é a regra nem condiciona a atuação administrativa. A alternativa E é objetivamente incorreta e constitui a resposta ao comando EXCETO.

Sobre a alternativa D (fato do príncipe): Alguns recursos questionam se o fato do príncipe seria característica dos contratos administrativos ou mero evento eventual. A alternativa D está correta como característica do regime jurídico contratual administrativo: a sujeição ao fato do príncipe é reconhecida pela doutrina e pela legislação como elemento que diferencia os contratos administrativos dos contratos privados, pois gera obrigação de reequilíbrio econômico-financeiro pelo Estado. O atributo “imprevisível” na descrição da alternativa D não configura erro: o fato do príncipe é ato geral do Poder Público que, embora lícito, produz efeitos imprevistos sobre o contrato específico. A distinção com a força maior não invalida a alternativa, que descreve o instituto com suficiência para o contexto da questão.

Um dos recursos aponta que a Lei nº 14.133/2021 admite mediação e arbitragem, tornando “somente por decisão judicial” incorreto. Esse argumento reforça o gabarito em vez de contestá-lo: a alternativa E é justamente a incorreta, e esse argumento adiciona mais um fundamento para sua incorreção. O gabarito está correto e os pedidos de anulação não encontram amparo.

Referência Bibliográfica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023

Conteúdo Programático:

Licitações e contratos administrativos.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'A'.

O argumento central dos recursos é que elementos como metas físicas (15 escolas, 40% de vagas em tempo integral) e alocação percentual de recursos (65% para educação) seriam matéria típica do PPA e da LOA, respectivamente. Esse argumento, embora tecnicamente sofisticado, não é suficiente para anular a questão por duas razões.

Primeira: a LDO é o instrumento constitucional que, nos termos do Art. 165, §2º da CF e do Art. 4º da LRF, compreende metas e prioridades da administração para o exercício subsequente, metas fiscais, resultado primário, limites de despesas com pessoal, política tributária, vedações orçamentárias e política das agências de fomento. O enunciado descreve exatamente esse conjunto de matérias, que são o núcleo definatório da LDO. A presença de metas quantitativas e diretrizes de alocação não transforma automaticamente o documento em PPA ou LOA — a LDO frequentemente contém metas físicas e percentuais indicativos de prioridades sem que isso invada a competência dos outros instrumentos.

Segunda: em questões de identificação de instrumento orçamentário, o critério de distinção é a predominância das características descritas, não a exigência de que cada elemento seja exclusivo daquele instrumento. O conjunto de elementos do enunciado (metas fiscais, resultado primário, limite de pessoal, vedação de cargos, política tributária, agências de fomento, vedação a suplementações) corresponde com preponderância inequívoca à LDO, sendo esse o único instrumento que agrega simultaneamente todas essas funções. As demais alternativas são objetivamente afastadas: a LOA fixa despesas para o exercício corrente; o PPA estabelece diretrizes de médio prazo sem o detalhamento fiscal descrito; a LRF é lei permanente, não instrumento de planejamento anual; e a DFC é demonstração contábil. O gabarito está correto e os pedidos de anulação não encontram amparo.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

GIACOMONI, James. Orçamento público. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Conteúdo Programático:

Instrumentos de planejamento governamental: PPA, LDO e LOA

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'D'.

O recurso 1 alega que as etapas descritas não seriam exclusivas do PDCA. O argumento não procede: em questões de identificação de metodologia, o critério é a correspondência estrutural entre o enunciado e o conceito, não a exclusividade absoluta de cada etapa. O enunciado descreve com precisão as quatro fases do Ciclo PDCA — Plan (diagnóstico, definição de meta e planejamento de ações), Do (implantação do piloto e treinamento), Check (verificação dos resultados após 3 meses) e Act (padronização para todos os cursos e início de novo ciclo) — em sequência explícita e na mesma ordem do modelo. Essa correspondência estrutural é inequívoca.

O recurso 2 sustenta que o Kaizen seria a alternativa correta por descrever melhoria contínua e progressiva. O argumento confunde o instrumento com a filosofia. O Kaizen é uma filosofia de melhoria contínua e incremental, não uma metodologia com etapas estruturadas e sequenciais. O PDCA, por sua vez, é a ferramenta metodológica que operacionaliza o Kaizen e outros sistemas de melhoria — inclusive, o PDCA é frequentemente descrito na literatura como a principal ferramenta do Kaizen. O fato de o enunciado descrever melhoria progressiva e padronização não desloca a resposta para o Kaizen: essas características são igualmente próprias do PDCA, especialmente na fase Act, que encerra um ciclo e inicia o próximo em patamar mais elevado. O enunciado descreve etapas, sequência e estrutura — elementos que identificam o PDCA, não o Kaizen. O gabarito está correto e os pedidos de alteração e anulação não encontram amparo doutrinário

Referência Bibliográfica:

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Conteúdo Programático:

Ciclo PDCA.

CARGO(S): ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - IBIRAMA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - LUZERNA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – VIDEIRA

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita a identificação da alternativa INCORRETA, considerando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e normativas que orientam os sistemas de ensino. Alternativa A: Correta. A assertiva descreve adequadamente a Educação Especial como modalidade responsável por disponibilizar recursos de acessibilidade, serviços e estratégias pedagógicas que favorecem a participação dos estudantes público-alvo no ensino comum. Tal compreensão está em consonância com a PNEEPEI (2008), que define a Educação Especial como modalidade complementar e suplementar ao ensino regular, voltada à eliminação de barreiras à participação e aprendizagem. Não se verifica ambiguidade conceitual que comprometa sua validade.

Alternativa B: Correta. A assertiva está correta ao caracterizar a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, destinada ao público-alvo da Educação Especial. Essa definição corresponde diretamente ao que estabelece a PNEEPEI (2008) e é reiterada em documentos normativos posteriores.

Alternativa C: Incorreta. A assertiva restringe a finalidade da Educação Especial ao desenvolvimento exclusivo de habilidades funcionais e adaptativas, o que contraria frontalmente os princípios da educação inclusiva. Segundo a PNEEPEI (2008), a Educação Especial deve garantir acesso, participação e aprendizagem no ensino comum; promover o desenvolvimento integral do estudante; não se limitar a uma perspectiva funcionalista ou adaptativa. O uso do termo “exclusivamente” torna a assertiva conceitualmente incompatível com os marcos legais, caracterizando erro inequívoco.

Alternativa D: Correta. A assertiva está alinhada à perspectiva inclusiva ao afirmar que a organização da Educação Especial pressupõe o desenvolvimento dos estudantes no contexto da escola comum. Essa diretriz é central na PNEEPEI, que orienta a escolarização em classes comuns com apoio especializado.

Alternativa E: Correta. A assertiva não apresenta anacronismo terminológico (uso de “TEA” em vez de “TGD”). A alternativa expressa um princípio geral das políticas inclusivas: a necessidade de reorganização da gestão escolar para garantir acesso e participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Quanto à terminologia, a expressão “Transtorno do Espectro Autista (TEA)” corresponde à atualização conceitual e normativa consolidada em legislações posteriores, como a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana). O enunciado não restringe a análise exclusivamente à redação literal da PNEEPEI (2008), mas menciona também “normativas que orientam a organização dos sistemas de ensino”, o que inclui atualizações legais e conceituais. Assim, não há erro conceitual na assertiva, tampouco conflito normativo que comprometa sua validade.

A questão não apresenta sobreposição conceitual entre alternativas; ausência de rigor terminológico ou possibilidade de múltiplas interpretações. As alternativas A, B, D e E estão alinhadas à concepção contemporânea de Educação Especial inclusiva, sendo que apenas a alternativa C apresenta erro conceitual inequívoco, por restringir a finalidade da modalidade. Desta forma, não se verifica coexistência de alternativas incorretas, as eventuais generalizações presentes nas demais assertivas não comprometem sua veracidade conceitual.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008; BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).; BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; BRASIL. Lei nº 12.764/2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar. São Paulo: Moderna, 2003.

Conteúdo Programático:

A Educação Especial na Educação Básica, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão solicita a identificação da alternativa INCORRETA acerca das relações entre transformações no mundo do trabalho, políticas educacionais e inserção profissional de pessoas com deficiência visual.

Alternativa A: Incorreta. Afirma que a incorporação de ciência e tecnologia aos processos produtivos teria ampliado significativamente as oportunidades de inserção profissional das pessoas com deficiência visual, chegando a eliminar barreiras estruturais e garantir condições equitativas de acesso ao trabalho. Tal formulação apresenta generalização indevida. Embora avanços tecnológicos possam favorecer a

acessibilidade (como tecnologias assistivas), a literatura especializada e os marcos normativos indicam que as barreiras estruturais, sociais e atitudinais persistem, não sendo possível afirmar sua eliminação nem a garantia plena de equidade. Dessa forma, a assertiva incorre em absolutização indevida, tornando-se incompatível com a realidade social e com os estudos sobre inclusão no trabalho.

Alternativa B: Correta. Reconhece que a inserção profissional das pessoas com deficiência visual não se restringe à qualificação técnica, envolvendo também a superação de barreiras sociais, atitudinais e tecnológicas. Essa abordagem está em consonância com a perspectiva da inclusão social presente na legislação brasileira, especialmente na Lei Brasileira de Inclusão, que define a deficiência em interação com barreiras.

Alternativa C: Correta. Afirma que programas de educação profissional devem estar articulados às demandas do mundo do trabalho, evitando propostas meramente ocupacionais. Essa proposição está em consonância com as Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 1/2021), que defendem a articulação entre formação e mundo do trabalho sem reduzir a educação a uma lógica produtivista. Importante destacar que a crítica a propostas meramente ocupacionais não exclui a formação integral, ao contrário, reforça a necessidade de superar práticas assistencialistas e desarticuladas da realidade social e produtiva. Assim, a assertiva está adequada e não apresenta incorreção inequívoca, não havendo ambiguidade suficiente para comprometer a questão.

Alternativa D: Correta. Reconhece que as políticas de formação se desenvolvem em um contexto de desigualdades sociais e que critérios de produtividade e competitividade podem dificultar processos inclusivos. Tal análise é amplamente respaldada pela literatura crítica sobre trabalho e inclusão, que aponta a tensão entre lógica de mercado e políticas de inclusão social.

Alternativa E: Correta. Indica que a inserção profissional das pessoas com deficiência visual ocorre em um contexto marcado por barreiras sociais, culturais e atitudinais, incluindo preconceitos relacionados à capacidade produtiva. Essa abordagem está alinhada à concepção social da deficiência e aos estudos contemporâneos sobre inclusão no mundo do trabalho.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/2021. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003; SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Conteúdo Programático:

A Educação Especial na Educação Básica, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita a identificação das assertivas corretas acerca das atribuições do profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme as Diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Assertiva I: Correta. A assertiva está em consonância com as Diretrizes do AEE, que estabelecem a atuação do profissional de forma colaborativa e articulada com docentes, núcleos de acessibilidade (como NAPNE) e demais setores institucionais. A natureza do AEE pressupõe trabalho intersetorial e apoio ao ensino comum, sendo essa uma atribuição expressamente prevista.

Assertiva II: Correta. A assertiva está correta ao indicar que o profissional do AEE colabora para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI). As Diretrizes da Rede Federal e a normativa nacional (como a Resolução CNE/CEB nº 4/2009) indicam que o AEE participa do planejamento educacional individualizado, em articulação com os docentes da sala comum.

Assertiva III: Incorreta. A assertiva atribui ao profissional do AEE a função de “registrar as adaptações a serem realizadas nos PEI”, o que exige análise mais precisa. De acordo com as Diretrizes da Rede Federal, o profissional do AEE colabora na elaboração do PEI e orienta quanto aos registros e à documentação; o registro formal das adaptações no PEI não é atribuição exclusiva nem central do profissional do AEE, mas parte de um processo compartilhado, frequentemente vinculado ao docente da sala comum e à equipe pedagógica. Assim, a assertiva incorre em imprecisão funcional, ao atribuir de forma direta e específica ao profissional do AEE uma responsabilidade que, nas Diretrizes, aparece como ação orientadora e colaborativa, e não executora exclusiva, inserida em uma dinâmica coletiva de elaboração e registro.

O registro das adaptações e estratégias pedagógicas é exigido normativamente. Entretanto, o ponto central da questão não é a existência do registro, mas a atribuição funcional específica. O equívoco da assertiva III está em atribuir diretamente ao profissional do AEE a responsabilidade pelo registro, quando as Diretrizes

indicam atuação colaborativa e orientadora; o registro é institucional e compartilhado, não sendo competência isolada do AEE.

Embora planejamento e registro sejam processos articulados, isso não implica identidade de atribuições. A normativa distingue colaborar na elaboração (atribuição explícita do AEE), e o registro formal no PEI, que envolve múltiplos atores. Logo, não há obrigatoriedade de que quem colabora na elaboração seja o responsável direto pelo registro. Sendo assim, não se verifica ambiguidade na questão.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado; BRASIL. Decreto nº 7.611/2011. Dispõe sobre a educação especial e o AEE; BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008; MEC/SEESP. Atendimento Educacional Especializado: Manual de Orientação. Brasília, 2010.

Conteúdo Programático:

A Educação Especial na Educação Básica, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão solicita a associação entre patologias oculares (hipermetropia, miopia e astigmatismo) e suas respectivas características, no contexto do atendimento educacional a estudantes com deficiência visual ou baixa visão.

(3) Astigmatismo: Correta. A descrição refere-se à formação de imagem distorcida decorrente de irregularidades na curvatura da córnea ou do cristalino, característica típica do astigmatismo. Embora o item mencione múltiplos fatores, a ideia central, a “distorção da imagem”, corresponde corretamente à patologia.

(1) Hipermetropia: Correta. A imagem sendo formada “atrás da retina”, associada ao encurtamento do eixo anteroposterior e à dificuldade para visão de perto, caracteriza corretamente a hipermetropia.

(2) Miopia: Correta. A formação da imagem “antes da retina”, associada ao aumento do eixo anteroposterior e à dificuldade para enxergar à distância, corresponde à miopia.

O enunciado não afirma que tais condições configuram deficiência visual, mas que o conhecimento sobre alterações do sistema visual é relevante no atendimento educacional. No campo da Educação Especial, especialmente no AEE, é fundamental compreender o funcionamento visual, as limitações perceptivas e as suas implicações pedagógicas. Erros refrativos (miopia, hipermetropia, astigmatismo), ainda que corrigíveis, impactam diretamente a aprendizagem, especialmente na leitura, na percepção de contraste e no uso de recursos visuais. Portanto, a abordagem está adequada ao campo educacional, não havendo erro conceitual. A questão não exige análise clínica aprofundada, mas reconhecimento das características gerais das patologias. O uso de linguagem sintética em provas objetivas não compromete a validade quando a característica central está correta e não há ambiguidade na identificação da resposta.

O conteúdo programático apresentado no edital prevê “Deficiência física, intelectual, visual e auditiva: deficiência visual, características, implicações pedagógicas”. Para compreender tais implicações, é necessário domínio básico do funcionamento visual e das alterações comuns do sistema visual. Trata-se de conhecimento introdutório e funcional, não especializado ou médico. A questão não exige diagnóstico clínico, mas identificação conceitual básica, plenamente compatível com a formação docente na área.

Referência Bibliográfica:

BICAS, Harley E. A. Refração ocular: conceitos básicos. Arquivos Brasileiros de Oftalmologia, 2003. KANSKI, Jack J.; BOWLING, Brad. Oftalmologia clínica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. VAUGHAN, Daniel; ASBURY, Taylor; RIORDAN-EVA, Paul. Oftalmologia geral. Porto Alegre: AMGH, 2011. BRASIL; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar. São Paulo: Moderna, 2003.

Conteúdo Programático:

Deficiência física, intelectual, visual e auditiva: deficiência visual, características, implicações pedagógicas

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão solicita a análise de assertivas relativas à organização da carga horária do docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme as Diretrizes do AEE na Rede Federal.

Assertiva I: Falsa. A assertiva afirma que a carga horária do docente do AEE destinada à elaboração de planos pode divergir daquela prevista para docentes do ensino regular, no que se refere às atividades de preparação didática e planejamento. De acordo com as Diretrizes do AEE da Rede Federal, a organização da carga horária docente no Plano Individual de Trabalho (PIT) segue os parâmetros institucionais comuns à carreira Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); as especificidades do AEE dizem respeito ao conteúdo e à natureza das atividades, e não à criação de regimes distintos de contabilização da carga horária; não há

previsão normativa que autorize divergência estrutural na distribuição da carga horária de planejamento entre docentes do AEE e do ensino regular. Assim, ainda que as atividades do AEE sejam diferenciadas (PEI, articulação intersetorial, produção de recursos), isso não implica divergência formal na organização da carga horária, mas sim diversificação qualitativa das atividades dentro da mesma estrutura institucional. Portanto, a assertiva apresenta imprecisão normativa, sendo corretamente considerada falsa.

Assertiva II: Falsa. A assertiva restringe a participação do docente do AEE em práticas de ensino colaborativo à solicitação formal da coordenação, negando que essa atuação seja atribuição do AEE. A afirmação contraria diretamente as Diretrizes do AEE, que estabelecem atuação colaborativa como princípio do AEE; articulação contínua com docentes do ensino regular; participação ativa no apoio pedagógico inclusivo. Logo, o ensino colaborativo é atribuição inerente ao AEE, e não condicionada exclusivamente a solicitação formal.

Assertiva III: Falsa. A assertiva afirma que a participação em reuniões pedagógicas e colegiados ocorreria exclusivamente mediante deliberação específica. Essa restrição não encontra respaldo normativo. As Diretrizes indicam que o docente do AEE integra o processo pedagógico institucional e sua participação em espaços colegiados não é excepcional, mas parte da atuação articulada.

Assertiva IV: Verdadeira. A assertiva está correta ao indicar que o docente do AEE pode complementar carga horária em ações formativas; atuar em projetos de ensino; contribuir para a formação institucional e promoção da cultura inclusiva. Essa possibilidade está alinhada às normativas da carreira EBTT e às Diretrizes do AEE, que reconhecem a atuação ampliada do docente.

Referência Bibliográfica:

Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/estudos/diretrizes-de-atendimento-educacional-especializado-ae-e-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica>. Acesso em: 10/03/26.

Conteúdo Programático:

Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão solicita a identificação da alternativa INCORRETA acerca do movimento surdo, considerando a abordagem socioantropológica.

Alternativa A: Correta. A assertiva está adequada ao reconhecer que o movimento surdo denuncia processos históricos de opressão; valoriza produções culturais e afirma a existência de uma identidade linguística e cultural própria. Essa formulação está em consonância com a perspectiva socioantropológica da surdez.

Alternativa B: Correta. A assertiva aborda corretamente o movimento surdo como espaço de construção de identidade e de crítica à hegemonia ouvinte, elemento central na literatura da área.

Alternativa C: Correta. A alternativa está correta ao destacar a reivindicação pelo reconhecimento das línguas de sinais como elemento fundamental da identidade surda.

Alternativa D: Incorreta. A assertiva afirma que, embora o movimento surdo tenha superado a perspectiva exclusivamente clínica, manteve como referência predominante a compreensão da surdez como deficiência. Essa afirmação contraria diretamente a perspectiva socioantropológica, segundo a qual o movimento surdo promove um deslocamento epistemológico; a surdez passa a ser compreendida como diferença linguística e cultural, e não como deficiência; tece críticas explícitas ao modelo clínico-terapêutico. Portanto, não se trata de uma “reinterpretação” da deficiência, mas de uma ruptura com essa lógica.

Alternativa E: Correta. A assertiva está adequada ao afirmar que a identidade surda não é determinada pela perda auditiva, mas construída socialmente, especialmente por meio da língua de sinais e das interações visuais. A alternativa está plenamente alinhada à perspectiva socioantropológica da surdez, amplamente consolidada na literatura, não apresentando contradição conceitual. Expressa um princípio central do movimento surdo, a identidade construída social e culturalmente e a centralidade da língua de sinais. Dessa forma, não há ambiguidade ou dupla interpretação que comprometa a questão.

Referência Bibliográfica:

FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. Curitiba: InterSaberes, 2012. Páginas 54 e 55.

Conteúdo Programático:

Deficiência física, intelectual, visual e auditiva. Referência Bibliográfica utilizada.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão solicita a identificação da alternativa INCORRETA, considerando a evolução das interpretações científicas sobre o autismo.

Alternativa A: Correta. A assertiva está adequada ao mencionar os estudos de Lorna Wing e Judith Gould, que contribuíram para a formulação da chamada “tríade de comprometimentos” (interação social,

comunicação e comportamentos restritos/repetitivos). Essa abordagem é amplamente reconhecida na literatura.

Alternativa B: Correta. A ideia de espectro está corretamente apresentada ao indicar variação na intensidade e combinação dos sintomas, sendo um conceito consolidado nas classificações contemporâneas do autismo.

Alternativa C: Correta. A assertiva está em conformidade com os estudos de Simon Baron-Cohen e Uta Frith, que relacionaram o autismo a dificuldades na Teoria da Mente.

Alternativa D: Correta. A definição de teoria da mente está adequada, ao descrevê-la como a capacidade de compreender estados mentais próprios e alheios e de prever comportamentos, habilidade que se desenvolve progressivamente na infância.

Alternativa E: Incorreta. A assertiva afirma que crianças com autismo apresentam desenvolvimento mais precoce da teoria da mente. Tal afirmação contraria diretamente a literatura científica consolidada, que demonstra que há atraso ou prejuízo no desenvolvimento da teoria da mente em crianças com TEA, sendo que essa dificuldade está relacionada a desafios na interação social e na compreensão de estados mentais alheios. Trata-se de erro conceitual claro e inequívoco.

A questão não apresenta mais de uma alternativa incorreta, duplicidade de resposta ou ambiguidades. Observa-se que as alternativas A, B, C e D estão conceitualmente corretas e amplamente respaldadas pela literatura científica; a alternativa D apresenta definição precisa e consolidada, não havendo qualquer inconsistência; apenas a alternativa E apresenta erro inequívoco.

Referência Bibliográfica:

FACION, José Raimundo. Transtornos do desenvolvimento e do comportamento. Curitiba: InterSaber, 2013. Páginas 17 a 25.

Conteúdo Programático:

Transtorno do Espectro Autista. Referência Bibliográfica utilizada:

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita a identificação das assertivas corretas à luz dos fundamentos legais e conceituais da educação bilíngue para estudantes surdos.

Assertiva I: Correta. A assertiva está alinhada à perspectiva socioantropológica da surdez e às normativas educacionais contemporâneas ao superar enfoques exclusivamente clínicos; reconhecer a surdez como diferença linguística e cultural e orientar práticas pedagógicas inclusivas. Está em consonância com a Política Nacional de Educação Especial (2008) e com a legislação recente sobre educação bilíngue. Em itens de julgamento objetivo, a presença de um elemento conceitualmente incorreto invalida a assertiva como um todo. O erro não é secundário, mas incide sobre o núcleo conceitual da educação bilíngue.

Assertiva II: Correta. A assertiva está adequada ao reconhecer o papel dos educadores surdos; a mediação linguística e cultural e a Libras como língua de instrução e elemento identitário. Tal entendimento é reforçado por dispositivos como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 14.191/2021. A afirmação “A Libras pode atuar como apoio à aprendizagem do português” é verdadeira no plano pedagógico, contudo, a assertiva afirma que essa é sua função prioritária, o que contraria a legislação.

Assertiva III: Incorreta. A assertiva apresenta um problema conceitual relevante ao afirmar que a Libras deve ser utilizada “prioritariamente como recurso de apoio à aprendizagem da Língua Portuguesa”. Embora a assertiva contenha elementos parcialmente corretos (como a ampliação da formação de profissionais e a garantia de acesso ao currículo), o erro está no trecho final, que reduz a Libras a um instrumento de apoio e atribui a ela função prioritariamente subordinada ao ensino da Língua Portuguesa. Conforme a legislação vigente, a Libras é língua de instrução (L1) na educação bilíngue de surdos; a Língua Portuguesa escrita é ensinada como segunda língua (L2) e a Libras não é recurso auxiliar, mas meio principal de acesso ao conhecimento e ao currículo. Portanto, o uso do termo “prioritariamente como recurso de apoio” descaracteriza o modelo bilíngue legalmente estabelecido. A assertiva não apresenta ambiguidade ou dupla interpretação, uma vez que o termo “prioritariamente” define claramente uma hierarquia funcional, tão pouco mistura conceitos. Ainda que a assertiva articule elementos corretos e incorretos, isso não compromete a objetividade da questão.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 10.436/2002 — Reconhecimento da Libras. BRASIL. Decreto nº 5.626/2005 — Regulamentação da Libras; BRASIL. Lei nº 14.191/2021 — Educação bilíngue de surdos; BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008; SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998; QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Conteúdo Programático:

Deficiência física, intelectual, visual e auditiva.

QUESTÃO: 49 - ANULADA.

Verificou-se que a primeira assertiva foi elaborada com base em redação normativa que sofreu alteração no âmbito do Decreto nº 12.686/2025, posteriormente modificada pelo Decreto nº 12.773/2025, o que impacta diretamente a correspondência entre o enunciado e a legislação vigente. Em razão dessa atualização normativa, a interpretação do item passa a admitir inconsistência quanto à classificação da primeira assertiva, repercutindo na sequência de respostas possíveis. Dessa forma, a análise técnica evidenciou que a sequência compatível com a redação normativa atual não se encontra contemplada entre as alternativas apresentadas, o que compromete a resolução objetiva da questão. Diante desse cenário, e considerando a necessidade de preservação da isonomia entre os candidatos e da objetividade do certame, anula-se a questão.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2025; BRASIL. Decreto nº 12.773, de 2025. Altera dispositivos do Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2025.

Conteúdo Programático:

Fundamentos históricos, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Marcos normativos da Educação Especial no Brasil. A Educação Especial na Educação Básica, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior.

QUESTÃO: 50 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão trata das políticas educacionais relativas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), exigindo do candidato a articulação entre dispositivos normativos e sua aplicação nos diferentes níveis de ensino.

Assertiva I: Correta. A assertiva encontra respaldo no Decreto nº 7.611/2011, que prevê a possibilidade de oferta do AEE na rede regular de ensino e, excepcionalmente, em centros especializados públicos ou conveniados.

Assertiva II: Correta. A assertiva está em conformidade com a organização dos sistemas de ensino, que estabelecem critérios de credenciamento e funcionamento e regulam a atuação de instituições privadas conveniadas.

Assertiva III: Correta. A assertiva refere-se à organização institucional do apoio ao estudante com deficiência na educação superior federal, indicando que os núcleos de acessibilidade constituem instâncias responsáveis por promover condições de acesso, permanência e participação; sendo que tais estruturas podem assumir funções relacionadas ao apoio educacional especializado.

A redação não estabelece equivalência absoluta entre núcleo de acessibilidade e AEE, mas indica forma de efetivação institucional das ações de apoio, o que está em consonância com políticas públicas como o Programa Incluir e com diretrizes de acessibilidade na educação superior. O uso da expressão “será efetivado” deve ser compreendido no contexto de organização administrativa predominante, não implicando exclusividade rígida ou uniformidade absoluta entre instituições. A assertiva não afirma identidade conceitual, mas relação funcional. A literatura e as políticas públicas reconhecem os núcleos de acessibilidade como principais instâncias institucionais de implementação das ações de inclusão no ensino superior.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008; BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996; BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Conteúdo Programático:

Fundamentos históricos, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Marcos normativos da Educação Especial no Brasil. A Educação Especial na Educação Básica, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior.

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão discute as diferentes terminologias historicamente utilizadas para caracterizar indivíduos com altas habilidades/superdotação.

1. Talentoso: Correto. A descrição apresentada refere-se ao desempenho elevado em domínio específico, associado à interação entre predisposição, oportunidades e dedicação, o que corresponde ao conceito de indivíduo talentoso.

2. Gênio: Correto. A descrição enfatiza a produção com impacto histórico e transformação de paradigmas, característica distintiva do conceito de gênio, conforme consolidado na literatura.

3. Prodígio: Correto. A descrição aponta para desempenho em nível comparável ao de especialistas adultos ainda na infância, definição clássica de prodígio.

4. Precoces: Correto. A descrição refere-se à antecipação do desenvolvimento de habilidades em relação à faixa etária, o que caracteriza a precocidade.

As descrições fornecidas no enunciado apresentam marcadores distintivos claros, tais como: impacto histórico (gênio); desempenho equivalente a especialista adulto (prodígio); antecipação do desenvolvimento (precoces), desempenho elevado com base em desenvolvimento e prática (talentoso). Esses elementos permitem diferenciação objetiva. A questão apresenta enunciado claro e descrições conceitualmente diferenciadas, não havendo ambiguidade que comprometa a resolução objetiva.

Referência Bibliográfica:

SABATELLA, Maria Lúcia Prado. Talento e superdotação: problema ou solução? Curitiba: InterSaberes, 2013. Página 73

Conteúdo Programático:

Público-alvo da Educação Especial: conceituação, características e implicações pedagógicas.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão aborda características frequentemente associadas a estudantes com altas habilidades/superdotação, exigindo do candidato a identificação de traços reconhecidos na literatura especializada, sem desconsiderar a diversidade desse público.

Assertiva I: Incorreta. A assertiva afirma que o senso de humor em estudantes com altas habilidades tende a manifestar-se predominantemente por formas simples e literais, com baixa incidência de recursos como ironia, ambiguidade e jogos semânticos. Tal afirmação contraria a literatura da área, que aponta que esses estudantes frequentemente apresentam humor mais elaborado, uso precoce de abstrações, compreensão de ironias e duplos sentidos. Portanto, trata-se de generalização incompatível com o perfil descrito, sendo incorreta.

Assertiva II: Incorreta. A assertiva apresenta organização pessoal, cuidado com materiais e rotinas estruturadas como características frequentemente associadas e indicadores consistentes de altas habilidades. Embora tais características possam ocorrer em alguns casos, a literatura especializada indica que não constituem traços típicos ou definidores, não sendo indicadores consistentes desse perfil. Muitos estudantes superdotados apresentam, inclusive, comportamentos desorganizados, especialmente em contextos de desmotivação ou desajuste escolar. O erro da assertiva está no caráter generalizante e normativo (“frequentemente” / “indicadores consistentes”), o que a torna inadequada.

Assertiva III: Correta. A assertiva descreve elevada sensibilidade emocional, preocupação com questões amplas e intensidade na vivência de problemas sociais e existenciais. Esses elementos são amplamente reconhecidos na literatura sobre altas habilidades/superdotação, especialmente no campo socioemocional.

O público com altas habilidades é heterogêneo, contudo, a questão não exige universalidade, mas identificação de características frequentemente associadas, conforme enunciado.

Referência Bibliográfica:

SABATELLA, Maria Lúcia Prado. Talento e superdotação: problema ou solução? Curitiba: InterSaberes, 2013. Páginas 86 e 87

Conteúdo Programático:

Público-alvo da Educação Especial: conceituação, características e implicações pedagógicas.

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão exige a identificação das partes INCORRETAS de um texto que articula diferentes interpretações presentes na literatura sobre formação docente para a educação inclusiva.

O item não solicita a identificação de afirmações “possíveis” ou “defensáveis”, mas daquelas que, no campo acadêmico contemporâneo, apresentam limitações conceituais relevantes ou reducionismos analíticos.

1ª parte: Incorreta. A assertiva atribui à qualificação pedagógica do professor um papel fundamental e central, ao mesmo tempo em que define as demais instâncias institucionais como de caráter complementar. Essa formulação é considerada reducionista pela literatura contemporânea, pois aponta que a educação inclusiva depende de ações sistêmicas e articuladas; fatores como gestão escolar, políticas públicas, acessibilidade, apoio especializado e organização institucional não possuem caráter meramente complementar, mas estruturante e corresponsável; a centralidade exclusiva da docência tende a deslocar responsabilidades institucionais mais amplas. Assim, embora a mediação docente seja relevante, a hierarquização apresentada na assertiva não reflete adequadamente o entendimento atual da área.

2ª parte: Incorreta. A assertiva sustenta que a inclusão de conteúdos sobre diversidade pode ocorrer sem alterações estruturais nos currículos de formação docente. A afirmação contraria a literatura especializada,

que defende a necessidade de reorganização curricular, a revisão de paradigmas formativos e a incorporação sistemática da educação inclusiva nos cursos de formação.

3ª parte: Correta. A assertiva reconhece a importância da formação continuada diante do caráter dinâmico das demandas educacionais inclusivas. Está em consonância com a produção acadêmica da área e as diretrizes de políticas públicas educacionais.

O Decreto nº 7.611/2011 não procede a aplicação direta ao caso, pois caracteriza o AEE como complementar ou suplementar à escolarização. A questão trata da organização geral das práticas inclusivas, não da natureza específica do AEE, trata-se de planos conceituais distintos. A questão não apresenta ambiguidade, mantendo objetividade e unicidade de resposta.

Referência Bibliográfica:

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; GAMES, Erica Costa Viqueti; PEREIRA, Marlene Cristina da Silva; ANDRADE, Kássia Reijane dos Santos; DA SILVA, Maria Alexsandra Sanches. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS. ARACÊ, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 12750–12764, 2025. DOI: 10.56238/arev7n3-151. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3886>. Acesso em: 11 mar. 2026.

Conteúdo Programático:

Formação docente e cultura institucional inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica. Desenvolvimento de ações formativas para docentes.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão solicita a identificação da alternativa INCORRETA acerca da Desordem do Processamento Auditivo (DPA), tema consolidado na literatura fonoaudiológica e educacional.

Alternativa A: Correta. Define adequadamente a DPA como alteração no processamento auditivo central, distinguindo-a de perda auditiva periférica e de comprometimentos intelectuais. A redação não exclui comorbidades, apenas delimita o construto clínico, em consonância com a literatura.

Alternativa B: Correta. Descreve repercussões educacionais típicas como dificuldade em seguir instruções verbais, prejuízo na atenção auditiva e no impacto na compreensão linguística.

Alternativa C: Correta. A assertiva menciona dificuldades na compreensão de linguagem figurada como frequentemente associadas. Trata-se de associação possível no contexto educacional, pois déficits no processamento auditivo podem impactar a compreensão global da linguagem oral, assim como a interpretação de mensagens complexas, incluindo linguagem não literal, pode ser afetada indiretamente. A alternativa não afirma causalidade exclusiva nem característica nuclear, apenas associação o que a mantém aceitável.

Alternativa D: Correta. Reconhece a importância da identificação precoce para diagnóstico educacional e o planejamento de intervenções pedagógicas e terapêuticas.

Alternativa E: Incorreta. Apresenta dois equívocos centrais: redução etiológica indevida, a DPA não é predominantemente estrutural, mas funcional e multifatorial; confusão entre recepção e processamento, a recepção auditiva refere-se ao sistema periférico, e a DPA envolve o processamento central das informações auditivas. Trata-se de erro conceitual objetivo, associar a DPA predominantemente a alterações estruturais e afirmar comprometimento da recepção dos estímulos sonoros, o que caracteriza perda auditiva periférica, e não DPA.

Referência Bibliográfica:

RUSSO, Luiza; PEREIRA, Luiza Percevallís. Alguns aspectos dos transtornos funcionais específicos. Disponível em: https://iparadigma.org.br/biblioteca/alguns-aspectos-dos-transtornos-funcionais-especificos/?gad_source=1&gad_campaignid=22664234069&gbraid=0AAAAAob6nUf9kwJrhTWv3DJt2EadYGO6p&gclid=CjwKCAjw687NBhB4EiwAQ645dhDH1SOLrq-FeeVi9V2XGVN2eAaMOYjyoCuRMLwIOSYjDhW6Fx-8rxoCH2kQAvD_BwE. Acesso em: 13/03/26

Conteúdo Programático:

Transtornos funcionais específicos.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão exige a identificação da alternativa incorreta acerca dos fundamentos históricos, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva no Brasil.

A alternativa C apresenta imprecisão normativa objetiva, ao atribuir à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) competência para proibir a cobrança de valores adicionais por instituições privadas, o que não corresponde ao ordenamento jurídico brasileiro.

Alternativa A: Correta. Reflete com fidelidade o texto do art. 208, III, da Constituição Federal de 1988: “atendimento educacional especializado [...] preferencialmente na rede regular de ensino”. Trata-se de reprodução normativa adequada, sem extrapolação conceitual.

Alternativa B: Correta. Baseia-se no art. 59 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), que determina currículos, métodos e recursos específicos e organização educacional adequada às necessidades dos estudantes. A expressão “consolidação do princípio” não configura erro, mas síntese interpretativa amplamente aceita na literatura educacional.

Alternativa C: Incorreta. Apresenta erro técnico-jurídico. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é documento orientador, sem força normativa para impor proibições legais. A vedação de cobrança adicional foi estabelecida com força legal pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, especialmente nos artigos. 28 e 30. Portanto, há atribuição normativa indevida, tornando a alternativa incorreta.

Alternativa D: Correta. Corresponde ao conteúdo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pois reafirma o direito à educação inclusiva e estabelece medidas de acessibilidade e participação.

Alternativa E: Correta. Refere-se corretamente à influência da Declaração de Salamanca, apresentando a reorganização dos sistemas de ensino e a valorização da diversidade no ensino comum

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988; BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996; BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008; BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015; UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

Conteúdo Programático:

Fundamentos históricos, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva; Marcos Normativos Referência Bibliográfica utilizada:

QUESTÃO: 58 - ANULADA.

Verificou-se que a sequência cronológica correta dos eventos apresentados, referente à criação de instituições históricas da Educação Especial no Brasil, não está contemplada em nenhuma das alternativas disponíveis. Tal inconsistência compromete a objetividade do item, uma vez que impede a identificação de uma resposta única e inequívoca. Dessa forma, em conformidade com os princípios da objetividade e da isonomia, anula-se a questão.

Referência Bibliográfica:

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011; BRASIL. Instituto Benjamin Constant: história. Rio de Janeiro: IBC; ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE (AACD). Histórico institucional. São Paulo; FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. História das APAEs no Brasil. Brasília.

Conteúdo Programático:

Fundamentos históricos, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'B'.

Embora existam variações terminológicas em diferentes traduções, o modelo descrito na questão apresenta características claramente definidas e reconhecíveis como ensino alternativo: divisão intencional da turma; atendimento focalizado a pequeno grupo; manutenção do ensino simultâneo para o grupo maior; recomposição da turma após a intervenção. Tais elementos afastam a possibilidade de enquadramento em outros modelos, como: ensino paralelo (grupos equivalentes com o mesmo conteúdo); ensino em equipe (docência simultânea para toda a turma); ensino em estações (rotação entre atividades); “ensino complementar” (não reconhecido como categoria formal de coensino).

A) Ensino paralelo: Incorreta. No ensino paralelo, a turma é dividida em dois grupos equivalentes, e ambos os professores trabalham simultaneamente o mesmo conteúdo, com objetivos semelhantes. Na situação descrita, há diferenciação de objetivos (um grupo revisa ou aprofunda), não há equivalência entre os grupos.

B) Ensino alternativo: Correta. No ensino alternativo, um professor trabalha com o grupo maior, seguindo o planejamento regular; o outro professor atende um grupo menor, com foco em: reforço; revisão; aprofundamento de habilidades. Os estudantes retornam posteriormente ao grupo principal.

C) Ensino em equipe: Incorreta. No ensino em equipe ambos os docentes atuam simultaneamente com toda a turma e há compartilhamento contínuo da condução da aula. Na situação descrita, há divisão de grupos, o que descaracteriza esse modelo.

D) Ensino em estações: Incorreta. No ensino em estações a turma é organizada em estações de aprendizagem; os estudantes circulam entre diferentes atividades; há rotação sistemática entre os grupos. Na questão não há rotação entre atividades, havendo apenas um grupo específico com intervenção pontual.

E) Ensino complementar: Incorreta. O termo não corresponde a um modelo formal de coensino. "Complementar" refere-se ao caráter do AEE nas políticas educacionais, não designa uma estratégia estruturada de coensino na literatura especializada

Referência Bibliográfica:

FRIEND, Marilyn; COOK, Lynne. Interactions: collaboration skills for school professionals. Boston: Pearson, 2013.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo: estratégia de inclusão escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

Conteúdo Programático:

Estratégias colaborativas e coensino

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão aborda a CID-11 define subcategorias do TEA combinando a presença ou ausência de deficiência intelectual e o grau de comprometimento da linguagem funcional.

6A02.0: sem deficiência intelectual + linguagem leve comprometida ou ausente

6A02.1: com deficiência intelectual + linguagem leve comprometida ou ausente

6A02.2: sem deficiência intelectual + linguagem prejudicada

6A02.3: com deficiência intelectual + linguagem prejudicada

6A02.5: com deficiência intelectual + ausência de linguagem.

Assertiva I: Correta. Confere com a descrição 6A02.0.

Assertiva II: Incorreta. Afirma 6A02.2 com deficiência intelectual + linguagem leve/ausente. Sendo o correto: sem deficiência intelectual + linguagem prejudicada

Assertiva III: Incorreta. Afirma 6A02.3 com linguagem preservada. Sendo o correto: linguagem prejudicada

Assertiva IV: Correta. Corresponde corretamente ao 6A02.5.

A questão aborda a classificação do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) conforme a CID-11, articulando dois critérios centrais: a presença ou ausência de deficiência intelectual e o nível de comprometimento da linguagem funcional.

A cobrança desse conteúdo não se restringe a uma abordagem clínica, mas integra o campo da caracterização do transtorno, previsto no escopo formativo do professor que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE). A sua atuação exige a compreensão das características funcionais dos estudantes, independentemente da existência de laudo clínico formal. Dessa forma, a identificação de níveis de linguagem funcional e de funcionamento cognitivo subsidia a análise das barreiras à aprendizagem; tais elementos orientam a organização de estratégias pedagógicas acessíveis e diferenciadas; contribuem para a elaboração de recursos de acessibilidade, adaptações curriculares e mediações adequadas. Assim, a compreensão dos níveis de funcionamento associados ao TEA é relevante para a identificação de necessidades educacionais, planejamento pedagógico e atuação qualificada no Atendimento Educacional Especializado. Sendo assim, a utilização de classificações amplamente difundidas, como a CID-11, não implica a exigência de competência diagnóstica, mas sim a compreensão de descritores técnicos que subsidiam a prática educacional, a leitura qualificada de informações presentes em laudos, quando existentes e a capacidade de traduzir características funcionais em estratégias pedagógicas. Importa destacar que o trabalho pedagógico no AEE não depende exclusivamente de diagnóstico clínico, mas baseia-se na análise das necessidades educacionais e das barreiras à aprendizagem e à participação, conforme diretrizes da educação inclusiva.

Referência Bibliográfica:

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-11. Genebra: OMS, 2019; BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 91/2024. Implementação da CID-11 no Brasil. Brasília, 2024.

Conteúdo Programático:

Transtorno do Espectro Autista. Referência Bibliográfica utilizada:

Transtorno do Espectro Autista.

CARGO(S): ENGENHARIA AGRÍCOLA - SANTA ROSA DO SUL

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'A'.

Da solicitação: O candidato solicita mudança de gabarito ou anulação da questão por entender que há simplificação nas informações da assertiva IV, e que isso prejudicou o entendimento.

Da resposta da banca: A questão apresenta aos candidatos uma análise de assertivas relativas ao entendimento dos aspectos referentes ao sistema de irrigação. Assim, explicando um a um do embasamento das assertivas que as tornam corretas ou não, temos: A equação $LB=LL/Ea$ é a base do projeto. Como a eficiência está no denominador, quanto mais eficiente o sistema, menor será a quantidade total de água captada para suprir a mesma necessidade da planta; A variação de pressão na linha lateral deve ser inferior a 20% da pressão de serviço para garantir que a vazão entre o primeiro e o último aspersor não varie mais que 10%, mantendo a uniformidade; A vazão do sistema depende diretamente do tempo de operação. Quanto menos horas por dia o produtor puder irrigar (ex: para evitar horários de pico de energia), maior deverá ser a vazão da bomba e o diâmetro das tubulações para entregar o mesmo volume de água; O cálculo da altura manométrica total representa todo o esforço que a bomba deve fazer: vencer a gravidade (desnível), superar o atrito (perda de carga) e ainda entregar a água com a pressão necessária para o funcionamento do emissor. Assim a banca INDEFERE a solicitação e mantém o gabarito oficial.

Referência Bibliográfica:

Ferreira, Valber Mendes. Irrigação e drenagem. Floriano, PI: EDUFPI, 2011. 126 p.: il. Disponível em <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/irrigacao/livros/IRRIGACAO%20E%20DRENAGEM%20E%20TEC.pdf>. Acessado em 20 de março de 2026.

Conteúdo Programático:

Irrigação e Drenagem. Métodos de irrigação. Dimensionamento de sistemas de irrigação. Manejo da irrigação. Qualidade da água para irrigação. Sistemas de drenagem agrícola. Eficiência no uso da água.

CARGO(S): ENGENHARIA DE ALIMENTOS – CONCÓRDIA

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'B'.

O enunciado da questão menciona o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, que envolve fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores no âmbito da logística reversa e não há incoerência entre enunciado e gabarito, mas sim a exigência de distinção técnica entre responsabilidade compartilhada e obrigações específicas de cumprimento de metas regulatórias.

De acordo com o Art. 31 do Capítulo X - Metas e Cronograma e Anexo II do Decreto nº 12.688, de 21/10/2025, a assertiva I está incorreta, pois ficam estabelecidos os percentuais mínimos nacionais, em conformidade com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, para o índice de conteúdo reciclado incorporado às embalagens de plástico de 22,0%, a partir de 2026, aumentando gradativamente até atingir 40,0%, no ano de 2040. Na redação da assertiva I, consta explicitamente que se trata de índice de conteúdo reciclado incorporado às embalagens de plástico, não havendo confusão com metas de recuperação ou reciclagem.

A assertiva II apresenta corretamente os prazos para as metas de conteúdo reciclado para empresas de pequeno e grande porte, conforme disposto no Art. 34 do Capítulo X - Metas e Cronograma.

A assertiva III está incorreta, pois as metas relacionadas à incorporação de conteúdo reciclado deverão ser cumpridas pelos fabricantes e importadores, conforme consta no Art. 33 do Capítulo X - Metas e Cronograma. Os comerciantes, assim como consumidores, embora integrem o sistema de responsabilidade compartilhada na logística reversa, não são responsáveis pela incorporação de material reciclado na embalagem. Neste caso, não se trata de omissão ou exemplificação parcial, mas sim de erro conceitual quanto aos responsáveis legais. Em relação à alegação de extrapolação do conteúdo programático, destaca-se que o tema abordado integra o conteúdo programático "Materiais para Embalagem", estando também associado à sustentabilidade e gestão na indústria de alimento. A cobrança de norma atualizada não configura violação ao edital, mas uma atualização normativa pertinente ao conteúdo programático.

Após avaliação dos recursos pela banca examinadora, não existem fundamentos para anulação da questão ou alteração do gabarito, estando apenas a assertiva II correta, permanecendo o gabarito da questão inalterado.

Referência Bibliográfica:

DECRETO Nº 12.688, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.688-de-21-de-outubro-de-2025-663997501>

Conteúdo Programático:

Materiais de embalagem.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'C'.

A alegação de ambiguidade na alternativa E não se sustenta, pois a questão apresenta uma formulação conceitual geral de termodinâmica, na qual se adota a convenção usual de engenharia e física para sistemas fechados. Nesse contexto, a alternativa E está correta ao indicar que a interação de calor ou trabalho está associada ao aumento ou diminuição da energia do sistema, conforme a convenção padrão adotada na Primeira Lei da Termodinâmica.

As diferentes convenções de sinal existentes na literatura, mesmo que não explicitada na questão, não invalida a afirmação e não geram ambiguidade no enunciado, pois a questão não exige distinção entre convenções avançadas, sendo suficiente a interpretação conceitual fundamental do tema.

Dessa forma, não há duplicidade de respostas corretas nem inconsistência que justifiquem anulação da questão, pois alternativa C está claramente incorreta, uma vez que calor e trabalho não são propriedades de um sistema nem funções de estado, mas sim formas de interação ou transferência de energia.

Dessa forma, mantém-se o gabarito da questão inalterado.

Referência Bibliográfica:

TADINI, C. C. et al. Operações Unitárias na Indústria de Alimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. v. 1, p. 24-25.

Conteúdo Programático:

Fundamentos de transferência de calor, massa e quantidade de movimento.

Operações unitárias na indústria de alimentos.

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão solicita que seja identificada a alternativa correta entre as alternativas apresentadas. A alternativa considerada correta (B) está adequada ao descrever os testes descritivos, como aqueles que permitem a identificação e a quantificação dos atributos sensoriais por julgadores treinados.

Na literatura de análise sensorial, especialmente em métodos consolidados como a Análise Descritiva Quantitativa (QDA) e variações correlatas, a etapa de quantificação da intensidade dos atributos é elemento intrínseco da abordagem descritiva, ainda que diferentes metodologias possam variar em escala ou forma de mensuração.

A quantificação não se restringe a uma metodologia isolada, mas constitui característica essencial dos métodos descritivos estruturados amplamente utilizados em pesquisa e desenvolvimento de alimentos, controle de qualidade e caracterização sensorial.

Quanto à alegação de que as demais alternativas apresentariam inconsistências, ressalta-se que estas estão incorretas por apresentarem definições conceituais divergentes da literatura de análise sensorial, não comprometendo a unicidade da resposta correta.

Dessa forma, a questão apresenta alternativa correta claramente identificável, não havendo ambiguidade ou ausência de resposta adequada que justifique sua anulação, mantendo-se o gabarito da questão inalterado.

Referência Bibliográfica:

NESPOLO, C. R. et al. Práticas em Tecnologia de Alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 175.

DUTCOSKY, S. D. Análise Sensorial de Alimentos. 5ª ed. Curitiba: PUCPRESS, 2019. 540 p.

Conteúdo Programático:

Métodos sensoriais.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'E'.

O gabarito da questão mostra a alternativa E como correta, completando o fluxograma na seguinte sequência: Arroz em casca – Pré-limpeza – Maceração (encharcamento) (1) – Tratamento com vapor (gelatinização) (2) – Secagem – Descascamento (3) – Polimento (4) – Seleção (5) – Empacotamento.

A sequência apresentada está compatível com o processamento de acordo com literatura técnica, que indica que a classificação/seleção ocorre após o beneficiamento do grão, isto é, depois do descasque e polimento.

A EMBRAPA descreve que a classificação/seleção do arroz é baseada nas dimensões dos grãos inteiros após o descasque e polimento, nos tipos 1 a 5, onde o primeiro tipo indica a menor quantidade de grãos defeituosos, em virtude da etapa de polimento poder danificar o grão. A classificação/seleção é etapa compatível com o final do beneficiamento, conforme a literatura técnica e a normatização de classificação de arroz após descasque e polimento.

Diante disso, não há inconsistência que justifique anulação da questão, mantendo-se o gabarito da questão inalterado.

Referência Bibliográfica:

NESPOLO, C. R. et al. Práticas em Tecnologia de Alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 112-114.

Conteúdo Programático:

Processamento de frutas, hortaliças e grãos.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'B'.

A alternativa B indicada como correta está em consonância com o conceito de APPCC, cujo objetivo central é identificar, avaliar e controlar perigos ao longo do processo de produção e processamento de alimentos, em abordagem preventiva e sistemática. A redação da alternativa não exclui outras fases da cadeia produtiva, como recebimento, armazenamento, manipulação, processamento e distribuição, quando aplicável, apenas sintetiza o escopo de aplicação do sistema. As demais alternativas apresentadas apresentam erros conceituais e não se mostram adequadas à definição APPCC.

Dessa forma, não há inconsistência conceitual apta a justificar a anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

AZEREDO, D. R. P. Inocuidade dos alimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017. v. 1, p. 196-197, 244.

QUESTÃO: 44 - ANULADA.

A assertiva II está incorreta, pois alto teor de amilose é preferido para obtenção de produtos fritos por apresentarem menor absorção de gordura durante e após o processamento.

A assertiva V também está incorreta, pois mesmo que processo de hidrólise do amido e acúmulo de glicose seja revertido pelo aumento da temperatura (condicionamento), ainda assim a textura da batata é alterada.

Assim, as assertivas corretas são I, III e IV,

Não havendo alternativa que contemple as assertivas corretas, a questão é ANULADA.

Referência Bibliográfica:

KOBLITZ, M. G. B. Matérias-primas alimentícias: composição e controle de qualidade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. p. 26, 28, 32.

Conteúdo Programático:

Alterações físicas, químicas e bioquímicas durante o processamento e armazenamento.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após avaliação dos recursos, constata-se que a alternativa B é a única que não está correta. A Lei de Fourier pode ser aplicada em regime transiente (em que a temperatura varia com o tempo), casos multidimensionais (nos quais a temperatura varia em mais de uma direção) e em geometrias complexas (onde a solução é mais complexa). Nesses casos frequentemente recorre-se a métodos numéricos para a resolução, mas a Lei de Fourier continua válida como base fenomenológica da condução de calor.

A condução térmica é um processo de difusão de energia térmica. A analogia matemática e conceitual entre difusão de calor (Lei de Fourier/condução térmica) e difusão de massa (Lei de Fick) é referenciada na literatura difusão térmica e difusão de massa, respectivamente.

No texto de Incropera *et al.* (2015, p. 45), os autores afirmam que “a condutividade térmica do material é classificada como uma propriedade de transporte e fornece uma indicação da taxa na qual a energia é transferida pelo processo de difusão. Ela depende da estrutura física da matéria, atômica e molecular, que está relacionado ao estado da matéria.” A literatura denomina a equação da condução como “equação de difusão de calor”, tratando a condutividade térmica como propriedade de transporte análoga ao coeficiente de difusão de massa. Assim, a expressão “processo de difusão”, mencionado na alternativa D, refere-se à difusão de energia térmica, não à difusão de massa, não havendo ambiguidade técnica.

A condutividade térmica do material deve ser conhecida ou medida para aplicação da Lei de Fourier e depende da estrutura física da matéria, conforme mencionado anteriormente. Contudo, o valor numérico da condutividade térmica do material é determinado experimentalmente mediante aplicação da lei de Fourier como princípio, medindo-se o fluxo de calor e o gradiente de temperatura. Assim, a redação da alternativa não configura erro conceitual pois descreve corretamente a relação entre a Lei de Fourier e a dependência da condutividade térmica na determinação do fluxo térmico.

Além disso, de acordo com as referências da área (ÇENGEL, *et al.*, 2015; INCROPERA *et al.*, 2015), afirma-se que a Lei de Fourier aplica-se a todos os estados físicos (sólido, líquido e gás), desde que haja gradiente de temperatura, descrevendo o mecanismo de condução. Em fluidos em movimento, a transferência de calor envolve ainda convecção, mas a parcela condutiva continua regida pela Lei de Fourier. Não há informação incorreta na alternativa C, mas uma afirmação válida, sobre a aplicabilidade da Lei de Fourier à matéria em qualquer estado físico.

Desse modo, não há ambiguidade suficiente nem, tampouco, duplicidade de respostas para justificar a anulação da questão ou alteração do gabarito, mantendo-se o gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica:

INCROPERA, F. P. Fundamentos de Transferência de Calor e de Massa. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. p. 44-45.

Conteúdo Programático:

Fundamentos de transferência de calor, massa e quantidade de movimento.

Transferência de calor e massa.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'C'.

O contexto da questão limita-se a afirmar que o fenômeno da difusão mássica ocorre nos estados gasoso, líquido e sólido, afirmação amplamente consolidada na literatura de Fenômenos de Transporte e Transferência de Massa. A diferença entre os modelos microscópicos de difusão em gases, líquidos e sólidos não invalida a assertiva, uma vez que o fenômeno difusivo efetivamente ocorre em todos esses estados físicos.

A questão não aborda modelos microscópicos específicos de difusão, tampouco mecanismos moleculares particulares em gases, líquidos ou sólidos. O objeto avaliado é o conceito geral de transferência de massa por difusão, sendo correto afirmar que a difusão ocorre em todos os estados da matéria, ainda que com velocidades, coeficientes e mecanismos distintos. A assertiva que apresenta problema conceitual é a assertiva II pois a difusão ocorre mais facilmente em gases do que em líquidos, e mais facilmente em líquidos do que em sólidos, sendo influenciada fortemente pelo espaçamento molecular.

Dessa forma, as diferenças entre modelos não tornam a assertiva incorreta, pois tais distinções pertencem ao aprofundamento fenomenológico do tema e não negam a ocorrência da difusão nos diferentes meios. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

INCROPERA, F. P. Fundamentos de Transferência de Calor e de Massa. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. p. 596-597.

Conteúdo Programático:

Fundamentos de transferência de calor, massa e quantidade de movimento.

Transferência de calor e massa.

QUESTÃO: 51 - ANULADA.

Após análise dos recursos apresentados, verifica-se a existência de inconsistência conceitual na assertiva I da questão, comprometendo a validade do gabarito preliminar.

O enunciado da questão aborda que, para evitar possíveis doenças relacionadas ao consumo elevado de gorduras, os consumidores têm sido aconselhados a ingerir produtos com redução de gorduras. Neste caso, um produto com redução de gorduras não significa que esteja isento de gorduras, ou seja, a substituição não é total e sim parcial. De acordo com a definição explicitada em Damodaran *et al.* (2010), os substitutos de gordura são substâncias que possuem propriedades físicas e sensoriais idênticas às das gorduras, mas sem fornecer calorias. Os ingredientes que não possuem equivalência funcional total às gorduras são chamados de miméticos de gorduras, utilizados para imitar os efeitos da gordura. Ainda, os carboidratos miméticos de gordura, como amidos, gomas, celulose e hemicelulose, são usados para o fornecimento parcial de gorduras a alimentos com redução de gordura. Essas substâncias imitam a suavidade e a cremosidade de gorduras em alimentos, principalmente por retenção de gorduras e encorpamento de sólidos que auxiliam no fornecimento de sensações semelhantes às da gordura, como umectância e textura, por exemplo em produtos de padaria e sorvetes.

A assertiva I afirma que os carboidratos miméticos de gordura são usados como “substitutos de gordura” quando o correto deveria ser utilizado o termo “substituintes de gordura”, termo genérico utilizado na mesma literatura para as substâncias que substituem a gordura, sem referência à funcionalidade. Ainda, a literatura da área mostra que o mecanismo principal associado a carboidratos miméticos de gordura é a retenção de água, sendo que a interação com a fase lipídica, também ocorre em substituições parciais, de forma secundária ou complementar. Assim, a ênfase em “retenção de gordura” não representa o mecanismo predominante.

Dessa forma, a inconsistência identificada na assertiva I inviabiliza a manutenção da alternativa A como correta no gabarito preliminar. Não havendo alternativa plenamente correta entre as opções disponíveis, a questão fica anulada.

Referência Bibliográfica:

DAMODARAN, S. et al. Química de Alimentos de Fennema. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 566-569.

LUCCA, P. A. et al. Fat replacers and the functionality of fat in foods. Trends in Food Science & Technology, 1994.

Conteúdo Programático:

Composição e estrutura dos alimentos.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão fundamenta-se na classificação clássica de microrganismos causadores de doenças transmitidas por alimentos em dois grupos: infecciosos, caracterizados pela multiplicação do agente no trato intestinal do hospedeiro, e intoxicantes, caracterizados pela produção de toxinas previamente formadas no alimento ou durante a passagem pelo trato intestinal, amplamente descrito na literatura (Forsythe, 2002).

A alegação de ambiguidade em razão do comportamento do *B. cereus* não procede para fins de avaliação objetiva, uma vez que a questão adota classificação didática por mecanismo predominante de patogenicidade, amplamente utilizada em ensino de graduação e concursos públicos.

Embora o referido microrganismo possa apresentar dois mecanismos de patogenicidade (emética e diarreica), a literatura técnica o enquadra predominantemente como agente associado a intoxicação alimentar (Forsythe, 2002, p. 176). Esta afirmação deixa claro que a classificação dos microrganismos proposto na questão está de acordo com a literatura, não incorrendo em incoerência.

Na questão proposta, o foco dos mecanismos não é avaliado como essencial para a sua resolução. Assim como *B. cereus*, diversos microrganismos podem apresentar mecanismos múltiplos ou híbridos de ação. Além disso, caso fosse admitida dualidade de respostas para a classificação do *B. cereus*, não há outra alternativa válida entre as apresentadas que classifique corretamente os outros microrganismos.

Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito preliminar permanece correta.

Referência Bibliográfica:

FORSYTHE, S. J. Microbiologia da Segurança Alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 157.

Conteúdo Programático:

Deterioração e doenças transmitidas por alimentos.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão trata do tema de emulsões cárneas, no qual se reconhece que tais sistemas são do tipo óleo em água (O/A), com fase contínua aquosa composta por água, sais e proteínas solubilizadas, especialmente as miofibrilares, responsáveis pela estabilização da emulsão. A fase dispersa é constituída principalmente por gordura, sendo a estabilidade do sistema dependente da atuação de proteínas com caráter anfifílico, como a miosina.

Dentre as assertivas apresentadas, a assertiva I é falsa, pois a emulsão cárnea é análoga a uma emulsão gordura em água.

A assertiva II cita que a fase descontínua é a gordura e a fase contínua é constituída por solução aquosa de sais e proteínas, proteínas insolúveis em suspensão, fibras musculares e tecido conjuntivo, o que é verdadeiro e de acordo com a literatura da área. A fase contínua da emulsão cárnea é a aquosa, formada por água e proteínas miofibrilares solubilizadas, enquanto as fibras insolúveis e o tecido conjuntivo são elementos dispersos nesse sistema contínuo (aquoso).

A assertiva III está incorreta pois os principais agentes emulsificantes são as proteínas miofibrilares, e não as globulares. Ainda, mesmo que as proteínas sarcoplasmáticas e as do estroma possuam capacidade emulsificante limitada, estas não são as responsáveis pela emulsão, não sendo consideradas emulsionantes do ponto de vista técnico e de aplicação.

A assertiva IV está incorreta, pois, considerando o contexto da questão, a globulina não é o principal tipo de proteína emulsificante, mesmo estando presentes na carne. Essa função nas emulsões cárneas é atribuída à miosina, uma proteína miofibrilar.

A assertiva V está correta ao estabelecer que a capacidade emulsificante das proteínas e a estabilidade das emulsões formadas dependem do pH e da quantidade de sal empregada nas formulações, que afetam a solubilização e a exposição de grupos hidrofílicos e hidrofóbicos.

Após avaliação dos recursos apresentados para a questão 57, conclui-se que não há elementos suficientes que justifiquem a anulação da questão nem a alteração do gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica:

ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. et al. Tecnologia de Alimentos: Alimentos de Origem Animal. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 2, p. 188.

Conteúdo Programático:

Tecnologia de produtos de origem vegetal e animal.

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise do recurso interposto, a redação da alternativa D não implica em obrigatoriedade absoluta de cristalização em todo processo de evaporação, mas descreve uma consequência possível e frequentemente observada em sistemas industriais com soluções concentradas, especialmente quando há aproximação ou ultrapassagem do limite de solubilidade. Em operações como a concentração de sacarose, contextualizada na questão 58, a formação de cristais é etapa esperada e controlada do processo subsequente de cristalização. Dessa forma, a assertiva não apresenta erro conceitual, mas sim uma descrição compatível com condições industriais típicas.

Claramente, a alternativa B é a incorreta, pois sua redação apresenta inadequação conceitual ao afirmar que “o vapor é o produto desejado na forma de água destilada por evaporação”. Em processos de evaporação industrial, o produto de interesse é a solução concentrada, enquanto o vapor gerado constitui o solvente removido do sistema.

Ressalta-se que a interpretação isolada e absoluta de fenômenos operacionais não invalida a questão, uma vez que enunciados técnicos frequentemente se baseiam em condições típicas de operação industrial e não em exceções específicas ou casos ideais restritos.

Assim, não se verifica a existência de duas alternativas incorretas. A alternativa B permanece como única incorreta, mantendo-se o gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica:

TADINI, C. C. et al. Operações Unitárias na Indústria de Alimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. v. 1, p. 384.

Conteúdo Programático:

Evaporação.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'A'.

Em resposta aos recursos interpostos, a alternativa A apresenta informação incorreta, pois o controle da operação de secagem é bastante complexo, e envolve transferências simultâneas de massa, calor e de momento em regime transiente (variam ao longo do tempo). Em processos de secagem de alimentos, o fenômeno global é essencialmente transiente (não estacionário), uma vez que há variação contínua da umidade do sólido, temperatura do produto e taxa de transferência ao longo do tempo, conforme amplamente descrito na literatura de operações unitárias (Tadini *et al.*, 2016).

Embora seja possível adotar em determinados intervalos períodos de taxa constante, isso não caracteriza o processo de secagem como estacionário em sua totalidade, nem justifica a generalização feita na alternativa. A expressão utilizada na alternativa induz a interpretação de regime estacionário aplicado ao processo como um todo, o que não é compatível com a descrição física da operação. O enunciado não delimita fase específica do processo, tratando a secagem de forma global, o que torna a afirmação tecnicamente incorreta. De acordo com Tadini *et al.* (2016, p. 106), quando um alimento é exposto a uma corrente de ar de velocidade, temperatura e umidade fixas para secagem, a temperatura e a umidade do alimento ajustam-se às condições do meio secante até que ele atinja estado estacionário. Entretanto, a temperatura e a velocidade da secagem do alimento podem ou não apresentar regime estacionário, dependendo da umidade e estrutura do alimento. Se as condições forem favoráveis, o produto apresentará período de secagem denominado “período de secagem de taxa constante. Poucos alimentos apresentam esse período de secagem e, quando apresentam, costuma ser relativamente curto em relação às demais etapas do processo.

Quanto à alternativa D, o texto menciona que “durante a secagem, quando a transferência de calor é direta, o ar aquecido entra em contato direto com o produto a ser seco, sendo que a transferência de calor ocorre por convecção. Esse processo é chamado de secagem adiabática.” Tal descrição está de acordo com a literatura, e isso ocorre porque o calor latente de vaporização da água contida no produto é fornecido pelo calor sensível do ar de secagem. Do ponto de vista do gás de secagem, o processo é dito como umidificação adiabática (Tadini *et al.*, 2016, p. 79).

O termo “adiabático” é amplamente empregado para descrever secagens convectivas diretas nas quais não há fornecimento adicional de calor ao sistema durante o contato entre ar e produto. Portanto, não há inconsistência conceitual na alternativa D.

Dessa forma, não se verifica ambiguidade nem existência de mais de uma alternativa incorreta que justifique a anulação da questão, mantendo-se o gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica:

TADINI, C. C. et al. Operações Unitárias na Indústria de Alimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. v. 2, p. 78-79.

Conteúdo Programático:

Secagem.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'D'.

Após análise do recurso referente à redação da assertiva II, mesmo com o aumento da resistência da torta, que se torna cada vez mais espessa, o processo de filtração convencional ocorre sob pressão constante e, neste caso, a perda de carga da torta aumenta, mas a perda de carga total se mantém constante. Devido a isso, o fluxo diminui com o tempo de operação, obrigatoriamente. A assertiva II, ao se afirmar que “a perda de carga se mantém constante”, deve ser interpretada no contexto operacional da filtração, e não às perdas locais distribuídas no meio poroso.

Portanto, a assertiva II é tecnicamente correta no contexto de engenharia de processos e não configura erro conceitual.

Referência Bibliográfica:

TADINI, C. C. et al. Operações Unitárias na Indústria de Alimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. v. 1, p. 260.

Conteúdo Programático:

Filtração.

CARGO(S): ENGENHARIA ELÉTRICA: ELETROTÉCNICA – VIDEIRA**QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'C'.**

Em resposta ao recurso interposto contra a questão 41, informamos que o gabarito preliminar (Letra C) permanece inalterado.

Gabarito: letra C

Assertiva I: Cargas lineares (como resistores puros) mantêm uma relação proporcional entre tensão e corrente. Já as cargas não lineares possuem componentes semicondutores (diodos, tiristores, transistores) que “chaveia” a corrente.

Consumo Descontínuo: a corrente não flui de forma senoidal contínua; ela é solicitada em pulsos ou fatias, o que distorce a forma de onda original.

Assertiva I esta correta.

Assertiva II: Em sistemas elétricos, as harmônicas são frequências múltiplas da fundamental ($f_h = h \times f_1$, em que h é a ordem da harmônica). Para uma 3ª harmônica (180 Hz em redes de 60 Hz), a reatância será três vezes maior que a da fundamental.

Para uma 5ª harmônica, cinco vezes maior, e assim sucessivamente.

Assertiva II esta correta.

Assertiva III: A ressonância ocorre precisamente quando as reatâncias se igualam em módulo ($X_L = X_C$). Como X_L aumenta com a frequência e X_C diminui, existe sempre uma frequência (frequência de ressonância f_r) onde ambas se cruzam.

Como a impedância é alta, uma pequena corrente harmônica injetada pela carga pode gerar uma sobretensão significativa ($V = Z \times I$).

Assertiva III esta correta.

Assertiva IV: O filtro série é projetado para ter baixa impedância (teoricamente zero) na frequência harmônica que se deseja eliminar. Isso cria um “desvio” (shunt), fazendo com que a corrente harmônica flua pelo filtro em vez de retornar para a rede elétrica.

Assertiva IV esta errada.

Assim, segue o gabarito sem alteração.

Referência Bibliográfica:

Fundamentos de circuitos elétricos. Charles K. Alexander e Matthew N.O Sadiko. Quinta edição. Disponível em: [Sadiku_5a_Ed_Fundamentos_de_Circuitos_El.pdf](#)

Eletricidade Basica Milton Gussow : Milton Gussow : Free Download, Borrow, and

Eletricidade Basica Milton Gussow : Milton Gussow : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive

Instalações Elétricas. Hélio Creder. LTC (Livros Técnicos e Científicos Editora), que faz parte do Grupo GEN (Grupo Editorial Nacional). Edição 14ª.

Disponível internet: Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley - 7ª Edição em pdf

Norma Regulamentadora NR10 - Ministério do trabalho e Emprego.

Instalações elétricas de Baixa tensão NBR5410

Conteúdo Programático:

Análise fasorial e harmônicas.

QUESTÃO: 43 - ANULADA.

Em resposta ao recurso interposto contra a questão 43, informamos que a QUESTÃO SERÁ ANULADA.

Alternativa A está errada:

O erro está na palavra integralmente. O princípio da conservação da energia em sistemas de conversão eletromecânica estabelece que a energia elétrica de entrada não é convertida **apenas** em trabalho mecânico, mesmo se desconsiderarmos as perdas térmicas (efeito Joule) e magnéticas (histerese e correntes parasitas). Mesmo em um sistema totalmente ideal (com perdas por efeito Joule nulas, sem atrito mecânico e com núcleo magnético perfeito), a afirmação continuaria incorreta do ponto de vista da física da conversão de energia.

Alternativa C está errada:

A densidade de energia magnética (w_m) armazenada no entreferro (onde a permeabilidade magnética é a do vácuo, $\mu - \text{zero}$) é, de fato, proporcional ao quadrado da densidade de fluxo (B^2). No entanto, o erro está afirmação diz que isso explica por que a força aumenta drasticamente com a **saturação magnética**. Na realidade, ocorre exatamente o oposto. Na prática, quando o material satura, a força para de crescer drasticamente.

Desta forma, as alternativas **A** e **C** estão incorretas (o que pedia a questão), enquanto as alternativas **B**, **D** e **E** trazem conceitos perfeitamente válidos da teoria de campos e máquinas elétricas. Como um teste de múltipla escolha exige uma **única resposta como gabarito**, a presença de duas afirmações falsas quebra a lógica da questão.

Referência Bibliográfica:

Fundamentos de circuitos elétricos. Charles K. Alexander e Matthew N.O Sadiku. Quinta edição. Disponível em: Sadiku_5a_Ed_Fundamentos_de_Circuitos_El.pdf

Eletricidade Básica Milton Gussow : Milton Gussow : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive
Instalações Elétricas. Hélio Creder. LTC (Livros Técnicos e Científicos Editora), que faz parte do Grupo GEN (Grupo Editorial Nacional). Edição 14ª.

Disponível internet: Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley - 7ª Edição em pdf

Norma Regulamentadora NR10 - Ministério do trabalho e Emprego.

Instalações elétricas de Baixa tensão NBR5410

Conteúdo Programático:

Energia e Força em Sistemas Eletromagnéticos

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'B'.

Em resposta ao recurso interposto contra a questão 44, informamos que o gabarito preliminar (Letra B) permanece inalterado.

Gabarito: letra B.

Assertiva I está correta:

Apresenta o balanço energético fundamental aplicável a qualquer dispositivo de conversão eletromecânica de energia (motores, geradores ou atuadores), baseando-se na Primeira Lei da Termodinâmica.

Assertiva II está correta:

Afirmação está correta e fundamenta-se nos princípios do eletromagnetismo aplicados à conversão eletromecânica de energia. Devemos considerar: 1. Densidade de Energia Magnética ; 2. Força de Tração Magnética.

Assertiva III está errada:

Para que ocorra a conversão de energia eletromecânica, não é necessário que o sistema seja linear. A grande maioria dos dispositivos reais, como motores, transformadores de grande porte e atuadores industriais, opera em regiões onde a saturação do núcleo ferromagnético é um fator presente e relevante.

Assertiva IV está correta:

No estudo de dispositivos de conversão eletromecânica de energia, o conceito de coenergia (W_m) é uma ferramenta matemática fundamental para calcular forças e torques, especialmente quando trabalhamos com sistemas onde a corrente é a variável independente controlada.

Assertiva V está errada:

O fenômeno de histerese magnética atua de forma oposta à descrita: ele prejudica a eficiência e não contribui para o aumento do torque útil.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Fundamentos de circuitos elétricos. Charles K. Alexander e Matthew N.O Sadiko. Quinta edição. Disponível em: Sadiku_5a_Ed_Fundamentos_de_Circuitos_El.pdf

Eletricidade Básica Milton Gussow : Milton Gussow : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive
Instalações Elétricas. Hélio Creder. LTC (Livros Técnicos e Científicos Editora), que faz parte do Grupo GEN (Grupo Editorial Nacional). Edição 14ª.

Disponível internet: Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley - 7ª Edição em pdf

Norma Regulamentadora NR10 - Ministério do trabalho e Emprego.

Instalações elétricas de Baixa tensão NBR5410

Conteúdo Programático:

Princípio da conversão eletromecânica.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'E'.

Em resposta ao recurso interposto contra a questão 45, informamos que o gabarito preliminar (Letra E) permanece inalterado.

Gabarito: letra E

Assertiva I está correta:

Descreve com precisão o princípio de funcionamento fundamental de uma máquina de corrente contínua (CC) operando como gerador.

Assertiva II está correta:

Sintetiza com precisão a relação fundamental para a força eletromotriz (fem) induzida em máquinas rotativas.

Assertiva III está correta:

Ela descreve com clareza o fenômeno da Reação de Armadura, que é um dos principais desafios no projeto e operação de máquinas de corrente contínua.

Assertiva IV está correta:

Descreve um dos aspectos de segurança mais críticos na operação de motores de corrente contínua.

Assertiva V está correta:

Descreve com precisão a função técnica do enrolamento de compensação, que é uma solução de engenharia aplicada especialmente em máquinas de corrente contínua de grande porte ou que operam sob condições severas de carga.

Dessa forma, a alternativa E permanece como gabarito.

Referência Bibliográfica:

Fundamentos de circuitos elétricos. Charles K. Alexander e Matthew N.O Sadiko. Quinta edição. Disponível em: Sadiku_5a_Ed_Fundamentos_de_Circuitos_El.pdf

Eletricidade Básica Milton Gussow : Milton Gussow : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive.
Instalações Elétricas. Hélio Creder. LTC (Livros Técnicos e Científicos Editora), que faz parte do Grupo GEN (Grupo Editorial Nacional). Edição 14ª.

Disponível internet: Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley - 7ª Edição em pdf

Norma Regulamentadora NR10 - Ministério do trabalho e Emprego.

Instalações elétricas de Baixa tensão NBR5410

Conteúdo Programático:

Máquinas elétricas: máquinas de corrente contínua

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'A'.

Em resposta ao recurso interposto contra a Questão 46, informamos que o gabarito preliminar (Letra A) permanece inalterado.

Alternativa A está errada

Embora o fator de potência da carga influencie significativamente o comportamento da tensão nos terminais (fenômeno da reação de armadura), é perfeitamente possível — e, de fato, obrigatório na prática — alterar e controlar a tensão terminal através da corrente de excitação do rotor.

Alternativa B está correta:

A característica que dá nome à máquina: o termo síncrona refere-se ao fato de o rotor girar em "sincronismo" com o campo magnético rotativo do estator.

Alternativa C está correta:

Essa configuração é o padrão construtivo da grande maioria dos geradores síncronos modernos (alternadores), especialmente os de grande porte utilizados em usinas hidrelétricas e termelétricas.

Alternativa D está correta:

O fenômeno da reação de armadura é um dos conceitos mais importantes para entender o comportamento de uma máquina síncrona sob carga.

Alternativa E está correta:

É uma das características mais singulares e valorizadas do motor síncrono em sistemas industriais: a capacidade de atuar na compensação do fator de potência da planta.

Como a questão pede a alternativa INCORRETA, mantém o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Fundamentos de circuitos elétricos. Charles K. Alexander e Matthew N.O Sadiko. Quinta edição. Disponível em: Sadiku_5a_Ed_Fundamentos_de_Circuitos_El.pdf

Eletricidade Básica Milton Gussow : Milton Gussow : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive Instalações Elétricas. Hélio Creder. LTC (Livros Técnicos e Científicos Editora), que faz parte do Grupo GEN (Grupo Editorial Nacional). Edição 14ª.

Disponível internet: Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley - 7ª Edição em pdf

Norma Regulamentadora NR10 - Ministério do trabalho e Emprego.

Instalações elétricas de Baixa tensão NBR5410

Conteúdo Programático:

Máquinas Síncronas e de indução monofásicas e trifásicas.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'D'.

Em resposta ao recurso interposto contra a Questão 48, informamos que o gabarito preliminar (Letra D) permanece inalterado.

Gabarito D: Inalterado

Assertiva I correta:

Um dos pontos mais críticos do projeto de transformadores trifásicos: a relutância do caminho magnético para diferentes sequências.

Assertiva II correta:

Esta afirmação está correta e descreve um dos desafios clássicos da engenharia elétrica em sistemas de potência e máquinas elétricas.

O fenômeno ocorre devido às características fundamentais das correntes de sequência zero e dos harmônicos de ordem tripla (3ª, 9ª, 15ª ...

Assertiva III incorreta:

Ocorre o oposto: a ligação delta-delta (Delta-Delta) é conhecida justamente por não oferecer um ponto de aterramento direto para o sistema.

Assertiva IV correta:

Em um transformador trifásico de núcleo de três colunas, a soma dos fluxos magnéticos instantâneos é sempre igual a zero, o que permite o funcionamento do equipamento mesmo sem um caminho de retorno de fluxo externo.

Assertiva V correta:

Operar transformadores em paralelo exige o cumprimento de critérios rigorosos para evitar correntes de circulação destrutivas, mesmo quando não há carga conectada.

Assertiva IV incorreta:

O fluxo de sequência zero não é "obrigatoriamente nulo"; sua existência e magnitude dependem inteiramente da configuração dos enrolamentos e da geometria do núcleo.

Mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

Fundamentos de circuitos elétricos. Charles K. Alexander e Matthew N.O Sadiko. Quinta edição. Disponível em: Sadiku_5a_Ed_Fundamentos_de_Circuitos_El.pdf

Eletricidade Básica Milton Gussow : Milton Gussow : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive Instalações Elétricas. Hélio Creder. LTC (Livros Técnicos e Científicos Editora), que faz parte do Grupo GEN (Grupo Editorial Nacional). Edição 14ª.

Máquinas elétricas. Fitzgerald e Kingsley - 7 - Edição . Versão impressa 2014.

Disponível internet: Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley - 7ª Edição em pdf

Norma Regulamentadora NR10 - Ministério do trabalho e Emprego.

Instalações elétricas de Baixa tensão NBR5410

Conteúdo Programático:

Transformadores monofásicos e trifásicos.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'B'.

Em resposta ao recurso interposto contra a Questão 55, informamos que o gabarito preliminar (Letra B) permanece inalterado.

Gabarito letra B

Assertiva I incorreta:

O desequilíbrio de tensão em sistemas trifásicos não é definido apenas pela diferença de amplitude (módulo) das tensões. O deslocamento angular entre as fases é um fator fundamental para a caracterização do desequilíbrio.

Assertiva II correta:

Continuidade do Serviço (Disponibilidade)

O limite de 3 minutos aplica-se especificamente para definir o que "conta" para os indicadores de desempenho da distribuidora (DEC e FEC):

No lado comercial e regulatório (focado na relação entre a concessionária e o consumidor), faz o limite de 3 minutos que define se haverá impacto nos indicadores de desempenho que geram multas e compensações financeiras.

Pelo lado comercial e regulatório — focado na interface entre a concessionária e o consumidor — o limite de 3 minutos é o divisor de águas da continuidade do serviço. De acordo com os procedimentos da ANEEL (PRODIST), interrupções inferiores a esse tempo são classificadas como Interrupções de Curta Duração (ICD) e, embora afetem a qualidade percebida, não entram no cálculo dos indicadores coletivos e individuais de continuidade.

Assertiva III correta:

Natureza do Fenômeno: O flicker é, de fato, uma variação (flutuação) sistemática do envelope da forma de onda da tensão ou uma série de variações aleatórias do valor eficaz (V_{rms}).

Assertiva IV incorreta:

Apresenta uma confusão comum entre dois conceitos distintos da qualidade da energia: o fator de potência e a distorção harmônica.

Assertiva V correta:

Em um sistema de 60 Hz, as harmônicas seguem a relação matemática $f_h = h \times f_1$, onde h é a ordem da harmônica.

2ª harmônica: 120 Hz ; 3ª harmônica: 180 Hz ; 5ª harmônica: 300 Hz

Assertiva VI incorreta:

O termo técnico correto utilizado pela ANEEL no Brasil é DIC (Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora).

Referência Bibliográfica:

Fundamentos de circuitos elétricos. Charles K. Alexander e Matthew N.O Sadiko. Quinta edição. Disponível em: [Sadiku_5a_Ed_Fundamentos_de_Circuitos_El.pdf](#)

Qualidade do Fornecimento de Energia Elétrica — Agência Nacional de Energia Elétrica

ANÁLISE DA QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL.pdf

Eletricidade Basica Milton Gussow : Milton Gussow : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive

Disponível internet: Máquinas elétricas de Fitzgerald e Kingsley - 7ª Edição em pdf

Instalações elétricas de baixa tensão NBR 5410PDF

Conteúdo Programático:

Qualidade da Energia Elétrica (QEE)

CARGO(S): AGRIMENSURA – ARAQUARI

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'D'.

O Decreto nº 12.689/2025 (BRASIL, 2026), que prorrogou o prazo limite para a exigência de certificação de georreferenciamento de imóveis rurais, foi publicado no Diário Oficial da União em 21 de outubro de 2025, possuindo vigência imediata. Embora recente, a referida norma já integrava o ordenamento jurídico brasileiro há mais de seis meses da data da aplicação da prova em 26 de abril de 2026. Nos termos do Art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não

a conhece". É dever elementar do candidato manter-se atualizado quanto às inovações legislativas inerentes ao conteúdo programático do certame, ocorridas antes da publicação do edital.

Analisando as assertivas:

I: CORRETA. De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 12.689/2025.

II: INCORRETA. A data é outubro de 2029 e não 2027, conforme Art. 1º do Decreto nº 12.689/2025.

Qualquer alegação de que a assertiva seria "genérica" ou "ambígua" por não definir a dimensão do imóvel fundamenta-se em um arcabouço normativo revogado. A principal inovação trazida pelo Decreto nº 12.689/2025 foi justamente a unificação dos prazos de carência, extinguindo o antigo escalonamento baseado em hectares (que previa prazos diferenciados, como o de novembro de 2025 para áreas menores que 25 hectares). Ao estipular o prazo limite unificado de outubro de 2029, a legislação tornou a dimensão do imóvel irrelevante para a determinação da data final da exigência. Logo, a assertiva reflete a atual simplificação normativa, não havendo qualquer omissão no enunciado.

A análise da assertiva II não demanda qualquer esforço interpretativo ou subjetivo. A alternativa afirma que o novo prazo foi estendido para "outubro de 2027". O texto legal vigente, entretanto, estabelece o ano de 2029. A divergência material de dois anos torna a assertiva objetivamente falsa. A exatidão de prazos é requisito essencial para a atuação profissional no âmbito do georreferenciamento e registro de imóveis.

A Banca pautou-se pela estrita transparência ao delimitar, já no enunciado da questão, a exata base legal a ser considerada: "O Decreto nº 12.689/2025 alterou o Decreto nº 4.449/2002...". Ao indicar expressamente a norma, a questão blindou o candidato contra eventuais confusões com atos normativos anteriores, exigindo apenas a aplicação direta da lei citada.

Diante do exposto, não se constata qualquer ambiguidade ou erro de formulação na questão. A assertiva II apresenta erro de conteúdo, sendo INCORRETA, pois contraria a literalidade do prazo estabelecido na legislação em vigor.

III: CORRETA. A prorrogação não eliminou a obrigatoriedade do georreferenciamento definido pelo Decreto nº 4.449/2002, apenas adiou o prazo para a certificação definitiva.

IV: CORRETA. Tanto a obrigatoriedade quanto a data e área estão corretos, conforme descrito no Art. 10 do Decreto nº 4.449/2002.

Pelo exposto, fica ratificada a alternativa D (Apenas I, III e IV) como o gabarito oficial e definitivo da questão.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Decreto nº 12.689, de 21 de outubro de 2025. Altera o Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, para regulamentar o disposto no art. 176, § 4º, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12689.htm Acesso em: 22 março 2026.

Conteúdo Programático:

Georreferenciamento de imóveis rurais

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'B'.

Esta questão não exige do candidato o conhecimento sobre o estado da arte das pesquisas da área da Geodésia Espacial, mas sim o conhecimento prático e aplicado sobre o funcionamento e a arquitetura do programa IBGE-PPP.

Analisando as assertivas:

I: INCORRETA. No Manual do Usuário IBGE-PPP (IBGE, 2023), seção de Introdução, consta que o software processa dados GNSS do GPS e GLONASS. Portanto, exclui-se o processamento de dados Galileo e Beidou/Compass.

II: CORRETA. No Manual do Usuário IBGE-PPP (IBGE, 2023), seção 2.1 – Etapas do processamento, está descrito que a altura deve ser medida verticalmente e referida ao plano de referência da antena (ARP).

III: INCORRETA. No Manual do Usuário IBGE-PPP (IBGE, 2023), no Quadro 1 da seção 1.1.1. – Órbitas e correções dos relógios dos satélites, está descrito que as órbitas ultra-rápidas serão disponibilizadas a partir de 1h30m-2h30m após o rastreamento, e não as efemérides rápidas.

IV: CORRETA. Embora existam versões mais recentes do modelo VEMOS, como as versões 2015 e 2017 apresentadas na página do SIRGAS na internet (VEMOS, 2026), o manual mais recente do serviço, Manual do Usuário IBGE-PPP (IBGE, 2023), cita explicitamente que a redução das coordenadas para a época 2000,4 é realizada através do modelo de velocidade VEMOS2009, conforme trecho abaixo:

"O Modelo de Velocidades SIRGAS – VEMOS2009 (SIRGAS, 2020) é utilizado para transportar ou reduzir as coordenadas (latitude e longitude) calculadas na data em que os dados foram coletados para época 2000,4, ou seja, época do SIRGAS2000."

Esta afirmação reflete de forma exata e literal a configuração implementada no motor de processamento do IBGE-PPP.

A página "Saiba mais" (IBGE, 2026), que contém informações importantes como erros, melhoramentos e atualizações do serviço, registra que, desde 11/12/2009, a grade de velocidades utilizada é a do VEMOS2009, conforme trecho abaixo:

“A partir das 14h50min do dia 11-12-2009, o IBGE-PPP passou a utilizar a versão atualizada da grade de velocidades do modelo VEMOS, intitulada VEMOS2009 (Drewes and Heibach 2009). Algumas alterações nas coordenadas referenciadas à época 2000.4 determinadas antes e após a mudança poderão ocorrer. As coordenadas determinadas na data do levantamento não sofrerão qualquer alteração.”

Em provas de concursos públicos que cobram o domínio de softwares e serviços governamentais específicos, o candidato deve pautar suas respostas na documentação oficial e na programação atual da ferramenta. O fato de existirem modelos teóricos mais novos não altera o fato de que o IBGE-PPP, em sua rotina algorítmica atual, faz uso explícito do VEMOS2009. Não há como exigir que a assertiva seja considerada incorreta se a atualização ainda não foi implementada no código do IBGE-PPP.

V: INCORRETA. No Manual do Usuário IBGE-PPP (IBGE, 2023), seção 1.1.7. – Modelo para conversão de altitudes hgeoHNOR2020, está descrito que o modelo utilizado para transformação de altitudes é o hgeoHNOR, e não o Mapgeo2015.

Pelo exposto, fica ratificada a alternativa B (Apenas II e IV) como o gabarito oficial e definitivo da questão.

Referência Bibliográfica:

VEMOS: Modelo de velocidade para o SIRGAS. Disponível em: <https://www.sirgas.org/pt/velocity-model/>
Acesso: 22 março 2026

IBGE, Manual do Usuário IBGE-PPP: Serviço on-line para Pós-Processamento de dados GNSS Versão: Junho de 2023, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101677.pdf>

IBGE, Saiba mais - Serviço online para pós-processamento de dados GNSS - Informações importantes: Erros, melhoramentos e atualizações, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico/16334-servico-online-para-pos-processamento-de-dados-gnss-ibge-ppp.html?=&t=noticias-e-releases> Acesso: 22 março 2026

Conteúdo Programático:

Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GNSS)

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'A'.

A ABNT NBR 13133:2021, em seu item b) da seção 5.6.6, é taxativa ao estabelecer o referencial numérico: “para atender a todas as finalidades de levantamentos topográficos, a tolerância mínima é de 1:12.000 “. A norma institui, portanto, um parâmetro de referência global.

A continuidade do item b) permite tolerâncias diferentes "em casos especiais, deve ser adota a tolerância adequada e estabelecida em comum acordo entre o contratante e o contratado".

É justamente a ausência dessas condições excepcionais no enunciado que obriga o candidato a adotar a regra geral. Como a questão não descreve um “caso especial” e não menciona qualquer “acordo entre contratante e contratado”, o candidato deve, obrigatoriamente, aplicar o referencial base fornecido pelo texto normativo para “todas as finalidades”. Adotar qualquer outro valor (como 1:2.000 ou 1:5.000) exigiria inferir dados e finalidades que não constam no problema. Justamente por não aplicarem o valor de referência 1:12.000 que as alternativas (B, C, D e E) estão incorretas.

Ao aplicar a regra geral e referencial da norma em vigor sobre o desenvolvimento da poligonal fornecido, temos o cálculo direto e objetivo:

Tolerância Linear = Desenvolvimento ou Perímetro / Denominador da Tolerância Relativa

Tolerância Linear = 600 m / 12.000 = 0,05 m, o que equivale a 50 mm

A questão é objetiva, não apresenta ambiguidades e fornece todos os dados necessários para a sua resolução de acordo com a NBR 13133:2021. A adoção de 1:12.000 é a única conduta tecnicamente correta perante um cenário que não define excepcionalidades.

Pelo exposto, fica ratificada a alternativa A (50 mm) como o gabarito oficial e definitivo da questão.

Referência Bibliográfica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 13133: Execução de levantamento topográfico - Procedimento. Segunda edição, 2021.

Conteúdo Programático:

Processamento de dados topográficos.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'D'.

Em 2018 o IBGE publicou o relatório “Reajustamento da rede altimétrica com números geopotenciais: REALT-2018” (IBGE, 2018), que, com essa atualização, abandonou a adoção das altitudes ortométricas (anteriormente calculadas por modelos de ondulação geoidal da série MAPGEO) e passou a adotar oficialmente as altitudes normais, referenciadas à superfície de referência da realização do REALT-2018.

O modelo hgeoHNOR foi desenvolvido especificamente para a conversão de altitudes geométricas e altitudes normais (IBGE, 2021). Como a questão menciona explicitamente o uso do modelo hgeoHNOR, qualquer

alternativa que aponte como resultado “Altitude Ortométrica” (A e E) ou “Altitude de Helmert” (C) está conceitual e normativamente incorreta.

A alegação de que a questão trata “altitude normal” e “altitude ortométrica” como sinônimos carece de embasamento lógico quando se observa a estrutura das alternativas formuladas. A presença de duas alternativas distintas apresentando o exato mesmo resultado matemático - a alternativa D (Altitude normal de 10,42 m) e a alternativa E (Altitude ortométrica de 10,42 m) - comprova de maneira irrefutável que a banca examinadora reconhece a divergência técnica e conceitual entre as grandezas. Se a questão utilizasse os termos de forma indistinta ou como sinônimos, seria impossível ter ambas as opções no rol de respostas com o mesmo valor numérico, pois isso geraria anulação imediata por duplicidade de gabarito. A formulação da questão teve justamente o objetivo de avaliar se o candidato sabia diferenciar os conceitos. Exigiu-se o conhecimento de que o modelo hgeoHNOR, processado no IBGE-PPP, está vinculado ao sistema de altitudes referenciadas à superfície de referência da realização do REALT-2018 (Altitudes Normais), e não ao geóide (Altitudes Ortométricas). Portanto, a distinção conceitual foi o exato critério de avaliação.

Uma vez definida a tipologia da altitude (Normal), resta a análise do valor numérico. A relação entre a altitude geométrica (h), a altitude normal (HN) e a anomalia da altitude (normalmente representada pela letra grega “zeta”), que na prática é representada pelo fator de conversão do modelo, é dada pela seguinte equação fundamental (ABNT NBR13133:2021; IBGE, 2021):

$$h = HN + \text{zeta}$$

Para encontrar a altitude normal resultante do rastreio GNSS, a equação deve ser readequada para isolar a variável desejada, resultando em:

$$HN = h - \text{zeta}$$

Aplicando-se os valores nominais fornecidos expressamente no corpo da questão à equação supracitada, temos:

$$\text{Altitude geométrica (h)} = 10,76 \text{ m}$$

$$\text{Fator de conversão (zeta)} = 0,34 \text{ m}$$

$$HN = 10,76 - 0,34$$

$$HN = 10,42 \text{ m}$$

A pretensão de somar os valores, o que resultaria em 11,10 m, alternativa (B), decorre de um erro básico de manipulação algébrica, não havendo base técnica que justifique tal operação.

A formulação da questão foi precisa e objetiva. A menção ao modelo hgeoHNOR vincula inexoravelmente o resultado à Altitude Normal, e a operação geodésica correta entre os valores fornecidos resulta em 10,42 m. Inexiste qualquer erro conceitual, normativo ou matemático na formulação do item.

Pelo exposto, fica ratificada a alternativa D (Altitude Normal 10,42 m) como o gabarito oficial e definitivo da questão.

Referência Bibliográfica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 13133: Execução de levantamento topográfico - Procedimento. Segunda edição, 2021.

IBGE, Coordenação de Geodésia. Modelo hgeoHNOR2020 para conversão de altitudes geométricas em altitudes normais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101594>

IBGE, Coordenação de Geodésia. Relatório: reajustamento da rede altimétrica com números geopotenciais: REALT-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102048>

Conteúdo Programático:

Fundamentos de Topografia e Geodésia

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'D'.

A formulação do enunciado é clara e obedece às regras da norma culta da língua portuguesa. No trecho “braça derivada do palmo português, de 22 cm”, a expressão “de 22 cm” atua como uma locução adjetiva com função explicativa que, isolada por vírgula, refere-se sintática e semanticamente ao seu antecedente imediato, ou seja, o substantivo composto “palmo português”. Se a intenção fosse afirmar que a braça media 22 cm, não haveria necessidade de citar sua derivação do palmo; a construção sintática correta seria “braça de 22 cm”. A redação informa, de maneira inequívoca, que a braça deriva de uma unidade menor (o palmo) e que este palmo mede 22 cm. O enunciado, inclusive, forneceu o valor exato do palmo (22 cm) para evitar divergências bibliográficas, facilitando o cálculo exato pelo candidato.

A leitura e a interpretação de matrículas antigas constituem uma competência fundamental e inerente ao exercício e ao ensino da agrimensura no Brasil, exigindo do profissional o conhecimento das unidades agrárias históricas. A relação metrológica padrão, consagrada desde a época do Império, estabelece que 1 braça equivale a 10 palmos, proporção amplamente fundamentada em bibliografias clássicas da área (como Espartel, 1982; Comastri, 1986; Tuler e Saraiva, 2014). Assumir que a braça e o palmo possuem a exata

mesma medida (22 cm) denota desconhecimento acerca do sistema de medidas agrárias, esvaziando, inclusive, o sentido lógico da palavra “derivada” presente no texto.

Resta, agora, a análise do valor numérico da área:

Se 1 palmo = 22 cm, e 1 braça = 10 palmos, logo 1 braça = 220 cm (2,20 m)

Dimensões reais do imóvel: 50 x 2,20 = 110 m (frente) e 100 x 2,20 = 220 m (fundos).

Redução para a escala de 1:1.000: 110m/1.000 = 0,11m (11 cm) e 220m/1.000 = 0,22m (22 cm)

Área na planta: 11cm x 22cm = 242 cm².

Cabe destacar que as demais alternativas presentes na questão (A, B, C e E) configuram distratores elaborados a partir de erros metodológicos ou de conversão de unidades previsíveis, não possuindo amparo técnico para validação.

Não há ambiguidade ou indução ao erro na questão. O enunciado exige do candidato a aplicação conjunta de interpretação textual adequada e conhecimento técnico basilar sobre unidades agrárias.

Pelo exposto, não há justificativa técnica ou linguística para a anulação da questão, sendo ratificada a alternativa D (242 cm²) como o gabarito oficial e definitivo.

Referência Bibliográfica:

COMASTRI, José Aníbal. Topografia planimetria. Viçosa, UFV, 1986.

ESPARTEL, Lelis. Curso de Topografia. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

TULER, Marcelo; SARAIVA, S. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014.

Conteúdo Programático:

Desenho Técnico e Representação Cartográfica.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'E'.

O enunciado da questão é explícito e inequívoco ao determinar a metodologia empregada no levantamento: "A medição angular (...) ocorreu pelo método das direções, com uma série de leituras horizontais conjugadas". Na ciência topográfica, a finalidade preponderante de se realizar leituras conjugadas (Posição Direta e Posição Inversa) é a eliminação matemática de erros instrumentais, permitindo operar com ângulos compensados desses erros. Tal procedimento é amplamente descrito e exigido por autores clássicos da topografia, a exemplo de Tuler e Saraiva (2014), além de estar em consonância com as diretrizes de precisão da ABNT NBR 13133:2021.

A afirmação do enunciado de que a medição ocorreu “com uma série de leituras horizontais conjugadas”, aliada ao fornecimento explícito dos dados de PD e PI na Tabela 1, vincula obrigatoriamente a resolução da questão ao tratamento matemático inerente a este método (a redução pela média). Nas ciências geodésicas, a apresentação de dados conjugados não possui caráter acessório ou meramente ilustrativo; a própria essência da metodologia exige a utilização conjunta dos pares. Portanto, ao definir o método do levantamento, o enunciado da questão impõe a aplicação rigorosa de seus preceitos técnicos, não cabendo ao candidato a prerrogativa de descartar metade dos dados de campo visando a uma simplificação arbitrária dos cálculos. Ademais, a título argumentativo, ainda que o candidato cometesse o erro conceitual de ignorar a metodologia exigida e descartasse as leituras em PI, a alegação de que existiria uma "outra solução possível" não se sustenta faticamente quando submetida à prova matemática.

Se o cálculo fosse realizado exclusivamente com os dados em PD, teríamos:

Leitura de Ré para a Estação E0: LR = 227°49'15"

Leitura de Vante para a Estação E2: LV = 80°58'30"

Pelo método das direções, o ângulo entre as direções E0 e E2 será: ângulo = LV - LR

ângulo = 80°58'30" - 227°49'15" = -146°50'45"

Como o resultado é negativo, soma-se 360° para obter o ângulo entre as duas direções:

ângulo = 213°09'15" (externo)

O valor de 213°09'15" não consta em nenhuma das alternativas da prova, comprovando que a banca não deixou margem para resoluções baseadas em premissas equivocadas.

Apenas a aplicação correta da metodologia (redução das direções pela média entre PD e PI) atinge o valor exato presente no gabarito, conforme demonstrado a seguir:

Leitura de Ré para a Estação E0: LR = (227°49'15" + 47°49'29" + 180°) / 2 = 227°49'22"

Leitura de Vante para a Estação E2: LV = (80°58'30" + 260°58'50" - 180°) / 2 = 80°58'40"

Pelo método das direções, o ângulo entre as direções E0 e E2 será: ângulo = LV - LR

ângulo = 80°58'40" - 227°49'22" = -146°50'42"

Como o resultado é negativo, soma-se 360° para obter o ângulo entre as duas direções:

ângulo = 213°09'18" (externo)

A resolução proposta no recurso ignora o método explicitamente cobrado no enunciado, fere as normas de precisão topográfica e resulta em um valor matemático inexistente nas alternativas de resposta. A questão encontra-se perfeitamente formulada, exigindo do candidato o conhecimento completo do tratamento de dados conjugados.

Por fim, cabe destacar que as demais alternativas presentes na questão configuram distratores elaborados a partir de erros metodológicos ou geométricos previsíveis, não possuindo amparo técnico para validação. Sendo assim, comprova-se que apenas a alternativa E satisfaz plenamente todas as premissas metodológicas e matemáticas exigidas pelo enunciado, ratificando-se a alternativa E (213°09'18") como o único gabarito correto.

Referência Bibliográfica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 13133: Execução de levantamento topográfico - Procedimento. Segunda edição, 2021.

TULER, Marcelo; SARAIVA, S. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014.

Conteúdo Programático:

Métodos de medição de ângulos horizontais e verticais

CARGO(S): BIOLOGIA - ABELARDO LUZ, BIOLOGIA – SOMBRIO

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'E'.

A especiação peripátrica, conforme a literatura clássica (e.g., Ernst Mayr), constitui um subtipo de especiação alopátrica caracterizado pelo isolamento de pequenas populações, com atuação do efeito fundador e deriva genética intensa.

O enunciado explicita tais elementos (“pequena subpopulação”, “baixa variabilidade genética” e “intensa deriva genética”), definindo de forma inequívoca o modelo peripátrico. A alternativa “alopátrica” apresenta caráter genérico e não contempla, necessariamente, esses critérios.

Não há ambiguidade, pois apenas uma alternativa atende integralmente ao nível de especificidade exigido.

Conclusão: mantém-se o gabarito (E – peripátrica), com indeferimento do recurso.

Referência Bibliográfica:

CAMPBELL, Neil A. et al. Biologia. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

FUTUYMA, Douglas J.; KIRKPATRICK, Mark. Evolução. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

RIDLEY, Mark. Evolução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Conteúdo Programático:

Teorias evolutivas.

Mecanismos de especiação.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'D'.

A alternativa D é a única que integra, conforme requerido no enunciado, fundamentos microbiológicos (distinções entre vírus, bactérias e fungos) e metodologias de ensino aplicadas à formação tecnológica, ao propor a articulação entre práticas e resolução de problemas na elaboração de soluções.

A alternativa C introduz uma prescrição metodológica específica (“priorização da teoria antes da prática”) que não é exigida pelo enunciado nem constitui princípio universal nas diretrizes da educação profissional, as quais enfatizam a integração entre teoria e prática, e não sua hierarquização.

As referências apresentadas (e.g., Antoni Zabala e normativas de biossegurança) não invalidam a alternativa D, tampouco tornam a alternativa C mais adequada ao comando da questão.

Não há ambiguidade, pois apenas a alternativa D contempla simultaneamente os eixos conceitual (biológico), metodológico e tecnológico exigidos.

CONCLUSÃO: Mantém-se o gabarito (D), com indeferimento do recurso.

Referência Bibliográfica:

BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2021.

MADIGAN, M. T. et al. Microbiologia de Brock. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

TORTORA, G. J. et al. Microbiologia. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Conteúdo Programático:

Controle microbiano.

Aplicações industriais, ambientais e na saúde.

Elaboração e condução de aulas práticas

Metodologias de ensino aplicadas à formação técnica e tecnológica em Biologia.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'B'.

Os recursos sustentam pedido de anulação com base em suposta ambiguidade do termo “gametófito masculino maduro”, argumentando que a literatura admite tanto o grão de pólen no momento da dispersão quanto o estágio posterior à germinação como referências de maturidade. De fato, a literatura botânica reconhece diferentes recortes para o desenvolvimento do microgametófito, o que confere elasticidade conceitual ao termo. Todavia, tal variação não configura ambiguidade invalidante, uma vez que não compromete a identificação de uma alternativa integralmente correta.

A alternativa B descreve o gametófito masculino em sua condição funcional, incluindo germinação, formação do tubo polínico e diferenciação dos núcleos espermáticos, etapas biologicamente válidas e inerentes ao seu desenvolvimento reprodutivo, não havendo erro conceitual em sua redação.

Por outro lado, a alternativa A apresenta erro técnico objetivo, ao incluir nucela e tegumento como constituintes do gametófito feminino, sendo estes tecidos esporofíticos (diploides), externos ao megagametófito (haploide). Trata-se de incorreção conceitual inequívoca, independente de qualquer interpretação acerca do estágio do gametófito masculino. Dessa forma, ainda que se admita mais de um critério para definir o termo “maduro”, apenas a alternativa B mantém correção simultânea e integral dos dois itens (I e II). A alternativa A, por conter erro conceitual no item II, não pode ser considerada correta em nenhuma hipótese.

Assim, não há coexistência de alternativas corretas nem ausência de resposta válida, não se configurando situação que justifique anulação da questão.

CONCLUSÃO: Mantém-se o gabarito (B), com indeferimento dos recursos, por inexistência de ambiguidade invalidante e presença de alternativa única integralmente correta.

Referência Bibliográfica:

EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. *Biologia Vegetal*. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

RAVEN, Peter H.; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. *Biologia Vegetal*. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

TAIZ, Lincoln et al. *Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Conteúdo Programático:

Reprodução e sistemática de plantas

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'A'.

Os recursos alegam (i) possibilidade de múltiplas respostas em razão de variações fisiológicas entre vertebrados e (ii) ambiguidade do termo “essa estratégia fisiológica”, sustentando que a ureotelia isoladamente permitiria incluir elasmobrânquios. Tais alegações não procedem. O enunciado descreve uma estratégia fisiológica composta, que envolve (a) excreção de ureia, (b) elevada capacidade de concentração renal e (c) produção de urina hiperosmótica, com economia de água. O pronome “essa” retoma o conjunto dos elementos previamente descritos, não apenas o tipo de excreta.

A alternativa A (*Hydrochoerus hydrochaeris*) é a única que atende integralmente a esse conjunto, típico de mamíferos, que possuem rins com alta capacidade de concentração urinária.

A alternativa E (*Sphyrna lewini*), embora represente grupo ureotélico, não atende aos demais critérios: nos elasmobrânquios, a ureia é majoritariamente retida para osmorregulação, não constituindo estratégia de excreção associada à produção de urina hiperosmótica concentrada nos termos descritos.

A alternativa D (*Rhinella icterica*), ainda que envolva ureotelia em fase adulta, não apresenta elevada capacidade de concentração urinária, não produzindo urina fortemente hiperosmótica.

As variações fisiológicas citadas não descaracterizam o fato de que apenas um grupo reúne simultaneamente todos os atributos exigidos. Não há ambiguidade, pois não existe segunda alternativa que satisfaça o conjunto completo das condições do enunciado.

CONCLUSÃO: Mantém-se o gabarito (A), com indeferimento dos recursos, por inexistência de ambiguidade e ausência de múltiplas respostas corretas.

Referência Bibliográfica:

HADDAD, Célio F. B.; TOLEDO, Luís Felipe; PRADO, Célio F. B.; LOEBMANN, Daniel; GASPARINI, João Luiz; SAZIMA, Ivan. *Guia dos anfíbios da Mata Atlântica: diversidade e biologia*. São Paulo: Anolis Books, 2013

HILL, Richard W.; WYSE, Gordon A.; ANDERSON, Margaret. *Fisiologia animal*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

HICKMAN, Cleveland P. et al. *Princípios integrados de zoologia*. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

MENEZES, Naércio A.; FIGUEIREDO, José Lima. *Manual de peixes marinhos do sudeste do Brasil*. São Paulo: Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, 1980–2000.

MOYES, C. D.; SCHULTE, P. M. *Princípios de Fisiologia Animal*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

POUGH, F. Harvey; JANIS, Christine M.; HEISER, John B. *Vertebrate life*. 9. ed. Boston: Pearson, 2013.

REIS, Nelio R.; PERACCHI, Adriano L.; PEDRO, Wagner A.; LIMA, Isaac Passos. Mamíferos do Brasil. 2. ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011
SICK, Helmut. Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
SZPILMAN, Marcelo. Tubarões no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2004.

Conteúdo Programático:

Anatomia e fisiologia comparada.
Sistemas orgânicos

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'E'.

O recurso alega existência de múltiplas respostas corretas com base em interpretação geral do processo evolutivo. Todavia, em itens de múltipla escolha, a validade depende da existência de alternativa integralmente correta, não de afirmações parcialmente verdadeiras.

A alternativa E descreve corretamente os *Sarcopterygii* como portadores de nadadeiras lobadas com eixo ósseo interno articulado, homólogo aos elementos proximais dos membros dos tetrápodes.

As demais alternativas apresentam erros conceituais objetivos:

A: atribui características de nadadeiras lobadas aos *Actinopterygii*; B: afirma identidade estrutural com membros pentadáctilos, o que é incorreto; C: atribui nadadeiras pares aos *Agnatha*, inexistentes nesse grupo; D: ignora a presença de precusores ósseos nos sarcopterígios. A citação genérica de Stephen Jay Gould não altera a análise do item, pois não invalida os erros conceituais das alternativas incorretas.

Não há ambiguidade nem múltiplas respostas corretas.

CONCLUSÃO: Mantém-se o gabarito (E), com indeferimento do recurso

Referência Bibliográfica:

HICKMAN, Cleveland P.; ROBERTS, Susan L.; LARSON, Lawrence; l'ANSON, David. Princípios Integrados de Zoologia. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
POUGH, F. Harvey; JANIS, Christine M.; HEISER, John B. A Vida dos Vertebrados. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

Conteúdo Programático:

Evolução dos grupos animais.

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'B'.

Os recursos apresentados concentram-se em alegações de (i) suposta ambiguidade do termo “diretamente”, (ii) possibilidade de múltiplas respostas corretas, e (iii) questionamentos conceituais acerca do eixo hipotálamo-hipófise-tireoide.

Registra-se que há recurso cuja argumentação se fundamenta em conteúdo de Histologia vegetal, ou seja sem relação ao objeto da questão (fisiologia hormonal humana), não sendo pertinente à análise do item, razão pela qual não interfere no mérito.

No que se refere às demais alegações, não procede a interpretação de ambiguidade. No eixo hipotálamo-hipófise-tireoide, os hormônios tireoidianos (T3 e T4) exercem retroalimentação negativa direta tanto sobre o hipotálamo quanto sobre a adenoipófise, inibindo, respectivamente, a secreção de TRH e TSH. Assim, o termo “diretamente” não restringe a ação a um único nível do eixo, mas refere-se à ação direta dos hormônios tireoidianos sobre ambas as estruturas regulatórias.

A alternativa B é a única que contempla corretamente os dois níveis de controle (hipotalâmico e hipofisário), apresentando resposta completa e cientificamente adequada.

A alternativa A, embora contenha informação parcialmente correta, é incompleta, pois omite a inibição do TRH. Em itens de múltipla escolha, a alternativa correta deve ser integralmente compatível com o comando, não sendo admitidas respostas parciais como corretas.

A alegação de que o efeito sobre o hipotálamo seria indireto ou secundário não invalida a alternativa B, uma vez que a inibição de TRH por T3 e T4 é mecanismo reconhecido na fisiologia endócrina, ainda que com diferenças de intensidade regulatória.

Adicionalmente, a forma “hormônio(s)” no enunciado não autoriza respostas incompletas, mas admite a identificação de um ou mais hormônios, sendo correta a alternativa que represente adequadamente o conjunto das respostas fisiológicas envolvidas.

Dessa forma, não há ambiguidade nem coexistência de alternativas corretas, pois apenas a alternativa B atende integralmente ao comando da questão.

CONCLUSÃO: Mantém-se o gabarito (B), com indeferimento dos recursos.

Referência Bibliográfica:

HALL, John E. Guyton & Hall: Tratado de Fisiologia Médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia Humana: uma abordagem integrada. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

WIDMAIER, Eric P.; RAFF, Hershel; STRANG, Kevin T. Vander: Fisiologia Humana – os mecanismos das funções corporais. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017

Conteúdo Programático:

Fisiologia Humana

Organização dos sistemas do corpo humano.

Integração e regulação fisiológica

CARGO(S): CÃES-GUIA – CAMBORIÚ

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'C'.

A Banca Examinadora reafirma a validade do gabarito oficial (Alternativa C), fundamentando-se na estrita conformidade com o Decreto nº 5.904/2006 e o Ofício Circular nº 28/2019/GCTA/SRA-ANAC. A manutenção baseia-se nos seguintes pontos:

1. Invalidez da assertiva III: A assertiva III é objetivamente falsa. A alegação do candidato de que se trata de uma “imprecisão redacional” não procede. O item afirma a obrigatoriedade de “plaqueta de identificação na alça do arreio nas áreas de embarque”, exigência esta que não possui amparo legal nem no Decreto nº 5.904/2006, nem nas normas da ANAC. No Direito Administrativo e em avaliações de conformidade normativa, a inclusão de um requisito não previsto na norma de referência invalida o item. Trata-se de um distrator técnico desenhado para avaliar a precisão do conhecimento do candidato quanto aos instrumentos de identificação taxativamente previstos na lei.

2. Validade da assertiva IV: A assertiva IV é objetivamente verdadeira. O item descreve corretamente dois dos elementos de identificação exigidos pelo Art. 3º do Decreto nº 5.904/2006: a carteira de identificação e a plaqueta de identificação (esta última, especificamente no pescoço do cão), detalhando de forma precisa as informações que devem constar em ambos. É entendimento consolidado em concursos públicos federais que itens que reproduzem fielmente trechos da norma, ainda que de forma não exaustiva, são considerados corretos, desde que a omissão de outros elementos não altere o sentido ou a veracidade do que foi afirmado. Diferente da assertiva III, a assertiva IV não inventa obrigações; apenas delimita o objeto de análise a dois instrumentos específicos, tratando-os com absoluta fidelidade normativa.

Portanto, não se verifica vício material ou falta de objetividade. A questão diferencia o candidato que domina a literalidade e a aplicação técnica da norma daqueles que possuem conhecimento superficial. A assertiva III contém erro de fato (exigência inexistente), enquanto a assertiva IV contém afirmações tecnicamente corretas e em plena consonância com a legislação vigente.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5904.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Aviação Civil. Ofício Circular nº 28/2019/GCON/SAS-ANAC. Brasília, DF: ANAC, 2019. Disponível em: gov.br/anac. Acesso em: 7 maio 2026, às 15h30.

Conteúdo Programático:

Legislação e Direitos da Pessoa com Deficiência.

(...)

Art. 30. Para o transporte de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento em aeronave, devem ser cumpridas as exigências das autoridades sanitárias nacionais e do país de destino, quando for o caso. (grifo nosso)

DECRETO Nº 5.904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006.

Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.

(...)

Art. 3º. A identificação do cão-guia e a comprovação de treinamento do usuário dar-se-ão por meio da apresentação dos seguintes itens:

I - carteira de identificação e plaqueta de identificação, expedidas pelo centro de treinamento de cães-guia ou pelo instrutor autônomo, que devem conter as seguintes informações:

a) no caso da carteira de identificação:

1. nome do usuário e do cão-guia;

2. nome do centro de treinamento ou do instrutor autônomo;

3. número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do centro ou da empresa responsável pelo treinamento ou o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do instrutor autônomo; e

4. foto do usuário e do cão-guia; e

b) no caso da plaqueta de identificação:

1. nome do usuário e do cão-guia;

2. nome do centro de treinamento ou do instrutor autônomo; e

3. número do CNPJ do centro de treinamento ou do CPF do instrutor autônomo;

II - carteira de vacinação atualizada, com comprovação da vacinação múltipla e anti-rábica, assinada por médico veterinário com registro no órgão regulador da profissão; e (grifo nosso)

III - equipamento do animal, composto por coleira, guia e arreo com alça.

§ 1º. A plaqueta de identificação deve ser utilizada no pescoço do cão-guia.

§ 2º. Os centros de treinamento e instrutores autônomos reavaliarão, sempre que julgarem necessário, o trabalho das duplas em atividade, devendo retirar o arreo da posse do usuário caso constatem a necessidade de desfazer a dupla, seja por inaptidão do usuário, do cão-guia, de ambos ou por mau uso do animal.

§ 3º. O cão em fase de socialização e treinamento deverá ser identificado por uma plaqueta, presa à coleira, com a inscrição "cão-guia em treinamento", aplicando-se as mesmas exigências de identificação do cão-guia, dispensado o uso de arreo com alça.

3. O entendimento é corroborado pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 32/2019/DSA/SDA/MAPA, de 27 de agosto de 2019, que segue em anexo (sei! 3493515).

4. Sem mais para o momento, renovo os protestos da mais elevada estima e consideração e coloco esta gerência à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone (61) 3314-4399 ou do e-mail gcon.sas@anac.gov.br.

Atenciosamente,

Cristian Vieira dos Reis

Gerente de Regulação das Relações de Consumo



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Vieira dos Reis**, Gerente, em 24/10/2019, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **3655660** e o código CRC **436D88ED**.

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'A'.

A Banca Examinadora ratifica a validade da Questão 51, fundamentando o indeferimento do recurso nos seguintes termos:

1. Delimitação do objetivo da Questão: O enunciado é taxativo ao solicitar que o candidato apenas relacione a Coluna 1 à Coluna 2. O objetivo do item é avaliar a capacidade de classificar operações técnicas de treinamento (estratégias de intervenção) a partir de situações práticas. A alegação de que seria necessária a descrição do efeito sobre a probabilidade futura da resposta (frequência) é incoerente pois extrapola o que é solicitado no enunciado da questão. Portanto, a questão está solicitando que se realize exclusivamente a classificação das estratégias de treinamento (contingências operantes), descritas na Coluna 1 às situações reais de treinamento descritas na Coluna 2, sendo que estas apresentam os elementos funcionais (atitude do treinador) suficientes e necessários para tal classificação.

2. Diferenciação entre Operação e Efeito: A tese do candidato confunde a operação técnica (o ato do instrutor) com o processo comportamental (o resultado na resposta do animal). Para fins de uma questão objetiva de correlação, as situações descritas contêm os elementos funcionais necessários e suficientes para a classificação. A “descrição topográfica” mencionada no recurso é, na verdade, a descrição precisa do procedimento de treino, o que permite a associação unívoca com os conceitos de reforço e punição apresentados.

3. Inexistência de Ambiguidade Conceitual: Não procede a afirmação de que uma situação admitiria dupla classificação (reforço negativo vs. punição negativa). Embora ambos os procedimentos envolvam a remoção de um estímulo, a natureza do que é retirado é distinta e fundamental para a classificação: no reforço negativo, retira-se um estímulo aversivo (gerando alívio); já na punição negativa, retira-se um estímulo agradável (gerando perda). Essa distinção é explicitada no contexto de treinamento apresentado na Coluna 2. Sendo os conceitos de reforço e punição tecnicamente antagônicos e excludentes, não há margem para o alegado erro conceitual ou vício de subjetividade.

Portanto, diante do exposto, a questão 51 apresenta absoluta clareza, coerência técnica e material, cumprindo sua função de avaliar o domínio conceitual do candidato.

Referência Bibliográfica:

GUIDE DOG CURRENT PRACTICE. GUIDE DOG NSW/ACT. Chatswood NSW/Austrália, 2010.

SILVA, Ana Teresa Martins da. Treino e modificação comportamental de cães. Lisboa: Lidel, 2018.

Conteúdo Programático:

Treinamento de Cães-Guia.

CARGO(S): COMPUTAÇÃO – CONCÓRDIA**QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'C'.**

O enunciado descreve literalmente: “Considere árvores B não vazias”. A Propriedade 5 de Cormen (§18.1) confirma que, para árvore não vazia, a raiz armazena entre 1 e $2t-1$ chaves, exatamente o que a assertiva I afirma. “a. Todo nó, exceto a raiz, deve ter no mínimo $t - 1$ chaves. [...] Se a árvore é não vazia, a raiz deve ter no mínimo uma chave.” (CORMEN, T. H. et al. Algoritmos: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. §18.1, Propriedade 5)

O Teorema 18.1 de Cormen é preciso: “Se $n \geq 1$, então, para qualquer árvore B T de n chaves, altura h e grau mínimo $t \geq 2$: $h \leq \log_t \lfloor (n+1)/2 \rfloor$.” (CORMEN et al. Algoritmos: Teoria e Prática. 3. ed. Elsevier, 2012. §18.1, Teorema 18.1)

O Teorema 18.1 (Cormen et al., §18.1) estabelece $h \leq \log_t(n+1)/2$. Para $t=500$ e $n=10^9$: $\log_{500}(5 \times 10^8) \approx 3,22$; portanto $h \leq 3$ (limite inteiro não negativo). h é o número de arestas da raiz à folha — o caminho contém $h+1 = 4$ nodos, não 3. Assumindo um nodo por página e a raiz residente em memória principal, os outros 3 nodos (filhos, neto, folha) exigem, cada um, 1 acesso a disco: 3 acessos no total. (Cormen et al., §18.1; Silberschatz & Korth, §11.3; Ramakrishnan & Gehrke, §9.3; Elmasri & Navathe, §18.3.)

Portanto, $h \leq 3$ — o valor 3,22 é inequivocamente inferior a 4. A assertiva IV resolve qualquer ambiguidade de convenção ao especificar explicitamente “no máximo 4 nodos no caminho da raiz até uma folha” ($h+1 = 4$ nodos = raiz + 3 descendentes). Com a raiz em memória principal, os 3 nodos restantes exigem 3 acessos a disco. Silberschatz, Korth e Sudarshan confirmam o mesmo raciocínio para cálculo de profundidade em árvores de índice:

“A height of close to 4 is reasonable for a large database — for instance, with a node size of 4 kilobytes and search key size of 12 bytes, a tree of height 4 can store over 250 billion search-key values.”

(SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S. Database System Concepts. 7. ed. New York: McGraw-Hill, 2019. §11.3.2)

A assertiva IV trata explicitamente de “árvore B de grau mínimo t com n chaves”, não de B⁺, não havendo fonte de dúvida.

Referência Bibliográfica:

Referências: CORMEN, T. H. et al. Algoritmos: Teoria e Prática. 3. ed. Elsevier, 2012. §18.1 (pp. 491, 495), §18.3. SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S. Database System Concepts. 7. ed. McGraw-Hill, 2019. §11.3.2. RAMAKRISHNAN, R.; GEHRKE, J. Database Management Systems. 3. ed. McGraw-Hill, 2003. §9.3–9.5 (p. 257). ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados. 6. ed. Pearson, 2011. §18.3 (p. 638).

Conteúdo Programático:

Estruturas de Dados e Algoritmos. Árvores B e B⁺.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'A'.

As relações propostas entre as assertivas nas alternativas mencionam “justificativa”, não “causa”. O critério de avaliação está explicitado e não inclui o requisito de causalidade mecânica. O argumento sobre teleologia vs. causalidade exige um critério que a própria questão não estabelece, padrão pertence à lógica filosófica formal. O conectivo “PORQUE” estabelece uma relação justificativa/explicativa: a asserção II deve fornecer o fundamento conceitual que explica por que a asserção I é verdadeira; exige-se que II apresente o princípio ou definição que sustenta logicamente I.

Stallings é explícito quanto ao objetivo central do controle de acesso — do qual o RBAC é uma implementação: “Access controls limit the actions or operations that a legitimate user of a computer system can perform. The most important objective of access control is to protect information from unauthorized disclosure (confidentiality).”

(STALLINGS, W. Cryptography and Network Security. 7. ed. Pearson, 2017. §4.1, p. 99)

A motivação administrativa histórica não exclui nem contradiz a função de garantia de confidencialidade. O mesmo mecanismo que simplifica a administração restringe o acesso a entidades autorizadas, implementando exatamente o princípio descrito na asserção II.

Tanenbaum é explícito na conexão entre controle de acesso e confidencialidade:

“Confidencialidade está relacionada ao fato de manter as informações longe de usuários não autorizados.”

(TANENBAUM, A. S.; FEAMSTER, N.; WETHERALL, D. Redes de Computadores. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2021. §8.1, p. 470)

Silberschatz conecta RBAC diretamente ao controle de acesso e ao princípio do privilégio mínimo em dois pontos distintos:

“O gerenciamento de usuários com o princípio do privilégio mínimo requer a criação de uma conta separada para cada usuário, apenas com os privilégios de que o usuário precisa. [...] Alguns sistemas implementam o controle de acesso baseado em papéis (RBAC — role-based access control) para fornecer essa funcionalidade.”

(SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B.; GAGNE, G. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. §14.2)

“O Solaris 10 [...] adicionando explicitamente o princípio do privilégio mínimo por meio do controle de acesso baseado em papéis (RBAC). [...] Os privilégios podem ser atribuídos a processos, limitando-os ao acesso estritamente necessário à execução de seu trabalho.”

(SILBERSCHATZ; GALVIN; GAGNE. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. §14.6)

A asserção II é o fundamento que explica por que a asserção I constitui uma contribuição à confidencialidade. II não é a causa histórica de I; é o princípio que justifica logicamente por que I produz o efeito descrito. Isso é suficiente para a relação “PORQUE” no formato Asserção/Razão.

Além disso, suponhamos que aceitemos a premissa do recurso de que a relação entre I e II é teleológica. Na bibliografia citada no recurso,

“As was indicated in our first chapter, ‘Q because P’ can express either an argument or an explanation.” e “It thus appears that explanation and inference are very closely related. They are, in fact, the same process regarded from opposite points of view. Given certain premisses, any conclusion that can logically be inferred from them can be regarded as being explained by them.”

(COPI; COHEN, Introduction to Logic. 8. ed. New York: Macmillan, 1990. §13.2, p. 421)

Referência Bibliográfica:

Referências: TANENBAUM, A. S.; FEAMSTER, N.; WETHERALL, D. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021. §8.1, p. 470. SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B.; GAGNE, G. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. §§14.2, 14.6. STALLINGS, W. Cryptography and Network Security. 7. ed. Pearson, 2017. §4.1 (p. 99), p. 118.

Conteúdo Programático:

Segurança da Informação. Princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade. Controle de acesso.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'E'.

O enunciado delimita explicitamente o escopo, tratando-se de uma questão sobre propriedades matemáticas da representação, não sobre microarquitetura ou mecanismos de tratamento de exceções de hardware.

A citação apresentada no recurso

“A Overflow Flag é configurada para 1 quando o resultado de uma operação aritmética com sinal não pode ser representado no número de bits disponível. O processador não gera automaticamente uma exceção — cabe ao software verificar e tratar esta condição.”

(WEBER, R. F. Fundamentos de Arquitetura de Computadores. 3. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2008. p. 143)

confirma, a alternativa E: se a flag é ativada “quando o resultado de uma operação aritmética com sinal não pode ser representado no número de bits disponível”, então a operação de negação do menor inteiro representável produziu um resultado não representável — isso é, por definição, overflow.

Patterson & Hennessy usa a expressão “produz overflow” para descrever o caso da alternativa E. Seção de negação (§2.4), pertinente ao caso, foi omitida.

Stallings documenta a assimetria do complemento de dois sem restrição ao tipo de operação: “No caso do complemento de dois, para uma extensão de n bits, existe uma representação para -2^{n-1} , mas não para $+2^{n-1}$.”

(STALLINGS, W. Arquitetura e Organização de Computadores. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2017. §10.3, p. 282)

O resultado de negar -2^{n-1} é 2^{n-1} , que excede o máximo representável. Overflow ocorre por definição. “Provoca overflow” (ou equivalentemente “produz overflow”) é linguagem técnica padronizada na literatura adotada. Patterson & Hennessy usa exatamente esse vocabulário para descrever o caso da negação — já citado acima: “Negar -2^{31} produz overflow” (§2.4). Stallings, ao tratar da ULA, descreve o mesmo fenômeno com terminologia equivalente:

“A ALU também pode definir flags como resultado de uma operação. Por exemplo, uma flag de overflow (estouro) é definida como 1 se o resultado de um cálculo ultrapassar o tamanho do registrador.”

(STALLINGS, W. Arquitetura e Organização de Computadores. 10. ed. Pearson, 2017. §10.1, p. 280)

“O resultado de um cálculo ultrapassar o tamanho do registrador” é precisamente o que significa “provoca overflow” — a operação produz resultado não representável. Não há distinção semântica entre “produz overflow”, “provoca overflow” e “resulta em overflow” na literatura técnica em português. O argumento de que “provocar” implica necessariamente exceção ativa não encontra respaldo em nenhuma das obras adotadas.

Todas as demais alternativas contêm erros objetivos:

- A: Descreve sinal-magnitude (intervalo simétrico $\pm(2^{n-1} - 1)$), não complemento de dois. (STALLINGS, §10.3, Tabela 10.1, p. 282)

- B: Zero tem representação única em complemento de dois; dois zeros (+0 e -0) é característica de sinal-magnitude. (STALLINGS, pp. 281–282)

- C: Negação em complemento de dois exige inversão de todos os bits E adição de 1; inversão isolada produz complemento de um. (STALLINGS, §10.3)

- D: n bits representam exatamente 2^n valores — não 2^{n+1} .

A alternativa E é a única afirmação matematicamente correta, sustentada por múltiplas fontes primárias.

Referência Bibliográfica:

Referências: STALLINGS, W. Arquitetura e Organização de Computadores. 10. ed. Pearson, 2017. §10.3, Tabela 10.1 (pp. 281–282). PATTERSON, D. A.; HENNESSY, J. L. Organização e Projeto de Computadores. 5. ed. Elsevier, 2014. §2.4. WEBER, R. F. Fundamentos de Arquitetura de Computadores. 3. ed. Sagra Luzzatto, 2008. p. 143.

Conteúdo Programático:

Representação de dados e aritmética computacional

CARGO(S): DEFESA CIVIL – CAMBORIÚ**QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'.**

O presente documento visa apresentar os argumentos técnico-jurídicos para o indeferimento do recurso interposto pelo candidato referente à Questão 36 do concurso. A análise se fundamenta na Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), e no Decreto nº 12.652/2025, que estabelece o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC 2025-2035), bem como em seus desdobramentos e princípios norteadores da gestão de riscos e planejamento urbano.

A Questão 36 aborda a situação de um município catarinense que, ao revisar seu Plano Diretor, enfrenta resistência para restringir o adensamento construtivo em encostas com declividade de 35°. A alternativa considerada correta (A) afirma que a Lei 12.608/2012 e o PN-PDC 2025-2035 vinculam o planejamento urbano à gestão de riscos, e que a autorização para edificações em áreas de risco geológico conhecido exige a prévia execução de obras de mitigação que garantam o Fator de Segurança normativo.

Para refutar os argumentos do recurso, é crucial analisar a integração entre a legislação de proteção e defesa civil e o planejamento urbano, conforme estabelecido pela Lei nº 12.608/2012 [1] e reforçado pelo PN-PDC 2025-2035 [2].

1. A Lei nº 12.608/2012 e a Integração com o Planejamento Urbano

A Lei nº 12.608/2012 é clara ao estabelecer a necessidade de integração da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) com outras políticas setoriais, incluindo o ordenamento territorial e o desenvolvimento urbano. O Art. 3º, Parágrafo Único, da referida lei, dispõe que:

“A PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.” [1]

Além disso, o Art. 5º, inciso IV, elenca como objetivo da PNPDEC “incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais” [1]. O Art. 8º, inciso VI, por sua vez, atribui aos Municípios a competência para “fiscalizar as áreas de risco e proibir novas ocupações nessas áreas” [1].

Um ponto crucial para o indeferimento do recurso reside nas alterações promovidas pela Lei nº 12.608/2012 em outras legislações. Especificamente, a Lei nº 12.608/2012 alterou o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79). O Art. 22-A do Estatuto da Cidade, incluído pela Lei nº 12.608/2012, estabelece que municípios com áreas de susceptibilidade a deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos devem elaborar Plano de Implantação de Obras e Medidas Estruturais e Não Estruturais [1].

Essa alteração é fundamental, pois a Lei nº 6.766/79, em seu Art. 3º, Parágrafo Único, inciso II, veda o parcelamento do solo em áreas “onde as condições geológicas, geomorfológicas, geotécnicas, hidrológicas ou de saneamento básico desaconselham a ocupação” [1]. A Lei nº 12.608/2012 reforça essa vedação e, implicitamente, condiciona a ocupação ou edificação em áreas de risco à superação técnica desses riscos. A “prévia execução de obras de mitigação que garantam o Fator de Segurança normativo” é a materialização técnica e legal dessa superação, tornando a área segura para a edificação, caso contrário, a ocupação seria vedada.

2. O PN-PDC 2025-2035 e a Redução de Riscos

O Decreto nº 12.652/2025, que institui o PN-PDC 2025-2035, corrobora e aprofunda a abordagem da Lei nº 12.608/2012. Entre seus princípios, o Princípio III (Art. 2º) destaca o “investimento na redução de riscos de desastres” [2]. A Diretriz III (Art. 3º) enfatiza a “gestão de desastres para o fortalecimento das ações de resposta aos desastres e da recuperação de áreas afetadas, com ênfase em reconstruir melhor e na adoção de infraestruturas resilientes” [2].

O Objetivo II (Art. 4º) do PN-PDC 2025-2035 é “reduzir os riscos de desastres e produzir conhecimentos sobre seus componentes de ameaça, exposição e vulnerabilidade, nas dimensões da sustentabilidade social, ambiental e econômica” [2]. A integração é novamente salientada no Art. 6º, §2º, que afirma que o Plano “integrará, de maneira transversal, as políticas públicas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano...” [2].

Esses dispositivos demonstram que a política nacional de proteção e defesa civil não se limita à mera prevenção ou restrição de ocupação, mas também engloba a gestão ativa dos riscos, o que inclui a possibilidade de intervenções estruturais (obras de mitigação) para tornar áreas seguras, desde que atendam a critérios técnicos rigorosos de segurança. A expressão “Fator de Segurança normativo” na alternativa B reflete a necessidade de embasamento técnico e normativo para tais intervenções, garantindo que a mitigação seja efetiva e não apenas paliativa.

O argumento de que a exigência de obras de mitigação não é “geral e automática” e que o foco deveria ser apenas a prevenção/restrrição não se sustenta diante da legislação vigente. A Lei nº 12.608/2012 e o PN-PDC 2025-2035 estabelecem um arcabouço legal que vincula o planejamento urbano à gestão de riscos de forma abrangente, contemplando tanto medidas preventivas (como a restrição de adensamento) quanto medidas estruturais (obras de mitigação) quando a ocupação é tecnicamente viável e segura.

Em áreas de risco geológico conhecido, a autorização para edificações, quando concedida, está intrinsecamente ligada à garantia de segurança, que, em muitos casos, só é alcançável por meio de obras de mitigação que assegurem um Fator de Segurança normativo. A alternativa A, portanto, reflete corretamente a abordagem técnico-legal que permite a ocupação de áreas de risco após a devida mitigação e garantia de segurança, em consonância com os princípios da redução de riscos e do desenvolvimento sustentável. A

resistência à restrição do adensamento, mencionada no enunciado, não invalida a necessidade de obras de mitigação caso a decisão seja pela ocupação, e não pela vedação total.

Diante do exposto, a alternativa A está em plena conformidade com os preceitos da Lei nº 12.608/2012 e do PN-PDC 2025-2035, e o recurso deve ser indeferido.

Referência Bibliográfica:

[1] BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

[2] BRASIL. Decreto nº 12.652, de 7 de outubro de 2025. Estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12652-7-outubro-2025-798106-publicacaooriginal-176653-pe.html>

Conteúdo Programático:

Gestão sustentável do território; Legislação Aplicada à proteção e Defesa Civil; Políticas públicas relacionadas à gestão de riscos

CARGO(S): GEOGRAFIA – FRAIBURGO

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'B'.

A assertiva I está incorreta: “É uma tecnologia de obtenção de dados da superfície terrestre por meio de sensores instalados em plataformas limitadas à própria superfície terrestre”.

De acordo com a referência utilizada: “O objetivo deste capítulo é apresentar as principais características de imagens de sensoriamento remoto orbital e as técnicas de exploração desses dados para a Geomorfologia. O sensoriamento remoto é a tecnologia de aquisição, a distância, de dados da superfície terrestre, isto é, por meio de sensores instalados em plataformas terrestres, aéreas ou orbitais (satélites).”

A assertiva II está incorreta: “Os sensores utilizados no sensoriamento remoto captam a radiação eletromagnética refletida ou emitida pela superfície em comprimentos de onda semelhantes.”

De acordo com a referência utilizada: “O sensor capta a energia (radiação eletromagnética) refletida ou emitida pela superfície em diferentes comprimentos de onda ou frequência.”

A assertiva III está incorreta: “Os sensores ópticos captam radiação na região de micro-ondas.

De acordo com a referência: “Os sensores ópticos captam a radiação da região do ultravioleta, do visível e do infravermelho; os sensores do tipo radar (radio detection and ranging) captam a radiação na região de micro-ondas.”

Referência Bibliográfica:

Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais / Teresa Gallotti Florenzano, (org.). São Paulo: Oficina de Textos, 2008, p.46.

Conteúdo Programático:

Sensoriamento remoto.

SENSORIAMENTO REMOTO 2

PARA GEOMORFOLOGIA

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais características de imagens de sensoriamento remoto orbital e as técnicas de exploração desses dados para a Geomorfologia. O sensoriamento remoto é a tecnologia de aquisição, a distância, de dados da superfície terrestre, isto é, por meio de sensores instalados em plataformas terrestres, aéreas ou orbitais (satélites). O sensor capta a energia (radiação eletromagnética) refletida ou emitida pela superfície em diferentes comprimentos de onda ou frequência. A Fig. 2.1 mostra os diferentes tipos de radiação, representados pelo espectro eletromagnético. Os nossos olhos, que são sensores naturais, são sensibilizados apenas com a radiação da região do visível. Os sensores ópticos captam a radiação da região do ultravioleta, do visível e do infravermelho; os sensores do tipo radar (*radio detection and ranging*) captam a radiação na região de micro-ondas.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'A'.

A primeira lacuna corresponde a:

subsidiências são movimentos em que o deslocamento da massa normalmente é vertical, com uma componente horizontal nula ou praticamente nula (Guidicini; Nieble, 1984). Esse fenômeno pode ter origem natural (epirogenia e falhamentos) ou antrópica, pela retirada de material subterrâneo, como: água, petróleo, gás e minério, p.266.

A segunda lacuna corresponde a:

Os escorregamentos translacionais caracterizam-se por apresentarem um plano de ruptura abrupto, bem definido, planar, e por serem um movimento de curta duração (Figs. 6.6 e 6.7) (Guidicini; Nieble, 1984; IPT, 1991). Esses movimentos ocorrem durante chuvas intensas, quando é elevada a poropressão em uma superfície de descontinuidade. A poropressão positiva da água no plano de ruptura altera a estabilidade da encosta, reduzindo a tensão cisalhante do solo e a tensão normal. A ruptura ou a instabilidade da encosta vão depender do equilíbrio entre as forças estabilizadoras e desestabilizadoras, 267.

Referência Bibliográfica:

GUIMARÃES, Renato Fontes; CARVALHO JÚNIOR, Osmar Abílio de; GOMES, Roberto Arnaldo Trancoso; FERNANDES, Nelson Ferreira. Movimentos de massa. In: FLORENZANO, Teresa Gallotti (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. p. 46.

Conteúdo Programático:

Vulnerabilidade ambiental e riscos naturais. Questão Ambiental e Sustentabilidade. Relação sociedade–natureza.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'E'.

A primeira assertiva é FALSA, o estado do Maranhão possui a maioria das comunidades quilombolas certificação da autodefinição no Brasil de acordo com dados do Censo de 2022.

A segunda assertiva é FALSA: “O menor número de Territórios Quilombolas oficialmente delimitados encontra-se no estado do Amazonas”

A terceira assertiva é VERDADEIRA- A região do Brasil com maior concentração de pessoas quilombolas de acordo como Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro Geográfico o Nordeste. - A região com maior concentração é o Nordeste, com cerca de 68,14% do total.

Referência Bibliográfica:

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22327-quilombolas.html>

https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/Brasil_Quilombola.pdf

: Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo: segunda apuração. - Rio de Janeiro: IBGE, c2023.

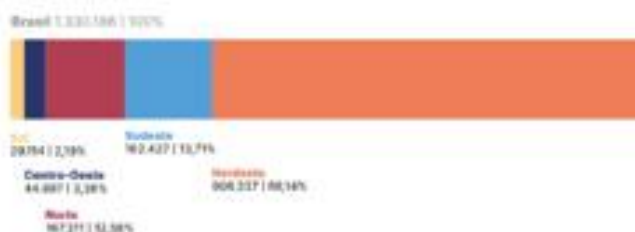
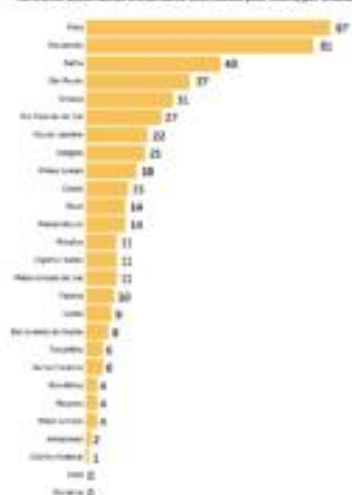
Conteúdo Programático:

Geografia da População e Dinâmica Demográfica.

GRÁFICOS QUESTÃO 38



Territórios Quilombolas oficialmente distribuídos pelo INCRA, por Unidades da Federação



QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'C'.

A assertiva I está correta: “No Brasil, as florestas tropicais e subtropicais úmidas estão distribuídas nos domínios Amazônico e Atlântico e a prática de biopirataria praticada nessas florestas é uma das ameaças à sua preservação.”

De acordo com a referência: “No Brasil, esse bioma compreende nada menos que 21 ecorregiões diferentes, distribuídas em dois grandes domínios, o amazônico e o atlântico, o que representa um amplo espectro estrutural e ecológico, desde as florestas mais úmidas e mais densas, classificadas como florestas ombrófilas densas, até as florestas úmidas de araucária, denominadas florestas ombrófilas mistas, representadas por formações mais abertas e que se localizam acima de 400.p,284.

“Além da possibilidade de extinção provocada pela fragmentação da floresta, outra séria ameaça à biodiversidade das florestas tropicais úmidas é a comercialização ilegal de seres vivos, denominada biopirataria, p.288.”

II. A assertiva I está incorreta: Florestas tropicais e subtropicais estacionais são caracterizadas pela distribuição regular de chuvas durante o ano, e as florestas estacionais tropicais têm uma grande variedade de vida selvagem.

De acordo com a referência:

“Embora essas florestas ocorram em climas quentes durante todo o ano, podendo receber uma grande pluviosidade anual, a chuva nesses locais é mal distribuída e as espécies precisam lidar com longos períodos de seca, que podem durar meses, dependendo da região. Essas secas sazonais têm grande impacto sobre todas as espécies que vivem nesses biomas, especialmente no controle da caducifolia, estratégia utilizada pelas plantas para reduzir a capacidade de transpiração e a perda de água, p.293.”

A assertiva III está incorreta: “Entre as características do bioma de florestas temperadas úmidas com coníferas estão a proximidade do mar e a pobreza de biomassa”

De acordo com a referência:

“No continente americano, o sul do Chile e a costa do Pacífico da América do Norte são as maiores extensões de floresta temperada úmida. Apesar de ambas as regiões terem semelhanças importantes no clima, suas diferenças na composição de espécies de flora e fauna são evidentes (Alaback, 1991). Semelhantes tipos de floresta ocorrem em níveis semelhantes de chuvas de verão em ambas as zonas. Todavia, no Chile, em razão das variações do nível do mar associadas às geleiras e da presença de alguns tipos de vegetação subantártica, a floresta temperada úmida começou a aparecer em latitudes por volta de 10 a 15 graus mais baixas do que na América do Norte. O acúmulo de biomassa em ambas as regiões alcança os mais altos índices mundiais nesse tipo de floresta, registrando cerca de 2.000 t de matéria orgânica por hectare, p.298.”

Referência Bibliográfica:

Figueiró, Adriano S, Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza / Adriano S. Figueiró. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

Conteúdo Programático:

Biogeografia

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'C'.

A letra correta é C: “O ritmo de desenvolvimento humano do atual modelo de produção tem feito desaparecer em torno de 150 espécies por dia no planeta, entre elas organismos menores e menos conhecidos.”

De acordo com a referência:

O ritmo de “desenvolvimento” humano faz desaparecer algo em torno de 150 espécies por dia no planeta (Maya, 2010), e muitos desses organismos menores e menos conhecidos que o homem está destruindo são mais importantes para o futuro da humanidade do que a maioria das grandes espécies já conhecidas e em perigo de extinção. Tal como diz Ehrlich (1997, p. 27-28), “as pessoas precisam de plantas e insetos mais do que precisam de leopardos e baleias (sem querer com isso menosprezar o valor destes dois últimos).

Mesmo partindo de uma perspectiva antropocêntrica, é preciso compreender que os serviços ambientais fornecidos gratuitamente por micro-organismos, plantas e animais são essenciais para a manutenção da sociedade humana (Fig. 3.1). Os serviços ecossistêmicos se referem às condições e processos por meio dos quais os ecossistemas naturais e as espécies que os compõem sustentam e completam a vida humana nas suas mais variadas dimensões. Tanto os produtos como os serviços derivados do adequado funcionamento dos ecossistemas representam benefícios diretos ou indiretos de que as populações humanas usufruem gratuitamente, o que justifica sua necessidade de conservação, p.116-117”.

Referência Bibliográfica:

Figueiró, Adriano S, Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza / Adriano S. Figueiró. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

Conteúdo Programático:

Biogeografia. Interações entre elementos naturais e uso antrópico.

Legenda: recurso 39

O ritmo de “desenvolvimento” humano faz desaparecer algo em torno de 150 espécies por dia no planeta (Maya, 2010), e muitos desses organismos menores e menos conhecidos que o homem está destruindo são mais importantes para o futuro da humanidade do que a maioria das grandes espécies já conhecidas e em perigo de extinção. Tal como diz Ehrlich (1997, p. 27-28), “as pessoas precisam de plantas e insetos mais do que precisam de leopardos e baleias (sem querer com isso menosprezar o valor destes dois últimos)”.

Mesmo partindo de uma perspectiva antropocêntrica, é preciso compreender que os serviços ambientais fornecidos gratuitamente por micro-organismos,

plantas e animais são essenciais para a manutenção da sociedade humana (Fig. 3.1). Os serviços ecossistêmicos se referem às condições e processos por meio dos quais os ecossistemas naturais e as espécies que os compõem sustentam e completam a vida humana nas suas mais variadas dimensões. Tanto os produtos como os serviços derivados do adequado funcionamento dos ecossistemas representam benefícios diretos ou indiretos de que as populações humanas usufruem gratuitamente, o que justifica sua necessidade de conservação.

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'A'.

A assertiva 01 está incorreta: “O SMOG fotoquímico é formado por poluentes, tais como: monóxido de carbono (CO), dióxido de nitrogênio (NO₂) e compostos orgânicos voláteis (COVs).”

De acordo com referência: “Smog fotoquímico - embora geralmente não estivesse presente nos ambientes humanos até o advento do automóvel, o smog fotoquímico é hoje um componente importante da poluição antropogênica do ar; ele é responsável pelo céu enevoado e a luz solar reduzida em muitas das nossas cidades. O smog fotoquímico origina-se da interação da luz solar e dos produtos da combustão na exaustão dos automóveis, principalmente óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis (COVs), como os hidrocarbonetos que evaporam da gasolina. Embora o termo smog – uma combinação das palavras smoke e fog (em inglês, fumaça e neblina, respectivamente) – costume ser usado para descrever essa poluição, ele é um termo enganoso.”

A assertiva 02 está incorreta: “

O carbono negro causa deposições ácidas que provocam a morte dos micro-organismos e a queda dos nutrientes dos solos.”

De acordo com a referência:

“O carbono negro (“black carbon” em inglês), ou “fuligem”, é um aerossol com efeitos devastadores sobre a saúde nos países em desenvolvimento, especialmente onde as pessoas queimam esterco animal para cozinhar e se aquecer. Esse particulado fino não predomina necessariamente em áreas urbanas: o carbono negro é produzido principalmente em pequenos vilarejos, mas os ventos podem espalhá-lo por todo o globo. Na África, Ásia e América do Sul, os fogões a lenha produzem as maiores concentrações, com motores a diesel e usinas de carvão desempenhando um papel menor. O carbono negro é um poluente interno e externo, composto de carbono puro em diversas formas; ele absorve o calor da atmosfera e altera a refletividade das superfícies da neve e do gelo, o que lhe confere um papel crítico na mudança climática, p.74.”

Assertiva 3 está correta: “O SMOG industrial pode ser transportado por longas distâncias, provocando impactos ambientais inclusive em locais que estão longe de sua fonte poluidora.”

De acordo com a referência:

“A poluição atmosférica antropogênica se dá principalmente nas regiões urbanizadas, onde afeta a saúde humana. O smog fotoquímico produzido pelas emissões dos veículos motorizados é uma forma significativa

de poluição atmosférica nas cidades. Todavia, mesmo em áreas rurais ou isoladas, a qualidade do ar pode ser afetada pela poluição, como a advinda de usinas de queima de carvão. O smog industrial afeta a área imediata, podendo também ser transportado por longas distâncias, especialmente quando altas chaminés industriais emitem poluentes para o alto da atmosfera. Portanto, os impactos adversos, como a deposição ácida, podem ocorrer longe da fonte poluidora, p.76.”

A assertiva 04 está incorreta: “O carbono negro é um aerossol produzido principalmente em áreas urbanas por meio da queima de material inorgânico.”

De acordo com a referência:

O carbono negro (“black carbon” em inglês), ou “fuligem”, é um aerossol com efeitos devastadores sobre a saúde nos países em desenvolvimento, especialmente onde as pessoas queimam esterco animal para cozinhar e se aquecer. Esse particulado fino não predomina necessariamente em áreas urbanas: o carbono negro é produzido principalmente em pequenos vilarejos, mas os ventos podem espalhá-lo por todo o globo. Na África, Ásia e América do Sul, os fogões a lenha produzem as maiores concentrações, com motores a diesel e usinas de carvão desempenhando um papel menor. O carbono negro é um poluente interno e externo, composto de carbono puro em diversas formas; ele absorve o calor da atmosfera e altera a refletividade das superfícies da neve e do gelo, o que lhe confere um papel crítico na mudança climática (discutida no Capítulo 4).

E ainda, o gabarito da questão foi mantido, pois na literatura consultada: CHRISTOPHERSON, Robert W.; BIRKELAND, Ginger H. Geossistemas: uma introdução à geografia física. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. 428 p. Tradução: Théo Amon; Francisco Eliseu Aquino, Jefersson Cardia Simões, Ulisses Franz Bremer e Venisse Schosseler para elaboração da questão, os autores utilizam o termo: O carbono negro (“black carbon” em inglês). O livro foi escolhido por ser amplamente utilizado em universidades e como referência para elaboração de trabalhos acadêmicos.

Referência Bibliográfica:

CHRISTOPHERSON, Robert W.; BIRKELAND, Ginger H. Geossistemas: uma introdução à geografia física. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. 428 p. Tradução: Théo Amon; Francisco Eliseu Aquino, Jefersson Cardia Simões, Ulisses Franz Bremer e Venisse Schosseler

Conteúdo Programático:

Relação sociedade–natureza. Mudanças climáticas.

O carbono negro (“black carbon” em inglês), ou “fuligem”, é um aerossol com efeitos devastadores sobre a saúde nos países em desenvolvimento, especialmente onde as pessoas queimam esterco animal para cozinhar e se aquecer. Esse particulado fino não predomina necessariamente em áreas urbanas: o carbono negro é produzido principalmente em pequenos vilarejos, mas os ventos podem espalhá-lo por todo o globo. Na África, Ásia e América do Sul, os fogões a lenha produzem as maiores concentrações, com motores a diesel e usinas de carvão desempenhando um papel menor. O carbono negro é um poluente interno e externo, composto de carbono puro em diversas formas; ele absorve o calor da atmosfera e altera a refletividade das superfícies da neve e do gelo, o que lhe confere um papel crítico na mudança climática (discutida no Capítulo 4).

Legenda: questao41

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'B'.

A assertiva I está incorreta: “Após a crise dos anos 1930, a retomada do desenvolvimento econômico por países como França, Inglaterra e Itália conservou as ideias liberais da intervenção mínima do Estado, mantendo as operações privadas.”

Assertiva II está incorreta: Após a crise dos anos 1930, no estágio do capitalismo monopolista, o papel do Estado nos níveis intervencionistas nas economias dos países industrializados se manteve como na era liberal.

A assertiva III está incorreta: O fenômeno da manutenção do papel do Estado de intervenção mínima nas economias foi observado também em países que tiveram uma industrialização rápida no contexto dos anos 1930.

De acordo com a referência: “Essas são algumas das principais ideias do famoso economista inglês, cujas teorias adquiriram grande força na época, e que até hoje o credenciam como importante referência no debate sobre a natureza do capitalismo contemporâneo, políticas econômicas e planejamento global da economia. A retomada do desenvolvimento econômico em novos padrões de acumulação do capital, empreendida pelas principais economias industrializadas afetadas pela crise dos anos 30, em particular os EUA, se faz em grande medida sob a inspiração das ideias keynesianas acerca dos novos papéis do Estado na sua relação com a economia. Os níveis de intervenção dos Estados nos negócios a partir dos anos 30, apesar de variar de país para país, expressam grandes mudanças quando se compara a chamada era liberal com o atual estágio monopolista. Por conta dessas mudanças, boa parte dos países europeus, entre eles a França, a Inglaterra e a Itália, por exemplo, teve parcelas consideráveis de suas atividades econômicas privadas transferidas paulatinamente às esferas do poder público. O Estado passou a aliar, assim, às suas tradicionais funções (serviços públicos, legislação, infraestrutura, etc.), uma gama crescente de atividades, tais como a produção de energia em escala industrial, a produção bélica (diretamente ou em “convênios”), a parte ou a totalidade das principais atividades financeiras em nível nacional, as grandes obras de infraestrutura e mesmo ramos inteiros da produção industrial de ponta. Agindo como empreendedor relativamente autônomo, parceiro nos negócios privados ou mesmo como instrumento explícito dos grandes capitais, o Estado teve alterado o seu caráter, de tal modo que a sua relação global com toda a sociedade viu-se também bastante modificada. Afinal, além das atividades de planejamento global da economia, estendeu os seus domínios ao planejamento setorial da vida nacional, tais como o regional, urbano, populacional, etc, p.280-281”.

Referência Bibliográfica:

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discurso sobre o Território e o Poder. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. p. 280-285.

Conteúdo Programático:

Formação e expansão do capitalismo.

Essas são algumas das principais idéias do famoso economista inglês, cujas teorias adquiriram grande força na época, e que até hoje o credenciam como importante referência no debate sobre a natureza do capitalismo contemporâneo, políticas econômicas e planejamento global da economia. A retomada do desenvolvimento econômico em novos padrões de acumulação do capital, empreendida pelas principais economias industrializadas afetadas pela crise dos anos 30, em particular os EUA, se faz em grande medida sob

²³ KEYNES, J. M., op. cit., p. 124.

a inspiração das idéias *keynesianas* acerca dos novos papéis do Estado na sua relação com a economia. Os níveis de intervenção dos Estados nos negócios a partir dos anos 30, apesar de variarem de país para país, expressam grandes mudanças quando se compara a chamada era liberal com o atual estágio monopolista. Por conta dessas mudanças, boa parte dos países europeus, entre eles a França, a Inglaterra e a Itália, por exemplo, teve parcelas consideráveis de suas atividades econômicas privadas transferidas paulatinamente às esferas do poder público. O Estado passou a aliar, assim, às suas tradicionais funções (serviços públicos, legislação, infra-estrutura, etc.) uma gama crescente de atividades, tais como a produção de energia em escala industrial, a produção bélica (diretamente ou em “convênios”), a parte ou a totalidade das principais atividades financeiras em nível nacional, as grandes obras de infra-estrutura e mesmo ramos inteiros da produção industrial de ponta. Agindo como empreendedor relativamente autônomo, parceiro nos negócios privados ou mesmo como instrumento explícito dos grandes capitais, o Estado teve alterado o seu caráter, de tal modo que a sua relação global com *toda a sociedade* viu-se também bastante modificada. Afinal, além das atividades de planejamento global da economia, estendeu os seus domínios aos planejamentos setoriais da vida nacional, tais como o regional, urbano, populacional, etc.

QUESTÃO: 43 - ANULADA.

A questão foi anulada por falta de alternativa com o número seis para ser assinalada.

Conforme a justificativa abaixo:

A Assertiva 1 está incorreta:

1. Os homens ainda são a maioria entre as pessoas com ensino superior completo e, por isso, têm salários maiores.

De acordo com a referência: 19,1% das mulheres possuem ensino superior completo. E 14,2% dos homens possuem ensino superior completo.

A assertiva 2 está correta:

2. A maioria dos domicílios monoparentais são chefiados por mulheres.

86,5% dos domicílios monoparentais são chefiados por mulheres.

13,5% por homens.

A assertiva 3 está incorreta.

3. O maior índice de gravidez precoce (15–19 anos) afeta mulheres autodeclaradas pardas.

No Brasil o maior índice de gravidez precoce (15-19 anos) encontra-se entre as mulheres indígenas.

A assertiva 4 está correta

4. A maioria das mulheres que vivem em favelas ou comunidades urbanas está na faixa etária entre 19–39 anos.

A assertiva 5 está incorreta.

5. A maioria das mulheres com mais de 80 anos reside nas áreas rurais.

2,6 % das mulheres com mais de 80 anos moram em áreas rurais.

2,8% das mulheres com mais de 80 anos moram em áreas urbanas.

Referência Bibliográfica:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102264>

Conteúdo Programático:

Estrutura e dinâmica populacional brasileira.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'D'.

A assertiva I está correta: A classificação do padrão de drenagem em arréico está fundamentada na forma de escoamento e ocorre em áreas desérticas onde a precipitação é reduzida e a dinâmica das dunas é intensa.

De acordo com a referência:

“A classificação dos padrões fundamenta-se na forma do escoamento, na gênese ou na geometria. De acordo com o escoamento fluvial, as bacias de drenagem podem ser classificadas em: exorréico, quando a drenagem se dirige para o mar; endorréico, quando a drenagem se dirige para depressão (playa ou lago) ou dissipa-se nas areias do deserto, ou se perde nas depressões cárstica. O padrão arréico expressa uma drenagem sem estruturação em bacia hidrográfica, sendo o caso das áreas desérticas, onde a precipitação é insignificante, e a atividade dunária, intensa. Quando as bacias são subterrâneas, como nas áreas cársticas, são conhecidas como criptorréica, p.223-224”.

A assertiva II está correta: “A classificação do padrão de drenagem irregular tem base na geometria dos canais.”

De acordo com a referência: “A classificação dos padrões de drenagem, com base na geometria dos canais, apresenta os seguintes tipos fundamentais: dentrítico, retangular, paralelo, radial, anelar e irregular, 225.”

A assertiva III está incorreta: “A classificação do padrão de drenagem de um rio obsequente tem base na geometria do canal.”

De acordo com a referência:

“A classificação genética foi proposta por Horton (1945), que considerou os cursos de água em relação à inclinação das camadas geológicas. Assim, os rios foram classificados em cinco padrões: consequente, subsequente, obsequente, ressequente e insequente.

A assertiva IV está incorreta: “A classificação do padrão de drenagem criptorreico tem base na geometria do canal.”

A classificação do padrão de drenagem criptorréico é baseado no escoamento do canal, p.223-224”.

Referência Bibliográfica:

CUNHA, Sandra Baptista da. Geomorfologia fluvial. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (org.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 223-225.

Conteúdo Programático:

Hidrografia

A classificação dos padrões de drenagem, com base na geometria dos canais, apresenta os seguintes tipos fundamentais: dendrítico, retangular, paralelo, radial, anelar e irregular (Fig. 5.6). A drenagem dendrítica é conhecida como arborescente pela sua semelhança com os galhos de uma árvore. Esse padrão desenvolve-se sobre rochas de resistência uniforme ou em rochas estratificadas horizontais. A drenagem retangular está adaptada às condições estruturais e tectônicas que originam confluências em ângulos quase retos. Na drenagem paralela, os rios são pouco ramificados e mantêm espaçamento regular entre si, originado pelos controles estruturais. Ocorre em áreas com declividade acentuada (camadas resistentes de inclinação uniforme) ou em locais de presença de falhas paralelas, ou, ainda, lineamentos topográficos paralelos. A drenagem radial desenvolve-se em diferentes embasamentos e estruturas. Quando os rios nascem próximos de um ponto comum e se irradiam para todas as direções, a drenagem é classificada como radial centrífuga (domos, cones vulcânicos, morros isolados). Ao contrário, quando a drenagem converge para um ponto, a drenagem é classificada como radial

2.4. Tipos de Drenagem

A drenagem fluvial é constituída por um conjunto de canais de escoamento interligados. A área drenada por esse sistema fluvial é definida como bacia de drenagem, e essa rede de drenagem depende não só do total e do regime das precipitações, como também das perdas por evapotranspiração e infiltração. Têm papel importante no escoamento canalizado a topografia, a cobertura vegetal, o tipo de solo, a litologia e a estrutura das rochas da bacia hidrográfica. A disposição espacial dos rios, controlada em grande parte pela estrutura geológica, é definida como padrão de drenagem (Howard, 1967).

A classificação dos padrões fundamenta-se na forma do escoamento, na gênese ou na geometria. De acordo com o escoamento fluvial, as bacias de drenagem podem ser classificadas em: exorréica, quando a drenagem se dirige para o mar; endorréica, quando a drenagem se dirige para uma depressão (planície ou lago) ou dissipa-se nas areias do deserto, ou se perde nas depressões cársticas. O padrão arréico expressa uma drenagem sem estruturação em bacia hidrográfica, sendo o caso das áreas

Legenda: recurso45

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'E'.

A primeira alternativa é VERDADEIRA: "Apesar de a erosão dos solos afetar a sua fertilidade, ela não impede em todos os casos o seu uso para agricultura."

De acordo com a referência: A erosão dos solos não causa problemas apenas nas áreas onde ocorre, podendo reduzir a fertilidade dos solos e criar ravinas e voçorocas, o que torna, às vezes, impossível sua utilização agrícola. A erosão causa, quase sempre, uma série de problemas ambientais, em nível local ou até mesmo em grandes áreas. Por exemplo, o material que é erodido de uma bacia hidrográfica pode causar o assoreamento de rios e reservatórios, p.

A segunda alternativa é VERDADEIRA: "A erosão dos solos pode reduzir a fertilidade e provocar o aparecimento de ravinas."

De acordo com a referência: A erosão dos solos não causa problemas apenas nas áreas onde ocorre, podendo reduzir a fertilidade dos solos e criar ravinas e voçorocas, o que torna, às vezes, impossível sua utilização agrícola.

A terceira alternativa é Falsa: "A erosão dos solos pode ser causada pela acumulação de metais pesados."

De acordo com a referência: "A erosão dos solos é um processo que ocorre em duas fases: uma que constitui a remoção (detachment) de partículas, e outra que é o transporte desse material, efetuado pelos agentes erosivos. Quando não há energia suficiente para continuar ocorrendo o transporte, uma terceira fase acontece, que é a deposição desse material transportado. Os processos resultantes da erosão pluvial estão intimamente relacionados aos vários caminhos tomados pela água da chuva, na sua passagem através da cobertura vegetal, e ao seu movimento na superfície do solo.

Os mecanismos dos processos erosivos básicos variam no tempo e no espaço (Thornes, 1980), e a erosão ocorre a partir do momento em que as forças que removem e transportam materiais excedem aquelas que tendem a resistir à remoção. A espessura do solo pode estar relacionada ao controle das taxas de produção (intemperismo) e remoção (erosão) de materiais. Nas áreas onde os efeitos desses dois grupos de processos são iguais, há uma tendência de a espessura do solo permanecer a mesma ao longo do tempo, p165”.

Diante da definição acima de erosão, a terceira alternativa é falsa e se refere a degradação do solo conforme a referência: “A degradação dos solos pode ter uma série de causas. A erosão é uma delas, mas pode ser devida à acidificação, à acumulação de metais pesados, à redução dos nutrientes no solo, à redução de matéria orgânica etc. Muitas vezes, a erosão é confundida ou é colocada como sinônimo de degradação dos solos. Isso ocorre, talvez, por ser uma das principais causadoras da degradação, tanto ao promover uma série de consequências danosas ao solo quanto por sua vasta distribuição espacial na superfície terrestre nos dias de hoje, p.187-188”.

Referência Bibliográfica:

GUERRA, Antonio José Teixeira. Processos erosivos nas encostas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (org.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 149–199.

Conteúdo Programático:

PEDOLOGIA

5.1. Degradação dos Solos

A degradação dos solos pode ter uma série de causas. A erosão é uma delas, mas pode ser devida à acidificação, à acumulação de metais pesados, à redução dos nutrientes no solo,

à redução de matéria orgânica, etc. Muitas vezes, a erosão é confundida ou é colocada como sinônimo de degradação dos solos. Isso ocorre, talvez, por ser uma das principais causadoras da degradação, tanto ao promover uma série de consequências danosas ao solo quanto por sua vasta distribuição espacial na superfície terrestre nos dias de hoje.

Legenda: recurso46

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'A'.

A assertiva I está correta: “Devido ao aumento de temperatura associado às mudanças climáticas, ocasionadas pela liberação de carbono na atmosfera, a Amazônia vem sofrendo com eventos extremos, como secas radicais.”

De acordo com a referência: “atualmente a Amazônia sofre eventos extremos com inundações catastróficas e secas tão radicais que até falta água... Tudo isso, muito provavelmente, devido ao aumento de temperatura associado as mudanças climáticas resultante da liberação de carbono, p.15.”

A assertiva II está correta: “Entre os fatores associados à ocorrência do Furacão Catarina no Brasil, em 2004, destaca-se o aquecimento global.”

De acordo com a referência: “quentes furacões e ciclones tropicais e extratropicais. Exemplos podem ser observados anualmente: as enchentes e ondas de calor da Europa em 2002 e 2003; os invernos intensos da Europa e Ásia nos últimos anos; o furacão Catarina no Brasil em 2004; os intensos e devastadores furacões no Atlântico Tropical Norte em 2005 (Katrina, Rita, Wilma etc.); as secas no Sudeste do Brasil em 2001, no Sul em 2004, 2005 e 2006, e na Amazônia, em 2005. Esses fenômenos são atribuídos a fatores como: variabilidade natural do clima, mudanças no uso da terra (desmatamento e urbanização), aquecimento global, aumento da concentração de gases de efeito estufa e aerossóis na atmosfera. No entanto, até hoje não se comprovou, por meio desses fenômenos, um novo regime de mudança climática, como aqueles projetados pelos modelos globais do IPCC, p.408”.

Assertiva III está correta: “Entre os impactos gerados pelas mudanças globais de temperatura, está a mudança de padrões de chuva nas regiões do Brasil e da América do Sul.”

“Com o aquecimento global, algumas regiões do Brasil e da América do Sul terão seus índices de temperatura e chuva aumentados, e em outras, diminuídos. Com a mudança ou não dos padrões anuais de chuva, mesmo onde não houver aumento ou diminuição do total anual de chuvas, as chuvas isoladas serão mais violentas e os temporais, mais frequentes. O consenso é maior em relação a extremos de temperatura, onde há tendência de aumento nas temperaturas diurnas e noturnas, mais intensamente no inverno,420.”

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: CAVALCANTI, Iracema F. A. et al. (org.). Tempo e clima no Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

CAVALCANTI, Iracema F. A. et al. (org.). Clima das regiões brasileiras e variabilidade climática I. São Paulo: Oficina de Textos, 2021.

Conteúdo Programático:

Mudanças climáticas.

Legenda: recurso47

1.3 VARIABILIDADE INTERANUAL DO CLIMA NA AMAZÔNIA

Atualmente a Amazônia sofre de eventos extremos com inundações catastróficas e secas tão radicais que até falta água. Há outros fenômenos novos que agravam e complicam o problema, como os incêndios florestais, que estão se tornando rotineiros. Tudo isso, muito provavelmente, devido ao aumento da temperatura associado à mudança climática resultante da liberação de carbono para a atmosfera (Marengo et al., 2011, 2018; Alves et al., 2017). Extremos da variabilidade climática causam sérios transtornos à economia e frequentemente provocam impactos socioeconômicos, na saúde e no bem-estar da população e nos ecossistemas naturais significativos.

ALGUMAS consequências notáveis do aquecimento global já foram observadas, como o derretimento de geleiras nos polos e o aumento de 10 cm no nível do mar em um século. A tendência de aquecimento em todo o mundo, especialmente nas temperaturas mínimas, em grandes cidades do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, pode ser agravada pela urbanização. Os modelos globais de clima do Quarto Relatório do IPCC (IPCC, 2007a,b) projetam para o futuro, ainda com algum grau de incerteza, possíveis mudanças em extremos climáticos, como ondas de calor, ondas de frio, chuvas intensas e enchentes, secas e mais intensas e/ou fre-

quentes furacões e ciclones tropicais e extratropicais. Exemplos podem ser observados anualmente: as enchentes e ondas de calor da Europa em 2002 e 2003; os invernos intensos da Europa e Ásia nos últimos anos; o furacão Catarina no Brasil em 2004; os intensos e devastadores furacões no Atlântico Tropical Norte em 2005 (Katrina, Rita, Wilma etc.); as secas no Sudeste do Brasil em 2001, no Sul em 2004, 2005 e 2006, e na Amazônia, em 2005. Esses fenômenos são atribuídos a fatores como: variabilidade natural do clima, mudanças no uso da terra (desmatamento e urbanização), aquecimento global, aumento da concentração de gases de efeito estufa e aerossóis na atmosfera. No entanto, até hoje não se comprovou, por meio desses fenômenos, um novo regime de mudança climática, como aqueles projetados pelos modelos globais do IPCC.

25.5 CONCLUSÕES

A análise dos cenários climáticos gerados pelos modelos globais e regionais de clima, para projeções de clima até o final do século XXI, permite resumir os possíveis impactos da mudança climática no Brasil nos seguintes itens:

1. Com o aquecimento global, algumas regiões do Brasil e da América do Sul terão seus índices de temperatura e chuva aumentados, e em outras, diminuídos. Com a mudança ou não dos padrões anuais de chuva, mesmo onde não houver aumento ou diminuição do total anual de chuvas, as chuvas isoladas serão mais violentas e os temporais, mais frequentes. O consenso é maior em relação a extremos de temperatura, onde há tendência de aumento nas temperaturas diurnas e noturnas, mais intensamente no inverno.

QUESTÃO: 48 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'B' PARA ALTERNATIVA 'A'.

A assertiva primeira é FALSA: Os ciclones que atingem a costa Sudeste do Brasil possuem sentido anti-horário.

Os ciclones são sistemas atmosféricos em que a pressão central é menor do que nos arredores. No Hemisfério Sul, esses sistemas possuem movimento no sentido horário. p. 47”

A assertiva segunda é FALSA: “Nessa região, os ciclones tropicais ocorrem com maior frequência.

De acordo com a referência: “Nessa região, são frequentes os ciclones extratropicais (Reboita et al., 2010a) e subtropicais (Gozzo et al., 2014; Reboita; Da Rocha; Oliveira, 2019), p. 47”

A assertiva terceira é VERDADEIRA: “A costa do Sudeste do Brasil compõe uma das três regiões ciclogênicas ao longo da costa da América do Sul.”

De acordo com a referência> Conforme Reboita et al. (2010a), a costa do Sudeste do Brasil compõe uma das três regiões ciclogênicas ao longo da costa da América do Sul

Referência Bibliográfica:

CAVALCANTI, Iracema F. A. et al. (org.). Clima das regiões brasileiras e variabilidade climática I. São Paulo: Oficina de Textos, 2021.

Conteúdo Programático:

Climatologia dinâmica

Legenda: recurso48

Durante o inverno, como o ASAS favorece condições de céu sem nuvens, grande parte da radiação de onda longa escapa para o espaço à noite, fazendo com que as camadas de ar próximas à superfície sejam mais frias que as adjacentes. Essa estratificação da atmosfera com ar frio sob ar mais quente é responsável pelas condições de estabilidade da atmosfera, pois uma parcela que é forçada a ascender, como é mais densa do que as parcelas das camadas superiores, tenderá a retornar para sua camada de origem (Ynoue et al., 2017). Por esse motivo, a concentração de poluentes na atmosfera é maior no inverno.

Tanto a precipitação e temperatura do ar quanto os ventos em superfície no litoral da Região Sudeste podem ser afetados pelos ciclones. Os ciclones são sistemas

atmosféricos em que a pressão central é menor do que nos arredores. No Hemisfério Sul, esses sistemas possuem movimento no sentido horário. Dependendo do processo de formação, os ciclones podem ser classificados em extratropical, subtropical e tropical – ver Reboita et al. (2017a, 2017b) para um entendimento das diferenças entre esses três tipos de sistemas. Conforme Reboita et al. (2010a), a costa do Sudeste do Brasil compõe uma das três regiões ciclogênicas ao longo da costa da América do Sul. Nessa região, são frequentes os ciclones extratropicais (Reboita et al., 2010a) e subtropicais (Gozzo et al., 2014; Reboita; Da Rocha; Oliveira, 2019). Além disso, em 2019 a Marinha do Brasil registrou o primeiro ciclone tropical próximo dessa região, o ciclone IBA. Os ciclones, indepen-

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'E'.

A assertiva I é Verdadeira: “Na região onde encontra-se o sistema de monção na América do Sul é constituído por países em desenvolvimento, os quais o principal fator econômico é agricultura”.

De acordo com a referência: “Várias regiões na faixa tropical do globo caracterizam-se por um regime de circulação, particularmente de ventos e precipitação, chamado de monção. Nessa região, mais de 2 bilhões de pessoas vivem em países em desenvolvimento, cuja principal fator econômico é a agricultura, p.133”.

A assertiva II é Verdadeira: “A região central da América do Sul apresenta algumas características semelhantes à circulação de monção em outras partes do planeta.”

A definição mais simples de monção relaciona-se a uma determinada região onde é observada a reversão sazonal da direção do vento, causando verões chuvosos e invernos secos (Moran; Morgan, 1986). A região central da América do Sul apresenta um ciclo anual de precipitação bem definido, com seis meses secos e seis chuvosos (Fig. 9.1), e 90% dessa precipitação ocorrem durante os meses mais quentes do ano. Apesar dessa constatação, no passado não era considerado que essa região tivesse uma circulação de monção, devido ao fato de os ventos em baixos níveis não reverterem sua direção durante a mudança da estação seca para a chuvosa e vice-versa. Estudos recentes mostram que a região central da América do Sul apresenta algumas características similares à circulação de monção observada em outras partes do globo.

A assertiva 3 é verdadeira: “O sistema de monção na América do Sul inicia durante a primavera.”

De acordo com a referência: “O desenvolvimento do sistema de monção na América do Sul começa durante a primavera, com o aumento da convecção sobre o noroeste da bacia Amazônica em meados de setembro, quando avança para o sudeste, até atingir a longitude de 48° W (Região Sudeste do Brasil) em novembro, p.133”.

A assertiva: “A existência de sistema de monções na América do Sul não era considerada no passado, pois os ventos em baixos níveis não revertiam sua direção durante a mudança da estação seca para a chuvosa e vice-versa.”

“A região central da América do Sul apresenta um ciclo anual de precipitação bem definido, com seis meses secos e seis chuvosos (Fig. 9.1), e 90% dessa precipitação ocorrem durante os meses mais quentes do ano. Apesar dessa constatação, no passado não era considerado que essa região tivesse uma circulação de monção, devido ao fato de os ventos em baixos níveis não reverterem sua direção durante a mudança da estação seca para a chuvosa e vice-versa. Estudos recentes mostram que a região central da América do Sul apresenta algumas características similares à circulação de monção observada em outras partes do globo, p.133.”

A soma de todas as alternativas é 10.

Referência Bibliográfica:

CAVALCANTI, Iracema F. A. et al. (org.). Clima das regiões brasileiras e variabilidade climática I. São Paulo: Oficina de Textos, 2021, p.133.

Conteúdo Programático:

Climatologia dinâmica

9 | MONÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Manoel Alonso Gan
Luís Ricardo Rodrigues
Vadlamudi Brahmananda Rao

Várias regiões na faixa tropical do globo caracterizam-se por um regime de circulação, particularmente de ventos e precipitação, chamado de sistema de monção. Nessas regiões, mais de 2 bilhões de pessoas vivem em países em desenvolvimento, cujo principal fator econômico é a agricultura. Além da agricultura, uma crescente preocupação com o uso da água, seja no dia a dia, seja na sua transformação em energia por meio de hidrelétricas, mostra a importância de se conhecer as variabilidades intrassazonal, sazonal, interanual e de longo prazo da circulação atmosférica de uma determinada região nesse regime.

A definição mais simples de monção relaciona-se a uma determinada região onde é observada a reversão sazonal da direção do vento, causando verões chuvosos e invernos secos (Moran; Morgan, 1986). A região central da América do Sul apresenta um ciclo anual de precipitação bem definido, com seis meses secos e seis chuvosos (Fig. 9.1), e 90% dessa precipitação ocorrem durante os meses mais quentes do ano. Apesar dessa constatação, no passado não era considerado que essa região tivesse uma circulação de monção, devido ao fato de os ventos em baixos níveis não reverterem sua direção durante a mudança da estação seca para a chuvosa e vice-versa. Estudos recentes mostram que a região central da América do Sul apresenta algumas características similares à circulação de monção observada em outras partes do globo.

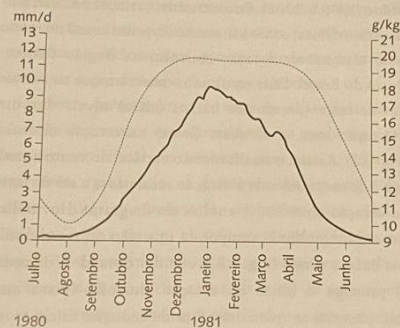


Fig. 9.1 Ciclo anual da precipitação diária (mm/dia – linha contínua) e da umidade específica (g/kg – linha tracejada) em 925 hPa para a região entre 10° S-20° S; 50° W-60° W, para o período de 1979 a 1997. Os valores diários foram suavizados usando-se uma média corrida de 31 dias

Fonte: adaptado de Gan, Kousky e Ropelewski (2004).

O desenvolvimento do sistema de monção na América do Sul começa durante a primavera, com o aumento da convecção sobre o noroeste da bacia Amazônica em meados de setembro, quando avança para o sudeste, até atingir a longitude de 48° W (Região Sudeste do Brasil) em novembro. A precipitação máxima ocorre durante o

Legenda: recurso49

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'D'.

A assertiva I está correta: “No mundo globalizado, para receberem o título de cidades globais, as cidades precisam atender a alguns pré-requisitos, como serem sedes de grandes corporações empresariais e centros de pesquisa e criação em informática e comunicação.

De acordo com a referência: “As cidades têm um novo papel no mundo globalizado. Essa afirmação tem sido utilizada para vários e diferentes propósitos. Uma prestigiada bibliografia, que levou seus autores a uma situação quase hegemônica no mercado da consultoria internacional, esclarece que não é qualquer cidade que atinge o status de “cidade global”. Somente alguns poucos centros onde os destinos do mundo são definidos e que concentram certas características: sedes das grandes corporações empresariais, centros de pesquisa e criação em informática e comunicação, mão de obra qualificada, centros universitários, atividades culturais e artísticas de vanguarda, serviços sofisticados etc., p.88”

A assertiva II está correta: “É durante o processo de globalização que se intensificam as políticas neoliberais. O Consenso de Washington é um exemplo dessa intensificação, contendo, em seu receituário, a estabilização macroeconômica com superávit fiscal primário, a reestruturação dos sistemas de previdência, a liberalização financeira e comercial e as privatizações, com a finalidade de retomada dos investimentos e do crescimento econômico, o que não ocorreu nos países que adotaram essas medidas,p88”.

De acordo com a referência: ** Com base no documento Washington Consensus de John Williamson, foi colocada em prática uma ampla estratégia de formação de quadros voltados para a tarefa de implementar o ajustamento das economias periféricas. Cf. Williamson, 1990. Sua fórmula resultou de uma reunião realizada em 1989, na qual tomaram parte o governo americano, representantes das organizações financeiras internacionais e representantes dos países “emergentes”. Para estes, a receita era uma só: estabilização macroeconômica com superávit fiscal primário, reestruturação dos sistemas de previdência, liberalização financeira e comercial e privatizações. Após isso tudo, a receita previa a retomada dos investimentos e o crescimento econômico, o que não ocorreu. Em Williamson, 1994, visava-se dar uma orientação política complementar para o exército de ativistas do neoliberalismo.

Como integrante da equipe que criou o Ministério das Cidades e vice-ministra do governo Lula, a autora pôde acompanhar, por três anos (2003/2005), a prática desses ativistas do neoliberalismo no interior da máquina governamental do Brasil, p.74-75.

A assertiva III está incorreta: “O processo de globalização, por meio do surgimento das novas técnicas de sistemas de informação, permite que os moradores de diferentes locais do mundo tenham garantidos o direito à cidade e à moradia pelo mercado formal capitalista.

De acordo com a referência:

“Os paradoxos das cidades periféricas*

As cidades, e em especial nas metrópoles dos PCPs, constituem uma fonte excelente para evidenciar os contrastes e contradições referidos anteriormente.

Uma proporção maior ou menor da população urbana, dependendo de cada país, é excluída do direito à cidade e do mercado formal (capitalista), e busca acesso à moradia por meio de seus próprios e precários recursos. Mesmo sem contar com levantamentos rigorosos (desconhecemos um país do mundo periférico que tenha contabilidade rigorosa sobre a moradia dos excluídos), podemos dizer que a maior parte da população urbana constrói suas casas sem o concurso de conhecimento técnico (de engenharia e arquitetura), sem financiamento formal e sem respeito à legislação fundiária, urbanística e edilícia. Essa prática, dita de autoconstrução, foi central para o barateamento da força de trabalho nacional (o custo da moradia não estava incluído no salário), especialmente durante o período desenvolvimentista, quando a indústria fordista se instalou nos PCPs, em busca de seus mercados internos, p.80

Referência Bibliográfica:

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015,

Conteúdo Programático:

Globalização e reestruturação produtiva. Geografia Urbana e Agrária.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'E'.

A assertiva I é incorreta: “Permite que o professor transmita os seus conhecimentos aos seus estudantes, pois facilita a reprodução e a memorização dos conteúdos”.

De acordo com a referência: “A formação dos professores teria que facilitar a criatividade em planejar suas aulas nos tablets e disponibilizar aos alunos interatividade de Geografia/Cartografia/Internet. Esta formação deveria despertar a convicção de que a tecnologia favorece novos desafios pedagógicos, no processo retroativo, correspondendo a uma nova postura de aprender. Na teoria construtivista, a possibilidade de oferecer aos sujeitos diferentes ferramentas para que construam conhecimentos e desenvolvam sua própria base de compreensão, desmistifica a ideia de “transmitir”, propiciando caminhos para a construção de maneira mais autônoma possível, pelos sujeitos, p. 97.”

A assertiva II está correta: “Permite que o professor construa conhecimentos cartográficos com seus estudantes que rompam com a linearidade das aulas.”

“Um processo motivador do ensino cartográfico parece ser a forma espacial que desenvolve a capacidade de pensar em formas tri dimensionais; do mesmo modo em que perceber imagens internas e externas, recriar, transformar ou modificar imagens, transportar a si mesmo e a objetos pelo espaço, produzir ou decodificar informação gráfica (CHRISTENSEN; HORN; JOHNSON, 2009). O professor de Geografia, utilizando as imagens em suas aulas, poderá desenvolver esta forma de aprender Cartografia, saindo de aulas tradicionais, pautadas em conteúdos meramente descritivos, muitas vezes enfadonhos, pois ficam sem sentido. Nos dias de hoje, com a diversidade tecnológica disponível, este professor poderá desenvolver atitudes não lineares em suas aulas. A construção do conhecimento cartográfico na contemporaneidade exige aulas não lineares, e consolidando a prática do professor, existe a tecnologia, com a diversidade de softwares e ferramentas disponíveis na Internet, possibilitando outras ferramentas didáticas para se trabalhar diferentes conteúdo. Pensamos que o professor de Geografia não deve se movimentar em sala de aula com uma só nota musical ou com instrumentos de uma corda só. Ele deve propiciar a construção do conhecimento geográfico/cartográfico com melodias, onde possa dispor de todas as cordas do seu potencial e com todas as notas musicais para buscar novas atenções, novas ações. Segundo Piaget (2010), o sujeito só aprende através de uma ação. O professor que trabalha de maneira horizontal, não tem como enxergar acima dessa linearidade que está posta, mas o que trabalha de forma vertical pode criar horizontes e escalas para metas planejadas, p.96-97”.

A assertiva III está correta: “Possibilita a diversificação de ferramentas para que os estudantes deixem de ser receptores de conhecimento e passem a ser agentes no processo de construção de conhecimentos.”

A formação dos professores teria que facilitar a criatividade em planejar suas aulas nos tablets e disponibilizar aos alunos interatividade de Geografia/Cartografia/Internet. Esta formação deveria despertar a convicção de que a tecnologia favorece novos desafios pedagógicos, no processo retroativo, correspondendo a uma nova

postura de aprender. Na teoria construtivista, a possibilidade de oferecer aos sujeitos diferentes ferramentas para que construam conhecimentos e desenvolvam sua própria base de compreensão, desmistifica a ideia de “transmitir”, propiciando caminhos para a construção de maneira mais autônoma possível, pelos sujeitos, p. 96-97.”

Referência Bibliográfica:

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; SILVA, Paulo Roberto Florêncio de Abreu e. As novas tecnologias na inserção das aulas de Geografia/Cartografia. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; SILVA, Paulo Roberto Florêncio de Abreu e. A construção do conhecimento cartográfico nas aulas de Geografia [recurso eletrônico]. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020.

Conteúdo Programático:

Uso de geotecnologias no processo formativo

Os professores, muitas vezes, estão fascinados pelo uso das TIC. Entendemos que alguns começam a despertar e se apropriar, mas outros parecem que estão longe de saberem utilizar e/ou convertê-las em conhecimento. É necessário construirmos uma cultura digital!

Pensamos que a educação contemporânea se insere em uma realidade tecnológica que caminha com grande velocidade. A sociedade da informação dispõe de redes digitais de serviços integrados que conectam, ao mesmo tempo, diversos equipamentos eletrônicos que permitem interagir dados, textos, imagens e sons. Os avanços tecnológicos trouxeram um leque de possibilidades para serem utilizados no âmbito educacional, e, para a construção do ensino da Geografia, ainda mais, porque nós professores, trabalhamos com (n) conceitos de diversas disciplinas e que, por serem conceitos representativos, as TIC parecem favorecer a motivação e a capacidade cognitiva dos sujeitos.

Com o objetivo de ampliar a reflexão sobre as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como recursos educacionais, estamos sugerindo uma oficina para sujeitos graduandos nos cursos de formação de professores de Geografia, alunos egressos dos cursos de Geografia e professores, na utilização do cardápio de informações geográficas-cartográficas disponibilizadas na Internet.

Como professores que somos, precisamos estar atentos para não cairmos nos abismos da alienação, desprezando elementos fundamentais, como são os aspectos filosóficos, políticos e epistemológicos

96 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CARTOGRÁFICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA

da educação. Analisamos o caso dos governos que disponibilizaram aos professores e alunos, os tablets. A simples presença dos tablets nas aulas não significou uma mudança pedagógica, pois, de forma geral, não houve uma formação pedagógica para a sua utilização, que poderia ter sido feita através da educação continuada.

A formação dos professores teria que facilitar a criatividade em planejar suas aulas nos tablets e disponibilizar aos alunos a interatividade Geografia/Cartografia/Internet. Esta formação deveria despertar a convicção de que a tecnologia favorece novos desafios pedagógicos, no processo retroativo, correspondendo a uma nova postura de aprender. Na teoria construtivista, a possibilidade de oferecer aos sujeitos diferentes ferramentas para que construam conhecimentos e desenvolvam sua própria base de compreensão, desmistifica a ideia de “transmitir”, propiciando caminhos para a construção de maneira mais autônoma possível, pelos sujeitos.

Pensamos que a introdução das TIC no sistema educacional parece ser um tormento para muitos docentes. Para esses professores, isto pode ser visto como uma espécie de desordem, no sentido de mudança pedagógica. A dúvida funciona como estratégia de reflexão para aprender e ensinar com a tecnologia. É preciso oferecer oportunidades para a mudança.

Legenda: recurso52

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'B'.

A letra A está correta: “O período de 1940–1980 foi marcado pela virada de localização da residência da população brasileira do rural para o urbano.”

De acordo com a referência: “O Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural. Entre 1960 e 1980, a população agrícola passa dos 15.454.526 para 21.163.729, ao passo que a população rural fica praticamente estacionária: 38.418.798 em 1960, 38.566.297 em 1980 (em 1970, são 41.054.054).”

A letra B está correta: "O final da Segunda Guerra Mundial marcou um período de crescimento das populações urbanas no Brasil pelas melhorias de condições sanitárias nas cidades.

De acordo com a referência: " O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e uma mortalidade em descenso, cujas as causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa dos padrões de vida e a própria urbanização, p.31".

A letra C está INCORRETA: "A população agrícola tornou-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo deixou de migrar."

De acordo com a referência: "A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os bóias-frias) (J. Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência. Um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade campo, p.33".

A letra D está correta: "No período entre 1960 e 1970, registrou-se o crescimento da população agrícola, fenômeno que não aconteceu de forma homogênea em todas as regiões do Brasil."

De acordo com a referência: "O fenômeno não se dá de maneira homogênea, uma vez que são diferentes os graus de desenvolvimento e de ocupação prévia das diversas regiões, pois estas são diferentemente alcançadas pela expansão da fronteira agrícola e pelas migrações inter-regionais, p.31".

A letra E está correta: "No período entre 1960 e 1980, registrou-se o aumento da população agrícola em todas as regiões do Brasil, com exceção do Sudeste."

De acordo com a referência: A população agrícola cresce em todas as regiões, entre 1960,1970 e 1980, exceto no Sudeste, onde, após haver diminuído entre 1960 e 1970, obtém em 1980, um volume semelhante, mas ainda inferior, ao de 1960, p.32".

Referência Bibliográfica:

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

Conteúdo Programático:

Geografia Urbana e Agrária

A EVOLUÇÃO RECENTE DA POPULAÇÃO 31

A evolução da população agrícola

O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização.

Rosa Ester Rossini (1985) descreve esse fenômeno, mostrando como e por que a sociedade brasileira conhece esse fenômeno de "explosão demográfica". Entre 1940 e 1950, a uma taxa bruta de mortalidade de 20,6%, correspondia uma taxa bruta de natalidade de 44,4%. Entre 1950 e 1960, esses índices já eram de 13,4% e 43,3%.

É nesse contexto que a população agrícola cresce entre 1960 e 1970 e, outra vez, entre 1970 e 1980. Como, porém, a vida de relações se intensifica, e se afirma a vocação à aglomeração, a população rural cresce entre 1960 e 1970, mas diminui entre 1970 e 1980. Neste último ano, os números são bem próximos dos de 1960.

BRASIL

	População agrícola	População rural
1960	15.454.526	38.418.798
1970	17.581.964	41.054.053
1980	21.163.729	38.566.297

O fenômeno não se dá de maneira homogênea, uma vez que são diferentes os graus de desenvolvimento e de ocupação prévia das diversas regiões, pois estas são diferentemente alcançadas pela expansão da fronteira agrícola e pelas migrações inter-regionais.

POPULAÇÃO AGRÍCOLA

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1960	544.028	6.659.175	4.368.872	3.194.031	688.420	15.454.526
1970	934.024	7.668.810	3.959.375	4.191.785	927.970	17.581.964
1980	1.781.611	9.333.166	4.312.211	4.391.819	1.344.930	21.163.729

Legenda: recurso53

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'C'.

A primeira assertiva é FALSA: “Está dissociado do mundo vivido e ganhando uma nova definição a partir da globalização”

De acordo com a referência: “A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central, conforme, aliás, assinalado por diversos geógrafos. A. Fischer (1994, p. 73), por exemplo, refere-se à “redescoberta da dimensão local”. Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada pela consideração do cotidiano (A. Buttimer, 1976; A. Garcia Ballesteros, 1992; A. Damiani, 1994). Essa categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando neste livro: os objetos, as ações, a técnica, o tempo, p.213”.

A segunda assertiva é FALSA: “O lugar como categoria perde sua importância e sua singularidade na globalização, pois todos os lugares são mundiais.

“A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central, conforme, aliás, assinalado por diversos geógrafos. A. Fischer (1994, p. 73), por exemplo, refere-se à “redescoberta da dimensão local”. Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada pela consideração do cotidiano (A. Buttimer, 1976; A. Garcia Ballesteros, 1992; A. Damiani, 1994). Essa categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando neste livro: os objetos, as ações, a técnica, o tempo, p.213”.

A terceira assertiva é VERDADEIRA: “Para o entendimento da nova realidade do lugar na globalização, é preciso superar o tratamento localista, pois o mundo pode ser encontrado em toda parte.

De acordo com a referência: “para aprender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte, p.213.”

Referência Bibliográfica:

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 10.reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

Conteúdo Programático:

O conceito de espaço geográfico, território, paisagem, região e lugar. Categorias de análise e métodos em Geografia.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'E'.

A letra A está correta: “Na crosta terrestre, encontram-se altas porcentagens de silício e alumínio.”

De acordo com a referência: “Apenas oito elementos naturais compõem mais de 98% da crosta terrestre em peso, e dois deles — oxigênio e silício — respondem sozinhos por 74,3% (Tabela 12.1). O oxigênio é o gás mais reativo na baixa atmosfera, prontamente combinando-se com outros elementos. Por esse motivo, a porcentagem de oxigênio é maior na crosta (46%) do que na atmosfera, onde ele totaliza 21%. O processo de diferenciação interna, em que os elementos menos densos ficam mais perto da superfície, explica as porcentagens relativamente grandes de elementos como silício e alumínio na crosta, p.329.”

A letra B está correta: “A média da crosta oceânica é de 5 Km de espessura.

De acordo com a referência: “A média da crosta oceânica é de apenas 5 km de espessura. Perfurar a crosta e a descontinuidade de Moho (o limite crosta-manto) até a porção mais superior do manto continua sendo um objetivo científico elusivo, p.329”

A letra C está correta: A descontinuidade de Gutenberg encontra-se entre o núcleo externo da Terra e o manto.

De acordo com a referência: “O núcleo externo da Terra é separado do manto por uma zona de transição com várias centenas de quilômetros de largura, a uma profundidade média de aproximadamente 2900 km (veja a Figura 12.2b). Essa zona é uma descontinuidade, ou um local onde diferenças físicas ocorrem entre regiões contíguas do interior da Terra. Estudando as ondas sísmicas de mais de 25.000 terremotos, os cientistas constataram que essa área de transição, chamada de descontinuidade de Gutenberg, é irregular, com formações acidentadas na forma de picos e vales, p.329”

A letra D está correta: A crosta continental é composta de rochas quartzo-feldspáticas com composição química semelhante às rochas graníticas.

De acordo com a referência: “• A crosta continental é relativamente baixa em densidade, com média de 2,7 g/cm³ (ou 2700 kg/m³), e é composta principalmente de granito**. Ela é cristalina e rica em sílica, alumínio, potássio, cálcio e sódio. Às vezes, p.329”

“N. de R.T.: Mais corretamente predominam na crosta continental rochas quartzo-feldspáticas com composição química semelhante às rochas graníticas, p.329”

A letra E está INCORRETA: “Toda a crosta terrestre está em estado constante de ajuste isostático, ou seja, fazendo o movimento de descida em resposta ao peso da superfície.”

De acordo com a referência: “No Capítulo 7, discutimos a força de empuxo em relação a pacotes de ar — se um pacote de ar é menos denso que o ar circundante, ele é flutuante e subirá, em função da chamada força de empuxo. Em essência, empuxo é o princípio segundo o qual algo menos denso, como madeira, flutua em algo mais denso, como água. O equilíbrio entre as forças do empuxo e da gravidade é o princípio da isostasia, que explica as elevações dos continentes e as profundidades dos assoalhos oceânicos, determinadas pelos movimentos verticais da crosta terrestres. A litosfera terrestre flutua sobre camadas mais densas, como um barco que flutua sobre a água. Se uma carga é colocada sobre a superfície, como o peso de uma geleira, uma cordilheira ou uma área de acúmulo de sedimentos (material rochoso que foi transportado por processos exógenos), a litosfera tende a afundar, ou situar-se mais baixo na astenosfera (Figura 12.4, página 332). Quando isso acontece, a litosfera rígida dobra-se, e a astenosfera plástica flui para os lados. Se a carga é retirada, como quando uma geleira derrete, a crosta sobe, e a astenosfera volta à região onde a litosfera ascende. A ascensão após a retirada da carga superficial é conhecida como compensação isostática. Toda a crosta está em um estado constante de ajuste isostático, lentamente subindo e descendo em resposta ao peso na superfície, p.331.”

Referência Bibliográfica:

CHRISTOPHERSON, Robert W.; BIRKELAND, Ginger H..

Geossistemas: uma introdução à geografia física. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. 428 p. Tradução: Théo Amon; Francisco Eliseu Aquino, Jefferson Cardia Simões, Ulisses Franz Bremer e Venisse Schosseler, p.328-331.

Conteúdo Programático:

Estrutura interna da Terra.

Ajustes na crosta

No Capítulo 7, discutimos a *força de empuxo* em relação a pacotes de ar – se um pacote de ar é menos denso que o ar circundante, ele é flutuante e subirá, em função da chamada *força de empuxo*. Em essência, empuxo é o princípio segundo o qual algo menos denso, como madeira, flutua em algo mais denso, como água. O equilíbrio entre as forças do empuxo e da gravidade é o princípio da **isostasia**, que explica as elevações dos continentes e as profundidades dos assoalhos oceânicos, determinadas pelos movimentos verticais da crosta terrestres.

A litosfera terrestre flutua sobre camadas mais densas, como um barco que flutua sobre a água. Se uma carga é colocada sobre a superfície, como o peso de uma geleira, uma cordilheira ou uma área de acúmulo de sedimentos (material rochoso que foi transportado por processos exógenos), a litosfera tende a afundar, ou situar-se mais baixo na astenosfera (Figura 12.4, página 332). Quando isso acontece, a litosfera rígida dobra-se, e a astenosfera plástica flui para os lados. Se a carga é retirada, como quando uma geleira derrete, a crosta sobe, e a astenosfera volta à região onde a litosfe-

Legenda: recurso55

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'B'.

A assertiva primeira é Verdadeira: Os debates em torno do desenvolvimento agrário no Brasil têm múltiplas posturas, que abrangem a defesa da eliminação dos produtores que produzem menos e a ampliação da participação dos pequenos agricultores na divisão da riqueza produzida, inclusive com políticas de acesso à terra para aumentar o número de agricultores, como a reforma agrária e o crédito fundiário.

De acordo com a referência: “A concentração é uma marca forte no campo brasileiro. esse fato tem produzido diferentes posturas a respeito do desenvolvimento da agropecuária. algumas defendem a eliminação dos produtores que produzem menos, outras defendem a ampliação da participação dos pequenos agricultores na divisão da riqueza produzida, inclusive com políticas de acesso à terra para aumentar o número de agricultores, como a reforma agrária e o crédito fundiário, p.19”.

A assertiva segunda é VERDADEIRA: “Para o agronegócio, em contexto em que prevalece a competição, é natural a eliminação daqueles que produzem menos.”

De acordo com a referência:

“Para o agronegócio, a eliminação de agricultores é natural num modelo competitivo em que sobrevivem os melhores, p.19”.

A assertiva terceira é VERDADEIRA: “A maior parte da riqueza produzida pelo campesinato no Brasil por meio da renda capitalizada da terra fica com o agronegócio, pois é ele que comercializa a maior parte da produção camponesa.”

De acordo com a referência: “o agronegócio fica com a maior parte da riqueza produzida, inclusive a parte da riqueza produzida pelo campesinato, através da renda capitalizada da terra, pois é o agronegócio que comercializa a maior parte da produção camponesa. esse paradoxo é melhor compreendido pela desigualdade existente em meio à classe camponesa, em que 2 milhões de famílias, embora contribuam com a produção de 38% do valor bruto, têm uma renda mensal em torno de 15 dólares e são obrigadas a viver de ajuda governamental. essas desigualdades são partes da história, construídas por meio de relações de dominação e resistências que configuraram o território brasileiro, p21”.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: Fernandes, Bernardo Mançano Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias / Bernardo Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch, Elienai Constantino Gonçalves. - 1ed- São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco,2014.

Conteúdo Programático:

Modernização agrícola e agronegócio. Espaço agrário brasileiro.

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'E'.

A letra A é incorreta: “A estrutura fundiária, em termos de tamanho médio dos estabelecimentos, na região Centro-Oeste, é menos desigual se comparada às demais regiões do país”.

De acordo com a referência:

“Na Região Sul, os estabelecimentos com mais de 2 500 hectares ocupavam 13,4% da área dos estabelecimentos da Região, enquanto os de até 50 hectares ocupavam, juntos, uma área maior, correspondente a 23,1% do total. A estrutura fundiária, em termos de tamanho médio dos estabelecimentos, na Região Sul, é menos desigual se comparada às demais Regiões do País. A partir da década de 1970, muitos dos grandes produtores sulistas foram produzir grãos no Estado de Mato Grosso e, não por acaso, o nome de um dos maiores Municípios produtores de soja atualmente é Sinop. Segundo o IBGE “Quatrocentos homens [...] abriram a picada para chegar ao lugar de destino. Sinop foi fundada a 14 de setembro de 1974. O nome adotado foi o da sigla da firma: SINOP - Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná” (SINOP, 2015, p. 1),p.47”.

A letra B é incorreta: “A estrutura fundiária, em termos de tamanho médio dos estabelecimentos, na região Sul, é mais desigual se comparada às demais regiões do país.

Na Região Sul, os estabelecimentos com mais de 2 500 hectares ocupavam 13,4% da área dos estabelecimentos da Região, enquanto os de até 50 hectares ocupavam, juntos, uma área maior, correspondente a 23,1% do total. A estrutura fundiária, em termos de tamanho médio dos estabelecimentos, na Região Sul, é menos desigual se comparada às demais Regiões do País,p.47.”

A letra C está incorreta: “Na região Sudeste, a lavoura temporária ocupava mais estabelecimentos do que a lavoura permanente.”

“Na Região Sudeste, excepcionalmente, a lavoura temporária ocupava menos estabelecimentos do que a lavoura permanente, 15,5% e 22,4%, respectivamente, p.48.”

A letra D está incorreta: “A pesca é praticada em 0,2% dos estabelecimentos no Brasil, mais da metade, 58,1%, na região Sudeste.

De acordo com a referência: “A pesca é praticada em 0,2% dos estabelecimentos no Brasil. Mais da metade, 58,1%, na Região Norte. Mesmo nessa Grande Região, a proporção de estabelecimentos com essa atividade não chega a 1% entre os que têm-me nos de 50 hectares e entre os produtores sem área atinge 3,6%. Nas Regiões Norte e Nordeste estão quase 80% da área dos estabelecimentos do País dedicada a essa atividade,p.49.”

A letra E está CORRETA: O Centro-Oeste foi uma das regiões que mais produziu alimentos que se constituem como a base da alimentação da população e do gado no Brasil.

“É importante destacar ainda alguns produtos da lavoura temporária que se constituem como a base alimentar da população e do gado, como o arroz, a batata, o feijão, a mandioca, o milho e a soja. Assim, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, de toda quantidade produzida desses artigos somados, 46,4% foi registrado na Região Centro-Oeste, com destaque para a produção de milho, onde 55,3% do total produzido foi realizado nessa Grande Região. Em segundo lugar, apareceu a Região Sul, com 32,5% do total produzido, no somatório dos seis produtos acima listados. A Região Norte produziu apenas 4,8% do total. Entre os

produtores sem área, destaque para a Região Nordeste, onde esteve 37,7% da produção dos artigos selecionados, especialmente nos Estados do Maranhão e do Ceará, p.49.”

Referência Bibliográfica:

ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO, IBGE.
https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/02_00_Texto.pdf

Conteúdo Programático:

Espaço agrário brasileiro. Organização do Espaço Brasileiro.

dutores sem área², a lavoura temporária tinha uma importância ainda maior, ocupando mais de 50% das atividades dos seus estabelecimentos. Na Região Sul, essa atividade teve grande expressão, presente em quase a metade dos estabelecimentos, 47,5%. Na Região Sudeste, excepcionalmente, a lavoura temporária ocupava menos estabelecimentos do que a lavoura permanente, 15,5% e 22,4%, respectivamente. A lavoura permanente de café, produto historicamente cultivado nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, assim como a produção de laranja, ajudam a entender o maior peso da lavoura permanente na Região.

Legenda: recurso 58

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'C'.

A assertiva I está CORRETA: “O paradigma do determinismo ambiental foi utilizado como base ideológica para justificar a expansão imperialista europeia, contribuindo para formação de colônias no continente africano por potências como a Inglaterra”.

De acordo com a referência: “A Inglaterra tornou-se, nesse momento, a grande metrópole imperialista. O determinismo ambiental justificava a expansão territorial através da criação de colônias de exploração no continente africano, e de povoamento em regiões temperadas, a serem ocupadas pelo excedente demográfico britânico e europeu, p. 5”.

A assertiva II está INCORRETA: “O paradigma possibilista corresponde ao determinismo ambiental na França, reforçando a ideia de que as condições geográficas determinam os comportamentos humanos.”

“Em reação ao determinismo ambiental surge, na França no final do século XIX, na Alemanha no começo do XX e nos Estados Unidos na década de 20, um outro paradigma da geografia, o possibilismo. À semelhança do determinismo ambiental, a visão possibilista focaliza as relações entre o homem e o meio natural, mas não o faz considerando a natureza determinante do comportamento humano. A reação ao determinismo ambiental, mais forte na França, tem como motivação externa a situação de confronto entre ela e a Alemanha. O possibilismo, francês em sua origem, opõe-se ao determinismo ambiental germânico. Esta oposição fundamenta-se nas diferenças entre os dois países. Ao contrário da Alemanha, unificada em 1871, a França já era França há muito tempo. Lá a revolução burguesa tinha se dado de modo mais completo, extirpando os resíduos feudais, ainda existentes na Alemanha. Esta chega tardiamente à corrida colonial, enquanto a França dispunha então, de um vasto império; os interesses expansionistas alemães voltaram-se, em grande parte, para a própria Europa. Acrescenta-se ao quadro a luta de classes, que assumia formas mais acirradas na França, a exemplo da Comuna de Paris.” A método regional consiste no terceiro paradigma da geografia, opondo-se ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Nele, a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra. O método regional focaliza assim o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou a paisagem regional, mas a sua diferenciação de per si como objeto da geografia, p.8”

A assertiva III é INCORRETA: “O paradigma do método regional consiste na diferenciação de áreas a partir da relação entre seres humanos e a natureza.”

A método regional consiste no terceiro paradigma da geografia, opondo-se ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Nele, a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra. O método regional focaliza assim o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou a paisagem regional, mas a sua diferenciação de per si como objeto da geografia, p.8”

Referência Bibliográfica:

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. 7ª Edição, São Paulo: Editora Ática, 1987,

Conteúdo Programático:

A constituição da Geografia como ciência. Correntes do pensamento geográfico.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'B'.

A assertiva primeira é VERDADEIRA: “A paisagem pode ser definida como o domínio do visível, mas que abarca, também, além do que vemos, pois é formada por movimentos, odores, sons etc.”

De acordo com a referência: “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc, p.21”

A assertiva segunda é VERDADEIRA: “A paisagem precisa ser pensada paralelamente às dimensões políticas, econômicas e culturais.”

“A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. Com o aumento das populações urbanas, ocupadas em atividades terciárias e secundárias, o campo é chamado a produzir mais intensivamente. No século XIX, para alimentar um urbano eram necessárias cerca de sessenta pessoas trabalhando no campo. Essa proporção vai modificando-se ao longo destes dois séculos. Em certos países, hoje, há um habitante rural para cada dez urbanos, p.16”.

“Carl Sauer, pai da geografia cultural - muito próxima da antropogeografia de Ratzel e da geografia humana de Vidal de la Blache - propôs que considerássemos dois tipos de paisagem, a natural e a artificial. Argumenta dizendo que, à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica etc. É a marca do homem sobre a natureza, chamada de socialização por Marx. Desta maneira, com a produção humana há a produção do espaço. O trabalho manual foi sendo relegado a segundo plano, e a maquinaria foi sendo cada vez mais usada até se chegar à automação. A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas, A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social, p,22-23”.

A assertiva terceira é VERDADEIRA: “A dimensão da percepção faz parte da paisagem, sendo que o aparelho cognitivo é fundamental na sua apreensão.

De acordo com a referência: “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas que um arquiteto, um artista veem, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. Isso é válido, também, para profissionais com diferente formação e para o homem comum, p.22”

A assertiva quarta é FALSA: “A paisagem é um conjunto homogêneo de formas naturais e artificiais.”

De acordo com a referência: “A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial, p.23”.

Referência Bibliográfica:

Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 2014.

Conteúdo Programático:

O conceito de espaço geográfico, território, paisagem, região e lugar.

CARGO(S): MATEMÁTICA - LUZERNA, MATEMÁTICA - CONCÓRDIA, MATEMÁTICA – VIDEIRA

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'C'.

O recurso não procede, visto que pelo gráfico, a função $f(x)$ é constante à esquerda de $x=0$, decrescente até a origem, crescente depois de $x=0$ e constante à direita de $x=0$. Como a transformação $f(1-x)$ determina uma

reflexão horizontal (espelhamento) e depois um deslocamento para a direita, o ponto central (antes em $x=0$) vai para $x=1$, o que obviamente só ocorre na alternativa C.

Referência Bibliográfica:

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar, Volume 1: Conjuntos e Funções. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2004.

Conteúdo Programático:

Álgebra e Funções: Domínio, imagem e estudo gráfico. Composição e inversão de funções.

QUESTÃO: 39 - ANULADA.

A questão deve ser anulada em função de não apresentar dados concretos das alterações (percentuais de variação das variáveis envolvidas), o que tornou impossível calcular a resposta, pois a resolução depende diretamente desses valores. Dessa forma, nenhuma das alternativas pode ser alcançada com as informações disponíveis no enunciado.

Referência Bibliográfica:

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar, Volume 1: Conjuntos e Funções. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2004.

Conteúdo Programático:

Razões e proporções. Modelagem de problemas envolvendo grandezas proporcionais

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão descreve a evolução mensal das frotas das empresas A e B, informando a quantidade inicial de veículos e o acréscimo constante ao longo do tempo, o que caracteriza, em ambos os casos, uma Progressão Aritmética.

O termo total acumulado de veículos após n meses refere-se à soma dos valores assumidos ao longo do período considerado, o que conduz à aplicação da fórmula da soma dos n termos da Progressão Aritmética, conforme solução anexo.

Verifica-se, portanto, que o valor encontrado é múltiplo de 5, correspondendo à alternativa E.

Dessa forma, a questão apresenta solução compatível com uma das alternativas, não havendo inconsistência que justifique sua anulação. Logo, indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar, 4: sequências, matrizes, determinantes, sistemas. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Conteúdo Programático:

Progressões e Sequências: Progressões aritméticas e geométricas. Soma de termos. Aplicações financeiras e modelagem discreta

Dados:

$E_A: (8, 12, \dots)$, ou seja, temos uma PA em que $a_1 = 8, r = 4$

$E_B: (17, 19, \dots)$, ou seja, uma PA onde $a_1 = 17, r = 2$

Como após o período de n meses o acumulado é o mesmo, temos que $S_A = S_B$
Mas a fórmula da somados n termos não conhecendo n é

$$S_n = \frac{n}{2} [2a_1 + (n - 1)r]$$

E temos que o acumulado de E_A será

$$S_A = \frac{n}{2} [2 \cdot 8 + (n - 1)4] = \frac{n}{2} (16 + 4n - 4) = \frac{n}{2} (4n + 12)$$

$$S_A = \frac{n}{2} \cdot 4(n + 3) = 2n(n + 3)$$

E o acumulado de E_B será

$$S_B = \frac{n}{2} [2 \cdot 17 + (n - 1)2] = \frac{n}{2} (34 + 2n - 2) = \frac{n}{2} (2n + 32)$$

$$S_B = \frac{n}{2} \cdot 2(n + 16) = n(n + 16)$$

$$2n(n + 3) = n(n + 16)$$

Como $n \neq 0$, dividimos por n :

$$2(n + 3) = n + 16$$

$$2n + 6 = n + 16$$

$$n = 10$$

Analisando as alternativas temos que é um múltiplo de 5

Legenda: resolução

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático previsto no edital, não havendo extrapolação temática.

Inicialmente, a equação apresentada está formulada em linguagem matricial, envolvendo operações com matrizes e transposição, o que se insere diretamente no tópico “Matrizes e determinantes” e na “Modelagem algébrica de fenômenos”.

A partir da manipulação algébrica da expressão $X \cdot A \cdot X^T = B$, obtém-se uma equação do segundo grau em x e y , cuja análise se enquadra no item “Geometria Analítica: interpretação geométrica de equações”.

Trata-se, portanto, da aplicação direta das competências previstas no edital, especialmente no que se refere à transição entre representação algébrica e interpretação geométrica no plano cartesiano.

Dessa forma, não se verifica a cobrança de conteúdo estranho ao programa, razão pela qual não há fundamento para anulação da questão.

Indefere-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 7: geometria analítica. 6. ed. São Paulo: Atual, 2019.

Conteúdo Programático:

Matrizes e determinantes. Modelagem algébrica de fenômenos. Geometria Analítica: Interpretação geométrica de equações.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão apresenta enunciado claro, sendo correta a interpretação de que deve haver exatamente um único par de números consecutivos no conjunto escolhido. A divergência apontada decorre de erro na contagem dos casos válidos. Quando realizada de forma completa e sistemática, obtém-se o total de 47 subconjuntos.

Ressalta-se que a resolução não exige verificação exaustiva das combinações possíveis, uma vez que as condições impostas permitem significativa redução do universo de análise, com organização dos casos e uso de simetria. Dessa forma, não há ambiguidade nem inadequação ao nível da prova.

Referência Bibliográfica:

HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar, 5: Combinatória e Probabilidade. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Conteúdo Programático:

Análise Combinatória e Probabilidade: Princípios de contagem. Permutações, arranjos e combinações.

QUESTÃO: 50 - ANULADA.

Após análise das assertivas, verifica-se que:

I. Falsa, pois a congruência das diagonais não caracteriza, por si só, um retângulo (contraexemplo: trapézio isósceles). II. Falsa, pois a perpendicularidade das diagonais não garante que o quadrilátero seja um losango (contraexemplo: deltoide). III. Verdadeira, uma vez que, em um quadrilátero, a condição de as diagonais serem bissetrizes dos ângulos internos implica igualdade entre os lados, caracterizando um losango. IV. Falsa, pois a perpendicularidade e congruência das diagonais não são condições suficientes para caracterizar um quadrado, sendo necessária, adicionalmente, a propriedade de que as diagonais se bisetam mutuamente. Observa-se que houve um erro, a ideia era "paralelogramo" ao invés de "quadrilátero".

Dessa forma, apenas a assertiva III é verdadeira. Considerando que não há alternativa que corresponda a essa situação, verifica-se a ausência de gabarito correto.

Assim, defere-se o recurso para anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar 9: Geometria Plana. 7. ed. São Paulo: Atual, 2005.

Conteúdo Programático:

Geometria dos polígonos e circunferência.

QUESTÃO: 53 - ANULADA.

As contestações a respeito da questão procedem, visto que houve um erro de digitação na lei da função $f(x)$. Logo, em função da incompatibilidade entre a representação gráfica e a formulação literal da função, evidenciando erro material no item, anula-se a questão.

Referência Bibliográfica:

EZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar, 8: Limites, Derivadas, Noções de Integral. São Paulo: Atual, 2013.

Conteúdo Programático:

Noções de integral como área sob a curva.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'E'.

A assertiva II está alinhada a uma vertente consolidada da literatura em Educação Matemática e Tecnologias, que enfatiza que as limitações no uso de tecnologias educacionais decorrem, em grande medida, de fatores humanos, culturais e pedagógicos, como a resistência a mudanças e a permanência de práticas tradicionais. Autores como Kaput (1992) destacam que as restrições ao uso efetivo das tecnologias não se devem prioritariamente a limitações técnicas, mas à dificuldade de transformação das práticas pedagógicas e à superação de hábitos consolidados. Nesse sentido, o uso do termo "principalmente" não exclui a existência de outros fatores, como infraestrutura ou formação docente, mas evidencia o papel central das dimensões humanas e culturais nesse processo.

As referências apresentadas no recurso, ao apontarem a existência de múltiplos fatores envolvidos, não contradizem a assertiva, mas a complementam.

Quanto às demais assertivas:

I. Falsa, pois o impacto das tecnologias na educação não se caracteriza por substituição rápida e generalizada das práticas tradicionais.

II. Verdadeira, conforme fundamentação acima.

III. Falsa, uma vez que softwares de geometria dinâmica não têm como finalidade reduzir a compreensão conceitual, mas favorecê-la.

IV. Verdadeira, pois a integração das tecnologias amplia as possibilidades de acesso a propriedades e conceitos matemáticos por meio de abordagens diferenciadas.

Dessa forma, a sequência correta é F – V – F – V, correspondente à alternativa E.

Referência Bibliográfica:

MATHIAS, Carmen Vieira. Softwares de geometria dinâmica: sobre as mudanças do conhecimento tecnológico de um determinado tempo e espaço. Revista de História da Educação Matemática, [S.l.], 2021. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/539/5392741010/5392741010.pdf>.

Conteúdo Programático:

Uso de tecnologias digitais no ensino de Matemática.

QUESTÃO: 57 – MANTIDA alternativa 'B'.

Análise das Alternativas:

A) INCORRETA: Esta alternativa reflete uma crítica comum e equivocada à pedagogia das competências. Autores como Perrenoud enfatizam que a competência não substitui o conhecimento, mas sim exige que ele seja "mobilizado". A ideia de que a competência implica "detrimento do rigor formal" é uma visão reducionista; o rigor continua sendo necessário, mas agora a serviço da resolução de problemas complexos.

B) CORRETA: Esta alternativa descreve com precisão a essência do conceito. A competência é vista como uma orquestração de recursos (conhecimentos, capacidades, atitudes). Ela não desvaloriza o conhecimento, mas propõe que ele seja organizado em esquemas de ação para lidar com a complexidade e a novidade, diferenciando-se da mera memorização ou acumulação passiva.

C) INCORRETA: A competência é uma categoria *holística*, e não um "somatório linear" de habilidades isoladas. Verificações de destrezas técnicas isoladas avaliam habilidades (skills), mas não a competência em si, que exige a integração desses elementos em uma ação coordenada perante uma situação real.

D) INCORRETA: Embora a competência envolva a ação do sujeito, o desenvolvimento *de esquemas de ação* (na acepção de Piaget e Vergnaud) não ocorre de forma "espontânea" ou independente da mediação. Pelo contrário, o ensino por competências exige uma mediação docente intencional e uma estruturação lógica dos conteúdos para que o aluno construa os recursos necessários para a mobilização.

E) INCORRETA: Esta alternativa limita a competência à *eficácia na execução de rotinas*. No entanto, ser competente envolve agir perante o novo e o complexo. A mera repetição de algoritmos ou rotinas escolares em contextos cotidianos é uma forma de aplicação mecânica, que não abarca a dimensão reflexiva e crítica da competência matemática proposta por autores como Mogens Niss.

Referência Bibliográfica:

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

NISS, Mogens. **Mathematical competencies and the learning of mathematics: the Danish KOM project**. Roskilde University, 2003.

MACHADO, Nilson José. **Educação: competência e qualidade**. São Paulo: Escrituras, 2002.

Conteúdo Programático:

Avaliação por competências.

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'C'.

O recurso não procede, pois para resolver a questão deve-se fazer um esboço do gráfico das funções sobre um mesmo plano cartesiano, o que mostra que as partículas se chocam duas vezes no intervalo considerado.

Referência Bibliográfica:

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 3: trigonometria. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Conteúdo Programático:

Ciclo trigonométrico. Funções trigonométricas. Aplicações em modelagem periódica.

CARGO(S): EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – CONCÓRDIA**QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'E'.**

A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático previsto no edital, não havendo extrapolação temática.

O enunciado apresenta explicitamente o método da Falsa Posição, descrevendo todas as etapas necessárias para sua aplicação. Dessa forma, não se exige conhecimento prévio específico desse procedimento histórico, mas a capacidade de interpretar e aplicar as instruções fornecidas, o que se insere no campo da resolução de problemas.

Além disso, a contextualização histórica por meio do Papiro de Rhind está alinhada à diretriz de utilização da História da Matemática como recurso didático, conforme previsto no conteúdo programático.

Ressalta-se ainda que a questão não restringe a abordagem à aplicação do método apresentado, sendo igualmente possível a resolução por meio de modelagem algébrica equivalente, o que reforça seu enquadramento nos conteúdos tradicionais de equações do primeiro grau.

Dessa forma, não há exigência de conhecimento não previsto, nem indução inadequada de método, mas sim a avaliação da capacidade de interpretação, modelagem e resolução de problemas em contexto histórico.

Referência Bibliográfica:

NUNES, Wagner Vieira Leite. História da Matemática: um livro texto. São Carlos: ICMC-USP, 2019. Disponível em: <https://sites.icmc.usp.br/wvlnunes/pma5631/livrotexopma5631.pdf>

BOYER, Carl B. História da Matemática. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

ROQUE, Tatiana. História da Matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Conteúdo Programático:

As tendências da Educação Matemática para o ensino de Matemática: história da matemática, investigação matemática, jogos e materiais didáticos, tecnologias digitais, ambientes e objetos virtuais de aprendizagem, modelagem matemática, etnomatemática e resolução de problemas;

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático, não havendo extrapolação ou exigência de conhecimento técnico específico.

O enunciado apresenta todas as regras do jogo de forma completa e suficiente, incluindo a quantidade inicial de palitos, as possíveis jogadas e a condição de vitória. A menção a “jogada otimizada” refere-se apenas à adoção de uma estratégia lógica que maximize as chances de vitória, não implicando conhecimento formal de Teoria dos Jogos.

A resolução pode ser realizada por meio de raciocínio lógico e identificação de padrões, ao se observar que posições múltiplas de 4 constituem estados desfavoráveis para o jogador da vez. Dessa forma, o jogador inicial deve retirar 1 palito, deixando 20, e, a partir disso, manter a soma das jogadas em 4, garantindo a vitória. Não é necessário o conhecimento de conceitos formais como equilíbrio de Nash, classes de equivalência ou teoria avançada, sendo suficiente a análise direta das possibilidades do jogo, compatível com o nível de raciocínio lógico exigido em provas desse tipo.

Dessa forma, não há ambiguidade no enunciado nem cobrança de conteúdo não previsto no edital.

Referência Bibliográfica:

UNESP. Jogos no Ensino de Matemática. Laboratório de Matemática - IBILCE. Disponível em: .

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1996.

GRANDO, Regina Célia. O jogo e a matemática no contexto da sala de aula. São Paulo: Paulus, 2000.

LOPES, Maria G. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. São Paulo: Cortez, 2001.

Conteúdo Programático:

As tendências da Educação Matemática para o ensino de Matemática: história da matemática, investigação matemática, jogos e materiais didáticos, tecnologias digitais, ambientes e objetos virtuais de aprendizagem, modelagem matemática, etnomatemática e resolução de problemas;

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão apresenta enunciado claro ao definir o tabuleiro como um octógono regular com uma casa central, sendo esse o objeto geométrico de análise. A presença da casa central e das linhas internas não altera as propriedades de simetria do octógono, uma vez que tais elementos estão dispostos de forma simétrica em relação ao centro, preservando integralmente as simetrias do polígono regular. Dessa forma, a análise deve considerar a figura como um todo, cujas simetrias coincidem com as do octógono regular. No que se refere à representação gráfica, as linhas tracejadas não têm a função de indicar eixos de simetria, mas sim de representar as possíveis conexões do jogo. Os eixos de simetria são propriedades geométricas do octógono e independem de estarem explicitamente desenhados. Um octógono regular possui 8 eixos de simetria reflexiva e ângulo mínimo de rotação de 45° , sendo essas propriedades amplamente conhecidas e independentes da estilização da figura.

Quanto ao uso do termo “invariante”, este é empregado em seu sentido geométrico usual, referindo-se à coincidência da figura consigo mesma após transformações rígidas, não havendo ambiguidade conceitual. Dessa forma, não há indução ao erro nem múltiplas interpretações válidas, sendo a questão objetiva e compatível com o conteúdo de simetria de polígonos regulares.

Referência Bibliográfica:

UNESP. Jogos no Ensino de Matemática. Laboratório de Matemática - IBILCE. Disponível em: .

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1996.

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau, Fundamentos de Matemática Elementar - Geometria Plana, Volume 9,. 8ª Ed., São Paulo: Editora Atual, 2005.

Conteúdo Programático:

As tendências da Educação Matemática para o ensino de Matemática: história da matemática, investigação matemática, jogos e materiais didáticos, tecnologias digitais, ambientes e objetos virtuais de aprendizagem, modelagem matemática, etnomatemática e resolução de problemas; Geometria plana

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita a identificação da intervenção pedagogicamente mais adequada diante de uma generalização equivocada apresentada por um estudante sobre o conceito de densidade.

A alternativa C apresenta a estratégia mais apropriada, ao propor o uso de contraexemplos (como o conjunto dos inteiros) para problematizar a generalização indevida. Essa abordagem favorece a construção conceitual ao confrontar diretamente a ideia equivocada, promovendo compreensão por meio de exemplos concretos, prática amplamente recomendada na didática da Matemática.

A alternativa D, embora matematicamente válida, não se mostra a mais adequada no contexto apresentado. A formalização rigorosa, por meio da linguagem da teoria dos conjuntos e da lógica matemática, tende a ser mais eficaz em etapas posteriores do processo de aprendizagem, após a consolidação da compreensão intuitiva. Sua utilização como primeira intervenção pode não favorecer a superação imediata da dificuldade conceitual apresentada pelo estudante.

Dessa forma, não há ambiguidade entre as alternativas, pois apenas a alternativa C atende de forma mais adequada ao objetivo pedagógico da situação proposta.

Referência Bibliográfica:

BALL, Deborah Loewenberg; THAMES, Mark Hoover; PHELPS, Geoffrey. Content Knowledge for Teaching: What Makes it Special? Journal of Teacher Education, v. 59, n. 5, p. 389-407, 2008.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos da Matemática Elementar, Volume 1, Funções, São Paulo: Editora Atual, 8ª Edição, 2004

Conteúdo Programático:

Processos de ensino e de aprendizagem de matemática para o ensino fundamental, ensino médio (acadêmico e técnico profissionalizante) e educação de jovens e adultos. Matemática Fundamental: Conjuntos e operações;

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão apresenta enunciado claro e adequado ao conteúdo programático, não havendo ambiguidade que comprometa sua resolução.

No que se refere à expressão $U = 120(\cos \theta + i \sin \theta)$, a ausência de indicação explícita da unidade angular não compromete a interpretação, uma vez que $\cos(0) = 1$ e $\sin(0) = 0$, independentemente de o ângulo estar expresso em graus ou radianos. Portanto, não há prejuízo na determinação do valor da tensão, que se reduz a $U = 120$.

Quanto à alegação de ambiguidade gráfica, o valor "0" está claramente apresentado como argumento das funções trigonométricas, não havendo indício de que represente variável angular. Trata-se de uma notação padrão e amplamente utilizada.

Adicionalmente, a contextualização em circuitos de corrente alternada não caracteriza extrapolação do conteúdo, mas sim aplicação direta de números complexos em situação prática, em consonância com abordagens de modelagem e contextualização previstas no ensino de Matemática.

Referência Bibliográfica:

DA COSTA RIBEIRO, Lucas; PEREIRA, Antônia Lília Soares. Mobile Learning e Metodologias Ativas no Ensino de Números Complexos na Educação Profissional e Tecnológica. REMAT: Revista Eletrônica da Matemática, v. 9, n. 2, p. e2001-e2001, 2023.

Conteúdo Programático:

Trigonometria; Números complexos

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão encontra-se em conformidade com o conteúdo programático, não apresentando ambiguidade nem erro conceitual.

No que se refere à assertiva III, esta é incorreta, pois o Teorema Fundamental da Álgebra estabelece que todo polinômio de grau $n \geq 1$ possui exatamente n raízes no conjunto dos números complexos, consideradas com suas multiplicidades. A afirmação de que tais raízes são necessariamente reais é falsa em geral, independentemente do fato de o polinômio específico apresentado possuir raízes reais. Trata-se, portanto, de uma afirmação conceitualmente incorreta, e não ambígua.

Quanto à assertiva IV, sua redação está de acordo com o Teorema das Raízes Racionais. Ao afirmar que, caso o polinômio possua raízes racionais, estas pertencerão ao conjunto indicado, o item expressa corretamente uma condição necessária. Não há afirmação de que todos os elementos do conjunto sejam raízes, tampouco que o conjunto coincida com o conjunto das raízes, não havendo imprecisão conceitual.

As alegações de ambiguidade ou extrapolação do conteúdo não procedem, uma vez que os conceitos envolvidos, a saber: relações de Girard, propriedades de raízes de polinômios e raízes racionais, estão inseridos no campo de polinômios e equações algébricas.

Dessa forma, não há inconsistência na questão nem fundamento para alteração do gabarito ou anulação.

Referência Bibliográfica:

LINS, Romulo Campos; GIMENEZ, Joaquim. Perspectivas em Educação Matemática. Porto Alegre: Artmed, 1997.

IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar, 6: Complexos, Polinômios, Equações. São Paulo: Atual, 2013.

LAUTENSCHLAGER, E.; RIBEIRO, A. J. Formação de professores de matemática e o ensino de polinômios. Educação Matemática Pesquisa, v. 19, n. 2, 2017.

Conteúdo Programático:

Polinômios e equações algébricas

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão solicita a probabilidade de o produto de 3 fichas (retiradas sem reposição de um total de 8) ser par. O espaço amostral é definido pelo número de combinações de 3 elementos de um conjunto de 8. O evento complementar (produto ímpar) ocorre apenas se todas as fichas forem ímpares. Portanto, a questão é matematicamente precisa e não apresenta ambiguidade interpretativa que comprometa a resolução. Sobre a presença da alternativa “1/14” (resultado do evento complementar), ressalto que o uso de distratores que representam etapas intermediárias ou caminhos incompletos de raciocínio é uma prática avaliativa legítima. A questão apresenta enunciado claro, fundamentação matemática rigorosa e estrutura de alternativas condizente com os princípios de avaliação da aprendizagem na área. Não há, portanto, vícios que justifiquem sua anulação ou alteração.

Referência Bibliográfica:

HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar, 5: Combinatória e Probabilidade. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Conteúdo Programático:

Probabilidade

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'E'.

A alegação de subjetividade não se sustenta, pois a questão apresenta uma única alternativa que concilia correção conceitual com adequação pedagógica mínima esperada em avaliações objetivas. Do ponto de vista pedagógico, o erro do estudante é conceitual básico: ele ignora os coeficientes da forma quadrática e associa diretamente o valor de 144 a uma circunferência. A intervenção mais adequada, deve corrigir a classificação da curva e indicar parâmetros coerentes com a forma correta e para fazê-lo existe a necessidade de conhecer o conteúdo.

Referência Bibliográfica:

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 7: geometria analítica. 6. ed. São Paulo: Atual, 2019.

Conteúdo Programático:

Geometria Analítica

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'A'.

O recurso não procede, pois parte de uma interpretação geométrica incorreta. O enunciado afirma que o ponto P está no prolongamento de AB a partir de B, o que implica a ordem A–B–P. Na configuração $AP=AB+BP=r+r=2r$. Portanto, P é ponto externo à circunferência, o que garante a existência da tangente PT. Não há qualquer inconsistência matemática. Quanto à figura, trata-se de representação ilustrativa, não necessariamente em escala, não devendo se sobrepor aos dados do enunciado.

Assim, não há contradição nem ambiguidade na questão.

Referência Bibliográfica:

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar 9: Geometria Plana. 7. ed. São Paulo: Atual, 2005.

Conteúdo Programático:

Geometria plana

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'D'.

O número de lados de um polígono resultante da intersecção de um plano com um poliedro convexo é determinado pelo número de faces que o plano intersecciona. Como cada face de um poliedro é um plano, a intersecção de dois planos (o plano da secção e o plano da face) resulta em um segmento de reta (um lado do polígono).

O cubo possui exatamente 6 faces. Assim, para que o polígono resultante tenha o maior número possível de lados, o plano deve “atravessar” o maior número possível de faces distintas. Como existem apenas 6 faces disponíveis no cubo, o número máximo de intersecções independentes é 6.

Referência Bibliográfica:

DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar 10: Geometria Espacial. 6. ed. São Paulo: Atual, 2005.

Conteúdo Programático:

Geometria Espacial.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'B'.

A alegação de ambiguidade não procede, visto que as expressões “permaneceram reprovados” indicam claramente os alunos que continuaram abaixo de 60 após o acréscimo; “ficaram aprovados (incluindo os novos aprovados)” definem explicitamente o grupo final de aprovados. O enunciado estabelece, de forma inequívoca, uma reorganização dos mesmos alunos após a adição uniforme de 10 pontos, permitindo modelagem única e solução determinada.

Não há múltiplas interpretações possíveis, apenas exigência de tratamento algébrico adequado.

Referência Bibliográfica:

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. Fundamentos de Matemática Elementar 11: Matemática Comercial, Matemática Financeira, Estatística Descritiva. 2. ed. São Paulo: Atual, 2013

Conteúdo Programático:

Estatística

CARGO(S): FILOSOFIA - ABELARDO LUZ, FILOSOFIA - CONCÓRDIA, FILOSOFIA - LUZERNA, FILOSOFIA - SANTA ROSA DO SUL, FILOSOFIA – SOMBRIO

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'.

Pelo trecho extraído da 'Crítica da razão pura', é evidente que Kant, por um lado, defende uma atitude que não desdenha da tradição filosófica - a razão deve “seguir os seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes” -; por outro, é à razão que cabe “o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes, confirmando-os ou rejeitando-os”. Desse modo, não é possível conceder que haja qualquer ambiguidade na expressão, presente na alternativa “D”, “e sua própria razão é secundária”, pois a razão tem primazia sobre a tradição filosófica de acordo com a concepção kantiana de autonomia do sujeito. A banca destaca que não há por que objetar se o caráter secundário da razão na alternativa “D” é temporal ou ontológico, uma vez que, argumenta-se no recurso ao citar Otfried Höffe, “a atitude crítica kantiana exige que a razão se submeta apenas ao seu próprio tribunal”. Ademais, essa relevante citação também contradiz a argumento colocado pelo candidato de que “tentativas filosóficas já existentes” confeririam “à tradição um papel de guia ou modelo procedimental”, pois a tradição não pode ser guia, mas paisagem, em uma investigação filosófica autônoma. Por essas razões, a banca mantém o gabarito.

Referência Bibliográfica:

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando. São Paulo: Moderna, 2016.

Conteúdo Programático:

Fundamentos e Origem da Filosofia: A atitude filosófica e o problema da racionalidade.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'E'.

Em que pesem os esforços argumentativos de anulação ou mudança de gabarito, a banca entende não haver razões suficientes para alterá-lo. A questão foi formulada com base em referência bibliográfica adequada e que, por sua vez, está amparada por sólida fonte acadêmica. Nesse sentido, é apontado no livro Filosofando que “no período arcaico (do século VIII ao VI a.C.), a Grécia passou por transformações muito específicas nas relações sociais e políticas, proporcionando a lenta passagem do mito para a reflexão filosófica. A nova visão do mundo e do indivíduo que então se esboçava resultou de inúmeros fatores, analisados pelo estudioso

francês Jean-Pierre Vernant (...)", quais sejam: a redescoberta da escrita, a moeda, a lei escrita, o cidadão da pólis, a consolidação da democracia. (ARANHA; MARTINS, 2016, p. 25) Como se pode notar, nenhum dos cinco fatores citados é a cultura oral, razão pela qual o gabarito da questão é a alternativa "E".

Referência Bibliográfica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 2016.

Conteúdo Programático:

Fundamentos e Origem da Filosofia: Surgimento da filosofia na Grécia antiga.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'B'.

De acordo com o dicionário de filosofia de Nicola Abbagnano, a epokhé é a "suspensão do juízo, que caracteriza a atitude dos cétricos antigos, particularmente de Pirro; consiste em não aceitar nem refutar, em não afirmar nem negar". (ABAGNANO, 2001, p. 339) A banca solicitou resposta objetiva sobre um conceito específico; e a definição de Abagnano deixa evidente seu significado. Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

PORCHAT PEREIRA, Oswaldo. Ainda é preciso ser cético. *Revista Práxis Filosófica*, nº 13, 2001.

Conteúdo Programático:

História da Filosofia e Principais Correntes de Pensamento: Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'D'.

Em *Filosofando*, Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins apontam que "por meio do método experimental, Galileu elaborou a descrição quantitativa dos fenômenos. Desprezando aspectos de cor, odor e sabor, que são qualidades subjetivas, investigou o espaço físico nos seus aspectos objetivos, ou seja, naqueles em que se pode aplicar um tratamento matemático". (ARANHA; MARTINS, 2016, p. 319) Como se pode notar pela citação acima, a resposta não demandava uma problematização aprofundada de problemas epistêmicos; antes, o que se demandou foi uma resposta simples quanto à metodologia da ciência moderna, como destacado pelo advérbio "basicamente" no enunciado da questão. Pelas razões dadas, o gabarito está mantido.

Referência Bibliográfica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 2016.

Conteúdo Programático:

Fundamentos e Origem da Filosofia: Diferença entre conhecimento filosófico, científico e empírico.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'C'.

De acordo com Marilena Chauí, reconhecida autoridade na obra de Espinosa, "três são as paixões originais ou primitivas: alegria, tristeza e desejo. As demais derivam destas". (CHAUÍ, 2014, p. 268)

Referência Bibliográfica:

CHAUÍ, Marilena. *Iniciação à filosofia*. São Paulo: Ática, 2014.

Conteúdo Programático:

História da Filosofia e Principais Correntes de Pensamento: Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'E'.

A definição do conceito leibniziano de mônada como "átomo espiritual" é dicionarizada. Nicola Abbagnano, em seu dicionário de filosofia, aponta que, "segundo Leibniz, a mônada é um átomo espiritual, uma substância desprovida de partes e de extensão, portanto indivisível. Como tal, não pode desagregar-se e é eterna; só Deus pode criá-la ou anulá-la". (ABAGNANO, 2001, p. 339). Isso exposto, a banca mantém o gabarito por não encontrar motivo para anulação.

História da Filosofia e Principais Correntes de Pensamento: Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

QUESTÃO: 46 - ANULADA.

A banca reconhece a imprecisão do enunciado com relação às alternativas oferecidas, uma vez que o enunciado solicita que se responda como "Kant argumentou" e, nas alternativas, "E" expressa uma interpretação da argumentação kantiana, mas não sua forma própria. Por essa razão, a banca decide anular a questão.

Referência Bibliográfica:

BONJOUR, Laurence; BAKER, Ann. Filosofia: textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.
KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

Conteúdo Programático:

Ontologia e Metafísica: O problema do ser.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'D'.

A banca utilizou obra de consagrado autor marxista, que, por sua vez, cita diretamente o texto marxiano. Nas palavras do próprio Karl Marx, extraídas do texto O que Marx realmente disse, de Ernst Fischer, “uma relação definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para achar uma analogia correspondente, precisamos recorrer às regiões nebulosas do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas relacionadas entre si e com as pessoas. É o que ocorre, no mundo das mercadorias, com os produtos da mão humana. A isto chamo de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são produzidos como mercadorias” (FISCHER, 1970, p. 42). Gabarito mantido.

Referência Bibliográfica:

FISCHER, Ernst. O que Marx realmente disse. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Conteúdo Programático:

História da Filosofia e Principais Correntes de Pensamento: Idealismo, materialismo, empirismo, racionalismo, criticismo, existencialismo, fenomenologia, marxismo, pragmatismo e outras correntes relevantes.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'C'.

Todas as alternativas, à exceção do gabarito, não são corretas interpretações do pensamento de Bakunin. Nas palavras do autor, “deve-se entender então que eu rejeito toda a forma de autoridade? Longe de mim tal ideia! Em matéria de sapatos, por exemplo, curvo-me diante da autoridade do sapateiro; tratando-se de casas, canais ou estradas de ferro, consulto o arquiteto e o engenheiro”. (WOODCOCK, 2019, p. 342) Apontar a distinção entre autoridade por dominação e autoridade por competência não é suficiente para embasar um pedido de anulação da questão, uma vez que esse apontamento não está em contradição com a alternativa “C”, gabarito, que afirma que a autoridade é “aceitável em certas formas”. Ademais, apontar a alternativa “D” - “inteiramente reconhecível quando se tratar de autoridade técnica” - é uma incorreta interpretação do pensamento de Bakunin, pois mesmo a autoridade técnica está sujeita ao crivo da razão individual - “mas não conheço qualquer autoridade infalível, mesmo em determinados assuntos; (...) tal confiança seria fatal para a minha razão” (WOODCOCK, 2019, p. 341).

Referência Bibliográfica:

WOODCOCK, George. Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2019.

Conteúdo Programático:

Ética e Filosofia Política: Estado, poder, democracia e justiça.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'B'.

A banca reconhece não ser suficiente o apontamento de uma incongruência de enunciado e resposta no que se refere às fases do pensamento heideggeriano. Isso porque a questão não trata de uma especificidade conceitual da obra de Heidegger (conceito de Dasein), mas de um recorte disciplinar no interior da filosofia e que tem implicações metodológicas para a obra do autor. Como aponta Franca D'Agostini, a filosofia heideggeriana coloca “(...) a hermenêutica como ‘ontologia’, não mais metodologia da interpretação textual ou das ciências do espírito, mas interrogação sobre o ser (e trabalho no ser)”; (D'AGOSTINI, 2003, p. 407) assim, “o ‘meio’ pelo qual se faz ouvir a voz do ser é a linguagem, ‘a linguagem é a morada do ser. Na moradia dada pela linguagem habita o homem’”. (D'AGOSTINI, 2003, p. 409) Quanto à defesa de que a alternativa “A” (heurística) seria correta, rejeita-se esse apontamento, uma vez que heurística não guarda relação de sinonímia com hermenêutica. Por fim, ao apontar o gabarito “B”, que está fundamentado em bibliografia, indicamos que Heidegger utiliza a linguagem como recurso de análise filosófica do problema do ser e, uma vez que todas as outras alternativas destoam bastante do que propõe a filosofia heideggeriana, reafirma-se a correção do gabarito “B” e o mantém-se.

Referência Bibliográfica:

D'AGOSTINI, Franca. Analíticos e continentais: guia à filosofia dos últimos trinta anos. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

Conteúdo Programático:

Epistemologia e Teoria do Conhecimento: Verdade, linguagem e ciência.

QUESTÃO: 50 - MANTIDA alternativa 'A'.

A banca não encontra motivos para a alteração ou anulação do gabarito, uma vez que a questão foi elaborada sobre texto acadêmico de reconhecida autoridade da Teoria Crítica. Em artigo de Axel Honneth, membro da terceira geração da Escola de Frankfurt, é possível vislumbrar a correção do gabarito desta questão. “Como consideravam a emancipação humana ligada ao pressuposto de uma reconciliação com a natureza, Horkheimer e Adorno tiveram de ver em cada ato do domínio sobre a natureza um passo em direção à autoalienação da espécie” (HONNETH, 2005, p. 503).

Referência Bibliográfica:

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, 2005.

Conteúdo Programático:

História da Filosofia e Principais Correntes de Pensamento: Principais escolas e seus representantes.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão 52 foi elaborada sobre bibliografia adequada, público com o qual os candidatos devem estar aptos a lidar. Nesse sentido, é preciso compreender que a questão aborda uma ideia central na filosofia do direito de John Locke, a saber, o modo como a propriedade privada é legitimada em um ordenamento jurídico erigido sob a perspectiva do direito natural. A ideia deve ser comunicada de forma pedagogicamente eficiente, como se vê no livro didático “Iniciação à filosofia”, no qual a banca se embasou para elaborar a questão. Nas palavras de Marilena Chauí, “Locke parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são conseguidos pelo trabalho”. (CHAUÍ, 2014, p. 341). Ainda com a autora, “Deus instituiu, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho”. (CHAUÍ, 2014, p. 341) Postos esses argumentos para justificar a correção da alternativa “B”, a banca não reconhece o apontamento de ambiguidade na formulação da questão e mantém o gabarito.

Referência Bibliográfica:

CHAUÍ, Marilena. Iniciação à filosofia. São Paulo: Ática, 2014.

Conteúdo Programático:

Ética e Filosofia Política: Estado, poder, democracia e justiça.

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'C'.

A banca não reconhece a ambiguidade apontada em recurso. Na alternativa “A”, sugerida como correta, o que se afirma é que “a indústria e a agricultura têm a função de aprimorar a humanidade coletivamente”, algo que está em evidente contradição com a posição do autor abordado na questão. Nas palavras de Rousseau, extraídas de Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade: “o exemplo dos selvagens, (...), parece confirmar que o gênero humano fora criado com o objetivo de assim permanecer para sempre, que esse estado é a verdadeira juventude do mundo, e que todos os progressos posteriores foram aparentemente passos rumo à perfeição do indivíduo, mas na verdade rumo à deterioração da espécie”. (MARCONDES, 2000, p. 97)

Referência Bibliográfica:

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Conteúdo Programático:

Antropologia Filosófica: Concepções de ser humano ao longo da história da filosofia.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'B'.

A banca não viu qualquer motivo para anulação da questão ou alteração de gabarito. A questão está enquadrada em tema previsto no edital (Ética e Filosofia Política: Moral, valores e responsabilidade.). Também não há como aceitar a mudança de gabarito para outra alternativa, como “D”, em que se afirma que “desejos categóricos dependem de nossas razões para viver” - ora, a autora defende precisamente contrária, pois são “os desejos categóricos (que) nos dão razão para viver”, como se afirma no trecho do enunciado da questão. Mantemos o gabarito aferrados na interpretação de Bonjour e Baker, que citamos: “de acordo com a posição de Wolf, a ordem de dependência aqui (em seu argumento) é muito importante. Se você está atraído por algo porque julga que é valioso, então isso pode dar sentido à sua vida. Porém, se você julga que isso é valioso meramente porque está atraído por ele e você não tem nenhuma razão além do seu próprio prazer de ser atraído por aquilo, então isso não é capaz de dar sentido à sua vida”. (BONJOUR; BAKER, 2010, p. 738)

Referência Bibliográfica:

BONJOUR, Laurence; BAKER, Ann. Filosofia: textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Conteúdo Programático:

Ética e Filosofia Política: Moral, valores e responsabilidade.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'D'.

No argumento contra a questão, admite-se que a relação entre argumentação e racionalidade é plausível, mas que outras interpretações também são defensáveis; no entanto, essas outras interpretações não são arroladas para que a banca pudesse considerá-las. Ademais, a citação é de dois autores, Perelman e Olbrechts-Tyteca, e Patrícia Velasco a introduz com a seguinte frase: “a crença na relação entre argumentação e civilidade também é compartilhada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 581)”. (VELASCO, 2010, p. 151)

Referência Bibliográfica:

VELASCO, Patrícia Del Nero. Educando para a argumentação: contribuições do ensino de lógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Conteúdo Programático:

Ensino de Filosofia na Educação Profissional e Tecnológica: A Filosofia como componente da área de Ciências Humanas. Tradução didática do saber filosófico.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão 57 foi elaborada com base em texto acadêmico que versa sobre ensino de filosofia e apresenta, de modo direto, um conceito metodológico (escrita de si) que tem aplicação prática para ensino na área do concurso. Embora fundamentado na concepção foucaultiana de tecnologias do eu, o que a questão busca avaliar é menos o domínio de um autor específico do que a proximidade e o conhecimento do candidato acerca de práticas pedagógicas contemporâneas e, como pontua o edital, seu entendimento de como realizar a tradução didática do saber filosófico. Nesse sentido, apontar ambiguidade ou multiplicidade de respostas em recurso indica o distanciamento do candidato de certas reflexões sobre o fazer pedagógico na área de filosofia. Para que se possa dirimir os problemas de interpretação decorrentes da leitura da prova, citamos o autor de referência utilizado para a realização da questão, Pedro Angelo Pagni. De acordo com ele, “(...) a escrita de si é entendida como ‘uma etapa essencial no processo para o qual tende toda askêsis’ (ascese, treino), pois, segundo Foucault, ela elabora ‘os discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais da ação’”. (PAGNI, 2016, p. 139)

Referência Bibliográfica:

PAGNI, P. A. Considerações sobre a educação filosófica no ensino médio e o seu sentido ético-formativo. In: SEVERINO, A. J.; LORIERI, M. A.; GALLO, S. O papel formativo da filosofia. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

Conteúdo Programático:

Ensino de Filosofia na Educação Profissional e Tecnológica: Metodologias de ensino de Filosofia. Tradução didática do saber filosófico.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão trata de normativa que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica, o que está inteiramente de acordo com o programa do edital.

Abaixo, segue o artigo 16 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Desse artigo se infere a correção do gabarito da questão (letra “E”).

Art. 16. Os cursos técnicos serão desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, assim caracterizadas:

I - integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;

II - concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino;

III - concomitante intercomplementar, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado; e

IV - subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de janeiro de 2021, Seção 1, pp. 19-23. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2021/rcp001_21.pdf . Acesso em: 20 mar. 2026.

Conteúdo Programático:

Ensino de Filosofia na Educação Profissional e Tecnológica: Diretrizes curriculares nacionais e Base Nacional Comum Curricular.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'A'.

Ainda que se possam considerar outras áreas de conhecimento filosófico como parte da formação dos estudantes - em especial, a educação voltada à dimensão política -, a questão 60 é objetiva e pergunta sobre um segmento específico do conhecimento filosófico que fornece uma orientação educacional geral à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, o trecho que respalda o gabarito da questão é explícito: “a BNCC na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas até o 9º ano do Ensino Fundamental, sempre orientada para uma educação ética”. (BRASIL, 2018, p. 547)

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Conteúdo Programático:

Ensino de Filosofia na Educação Profissional e Tecnológica: Diretrizes curriculares nacionais e Base Nacional Comum Curricular.

CARGO(S): FITOTECNIA - FRUTICULTURA - RIO DO SUL**QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'A'.**

A solicitação de alteração do gabarito não procede. A questão aborda princípios gerais de manejo da fertilidade do solo em sistemas estabelecidos, especialmente no que se refere à aplicação superficial de corretivos e fertilizantes, sendo possível identificar de forma inequívoca a alternativa correta .

A assertiva I está correta ao indicar que a aplicação superficial de calcário pode promover, de forma gradual, a correção da acidez em camadas subsuperficiais. Embora a mobilidade do calcário no solo seja limitada, a literatura agrônoma reconhece que, ao longo do tempo, processos como a lixiviação de bases (Ca^{2+} e Mg^{2+}), a ação de ácidos orgânicos e a atividade biológica contribuem para a melhoria das condições químicas em profundidade, mesmo na ausência de incorporação mecânica.

A argumentação apresentada no recurso baseia-se na limitação da mobilidade do calcário para desconsiderar completamente esse efeito, o que não é adequado. A assertiva não afirma correção imediata ou altamente eficiente, mas sim um processo gradual, o que está em consonância com o comportamento esperado em sistemas de manejo conservacionista.

No que se refere à adubação fosfatada, embora o fósforo apresente baixa mobilidade no solo e elevada fixação, a aplicação superficial não pode ser considerada, de forma generalizada, como ineficiente. Em sistemas consolidados, especialmente com acúmulo de matéria orgânica e atividade biológica, há dinâmica de ciclagem de nutrientes que pode favorecer sua disponibilidade ao longo do tempo, além do acesso radicular em camadas superficiais.

A tentativa do recurso de invalidar a assertiva com base em condições específicas ou na ausência de práticas complementares, como o uso de gesso agrícola, extrapola o escopo da questão, que trata de princípios gerais e não de cenários condicionais ou de máxima eficiência agrônoma.

Dessa forma, não há erro conceitual na assertiva I, nem ambiguidade que comprometa a objetividade da questão. A alternativa indicada no gabarito preliminar permanece como a única tecnicamente adequada.

Portanto, indefere-se o pedido de alteração do gabarito, mantendo-se a alternativa A.

Referência Bibliográfica:

NOVAIS, R. F.; ALVAREZ V., V. H.; BARROS, N. F. et al. Fertilidade do solo. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007.

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://pt.scribd.com/document/509728817/NOVAIS-RF-Et-Al-Fertilidade-Do-Solo-Sociedade-Brasileira-de-Ciencia-Do-Solo-2007&ved=2ahUKEwiv783mhMCTAxVCK7kGHVW_Bk8QFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw2Zk4ozUwkWsAwTn3wFSCp3

Conteúdo Programático:

Manejo do Solo e Nutrição de Plantas: Fertilidade do solo. Calagem e adubação. Manejo da matéria orgânica. Nutrição mineral de frutíferas.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'B'.

A argumentação apresentada no recurso refere-se a manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas em lavoura de soja, abordando elementos como controle de plantas voluntárias, monitoramento de pragas e tomada de decisão em culturas anuais.

Dessa forma, verifica-se que o recurso não guarda relação com o conteúdo efetivamente cobrado na questão, não enfrentando o enunciado nem as alternativas apresentadas. Trata-se, portanto, de argumentação desconectada do objeto avaliado.

A ausência de correspondência entre o recurso e a questão inviabiliza qualquer análise de mérito sobre o gabarito, não sendo possível identificar vício de formulação ou erro técnico no item.

Assim, a questão mantém sua coerência e objetividade, permanecendo válido o gabarito preliminar.

Portanto, indefere-se o pedido de anulação, mantendo-se a alternativa B.

Referência Bibliográfica:

HARTMANN, H. T.; KESTER, D. E.; DAVIES JUNIOR, F. T.; GENEVE, R. L. Plant propagation: principles and practices. 8. ed. Boston: Prentice Hall, 2011

<https://archive.org/details/plantpropagation00hart>

Conteúdo Programático:

Propagação e Implantação de Pomares: Métodos de propagação sexuada e assexuada. Produção de mudas. Porta-enxertos e enxertia. Planejamento e implantação de pomares comerciais. Fruticultura Tropical, Subtropical e Temperada: Exigências edafoclimáticas e manejo das principais culturas.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'C'.

O recurso interposto não merece provimento. A questão 52 foi elaborada com base em princípios gerais de ecofisiologia, zoneamento agrícola e manejo em fruticultura, exigindo do candidato a identificação das assertivas tecnicamente corretas em um contexto amplo, e não a interpretação restritiva baseada em situações específicas de manejo.

A análise das assertivas confirma a adequação do gabarito preliminar (alternativa C):

Assertiva I – Correta. A escolha de cultivares com menor exigência em frio hibernal é prática consolidada em regiões de transição climática, sendo um dos principais critérios de adaptação da macieira no Sul do Brasil.

Assertiva II – Correta. A ocorrência de geadas tardias é reconhecidamente um dos principais fatores de risco à produção, afetando diretamente estruturas reprodutivas em estádios sensíveis. Assertiva III – Incorreta. O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) não se baseia exclusivamente em médias históricas, incorporando variabilidade climática e análise probabilística de riscos, conforme amplamente estabelecido.

Assertiva IV – Correta. A assertiva afirma que práticas como irrigação suplementar e manejo do dossel podem mitigar parcialmente os efeitos do estresse térmico e hídrico. Trata-se de uma afirmação genérica e tecnicamente válida, compatível com os princípios de manejo em fruticultura. O recurso incorre em interpretação restritiva ao associar “manejo do dossel” exclusivamente a podas severas. Entretanto, o manejo do dossel é um conceito amplo, que inclui estratégias como ajuste de arquitetura da planta, manutenção de área foliar adequada, sombreamento natural e manejo da interceptação de radiação, podendo contribuir, em conjunto com outras práticas, para a mitigação de estresses ambientais. Além disso, a própria assertiva utiliza o termo “parcialmente”, o que reforça seu caráter não absoluto e tecnicamente correto dentro de uma abordagem agrônômica geral. Ressalta-se que a questão não exige aprofundamento em técnicas específicas (como uso de aspersão sobre a copa ou telas), mas sim o reconhecimento de práticas agrônômicas amplamente aceitas. A argumentação apresentada no recurso extrapola o nível de exigência da questão ao restringir indevidamente o conceito de manejo do dossel.

Dessa forma, não há erro conceitual na assertiva IV, nem ambiguidade que comprometa a objetividade do item. A alternativa C permanece como a única que reúne corretamente as assertivas I, II e IV.

Mantém-se o gabarito preliminar da questão 52 (alternativa C), indeferindo-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

WREGÉ, M. S.; STEINMETZ, S.; REISSER JÚNIOR, C.; ALMEIDA, I. R. de. Atlas climático da Região Sul do Brasil. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2011.

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1045852>

Acesso em: 2026

Conteúdo Programático:

Fruticultura Tropical, Subtropical e Temperada: Exigências edafoclimáticas e manejo das principais culturas. Zoneamento agrícola.

Irrigação e Manejo Hídrico.

Fenologia e ecofisiologia das plantas frutíferas.

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'C'.

O recurso interposto não procede, devendo ser mantido o gabarito preliminar da Questão 53 (alternativa C).

A assertiva I está corretamente indicada como verdadeira, ao tratar da relação fonte-dreno e do efeito do aumento da carga de frutos sobre a disponibilidade de fotoassimilados, impactando o crescimento e a qualidade dos frutos, conceito amplamente consolidado na fisiologia de culturas frutíferas.

No que se refere à assertiva II, a argumentação apresentada no recurso não se sustenta no contexto da questão. Embora seja correto afirmar, em termos gerais, que frutos em desenvolvimento atuam como drenos e podem competir entre si por fotoassimilados, a assertiva II, conforme redigida, não expressa de forma completa e adequada a dinâmica fisiológica da planta. A competição por assimilados não ocorre de forma isolada entre frutos, mas envolve um sistema integrado de relações fonte-dreno, incluindo folhas, ramos em crescimento, raízes e estruturas reprodutivas.

Dessa forma, ao destacar de maneira parcial e isolada a competição entre frutos, a assertiva II simplifica indevidamente o fenômeno fisiológico, podendo induzir à interpretação de que essa é a principal ou única forma de competição, o que não corresponde ao entendimento técnico consolidado. Em provas objetivas, exige-se que as assertivas estejam corretas não apenas em termos pontuais, mas também quanto à sua precisão conceitual e abrangência.

Além disso, a relação proposta entre as assertivas não se sustenta como justificativa direta, uma vez que a assertiva I trata do efeito da carga de frutos sobre a relação fonte-dreno, enquanto a assertiva II apresenta uma abordagem parcial do processo, sem estabelecer vínculo explicativo suficiente. Assim, a assertiva II permanece incorreta no contexto da questão, não havendo erro conceitual no gabarito divulgado. Diante do exposto, indefere-se o recurso, mantendo-se o gabarito da alternativa C.

Referência Bibliográfica:

TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MØLLER, I. M.; MURPHY, A. Fisiologia e desenvolvimento vegetal. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

<https://archive.org/details/taiz-zeiger-fisiologia-vegetal-6a-ed>

Conteúdo Programático:

Fruticultura Tropical, Subtropical e Temperada: Exigências edafoclimáticas e manejo das principais culturas. Zoneamento agrícola.

Irrigação e Manejo Hídrico.

Fenologia e ecofisiologia das plantas frutíferas.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'A'.

Os recursos interpostos contra o gabarito da Questão 60 não procedem, devendo ser mantida como correta a alternativa A.

A questão aborda princípios gerais de poda em fruticultura, exigindo do candidato o reconhecimento de relações fisiológicas clássicas entre crescimento vegetativo, produção e distribuição de assimilados, conforme consolidado na Fitotecnia.

A assertiva I está correta. A poda mais severa, de forma geral, promove quebra da dominância apical, aumento da relação raiz/parte aérea e estímulo ao crescimento vegetativo, frequentemente acompanhado de redução da produção no curto prazo. Trata-se de princípio amplamente aceito na fruticultura, sendo a resposta típica da maioria das espécies manejadas em sistemas produtivos. A argumentação do recurso baseia-se em situações específicas (espécies, épocas ou sistemas particulares), o que não invalida o princípio geral cobrado na questão. Em provas objetivas, considera-se a regra agrônômica predominante, e não exceções pontuais. A assertiva II também está correta, ao indicar que a poda intensa reduz a área foliar e altera a distribuição de assimilados, direcionando recursos para o crescimento de novos ramos, em detrimento da frutificação. Esse processo está diretamente relacionado à dinâmica fonte-dreno da planta.

Quanto à relação entre as assertivas, esta está corretamente estabelecida como de justificativa. A assertiva II explica o mecanismo fisiológico que fundamenta a assertiva I: a redução da área fotossintética e a redistribuição de assimilados promovem maior investimento em crescimento vegetativo, o que, por consequência, reduz a produção no curto prazo. Ainda que outros fatores fisiológicos também possam estar envolvidos, a presença de múltiplos mecanismos não invalida a relação de causa apresentada, sendo suficiente para caracterizar a justificativa no contexto da questão. Assim, não há imprecisão conceitual, generalização indevida ou ausência de relação lógica entre as assertivas. A questão está adequada ao nível de cobrança e aos princípios da Fitotecnia. Diante do exposto, indefere-se o recurso, mantendo-se o gabarito da alternativa A.

Referência Bibliográfica:

FACHINELLO, J. C.; PASA, M. da S.; SCHMTIZ, J. D.; BETEMPS, D. L. Fruticultura de clima temperado: fundamentos e práticas. Pelotas: UFPel, 2008.

<https://wp.ufpel.edu.br/fruticultura/files/2017/05/Livro-de-Fruticultura-Geral.pdf>

Conteúdo Programático:

Poda, Condução e Tratos Culturais: Tipos de poda. Formação e produção. Manejo da carga produtiva. Fenologia e ecofisiologia das plantas frutíferas.

CARGO(S): MEDICINA VETERINÁRIA: MICROBIOLOGIA – CONCÓRDIA

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão solicita a alternativa INCORRETA sobre as diferenças estruturais entre bactérias Gram-positivas e Gram-negativas.

Alternativa A (Correta): De acordo com a literatura clássica, as bactérias Gram-positivas possuem uma parede celular composta por múltiplas camadas de peptidoglicano (até 90% da parede), enquanto as Gram-negativas possuem uma camada delgada e simples.

Alternativa B (Correta): Exotoxinas são proteínas secretadas por bactérias vivas. Embora historicamente associadas a Gram-positivas (ex: *Clostridium botulinum*), diversas Gram-negativas também as produzem (ex: *Escherichia coli* enterotoxigênica, *Vibrio cholerae*).

Alternativa C (INCORRETA): Esta é a resposta da questão. Os ácidos teicoicos e lipoteicoicos são polímeros de álcoois polihídricos ligados por grupos fosfato, encontrados exclusivamente na parede celular de bactérias Gram-positivas. Eles atravessam a camada de peptidoglicano e, no caso dos lipoteicoicos, ancoram-se à membrana plasmática. Eles não existem na estrutura padrão das Gram-negativas.

Alternativa D (Correta): O espaço periplasmático é a região entre a membrana citoplasmática e a membrana externa em Gram-negativas, contendo o peptidoglicano e diversas enzimas e proteínas de transporte.

Alternativa E (Correta): O lipopolissacarídeo (LPS), ou endotoxina, é um componente fundamental da folha externa da membrana externa das bactérias Gram-negativas.

São questionados três pontos:

Ambiguidade pelo termo "frequentemente": O argumento não prospera. Na taxonomia e morfologia bacteriana, a ausência de uma estrutura é um fato determinante. Afirmar que algo inexistente em um grupo é "frequentemente encontrado" nele torna a sentença categoricamente falsa. O termo "frequentemente" não valida a presença de algo que é bioquimicamente ausente no modelo estrutural das Gram-negativas.

Dupla interpretação (Espaço Periplasmático): Embora alguns autores discutam um "espaço interno da parede" em Gram-positivas, a alternativa D é específica ao definir o espaço periplasmático como situado entre a membrana citoplasmática e a membrana externa. Como bactérias Gram-positivas não possuem membrana externa, a definição da alternativa D aplica-se de forma única e precisa às Gram-negativas, não gerando dúvida.

Falta de referência no enunciado: A prova baseia-se na literatura consolidada ("Consenso Científico"). O fato de a ciência ser evolutiva não invalida os conceitos estruturais fundamentais que definem a coloração de Gram, técnica centenária e base da bacteriologia diagnóstica.

Verifica-se que a questão está tecnicamente correta e possui apenas uma alternativa incorreta (Alternativa C), conforme exigido pelo enunciado. GABARITO MANTIDO (Alternativa C).

Referência Bibliográfica:

QUINN, P. J. et al. Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

MADIGAN, M. T. et al. Microbiologia de Brock. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

MARKI, T. S. et al. Microbiologia Veterinária. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Conteúdo Programático:

Bacteriologia Veterinária: Morfologia, estrutura e patogenicidade bacteriana. Fundamentos de Microbiologia Veterinária: Estrutura e fisiologia de microrganismos de interesse veterinário.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'B'.

Assertiva 1 (V): "Vírus são estruturas metaestáveis..."

Análise: O termo "metaestável" é a definição acadêmica padrão para a partícula viral (vírion). Segundo Flint et al. (Principles of Virology), o vírion deve ser estável o suficiente para proteger o genoma no ambiente (extracelular), mas instável o suficiente para se desestruturar ("desintegrar" ou disassemble) ao encontrar o gatilho correto na célula hospedeira. O termo "resistente" no meio extracelular é empregado de forma comparativa à fragilidade do genoma exposto (RNA/DNA livre) e à sua condição intracelular "instável". O uso de "desintegrar" é um sinônimo aceito na literatura para o desarranjo estrutural necessário ao desnudamento (uncoating).

Assertiva 2 (F): "Os genomas virais são invariavelmente haploides..."

Análise: A palavra "invariavelmente" torna a frase falsa. A família Retroviridae (como os vírus da Leucemia Felina ou AIE) possui genoma diploide (duas cópias de RNA de polaridade positiva). O gabarito oficial (B) já considera esta assertiva como Falsa, o que invalida o argumento do recurso que pede a anulação baseando-se neste erro, visto que o gabarito já o reconhece.

Assertiva 3 (F): "Em um vírus de genoma RNA com polaridade negativa, a carga elétrica..."

Análise: Incorreto. A "polaridade" em virologia refere-se à função do RNA em relação à tradução (RNA+ funciona como mRNA; RNA- é complementar ao mRNA). Não é uma propriedade de "carga elétrica" que dita a replicação.

Assertiva 4 (V): "O capsídeo viral é uma camada proteica... alvos de anticorpos neutralizantes."

Análise: Correto. Em vírus não envelopados (ex: Parvovírus, Circovírus), o capsídeo é a estrutura mais externa e contém as proteínas de ligação ao receptor (VAPs), sendo, portanto, o alvo principal dos anticorpos neutralizantes do hospedeiro.

Assertiva 5 (V): "A simetria helicoidal, encontrada em vírus como o da raiva..."

Análise: Correto. O vírus da raiva (Rhabdoviridae) possui simetria helicoidal, onde as proteínas do nucleocapsídeo se ligam ao genoma formando uma estrutura espiralada (em forma de projétil no caso dos Rhabdovírus)

Quanto ao termo "Metaestabilidade" e "Resistência" (Recursos 1 e 2): Os recorrentes argumentam que vírus envelopados são sensíveis, o que invalidaria a "resistência" mencionada. Contudo, em questões de múltipla escolha que definem conceitos gerais, a metaestabilidade é uma propriedade intrínseca de todos os vírus (mesmo os envelopados mantêm a integridade do genoma contra nucleases extracelulares até o momento da entrada na célula). O termo "desintegrar" não é tecnicamente errôneo; é uma descrição física do processo de disassembly que ocorre no desnudamento.

Quanto à Diploidia (Recursos 1 e 2): Ambos os recursos apontam que o genoma não é invariavelmente haploide devido aos Retrovírus. O gabarito da banca (Alternativa B) concorda com essa premissa, pois marca a assertiva como Falsa (F). Portanto, não há contradição entre o conhecimento científico e a alternativa assinalada como correta.

A sequência V – F – F – V – V (Alternativa B) reflete com precisão os conceitos de virologia veterinária. A primeira assertiva utiliza terminologia consagrada em livros-texto de referência para descrever o paradoxo da estabilidade viral. As demais assertivas seguem a lógica biológica dos vírus de interesse médico-veterinário.

Decisão: INDEFERIMENTO dos recursos e manutenção do gabarito.

Referência Bibliográfica:

FLINT, S. J. et al. Principles of Virology. 4. ed. ASM Press, 2015. (Referência principal para o conceito de metaestabilidade).

QUINN, P. J. et al. Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas. 2. ed. Artmed, 2016.

MACLACHLAN, N. J.; DUBOVI, E. J. Fenner's Veterinary Virology. 5. ed. Academic Press, 2016.

FLORES, E. F. Virologia Veterinária. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2017.

Conteúdo Programático:

A questão está devidamente fundamentada no tópico: Virologia Veterinária: Estrutura e replicação viral.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'B'.

O enunciado descreve um caso clínico clássico de Vulvovaginite Pustular Infecciosa (IPV), causada pelo Herpesvírus Bovino tipo 1 (BoHV-1). Os pontos-chave para a resolução são: Infecção inicial: Lesões vesiculares/pustulares com recuperação clínica (10 dias); Período de interregno: Ausência de lesões e, crucialmente, exames laboratoriais (PCR e isolamento) negativos; Recidiva (Reativação): Retorno das lesões e da detecção viral associado a um fator estressante (final da gestação/parto).

Após a análise de todas as alternativas, conclui-se que: A alternativa A (Aguda) é descartada pela reincidência do agente após um período de negatividade laboratorial. A alternativa C (Crônica) é descartada porque o vírus não foi detectável (PCR/Isolamento negativos) durante o período de ausência de lesão. A alternativa D (Transformante) é descartada por não haver evidência de oncogênese ou transformação celular neoplásica. A alternativa E (Persistente Lenta) é descartada por possuir um curso clínico progressivo e contínuo, sem as características de recidiva cíclica por estresse. Portanto, a Alternativa B (Latente) permanece como a única resposta tecnicamente precisa e completa para o fenômeno biológico descrito.

Sobre a Ambiguidade entre "Latente" e "Persistente"

O recorrente alega que a latência é um subtipo de infecção persistente. Embora taxonomicamente correto em alguns tratados, a questão busca a especificidade do padrão descrito.

A alternativa E não cita "Persistente" de forma genérica, mas sim "Persistente lenta". Este é um termo técnico específico para infecções por Lentivírus ou Príons, cujo comportamento biológico (progressão contínua e lenta) é o oposto do comportamento cíclico e de reativação (latência) descrito no caso do bovino. Portanto, não há confusão taxonômica entre B e E para um candidato tecnicamente preparado.

Sobre a Imprecisão do Local de Latência e Detecção

O recurso argumenta que a ausência de detecção no swab não prova latência. No entanto, na patogênese do BoHV-1, a marca registrada da latência é exatamente a incapacidade de isolar o vírus ou detectar sua replicação em superfícies mucosas durante o período de quiescência, pois o vírus encontra-se "escondido" (geralmente no gânglio sacral, para casos de IPV). O enunciado é preciso ao informar que o PCR foi negativo no intervalo, o que descarta uma infecção crônica (onde o vírus estaria presente continuamente).

Sobre a Indução ao Erro

A descrição de "lesões que recidivam com o estresse" é a definição clássica de livro-texto para Infecção Latente em virologia. Utilizar termos como "persistente lenta" serve justamente para avaliar se o candidato sabe distinguir os diferentes mecanismos de persistência viral.

O quadro de "infecção -> silêncio laboratorial -> reativação por estresse" é o exemplo patognomônico de infecção latente. A alternativa B é a única que define corretamente a dinâmica biológica apresentada, não havendo margem para anulação por ambiguidade, visto que as outras categorias citadas possuem critérios biológicos distintos e não atendidos pelo enunciado. Gabarito mantido em B.

Referência Bibliográfica:

FLORES, E. F. Virologia Veterinária: Microbiologia, Patogenia, Diagnóstico, Epidemiologia e Controle. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2017.

MACLACHLAN, N. J.; DUBOVI, E. J. Fenner's Veterinary Virology. 5. ed. Academic Press, 2016.

QUINN, P. J. et al. Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SANTOS, R. L.; ALESSI, A. C. Patologia Veterinária. 2. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2016

Conteúdo Programático:

A questão encontra-se em total conformidade com o tópico: Virologia Veterinária: Patogênese viral

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão exige o conhecimento sobre o mecanismo efetor da imunidade adaptativa contra bactérias que conseguem sobreviver dentro de fagócitos (como *Brucella* spp., *Listeria monocytogenes* e *Mycobacterium bovis*).

Alternativa A (Incorreta): Anticorpos são eficazes contra patógenos extracelulares. Imunoglobulinas não "penetram livremente" na membrana citoplasmática para atuar dentro do fagolisossomo.

Alternativa B (CORRETA): Descreve o mecanismo clássico da imunidade mediada por células. O reconhecimento de antígenos proteicos por linfócitos CD4+ leva à diferenciação em Th1. Essas células secretam Interferon-gama que é o mais potente ativador de macrófagos, induzindo a produção de espécies reativas de oxigênio (ERO) e óxido nítrico, essenciais para a morte de patógenos intracelulares.

Alternativa C (Incorreta): Células Th2 (IL-4, IL-5) são direcionadas a helmintos e reações alérgicas. A ativação por via Th2 (ativação alternativa de macrófagos) pode, inclusive, favorecer a sobrevivência de bactérias intracelulares ao inibir a via microbicida.

Alternativa D (Incorreta): O sistema complemento (via das lectinas) faz parte da imunidade inata e é ineficaz contra bactérias protegidas dentro do ambiente intracelular.

Alternativa E (Incorreta): Neutrófilos e NETs são importantes na resposta inata inicial, mas a eliminação de intracelulares facultativas depende crucialmente da cooperação com linfócitos T na resposta adaptativa.

O recorrente solicita a anulação baseando-se em dois pontos: a necessidade de células CD8+ e a suposta "exclusividade" sugerida pelo termo "centrada".

Sobre a participação de Linfócitos T Citotóxicos (CD8+). É tecnicamente correto que células CD8+ participam da resposta, especialmente quando as bactérias escapam para o citosol (como a *Listeria*). No entanto, o mecanismo efetor central e o "padrão ouro" descrito em toda a literatura de imunologia para o controle de bactérias que "evadem os mecanismos digestivos" (permanecendo ou não em vesículas) é o eixo Th1-Macrófago.

A alternativa B não nega a existência de outros mecanismos; ela identifica onde a resposta está centrada. Em concursos públicos, deve-se assinalar a alternativa que descreve o processo biológico principal e mais abrangente. Sobre a semântica do termo "A resposta é centrada..." O argumento de que o artigo definido "A" implica exclusividade é uma interpretação excessivamente restritiva. Na linguagem científica, "centrar" significa que aquele é o ponto de convergência ou o mecanismo de maior relevância funcional para o desfecho (eliminação bacteriana). A opsonização por anticorpos (citada no recurso) facilita a fagocitose (entrada), mas o comando da questão foca no controle da infecção após a evasão dos mecanismos iniciais, onde a neutralização humoral é reconhecidamente secundária em comparação à ativação celular por IFN-gamma. Portanto, a alternativa B permanece como a descrição técnica mais precisa e completa entre as opções oferecidas, alinhada aos conceitos fundamentais de imunologia celular.

A questão não apresenta erro conceitual, omissão ou ambiguidade que impeça o julgamento objetivo. O mecanismo de ativação de macrófagos via Th1 é, incontestavelmente, o pilar da resposta adaptativa contra microrganismos intracelulares facultativos. Gabarito mantido em B.

Referência Bibliográfica:

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. Imunologia Celular e Molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. (Capítulo: Respostas Imunitárias a Microrganismos).

TIZARD, I. R. Imunologia Veterinária. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

MURPHY, K.; WEAVER, C. Imunobiologia de Janeway. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

QUINN, P. J. et al. Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Conteúdo Programático:

A questão está inserida no tópico: Imunologia Aplicada à Microbiologia: Resposta imune a infecções.

QUESTÃO: 49 - ANULADA.

A alternativa considerada correta pelo gabarito preliminar (C) afirma que a transição para o status de "Livre sem Vacinação" fundamenta-se na "mudança da vigilância passiva para a vigilância baseada em risco" e que a demonstração de ausência de circulação viral ocorre "primordialmente por meio de inquéritos soropidemiológicos (PNE)".

Complementaridade da Vigilância: De acordo com o PNEFA 2017-2026 e as diretrizes da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA/WOAH), a vigilância passiva (estimular a notificação de suspeitas por produtores e veterinários) não é substituída pela vigilância baseada em risco. Na verdade, a vigilância passiva é o pilar fundamental da detecção precoce em zonas livres sem vacinação. O que ocorre é um fortalecimento das ações baseadas em risco, mas o sistema deve ser multicomponente e integrado.

Sobre o papel dos Inquéritos Sorológicos (PNE): A afirmação de que a demonstração da ausência de circulação ocorre "primordialmente" por meio de inquéritos soropidemiológicos para Proteínas Não Estruturais (PNE) é tecnicamente frágil.

A pesquisa de anticorpos anti-PNE é a base da estratégia DIVA, essencial em zonas com vacinação para distinguir animais vacinados de infectados.

Em zonas sem vacinação, a detecção de anticorpos contra proteínas estruturais (PE) torna-se igualmente (ou mais) relevante, pois qualquer soropositividade é evidência de contato viral (ausente a vacinação).

O PNEFA estabelece que a vigilância clínica e a sensibilidade do sistema de notificação são os indicadores primordiais de ausência de circulação, sendo os inquéritos ferramentas de amostragem temporal para suporte à certificação.

Foi questionado sobre a alternativa A, que ela estaria correta. De fato, a estratégia DIVA perde o seu propósito original (Differentiating Infected from Vaccinated) quando não há mais vacinados na população. Contudo, o texto da alternativa A afirma que a presença de qualquer anticorpo passará a ser "obrigatoriamente" interpretada como circulação viral, ignorando a possibilidade de anticorpos residuais de vacinações antigas ou animais introduzidos de outras zonas, o que também gera margem para debate.

Incorreção da Alternativa B: O prazo exigido pela WOAH para suspensão da vacinação antes da solicitação do status é de, no mínimo, 12 meses, e não 24 meses (Artigo 8.8.3 do Código Terrestre).

Foi questionado que a vigilância é um conjunto de ações e não uma substituição de modelos (Passiva vs. Baseada em Risco). O termo "primordialmente" atribuído aos inquéritos PNE está incorreto, pois a vigilância clínica e a notificação precoce são as bases de um sistema "Livre sem Vacinação". O texto da alternativa C induz ao erro conceitual sobre como se sustenta o status sanitário internacional.

Conclusão: considerando que a alternativa C apresenta termos tecnicamente imprecisos ("fundamenta-se na mudança" e "primordialmente por inquéritos") que contrariam a doutrina de vigilância integrada preconizada pelo MAPA e pela WOAH;

Considerando que as demais alternativas também possuem óbices técnicos (como o prazo incorreto na B e a generalização na A);

A banca conclui que a redação da questão compromete a identificação de uma única resposta irrefutável e correta, ferindo a clareza necessária ao certame.

Decisão: DEFERIMENTO do recurso. Questão anulada

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 48, de 16 de junho de 2020. Estabelece as diretrizes gerais para a vigilância para a febre aftosa. Brasília, DF: MAPA, 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Estratégico 2017-2026. Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). Brasília, DF: MAPA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 04 mai. 2026.

WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH (WOAH). Terrestrial Animal Health Code. Volume II: Aftae epizooticae (Foot and mouth disease). Paris: WOAH, 2023. Disponível em: <https://www.woah.org>. Acesso em: 04 mai. 2026.

Conteúdo Programático:

Microbiologia das Doenças Infecciosas dos Animais: Programas sanitários e controle de enfermidades.

QUESTÃO: 50 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão aborda a evolução da resistência bacteriana aos antimicrobianos no contexto da saúde única.

A) O uso de antimicrobianos exerce uma pressão seletiva, eliminando as populações sensíveis e permitindo a sobrevivência e a proliferação de subpopulações que já possuíam mecanismos de resistência.

O primeiro conceito importante para compreender a evolução da resistência é que o antimicrobiano não tem a capacidade de "gerar" ou "criar" a resistência. Na verdade, o fármaco atua exercendo uma forte pressão seletiva em uma determinada população bacteriana. Isso significa que, ao administrar um antibiótico, as bactérias sensíveis são eliminadas, abrindo espaço para favorecer a seleção e o crescimento de bactérias resistentes, as quais já existiam naturalmente nessa população.

B: Incorreta. Os antimicrobianos funcionam como agentes selecionadores, e não indutores/mutagênicos. Eles não forçam a bactéria a sofrer mutação para sobreviver.

C: Incorreta. O texto e a literatura microbiológica mostram que a resistência é um fenômeno biológico e natural; bactérias ambientais já produziam e resistiam a antimicrobianos naturais muito antes do uso humano.

D: Incorreta. A resistência ocorre por duas vias: mutações cromossômicas (transmissão vertical) e pela aquisição de genes de resistência exógenos mediados por elementos genéticos móveis, como plasmídeos e transposons (transferência horizontal). Essa transferência horizontal é, inclusive, a via mais preocupante do ponto de vista epidemiológico.

E: Incorreta. A falha do fármaco em atingir o alvo in vivo é caracterizada como "resistência circunstancial", enquanto a resistência que representa a evolução da bactéria (resistência adquirida) resulta de mutações naturais ou de transmissão horizontal de elementos genéticos.

O recurso interposto solicita a anulação, fundamentando-se em três pontos principais:

Da Imprecisão do Termo "Já Possuíam" (Determinismo Biológico) e a Mutagênese Induzida por Estresse

O recorrente argumenta que a alternativa A é imprecisa ao afirmar que as subpopulações "já possuíam" mecanismos de resistência, desconsiderando o fenômeno da Mutagênese Induzida por Estresse (Stress-Induced Mutagenesis). Segundo a argumentação, sob pressões sub-inibitórias de antibióticos, bactérias podem ativar o sistema SOS de reparo de DNA, aumentando a taxa de mutação e permitindo que a resistência surja como uma resposta dinâmica ao estresse ambiental, e não apenas por características pré-existentes.

Análise: A Mutagênese Induzida por Estresse é um fenômeno cientificamente reconhecido e estudado, conforme as referências citadas no recurso (Foster, P. L. "Stress-Induced Mutagenesis in Bacteria", 2007; MacLean, R. Craig; Torres-Barceló, Clara; Moxon, Richard. "Evaluating evolutionary models of stress-induced mutagenesis in bacteria", 2013). Este mecanismo descreve como o estresse ambiental pode aumentar a taxa de mutação em bactérias, potencialmente levando ao surgimento de novas resistências durante a exposição ao antimicrobiano.

No entanto, a alternativa A descreve o mecanismo clássico e fundamental da seleção natural no contexto da resistência antimicrobiana, que é amplamente aceito e ensinado em microbiologia básica e avançada. A pressão seletiva exercida pelo antimicrobiano favorece a sobrevivência e proliferação de bactérias que, por mutações genéticas aleatórias ou aquisição de genes de resistência, já possuíam a capacidade de resistir ao fármaco antes da exposição. O termo "já possuíam" refere-se à existência dessas características na população bacteriana antes da aplicação da pressão seletiva, independentemente de como essas características surgiram (mutação espontânea, HGT, etc.). A mutagênese induzida por estresse é um mecanismo que pode contribuir para a variabilidade genética sobre a qual a seleção atua, mas não invalida o princípio da seleção de variantes pré-existentes como o principal motor da evolução da resistência em um cenário de pressão seletiva aguda.

Da Omissão da Transferência Horizontal de Genes (HGT)

O recurso aponta que a alternativa A, ao restringir a explicação à sobrevivência de quem "já possuía" o mecanismo, ignora a Transferência Horizontal de Genes (HGT), que é um mecanismo crucial para a disseminação da resistência e pode ser disparada pela presença do fármaco no ambiente.

Análise: A Transferência Horizontal de Genes (HGT), que inclui conjugação, transformação e transdução, é de fato um mecanismo extremamente importante para a aquisição e disseminação de genes de resistência entre bactérias, inclusive entre espécies diferentes. A alternativa A, ao mencionar "mecanismos de resistência", implicitamente inclui aqueles adquiridos via HGT, desde que já estivessem presentes na subpopulação no momento da pressão seletiva. A HGT é um meio pelo qual as bactérias "adquirem" esses mecanismos, que então se tornam "pré-existentes" em uma parte da população antes da seleção. Portanto, a alternativa não exclui a HGT, mas foca no resultado da pressão seletiva sobre as características de resistência já presentes na população, independentemente de sua origem (mutação ou HGT).

Da Existência de Persistência Bacteriana (Persisters)

O recorrente afirma que a alternativa A ignora o fenômeno das células persistentes (persisters), que são geneticamente sensíveis, mas sobrevivem ao tratamento entrando em estado de dormência metabólica, tornando o enunciado simplista e tecnicamente incompleto.

Análise: As células persistentes são uma subpopulação de bactérias que exibem tolerância transitória a antibióticos, sobrevivendo à exposição sem serem geneticamente resistentes. Elas entram em um estado de dormência metabólica que as protege do efeito do antimicrobiano. No entanto, as células persistentes são fenotipicamente tolerantes, mas não geneticamente resistentes. Suas progênes, na ausência do antibiótico, voltam a ser sensíveis. A questão pergunta sobre o "processo de seleção de bactérias resistentes", que se

refere à evolução da resistência genética e hereditária. A persistência é um mecanismo de tolerância, não de resistência genética, e, portanto, não se enquadra diretamente no conceito de "mecanismos de resistência" que são selecionados e proliferam de forma hereditária, como abordado na questão. A alternativa A foca na seleção de características de resistência que são transmitidas às gerações seguintes, o que não é o caso das persisters.

Após análise detalhada dos argumentos apresentados no recurso e da literatura científica pertinente, conclui-se que a Alternativa A descreve de forma precisa e amplamente aceita o mecanismo fundamental da seleção de bactérias resistentes sob pressão antimicrobiana. Embora os fenômenos de Mutagênese Induzida por Estresse e a Transferência Horizontal de Genes sejam importantes para a dinâmica da resistência, e as células persistentes representem um desafio clínico, a alternativa A foca no princípio da seleção de características de resistência que já estão presentes na população bacteriana (seja por mutação espontânea ou aquisição via HGT) no momento da exposição ao antimicrobiano. A questão busca a alternativa correta sobre o processo de seleção, e a alternativa A representa o conceito central e mais abrangente para o nível de conhecimento esperado. Gabarito Mantido.

Referência Bibliográfica:

FOSTER, P. L. Stress-induced mutagenesis in bacteria. *Critical Reviews in Biochemistry and Molecular Biology*, v. 42, n. 5, p. 373-397, 2007. Disponível em: < >. Acesso em: dia mês ano.

MACLEAN, R. C.; TORRES-BARCELÓ, C.; MOXON, R. Evaluating evolutionary models of stress-induced mutagenesis in bacteria. *Nature Reviews Genetics*, v. 14, n. 3, p. 221-227, 2013. Disponível em: < >. Acesso em: dia mês ano.

VASSE, M. Ecological effects of stress drive bacterial evolvability. *Nature Ecology & Evolution*, v. 6, n. 11, p. 157-158, 2022.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. *Microbiology: an introduction*. [S.l.]: [s.n.], ano da edição.

MADIGAN, M. T. et al. *Brock biology of microorganisms*. [S.l.]: [s.n.], ano da edição.

ANDERSSON, D. I. Selection and transmission of antibiotic-resistant bacteria. *Cold Spring Harbor Perspectives in Medicine*, v. 7, n. 12, a025281, 2017.

BALABAN, N. Q. et al. Definitions and guidelines for research on antibiotic persistence. *Nature Reviews Microbiology*, v. 17, n. 7, p. 441-448, 2019.

MACIA, M. D.; ROJO-MOLINERO, E.; OLIVER, A. Persistence and resistance as complementary bacterial adaptations to stress. *Current Opinion in Microbiology*, v. 30, p. 1-7, 2016.

Conteúdo Programático:

Resistência Antimicrobiana e Saúde Única: Mecanismos de resistência.

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'D'.

O recurso interposto solicita a anulação da questão sob a alegação de ambiguidade técnica na distinção entre as exigências de barreiras secundárias para os níveis NB-2 e NB-3, focando especificamente nas alternativas C e D. A análise detalhada das normativas demonstra que a questão foi formulada com precisão técnica.

A alternativa D afirma que a implementação de um sistema de ventilação canalizada que forneça fluxo de ar direcional sustentado para o interior do laboratório, exaurindo o ar para o exterior sem recirculação, é uma exigência estritamente obrigatória para o NB-3, mas não é uma exigência padrão para o NB-2.

De acordo com as Diretrizes Gerais para o Trabalho em Contenção com Agentes Biológicos do Ministério da Saúde (2010), na seção referente às instalações laboratoriais do NB-3 (item 3.3.4, página 28), estabelece-se categoricamente que:

"O laboratório deve ter um sistema de ar independente, com ventilação unidirecional, garantindo que o fluxo de ar seja sempre direcionado das áreas de menor risco potencial para as áreas de maior risco de contaminação. O ar de exaustão não deve recircular para qualquer outra área da edificação..." (BRASIL, 2010) Em contrapartida, para o NB-2 (item 3.2.4, página 24), o manual orienta que:

"No planejamento de novas instalações devem ser considerados sistemas de ventilação que proporcionem um fluxo direcional de ar sem que haja uma recirculação para outras áreas internas da edificação" (BRASIL, 2010)

O argumento do recorrente de que o fluxo direcional se torna uma "exigência de segurança coletiva integrada ao padrão NB-2" confunde uma recomendação de projeto para novas instalações com uma exigência estrutural padrão e obrigatória que define o nível de contenção. O sistema de ventilação independente, unidirecional e sem recirculação é o marco de engenharia (barreira secundária) que diferencia obrigatoriamente um laboratório NB-3 de um NB-2. Portanto, a alternativa D está correta e não apresenta ambiguidade.

O recorrente alega sobreposição da alternativa C com as exigências de ambos os níveis. A alternativa C descreve a disponibilidade de uma autoclave dentro do próprio laboratório ou nas dependências da instituição. Segundo o manual do Ministério da Saúde:

Para o NB-2 (item 3.2.3, página 24): "Uma autoclave deve estar disponível, em local associado ao laboratório, dentro da edificação..." (BRASIL, 2010)

Para o NB-3 (item 3.3.4, página 28): "Uma autoclave deve ser instalada na área de apoio da área de contenção para esterilizar o material de consumo..." (BRASIL, 2010)

A redação da alternativa C ("dentro do próprio laboratório ou nas dependências da instituição") descreve exatamente o padrão exigido para o NB-2, onde a autoclave não precisa estar estritamente dentro da área de contenção, podendo estar na edificação/instituição. Como o enunciado pede uma exigência que seja estritamente obrigatória para o NB-3, mas que NÃO seja padrão para o NB-2, a alternativa C está incorreta, pois a disponibilidade de autoclave na instituição já é o padrão do NB-2. Não há sobreposição que confunda o candidato bem preparado.

Para fins de completude, as demais alternativas também descrevem exigências que já estão presentes em níveis inferiores ao NB-3:

Alternativa A: A presença de pia para lavagem das mãos é exigida desde o NB-1 (item 3.1.3, página 20) (BRASIL, 2010)

Alternativa B: Portas com controle de acesso e mantidas fechadas são exigências desde o NB-1 e NB-2 (itens 3.1.3 e 3.2.2) (BRASIL, 2010)

Alternativa E: Chuveiros de emergência e lava-olhos são exigidos desde o NB-1 (item 3.1.2, página 19) (BRASIL, 2010)

A questão foi elaborada com base em bibliografia consolidada e normativas vigentes do Ministério da Saúde. A distinção entre as barreiras secundárias do NB-2 e NB-3 foi abordada de forma clara. O sistema de ventilação com fluxo direcional sustentado e sem recirculação é, de fato, a exigência de engenharia que caracteriza obrigatoriamente o NB-3, não sendo uma exigência padrão (embora recomendada para novos projetos) no NB-2.

Todos os questionamentos levantados no recurso foram analisados e refutados com base na literatura técnica. Não há ambiguidade ou inconsistência que justifique a anulação da questão. Indeferiu-se o recurso.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com agentes biológicos. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Instrução Normativa nº 7, de 6 de junho de 1997.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

Conteúdo Programático:

Biossegurança e Boas Práticas Laboratoriais: Níveis de biossegurança.

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'A'.

A alternativa A foi considerada correta por descrever com precisão a relação parasito-hospedeiro entre o bovino e o sorovar Hardjo. Abaixo, refutam-se os argumentos apresentados no recurso:

O recorrente alega que o termo "susceptibilidade" é inadequado. Todavia, na infectologia, a susceptibilidade indica a falta de resistência de um hospedeiro à invasão e subsistência de um patógeno. No caso dos hospedeiros de manutenção (como o bovino para o sorovar Hardjo), a susceptibilidade à infecção é, de fato, elevada: o microrganismo penetra e se estabelece com facilidade no rebanho. O que é baixo, nestes casos, é a patogenicidade (capacidade de causar doença grave). Portanto, o termo está empregado corretamente para descrever a facilidade com que a infecção se dissemina e persiste.

O recurso afirma que títulos "indetectáveis" no MAT contradizem o status de "padrão ouro" do teste. Esta é uma interpretação equivocada da aplicação do teste em hospedeiros de manutenção:

Hospedeiros de Manutenção vs. Acidentais: Em infecções por sorovares adaptados (Hardjo), a resposta imune humoral é frequentemente fraca. É amplamente documentado na literatura (Quinn et al., 2016; Radostits et al., 2010) que animais infectados e portadores renais ("seronegative shedders") podem apresentar títulos abaixo do ponto de corte (geralmente 1:100) ou até mesmo negativos no MAT.

Padrão Ouro: O MAT é o padrão ouro para detecção de anticorpos, mas sua sensibilidade diagnóstica para identificar bovinos individualmente infectados pelo sorovar Hardjo é notoriamente baixa, sendo necessária muitas vezes a associação com PCR ou imunofluorescência.

A alternativa E afirma que a síndrome da mastite por leptospira ("leite flácido") é exclusiva de sorovares acidentais. Isso é incorreto; embora menos comum que a forma reprodutiva crônica, o sorovar Hardjo pode causar quedas bruscas na produção de leite com alteração na consistência (semelhante ao colostro), caracterizando a mastite clínica.

A questão avaliou com rigor técnico a distinção entre hospedeiros de manutenção e acidentais, um conceito chave na epidemiologia da leptospirose bovina. A redação da alternativa A reflete fielmente os desafios

diagnósticos e a dinâmica biológica da doença no campo, onde a ausência de títulos altos no MAT não descarta a infecção persistente por Hardjo. O recurso é indeferido, uma vez que os argumentos apresentados não invalidam a base técnica da questão nem a precisão terminológica utilizada.

Referência Bibliográfica:

QUINN, P. J. et al. Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas. Porto Alegre: Artmed, 2016. (Enfatiza a baixa resposta sorológica em hospedeiros de manutenção).

RADOSTITS, O. M. et al. Exame Clínico e Diagnóstico em Veterinária. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

ADLER, B. Leptospira and Leptospirosis. Current Topics in Microbiology and Immunology, vol 387. Springer, 2015. (Referência atualizada sobre a biologia do agente e falhas no diagnóstico sorológico).

WOOLUMS, A. R. The Merck Veterinary Manual. 11th ed. Kenilworth: Merck & Co, 2016.

Conteúdo Programático:

A questão está fundamentada no seguinte tópico do edital: Bacteriologia Veterinária: Principais bactérias de importância em medicina veterinária.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão exige que o candidato identifique a alternativa correta sobre as diretrizes internacionais de uso de antimicrobianos. A alternativa A foi apontada como gabarito oficial. O recorrente argumenta que os termos "restrito" e "desencorajado" são vagos e que a ausência da Colistina invalidaria a assertiva.

Sobre a Precisão Terminológica ("Restrito" e "Desencorajado"):

Embora o recorrente sugira que os termos são brandos, na linguagem normativa técnica da OMS (WHO) e da OMSA (WOAH), o uso de antimicrobianos de importância crítica deve ser, por definição, restrito a casos onde não há alternativa eficaz de menor importância. O termo "desencorajado" é amplamente utilizado em guias globais (como o WHO Guidelines on use of medically important antimicrobials in food-producing animals) para desencadear a transição entre o uso rotineiro e a proibição total. Em provas de múltipla escolha, a alternativa deve ser analisada em comparação às demais; as alternativas B, C, D e E contêm erros conceituais grosseiros e flagrantes (como incentivo a promotores de crescimento ou negação da barreira ruminal), o que torna a alternativa A a única tecnicamente sustentável.

Sobre a Omissão da Colistina (Polimixinas):

O fato de uma alternativa citar as fluoroquinolonas e as cefalosporinas de 3ª e 4ª gerações como exemplos de "Críticamente Importantes de Mais Alta Prioridade" não a torna incorreta. Uma lista de exemplos não precisa ser exaustiva para ser verdadeira. De fato, esses dois grupos citados figuram no topo da lista da OMS (6ª Revisão) e da OMSA.

Sobre o Uso Preventivo (Profilaxia):

O recorrente cita o Regulamento Europeu 2019/6. Embora a Europa tenha avançado para proibições estritas, as diretrizes globais da OMSA, que regem o comércio internacional e servem de base para a maioria dos certames, recomendam que o uso preventivo de CIAs (Antimicrobianos Críticamente Importantes) seja evitado ou desencorajado como etapa fundamental para a preservação da eficácia dessas drogas na medicina humana.

A alternativa A reflete o consenso científico e normativo de que certas classes de antimicrobianos devem ter seu uso limitado (restrito) e não devem ser utilizadas para prevenção (uso preventivo desencorajado). As imprecisões apontadas pelo recorrente são, na verdade, variações de rigor entre legislações regionais (como a Europeia) e diretrizes globais (OMS/OMSA), não invalidando a correção técnica do item perante o conhecimento geral de Saúde Única exigido no edital.

O recurso é indeferido. A questão cumpre seu papel de avaliar o conhecimento sobre o uso racional e a classificação de risco das drogas frente à resistência bacteriana.

Referência Bibliográfica:

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO list of Critically Important Antimicrobials for Human Medicine (WHO CIA list). 6th revision. Geneva: WHO, 2019. (Confirma a classificação de fluoroquinolonas e cefalosporinas como "Highest Priority").

WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH (WOAH). List of Antimicrobial Agents of Veterinary Importance. Paris: WOAH, 2024/2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Agropecuária (PAN-BR AGRO).

QUINN, P. J. et al. Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Conteúdo Programático:

A questão está fundamentada no seguinte tópico do edital: Resistência Antimicrobiana e Saúde Única: Uso racional de antimicrobianos.

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'B'.

A Classificação de Baltimore é um sistema elegante que organiza os vírus com base na premissa de que todos os genomas virais devem convergir para a produção de RNA mensageiro de fita simples positiva (+mRNA) para que a tradução ocorra nos ribossomos da célula hospedeira.

Sobre a "Insuficiência" por Omissão da Estratégia de Replicação:

O recurso argumenta que a alternativa B é incompleta por não citar explicitamente a "estratégia de replicação". Contudo, na virologia clássica, o mecanismo de produção de mRNA é o pilar que define o caminho replicativo. David Baltimore, em seu artigo seminal de 1971, estabeleceu que a classificação é baseada na "relação entre o genoma viral e o mRNA". Embora a replicação do genoma seja um processo paralelo e essencial, a arquitetura do sistema de Baltimore foi desenhada especificamente em torno da síntese do mRNA. Portanto, a alternativa B descreve o critério central solicitado pelo enunciado.

Sobre a Suposta Ambiguidade de "Natureza do Genoma":

O termo "natureza do genoma" é a terminologia científica padrão para designar o conjunto de características físicas e químicas do ácido nucléico (DNA ou RNA, fita simples ou dupla, linear ou circular, sentido positivo ou negativo). Dizer que o termo é "vago" não procede, pois, em uma questão de múltipla escolha, busca-se a assertiva que melhor sintetiza o conceito. Exigir a descrição de cada subclasse (ss, ds, etc.) tornaria a alternativa uma descrição extensiva e não uma definição de critério.

Sobre a Diferenciação de Retrovírus (Grupos VI e VII):

O próprio Baltimore utiliza a necessidade de uma etapa de DNA (via transcriptase reversa) para alcançar o mRNA como o critério para segregar esses grupos. Assim, o "mecanismo de produção de mRNA" abrange implicitamente essas rotas metabólicas distintas.

A alternativa B é a única que identifica corretamente os dois eixos que sustentam a classificação: a composição do genoma (ponto de partida) e a rota para o mRNA (ponto de convergência). As demais alternativas (A, C, D, E) referem-se a critérios morfológicos, de patogenia ou biologia molecular que não são os eixos centrais desse sistema específico.

A simplificação terminológica em "natureza do genoma" e "produção de mRNA" é adequada para o nível de complexidade da prova e não induz o candidato ao erro; pelo contrário, sintetiza com precisão o "dogma central" da virologia proposto por Baltimore.

O recurso é indeferido. A questão está tecnicamente correta e não apresenta omissões que comprometam a identificação da resposta correta entre as opções apresentadas.

Referência Bibliográfica:

BALTIMORE, D. Expression of animal virus genomes. *Bacteriological Reviews*, v. 35, n. 3, p. 235-241, 1971. (Texto original onde o autor define o sistema pela relação genoma-mRNA).

MADIGAN, M. T. et al. *Microbiologia de Brock*. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. (Define o sistema de Baltimore como a classificação baseada na relação do genoma viral com seu mRNA).

FLINT, S. J. et al. *Principles of Virology*. 5. ed. Washington: ASM Press, 2020.

ICTV (International Committee on Taxonomy of Viruses). *Virus Taxonomy: The Classification and Nomenclature of Viruses*

Conteúdo Programático:

A questão está plenamente vinculada ao conteúdo programático do edital: Fundamentos de Microbiologia Veterinária: Classificação e taxonomia bacteriana, viral e fúngica.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão solicita o parâmetro fundamental para a quantificação precisa no sistema qPCR. O gabarito aponta a Alternativa E (Ciclo de quantificação - Cq ou Ct).

Sobre a Eficiência de Amplificação (E): O recorrente alega que, conforme o guia MIQE, a eficiência é indissociável da quantificação. De fato, a eficiência é crucial para o cálculo matemático final, representado pela equação: $N_n = N_0 \cdot (1+E)^n$

Onde N_n é a quantidade de amplicons no ciclo n e N_0 é a massa inicial. No entanto, o Cq (ou Ct) é o parâmetro experimental extraído diretamente da cinética de fluorescência que permite aplicar essa fórmula. Sem o Cq, não há valor para inserir na equação de quantificação. Em um concurso, busca-se o parâmetro que define a técnica; o Cq é o marco onde a fase exponencial é detectada, distinguindo a qPCR da PCR convencional (ponto final).

Sobre a Curva Padrão e Normalização: O recurso argumenta que para quantificação absoluta é necessária uma curva padrão. Os valores de Cq das amostras conhecidas em relação aos seus logaritmos de concentração. Portanto, o Cq continua sendo o parâmetro fundamental e a "unidade de medida" da cinética da reação. A normalização por genes endógenos também utiliza o Cq como base.

Sobre a Definição de Threshold (Limiar): A alternativa E define o Cq como o ciclo onde a fluorescência excede o ruído de fundo. Embora existam algoritmos complexos para definir esse ponto, a definição clássica e

pedagógica aceita em toda a literatura de biologia molecular é exatamente esta: o ponto de intersecção entre a curva de amplificação e uma linha de limiar (threshold) posicionada acima do ruído basal.

As alternativas A, B, C e D descrevem conceitos que não permitem a quantificação da massa inicial (o platô é variável, a T_m identifica o produto mas não a quantidade, e a fluorescência basal é ruído). Assim, a alternativa E é a única tecnicamente correta.

O recurso tenta invalidar a questão baseando-se em um rigor de “detalhamento” (como a eficiência) que não anula a essencialidade do parâmetro citado na alternativa correta. O C_q é, por definição universal, o parâmetro fundamental da qPCR. A omissão de fatores de correção ou métodos de calibração na alternativa não a torna incorreta, mas sim sintética, o que é esperado em itens de múltipla escolha. O recurso é indeferido, mantendo-se a Alternativa E como a resposta correta.

Referência Bibliográfica:

BUSTIN, S. A. et al. The MIQE Guidelines: Minimum Information for Publication of Quantitative Real-Time PCR Experiments. *Clinical Chemistry*, 2009.

PFAFFL, M. W. A new mathematical model for relative quantification in real-time RT-PCR. *Nucleic Acids Research*, 2001.

SAMBROOK, J.; RUSSELL, D. W. *Molecular Cloning: A Laboratory Manual*. 4. ed. Cold Spring Harbor Laboratory Press, 2012.

ADAMS, G. *Applied Molecular Biology*. Oxford University Press, 2020.

Conteúdo Programático:

A questão está inserida no seguinte tópico do edital: Técnicas Laboratoriais em Microbiologia Veterinária: Métodos sorológicos e moleculares (PCR, ELISA).

CARGO(S): PEDAGOGIA DO CAMPO: GESTÃO EDUCACIONAL - ABELARDO LUZ

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'E'.

Trata-se de recurso interposto contra o gabarito preliminar da Questão 44, cujo gabarito divulgado corresponde à alternativa E. O recorrente sustenta que a assertiva III apresentaria ambiguidade redacional, por possibilitar dupla interpretação — normativa ou descritiva — especialmente em razão da expressão “em uma perspectiva técnica e burocrática” associada ao verbo “deve se distanciar”. Argumenta que, em uma leitura normativa, a assertiva seria incorreta, mas que, em uma leitura descritiva e crítica, poderia ser considerada correta, o que comprometeria a objetividade da questão e impactaria a escolha da alternativa adequada. Acrescenta que o tema envolve conceitos como gestão democrática, intencionalidade política e Educação do Campo, o que ampliaria a margem interpretativa.

A análise da redação da assertiva impugnada não confirma a alegada ambiguidade invalidante. O enunciado afirma: “O planejamento educacional, em uma perspectiva técnica e burocrática, deve se distanciar das intencionalidades políticas da instituição.” Do ponto de vista linguístico, o verbo modal “deve” assume valor prescritivo, exprimindo orientação normativa. A construção é afirmativa e categórica, não havendo na redação elementos característicos de descrição analítica ou de explicitação crítica de um modelo histórico. Não se identificam marcadores como “tende a se distanciar”, “caracteriza-se por distanciar-se”, “resulta em distanciamento” ou expressões equivalentes que sinalizariam tratar-se de mera caracterização descritiva. A leitura sugerida no recurso depende da substituição semântica do verbo empregado e da reinterpretação do conteúdo proposicional da frase, o que não decorre da literalidade do texto apresentado.

Em questões de múltipla escolha, a interpretação deve apoiar-se na formulação objetiva constante do enunciado. A técnica de elaboração de questões exige que a análise seja feita com base no texto tal como redigido, não sendo admissível a reconstrução hipotética da intenção do elaborador nem a reformulação implícita de termos para sustentar leitura alternativa. A mera possibilidade de argumentação diversa, construída a partir de inferências externas, não caracteriza ambiguidade suficiente para invalidar a questão. Para que se justifique a anulação de uma questão, é necessário que se verifique duplicidade efetiva de alternativas corretas, inexistência de resposta adequada, erro conceitual inequívoco ou vício redacional que inviabilize a identificação objetiva da alternativa correta. Nenhuma dessas hipóteses se configura no caso em exame.

A assertiva III, tal como redigida, expressa proposição normativa incompatível com as concepções de planejamento educacional previstas no conteúdo programático do edital, razão pela qual permanece incorreta. As assertivas I, II, IV e V mantêm coerência conceitual com o conteúdo exigido, permanecendo correta a alternativa ‘E’. A referência, no recurso, a concepções vinculadas à Educação do Campo ou à gestão democrática não altera a análise da literalidade do item, tampouco autoriza modificação do sentido expresso na assertiva questionada.

Diante do exposto, conclui-se que não há vício material ou formal que comprometa a validade da questão, nem prejuízo à unicidade da resposta correta. Mantém-se, portanto, o gabarito divulgado, sendo o recurso indeferido.

Referência Bibliográfica:

Ilma Passos Alencastro Veiga (Org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

Celso dos Santos Vasconcellos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Conteúdo Programático:

Projeto político-pedagógico. Plano de desenvolvimento institucional.

CARGO(S): PEDAGOGIA - VIDEIRA, PEDAGOGIA – SOMBRIO

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'C'.

Recursos sustentam que a questão deveria ser anulada por ausência de objetividade, em razão da pluralidade epistemológica da Sociologia da Educação. Isso não procede. Os conhecimentos de Sociologia da Educação integram o repertório teórico fundamental exigido de candidatos a docente em instituições federais de nível superior como os Institutos Federais, sendo sua presença no certame plenamente justificada. As alternativas incorretas não representam leituras teóricas alternativas defensáveis: cada uma contém erro conceitual objetivo dentro do próprio referencial a que remete. A alternativa A inverte o conceito de *habitus* ao atribuir-lhe caráter deliberadamente maleável pela ação pedagógica. A alternativa B afirma que a violência simbólica depende de adesão consciente, contradizendo seu núcleo conceitual. A alternativa D inverte o conceito de autonomia relativa ao afirmar independência das práticas pedagógicas em relação às estruturas sociais. A alternativa E esvazia o papel ativo da escola na produção de distinções simbólicas. A alternativa C descreve com precisão o funcionamento do currículo oculto e sua potencial dimensão de tensionamento, sendo a resposta correta identificável sem dependência de filiação teórica do candidato.

Referência Bibliográfica:

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

APPLE, Michael. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Conteúdo Programático:

Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação. Teorias educacionais clássicas e contemporâneas

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa 'C'.

1ª assertiva (V) - O artigo 8º da Lei nº 11.892/2008 estabelece exatamente esses percentuais mínimos: 50% das vagas para educação técnica de nível médio (preferencialmente na forma integrada) e 20% para cursos de licenciatura e programas de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica, especialmente nas áreas de ciências e matemática.

2ª assertiva (V) - A Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 9º, dispõe sobre a estrutura organizacional dos IFs, indicando que:

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

3ª assertiva (F) - O pedagogo nos IFs tem atuação ampla em toda a instituição, não restrita aos cursos de licenciatura. Suas atribuições incluem o acompanhamento pedagógico de todos os cursos ofertados, a orientação do planejamento docente, a coordenação de processos de avaliação institucional, o atendimento a estudantes e a articulação com a gestão pedagógica em todos os níveis e modalidades.

4ª assertiva (V) - A verticalização do ensino é um dos princípios diferenciadores dos IFs em relação às demais instituições de ensino. Ela permite que o mesmo docente e as mesmas estruturas de pesquisa atendam desde

os cursos técnicos integrados até a pós-graduação, criando condições para a articulação entre os diferentes níveis educacionais e fortalecendo a produção e aplicação do conhecimento.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

PACHECO, Eliezer (org.). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

BRASIL. MEC/SETEC. Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC, 2010.

Conteúdo Programático:

Políticas Públicas e Legislação Educacional: Organização da educação brasileira

Educação Profissional e Tecnológica: Fundamentos da EPT. Relação entre educação e trabalho

Gestão Educacional: Gestão democrática. Organização escolar

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'E'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento.

Os recursos sustentam que a assertiva III seria verdadeira por considerar que a legislação não exige o cadastramento formal de projetos como única via de concretização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O argumento parte de premissa correta, mas não se aplica ao conteúdo da assertiva III, que vai além dessa questão.

A assertiva III afirma que a indissociabilidade é "plenamente atendida" quando o docente incorpora elementos de pesquisa e extensão "de forma implícita" ao ensino, "dispensando o cadastramento formal de projetos institucionais". Dois elementos tornam essa assertiva objetivamente falsa:

O primeiro é a afirmação de que a indissociabilidade é "plenamente atendida" por essa via. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 estabelece que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação, integrando formalmente os componentes curriculares, com planejamento, registro nos PPCs e avaliação institucional. Esse conjunto de exigências não é atendido pela mera incorporação implícita ao ensino com descrição em relatório anual.

O segundo é a expressão "de forma implícita". A curricularização da extensão pressupõe intencionalidade explícita, planejamento deliberado e formalização institucional. A lógica da incorporação implícita é precisamente aquela que a curricularização veio superar, ao exigir que a extensão deixe de ser atividade difusa e passe a integrar formalmente o currículo com objetivos, registro e avaliação definidos.

A legislação não exige um único formato de projeto extensionista, mas esse argumento não sustenta a assertiva III, que afirma algo mais amplo e incompatível com a norma: que a indissociabilidade é plenamente atendida dispensando qualquer formalização institucional. Essa afirmação contraria o núcleo da curricularização da extensão.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Conteúdo Programático:

Pesquisa em Educação: Metodologia científica

Educação Profissional e Tecnológica no contexto das políticas públicas

Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'D'.

Após análise dos argumentos apresentados, o recurso não merece acolhimento pelos fundamentos a seguir. Alegou-se que a alternativa E seria a correta por considerar irreconciliável a tensão entre formação por competências e formação integral, propondo que os IFs optem por uma das duas abordagens. O argumento não procede por razão objetiva e direta: os IFs não podem optar entre essas abordagens porque ambas são obrigações legais simultâneas e não excludentes.

A Lei nº 11.892/2008 estabelece a formação integral como princípio estruturante dos Institutos Federais, e a Resolução CNE/CP nº 1/2021 organiza os currículos por competências profissionais. As duas dimensões coexistem no mesmo marco normativo e são exigências legais que se complementam. Um IF não pode, por decisão institucional, abandonar a organização curricular por competências prevista na Resolução CNE/CP nº 1/2021 nem prescindir da formação integral prevista na Lei nº 11.892/2008. A alternativa E é, portanto, objetivamente incorreta ao propor uma escolha que a legislação não admite.

A alternativa D é correta porque descreve com fidelidade o conceito de competência adotado pela Resolução CNE/CP nº 1/2021, que o define como a capacidade de mobilizar, articular, integrar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para responder a problemas complexos do mundo do trabalho e da vida, articulando sem contradição os conceitos de competência e formação integral no marco normativo vigente.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

LE BOTERF, Guy. Desenvolvendo a competência dos profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS (org.). Ensino médio integrado. São Paulo: Cortez, 2005.

Conteúdo Programático:

Avaliação Educacional: Concepções e instrumentos de avaliação. Avaliação por competências

Educação Profissional e Tecnológica: Fundamentos da EPT

QUESTÃO: 45 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'E' PARA ALTERNATIVA 'B'.

Após análise dos recursos interpostos, a Banca Examinadora reconhece a procedência dos argumentos e delibera pela alteração do gabarito da Questão 45 da alternativa E para a alternativa B.

A assertiva II apresenta problemas de imprecisão normativa.

Diante da falsidade da assertiva II, permanecem corretas apenas as assertivas I e IV. A assertiva I reproduz com fidelidade a definição de EaD constante no Decreto nº 9.057/2017. A assertiva III é inequivocamente falsa, pois o ensino híbrido não elimina a mediação docente, mas a integra à tecnologia. A assertiva IV está correta ao afirmar que a transposição para formatos a distância ou híbrido exige reelaboração do projeto pedagógico, dos materiais e das estratégias avaliativas.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade EAD em cursos de graduação presenciais.

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância - EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação

Conteúdo Programático:

Tecnologias Educacionais: Tecnologias digitais. Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem
Didática e Processos de Ensino-Aprendizagem: Planejamento de ensino

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos argumentos apresentados, o recurso não merece acolhimento pelos fundamentos a seguir. O recurso sustenta que a questão apresenta inconsistência por não delimitar se os instrumentos avaliativos referidos são formativos ou somativos, o que permitiria múltiplas interpretações e justificaria a anulação. O argumento não procede.

A questão não exige, em nenhum momento, que o candidato diferencie avaliação formativa de somativa. O enunciado delimita com clareza o escopo de análise: concepções de avaliação em larga escala, indicadores educacionais, avaliação por competências na EPT e pesquisa educacional como produção de conhecimento. A dicotomia invocada pelo candidato é estranha ao que a questão propõe e sua ausência não gera ambiguidade. A mera possibilidade abstrata de múltiplas interpretações, desacompanhada de demonstração concreta, não é fundamento suficiente para anulação de questão objetiva.

A alternativa B é incorreta por razão objetiva e independente da distinção suscitada no recurso. Ao afirmar que indicadores como taxa de aprovação, abandono escolar, distorção idade série e proficiência média no Saeb são "especialmente adequados à EPT" por permitirem comparações padronizadas "sem necessidade de ajustes locais para contextos regionais ou perfis profissionais diversificados", a alternativa contradiz tanto a literatura especializada em avaliação educacional quanto a natureza da própria EPT, que opera com arranjos produtivos locais, perfis regionais distintos e percursos formativos diversificados. A padronização irrestrita desses indicadores, sem contextualização, é reconhecida como limitação, não como adequação especial à EPT.

Referência Bibliográfica:

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

Conteúdo Programático:

Avaliação em larga escala. Indicadores educacionais. Avaliação por competências na EPT. Pesquisa educacional como instrumento de produção de conhecimento.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos não merecem acolhimento pelos fundamentos a seguir.

A assertiva IV é objetivamente falsa. A literatura especializada em avaliação na EPT não recomenda a substituição de instrumentos qualitativos por provas padronizadas em todos os componentes curriculares. A afirmação inverte o que os referenciais teóricos da área defendem, sendo sua falsidade identificável sem ambiguidade.

As assertivas I e III são corretas. A assertiva I descreve com precisão a função reguladora da avaliação formativa, compatível com Perrenoud e com a Resolução CNE/CP nº 1/2021. A assertiva III descreve corretamente o papel da avaliação institucional como instrumento de gestão da qualidade e subsídio ao replanejamento do PPP.

O argumento de ambiguidade do enunciado não procede. O enunciado delimita critérios complementares e não contraditórios. A possibilidade de que a assertiva IV seja lida como "objeto de crítica" e não como proposição a ser julgada não tem amparo na estrutura do item, que exige do candidato o julgamento de verdade ou falsidade de cada assertiva conforme os referenciais indicados.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BLOOM, Benjamin S.; HASTINGS, J. Thomas; MADDAUS, George F. Handbook on formative and summative evaluation of student learning. New York: McGraw-Hill, 1971.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Conteúdo Programático:

Avaliação institucional e da aprendizagem, Avaliação Educacional: concepções e instrumentos Avaliação formativa e somativa.

QUESTÃO: 51 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'B' PARA ALTERNATIVA 'E'.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos merecem acolhimento quanto à alteração do gabarito. O gabarito preliminar, alternativa B, está incorreto e é alterado para a alternativa E, pelos fundamentos a seguir.

A assertiva I afirma que as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as etapas da Educação Básica. Essa afirmação contraria a literalidade do art. 26-A da LDBEN, cuja redação restringe a obrigatoriedade aos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio. A expressão "todas as etapas da Educação Básica" amplia o alcance legal além do que as normas mencionadas efetivamente dispõem, tornando a assertiva I falsa.

A assertiva II é falsa. A abordagem das relações de gênero e diversidade sexual no currículo escolar não é decisão discricionária de cada docente sem respaldo normativo. Está amparada em diretrizes curriculares nacionais, em princípios constitucionais de igualdade e não discriminação e em documentos orientadores da educação básica brasileira.

A assertiva III é verdadeira. A perspectiva interseccional constitui referencial teórico consolidado para a compreensão das desigualdades educacionais e para a organização de práticas pedagógicas mais equitativas.

A sequência correta é F – F – V, correspondente à alternativa E.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Conteúdo Programático:

Educação Inclusiva e Diversidade: Educação especial na perspectiva inclusiva.

Diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Direitos humanos e educação.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'C'.

A assertiva I afirma que o behaviorismo, ao reduzir o processo formativo à modificação de comportamentos observáveis por condicionamento, fundamenta práticas centradas em controle, reforço e punição. Skinner, principal referência do behaviorismo e base da abordagem comportamental descrita por Mizukami, era crítico explícito do uso da punição. Para ele, a punição suprime o comportamento apenas temporariamente e gera efeitos colaterais negativos, sendo pedagogicamente ineficaz. Uma prática fiel ao behaviorismo skinneriano prioriza o reforço positivo e a extinção, não a punição. O segundo motivo é o uso dos termos "qualquer proposta de autonomia discente" e "independentemente do contexto institucional ou do nível de ensino". Essa absolutização torna a assertiva uma afirmação universal sem exceção possível, o que vai além do que a literatura sustenta. Assim, a assertiva I é falsa tanto por descrever incorretamente o behaviorismo skinneriano quanto por absolutizar afirmação que, mesmo em sua versão mais precisa, não se sustenta sem ressalvas.

As assertivas II e III são corretas.

A assertiva II descreve com precisão a implicação pedagógica da zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky, e nenhum recurso a contestou de forma fundamentada.

A assertiva III descreve corretamente o papel ativo do docente na epistemologia genética piagetiana, ao organizar situações de desequilíbrio cognitivo que mobilizam a reestruturação dos esquemas do estudante.

A assertiva IV é objetivamente falsa. Ausubel e Vygotsky compartilham o reconhecimento do conhecimento prévio, mas isso não estabelece equivalência epistemológica entre teorias que pertencem a matrizes distintas: o cognitivismo centrado na estrutura cognitiva individual, no caso de Ausubel, e a psicologia histórico-cultural centrada na mediação social e linguística, no caso de Vygotsky. Equivalência epistemológica exige identidade de fundamentos, não coincidência pontual de um elemento.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2011.

AUSUBEL, David P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Conteúdo Programático:

Tendências pedagógicas.

Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico: Teorias do currículo.

QUESTÃO: 53 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'D' PARA ALTERNATIVA 'E'.

Após análise dos argumentos apresentados, o gabarito preliminar, alternativa D, está incorreto e é alterado para a alternativa E, pelos fundamentos a seguir.

A assertiva I é verdadeira, e o gabarito preliminar incorreu em erro ao considerá-la falsa.

A assertiva II é verdadeira. A tensão entre avaliação formativa e certificativa tem origem epistemológica e institucional e não se resolve pela simples diversificação de instrumentos. Hoffmann é explícita ao afirmar que a mudança avaliativa exige mudança de concepção, não apenas de procedimentos. Perrenoud trata essa tensão como estrutural. O uso do termo "colonizar" para descrever a apropriação dos instrumentos formativos pela lógica certificativa é recurso analítico presente na literatura crítica sobre avaliação e não constitui imprecisão que comprometa a objetividade da assertiva. Os recursos que contestam a assertiva II com base em Perrenoud e Luckesi fazem leitura que contraria o que esses próprios autores sustentam sobre a natureza estrutural da tensão entre as duas lógicas avaliativas.

A assertiva III é falsa. A avaliação mediadora não é incompatível com a EPT. A Resolução CNE/CP nº 1/2021 fundamenta a EPT na formação humana integral, articulando dimensões técnicas, científicas, éticas e críticas. O tratamento do erro como hipótese a ser investigada não exclui o domínio técnico, mas qualifica o processo

formativo ao permitir compreensão dos percursos de aprendizagem, inclusive em componentes que envolvem procedimentos técnicos.

A assertiva IV é verdadeira e não foi contestada de forma fundamentada por nenhum recurso.

Os pedidos de anulação não são acolhidos, pois existe alternativa correta identificável.

Gabarito alterado para a alternativa E. Recursos deferidos.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Conteúdo Programático:

Avaliação institucional e da aprendizagem. Avaliação Educacional: concepções e instrumentos. Avaliação na EPT.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'E'.

Após análise dos argumentos apresentados, o recurso não merece acolhimento pelos fundamentos a seguir. A assertiva II é falsa, conforme reconhecido pelo próprio recurso. Segundo Vygotsky, a intervenção pedagógica mais produtiva é aquela que opera na zona de desenvolvimento proximal, dirigindo-se ao que o estudante ainda não realiza com autonomia mas pode realizar com mediação. A assertiva inverte esse princípio ao afirmar que a intervenção deve reforçar o que o estudante já domina de forma autônoma, sem antecipar capacidades em formação.

A assertiva IV é verdadeira. Ela afirma que a mediação pedagógica na EPT articula diferentes dimensões, evitando a redução do ensino profissional ao treinamento de competências operacionais. Esse enunciado está alinhado à concepção histórico-cultural de desenvolvimento e ao princípio da formação humana integral que orienta a EPT. O recurso não apresenta argumento técnico que sustente a falsidade da assertiva, chegando a reconhecer em sua própria análise que seu conteúdo está correto.

As assertivas I e III são verdadeiras e não foram contestadas de forma fundamentada.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

Conteúdo Programático:

Práticas pedagógicas na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica. Mediação pedagógica.

QUESTÃO: 56 - ANULADA.

O enunciado da questão fundamenta-se expressamente no Decreto 7.611/2011, revogado pelo Decreto nº 12.686/2025.

Por esse motivo, decide-se pela anulação da questão.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

Conteúdo Programático:

Educação Inclusiva e Diversidade: Educação especial na perspectiva inclusiva. Atendimento educacional especializado.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos argumentos apresentados, o recurso não merece acolhimento pelos fundamentos a seguir.

A alternativa B é incorreta porque afirma que o plano de ensino tem validade pedagógica dissociada de sua articulação ao PPP. Essa afirmação contraria princípio consolidado do planejamento educacional, segundo o qual o plano de ensino é instrumento que deve expressar e operacionalizar as concepções e diretrizes do projeto político-pedagógico da instituição. A dissociação entre esses instrumentos compromete a coerência e a intencionalidade do trabalho pedagógico.

A alternativa C é correta. Ela descreve com precisão o que caracteriza o planejamento na perspectiva da racionalidade técnica, concepção teórica existente e reconhecida na literatura educacional. Descrever corretamente uma perspectiva teórica não torna a alternativa incorreta, ainda que essa perspectiva seja objeto de crítica no campo da EPT. A questão pede a alternativa que contém afirmação falsa ou equivocada, e a alternativa C não preenche esse critério.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Conteúdo Programático:

Planejamento educacional

Práticas pedagógicas na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica.

Didática e Processos de Ensino-Aprendizagem.

QUESTÃO: 58 - ANULADA.

Após análise dos argumentos apresentados, os recursos merecem acolhimento. A questão é anulada pelos fundamentos a seguir.

A questão apresenta imprecisão que comprometem sua objetividade e a redação confunde níveis distintos de integração epistemológica.

Diante da imprecisão conceitual na Assertiva I e da generalização sem amparo teórico ou normativo na Assertiva IV, não há alternativa que sustente uma resposta única com rigor técnico.

Questão anulada. Recursos deferidos.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 11. ed. Campinas: Papirus, 1994.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 1999.

Conteúdo Programático:

Diretrizes Curriculares Nacionais

Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico

Currículo integrado. Interdisciplinaridade.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'C'.

Após análise dos argumentos apresentados, o recurso não merece acolhimento pelos fundamentos a seguir.

A assertiva III contém dois problemas articulados. Primeiro, protagonismo discente não equivale a autonomia plena. As metodologias ativas atribuem ao estudante papel central no processo de aprendizagem, mas isso não significa ausência de dependência de mediação, orientação e critérios externos de validação do conhecimento. A própria assertiva I, considerada correta, afirma que os processos investigativos requerem mediação docente que explicita conceitos e critérios de validação, o que é incompatível com autonomia plena. Segundo, mesmo que se aceitasse a redução da intervenção docente direta como característica das metodologias ativas, isso não decorre logicamente de autonomia plena, e sim de uma reorganização do papel docente, que passa de transmissor a mediador. A relação causal estabelecida na assertiva é incorreta: a redução da intervenção direta não pressupõe nem produz autonomia plena.

A assertiva II está correta. Reconhecer que PBL e Aprendizagem Baseada em Projetos se distinguem pelo grau de abertura das tarefas e pela centralidade do produto, sem implicar oposição entre elas, é formulação compatível com a literatura especializada.

As assertivas I, II e IV estão corretas. A alternativa C constitui resposta única e inequívoca.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

BENDER, William N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.

MORAN, José; BACICH, Lilian (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Conteúdo Programático:

Práticas pedagógicas na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica. Mediação pedagógica. Didática e Processos de Ensino-Aprendizagem: Metodologias ativas.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'D'.

Após análise dos argumentos apresentados, o recurso não merece acolhimento pelos fundamentos a seguir. Argumenta-se que a terceira assertiva é falsa porque a legislação não associa gestão democrática à morosidade e porque o princípio constitucional da eficiência exigiria atuação célere. O argumento não procede. A assertiva não prescreve morosidade como característica necessária ou desejável da gestão democrática. Reconhece que processos que envolvem participação, deliberação coletiva e construção de consenso podem, em determinados contextos, demandar mais tempo do que decisões unilaterais, o que é constatação empírica e analiticamente sustentável. Ao mesmo tempo, a assertiva afirma que isso não invalida os fundamentos éticos e políticos da gestão democrática e atribui ao gestor a responsabilidade de articular eficiência e democratização. Essa formulação é inteiramente compatível com o princípio da eficiência do art. 37 da Constituição Federal e com os arts. 3º e 14 da LDB, que o próprio recorrente cita. A legislação referenciada no recurso reforça, e não contradiz, o conteúdo da assertiva.

A primeira assertiva é falsa. Autonomia escolar e diretrizes curriculares nacionais coexistem no ordenamento jurídico educacional brasileiro, sendo a autonomia exercida dentro de marcos normativos que garantem coerência sistêmica, conforme a LDB e a Resolução CNE/CP nº 1/2021.

A segunda assertiva é verdadeira, por estar alinhada à literatura e à legislação educacional quanto ao papel do PPP na gestão democrática.

A sequência F, V, V corresponde à alternativa D, que constitui resposta única.

A Banca Examinadora

Referência Bibliográfica:

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Conteúdo Programático:

Gestão Educacional: Gestão democrática

Planejamento estratégico educacional.

CARGO(S): PRODUÇÃO ANIMAL - ABELARDO LUZ

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'D'.

A polioencefalomalácia (PEM) em ruminantes é uma enfermidade neurológica caracterizada por necrose laminar do córtex cerebral, classicamente associada à deficiência de tiamina, intoxicação por enxofre e alterações no metabolismo energético cerebral. Clinicamente, a doença costuma manifestar-se com sinais neurológicos como cegueira cortical, depressão, ataxia, opistótono, pressão da cabeça contra objetos, convulsões e decúbito. Entretanto, a literatura descreve que, em apresentações hiperagudas — especialmente nos casos relacionados ao excesso de enxofre na dieta ou na água — a evolução clínica pode ser extremamente rápida, culminando em morte antes mesmo da observação de sinais neurológicos evidentes pelo manejo rotineiro do rebanho.

O mecanismo fisiopatológico envolve a produção excessiva de sulfeto de hidrogênio no rúmen, que possui ação neurotóxica e interfere no metabolismo oxidativo neuronal, promovendo edema cerebral e necrose cortical. Em surtos agudos, principalmente em sistemas intensivos ou em animais submetidos a mudanças bruscas de dieta, alguns ovinos podem ser encontrados mortos sem histórico clínico prévio claramente observado, o que dificulta o diagnóstico em campo.

Segundo Radostits et al. (2007), embora os sinais neurológicos sejam considerados característicos da PEM, a enfermidade pode apresentar evolução peraguda, com morte rápida em alguns animais. Constable et al. (2017) também descrevem que casos associados à intoxicação por enxofre podem cursar com elevada morbidade e rápida progressão clínica. No Brasil, Riet-Correa et al. (2007) relatam surtos em pequenos ruminantes nos quais alguns animais morreram subitamente ou após curto período de sinais neurológicos discretos.

Referências bibliográficas

Veterinary Medicine Constable, P.D.; Hinchcliff, K.W.; Done, S.H.; Grünberg, W. Veterinary Medicine: A textbook of the diseases of cattle, horses, sheep, pigs and goats. 11. ed. St. Louis: Elsevier, 2017.

Veterinary Medicine Radostits, O.M.; Gay, C.C.; Hinchcliff, K.W.; Constable, P.D. Veterinary Medicine. 10. ed. Philadelphia: Saunders Elsevier, 2007.

Doenças de Ruminantes e Equídeos Riet-Correa, F.; Schild, A.L.; Lemos, R.A.A.; Borges, J.R.J. Doenças de Ruminantes e Equídeos. 3. ed. Santa Maria: Pallotti, 2007.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'A'.

A afirmativa 'E' está errada porque os sistemas semi-intensivos de bovinos não são capazes de eliminar completamente a variabilidade sazonal da produção forrageira. Embora a suplementação estratégica possa reduzir os efeitos da estacionalidade das pastagens, a produção de forragem continua dependente de fatores climáticos, especialmente precipitação, temperatura e luminosidade.

Nos sistemas semi-intensivos, parte significativa da alimentação ainda é baseada em pastagens, que apresentam oscilações naturais de crescimento entre períodos chuvosos e secos. A suplementação alimentar, como uso de silagem, feno, concentrados ou proteinados, atua apenas minimizando os déficits nutricionais sazonais, mas não garante estabilidade total da produção ao longo do ano.

Além disso, limitações econômicas, manejo inadequado, qualidade variável dos suplementos e capacidade de armazenamento de volumosos podem comprometer a eficiência produtiva. Desta forma pode-se afirmar que os sistemas semi-intensivos reduzem os impactos da sazonalidade forrageira, mas não a eliminam completamente.

Referência Bibliográfica:

GOMES, R. C. et al. Estratégias alimentares para gado de corte: suplementação a pasto, semiconfinamento e confinamento. Embrapa Gado de Corte, 2015. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1011236/estrategias-alimentares-para-gado-de-corte-suplementacao-a-pasto-semiconfinamento-e-confinamento>

COELHO, Cejana Simões; BEZERRA, Nábia Martins; OLIVEIRA, Hyago Jovane Borges de. SUPLEMENTAÇÃO COMO ESTRATÉGIA NA RECRIA DE BOVINOS A PASTO. Revista Novos Desafios, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 55–63, 2024. Disponível em: <https://novosdesafios.inf.br/index.php/revista/article/view/73>.

PORTO, W. S. Suplementação estratégica para bovinos a pasto. 2025. <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/251020315.pdf>

Conteúdo Programático:

Nutrição e Alimentação Animal: Fisiologia digestiva de ruminantes e não ruminantes. Exigências nutricionais. Formulação de rações. Conservação de forragens. Aditivos alimentares. Avaliação de alimentos. Forragicultura e Pastagens: Espécies forrageiras tropicais e temperadas. Implantação e manejo de pastagens. Integração lavoura-pecuária-floresta. Produção e conservação de volumosos. Página 87 do edital do concurso

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'D'.

Conforme descrito no conteúdo programático para o cargo de Produção Animal, constam, de forma expressa, os seguintes tópicos: “Fundamentos de Produção Animal”; “Exigências nutricionais das principais espécies de interesse zootécnico”; e “Reprodução Animal: Fisiologia reprodutiva, manejo reprodutivo das principais espécies, inseminação artificial, controle de ciclos e eficiência reprodutiva”.

Observa-se que o item “Reprodução Animal: Fisiologia reprodutiva” possui caráter amplo e não restritivo a espécies específicas, contemplando os princípios fisiológicos reprodutivos aplicáveis às diferentes espécies de interesse zootécnico. Ainda que o edital exemplifique algumas espécies em outros tópicos, não há limitação explícita que exclua os equinos do escopo do edital.

Adicionalmente, a fisiologia reprodutiva apresenta bases conceituais comuns entre as espécies domésticas, sendo o conhecimento desses mecanismos esperado de profissionais da área de Produção Animal.

Dessa forma, a questão 42 está plenamente alinhada ao conteúdo programático previsto no edital, não havendo justificativa para sua anulação.

Referência Bibliográfica:

Edital do Concurso Página 85, parte 2.

Conteúdo Programático:

PARTE 2:

"Fundamentos de Produção Animal: Importância econômica e social da produção animal. Sistemas de produção intensivos, semi-intensivos e extensivos. Cadeias produtivas. Interação solo-planta-animal. Nutrição e Alimentação Animal: Princípios de nutrição animal. Digestão e metabolismo. Exigências nutricionais das principais espécies de interesse zootécnico. Formulação de dietas. Conservação de forragens (silagem e fenação). Aditivos alimentares. Forragicultura e Pastagens: Espécies forrageiras. Implantação, manejo e recuperação de pastagens. Integração lavoura-pecuária. Manejo rotacionado. Produção de volumosos. Melhoramento Genético Animal: Princípios de genética quantitativa. Seleção e cruzamento. Avaliação genética. Biotecnologias reprodutivas aplicadas à produção animal. Reprodução Animal: Fisiologia reprodutiva. Manejo reprodutivo das principais espécies. Inseminação artificial. Controle de ciclos e eficiência reprodutiva. "

Página 85 do referido edital

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'E'.

A alternativa 'E' indica que a menor taxa de prenhez em novilhas submetidas à IATF frequentemente está relacionada à maior proporção de animais em anestro ou em fase pré-puberal no início do protocolo, especialmente quando não atingiram adequado desenvolvimento corporal e uterino. Isso interfere na dinâmica folicular, na capacidade de resposta aos hormônios utilizados e na ocorrência de ovulação sincronizada eficiente. Mesmo em condições nutricionais consideradas adequadas, a ciclicidade pode não estar plenamente estabelecida em todas as novilhas, reduzindo os índices de prenhez.

Já a alternativa 'A' é menos consistente fisiologicamente, pois a "menor exposição prévia à progesterona" não é considerada, isoladamente, um mecanismo determinante para redução da fertilidade em novilhas. Na verdade, muitos protocolos de IATF utilizam justamente dispositivos de progesterona exógena para modular o eixo hipotálamo-hipófise-ovário e induzir melhor sincronização folicular e ovulatória e nem sempre é obtida uma resposta satisfatória de prenhez em novilhas que não estejam ciclando.

Desta forma, mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

<http://www.cbra.org.br/portal/downloads/publicacoes/rbra/v45/n4/p.625-646.pdf>

Conteúdo Programático:

Biotecnologias reprodutivas aplicadas à produção animal. Reprodução Animal: Fisiologia reprodutiva. Manejo reprodutivo. Inseminação artificial. Página 87 do edital

CARGO(S): QUÍMICA - ABELARDO LUZ, QUÍMICA - LUZERNA, QUÍMICA – VIDEIRA

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'C'.

A assertiva I afirma que "a transição do modelo atômico de Rutherford para o modelo quântico permitiu explicar a existência de subníveis energéticos e orbitais". A afirmação deve ser interpretada em sentido conceitual e evolutivo amplo, isto é, como a passagem dos modelos clássicos, representados pelo modelo nuclear de Rutherford, para a formulação quântica da estrutura atômica.

Embora o modelo de Bohr tenha sido uma etapa histórica relevante ao introduzir níveis de energia quantizados, ele não explica adequadamente a existência de subníveis energéticos nem de orbitais. Esses conceitos pertencem ao modelo quântico moderno, desenvolvido a partir da mecânica quântica, especialmente com a descrição probabilística do elétron.

Assim, a omissão do modelo de Bohr na assertiva não torna a afirmação falsa, pois o enunciado não afirma que a evolução ocorreu de forma direta, exclusiva ou sem etapas intermediárias. O objetivo da assertiva é comparar o modelo de Rutherford, que não explica subníveis e orbitais, com o modelo quântico, que permite tal explicação.

Referência Bibliográfica:

BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E.; MURPHY, Catherine J.; WOODWARD, Patrick M.; STOLTZFUS, Matthew W. Química: a ciência central. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019

Conteúdo Programático:

Estrutura da Matéria e Teoria Atômica: Modelos atômicos. Estrutura eletrônica. Tabela periódica e propriedades periódicas.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'D'.

A assertiva II está correta ao afirmar que a adição lenta de ácido concentrado à água, sob agitação e resfriamento, reduz riscos térmicos e de projeção. O princípio fundamental de segurança nesse procedimento é que o ácido deve ser adicionado à água, e não o inverso, pois a diluição de ácidos concentrados é exotérmica e pode gerar aquecimento intenso, ebulição localizada e respingos.

A assertiva não afirma que o resfriamento é obrigatório em todos os preparos, nem que o procedimento foi realizado diretamente em balão volumétrico aferido sob baixa temperatura. Apenas descreve uma conduta compatível com a minimização dos riscos decorrentes da diluição exotérmica.

O argumento de que o resfriamento poderia comprometer a aferição volumétrica não se aplica ao núcleo da questão, que trata de segurança química e boas práticas laboratoriais, e não de validação metrológica final de solução padrão. Em laboratório, quando necessário, a solução pode ser resfriada durante a etapa inicial de diluição e somente depois transferida ou completada ao volume final em temperatura adequada.

Assim, a situação 2 está corretamente descrita quanto à segurança: adição lenta do ácido à água, com agitação e controle térmico.

Referência Bibliográfica:

BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E.; MURPHY, Catherine J.; WOODWARD, Patrick M.; STOLTZFUS, Matthew W. Química: a ciência central. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

https://www.gov.br/cbpf/pt-br/aceso-a-informacao/Regras_Seg_Quim_CBPF.pdf

Conteúdo Programático:

Segurança em Laboratório e Boas Práticas: Normas de segurança. Manipulação de reagentes. Descarte de resíduos químicos. Biossegurança aplicada à Química

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'E'.

A assertiva IV afirma que, no ferro galvanizado, o ferro permanece protegido da corrosão mesmo após o rompimento do revestimento. Tal afirmação está correta no contexto conceitual cobrado pela questão, pois o zinco, por apresentar maior tendência à oxidação que o ferro, atua como ânodo de sacrifício, protegendo catodicamente o ferro exposto em pequenas descontinuidades, riscos ou falhas do revestimento.

Em provas objetivas, a assertiva deve ser interpretada dentro do conceito químico clássico: o ferro galvanizado continua protegido mesmo quando há pequenas rupturas no revestimento, justamente porque o zinco se oxida preferencialmente ao ferro.

Dessa forma, a assertiva IV está correta, assim como as assertivas I, II e III. Portanto, mantém-se o gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E.; MURPHY, Catherine J.; WOODWARD, Patrick M.; STOLTZFUS, Matthew W. Química: a ciência central. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

Conteúdo Programático:

Pilhas e eletrólise. Corrosão.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'D'.

A assertiva III afirma que “o principal sumidouro para o metano atmosférico é a sua reação com moléculas de radical hidroxila”. Embora o radical hidroxila ($\bullet\text{OH}$) seja, do ponto de vista químico, uma espécie radicalar, o emprego do termo “moléculas” no contexto da frase não compromete a compreensão do fenômeno químico abordado nem torna a assertiva incorreta.

O objetivo da questão foi avaliar o conhecimento acerca do principal mecanismo de remoção do metano atmosférico, fato amplamente consolidado na química atmosférica: a oxidação do CH_4 pelo radical hidroxila ($\bullet\text{OH}$). O núcleo conceitual da assertiva permanece correto e inequívoco.

Além disso, em linguagem científica e didática, é comum o uso do termo “moléculas” para se referir a espécies químicas presentes na atmosfera, incluindo radicais livres, sem prejuízo ao entendimento do processo químico envolvido.

Dessa forma, não há erro conceitual capaz de invalidar a assertiva ou comprometer a objetividade da questão.

Referência Bibliográfica:

BAIRD, Colin; CANN, Michael. Química ambiental. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Conteúdo Programático:

Química Ambiental e Tecnológica: Poluição atmosférica, hídrica e do solo.

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'B'.

A equação foi apresentada na forma não balanceada, cabendo ao candidato realizar o balanceamento, conforme indicado no próprio enunciado: “com base no balanceamento da equação”. Assim, não há motivo para anulação por esse ponto.

As alternativas corretas são II e III, conforme gabarito divulgado (Letra B).

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E.; MURPHY, Catherine J.; WOODWARD, Patrick M.; STOLTZFUS, Matthew W. Química: a ciência central. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

Conteúdo Programático:

Estequiometria e Cálculos Químicos: Leis ponderais. Reações químicas. Balanceamento. Cálculos estequiométricos.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'D'.

A assertiva IV deve ser considerada correta. Embora não detalhe condições específicas de reação, a afirmação de que “o pentaclorofenol é preparado a partir da reação do fenol com excesso de Cl_2 ” está quimicamente adequada em termos gerais, pois descreve a cloração do anel fenólico para a formação do derivado pentaclorado. A ausência de informações como temperatura, solvente, catalisador ou controle reacional não invalida a sentença, uma vez que a assertiva não afirma que a reação ocorra de forma direta, quantitativa, seletiva ou isenta de subprodutos. Também não declara que o processo dispense catalisador ou condições específicas. Trata-se, portanto, de uma descrição sintética geral, compatível com a reatividade conhecida do fenol frente ao cloro em excesso. Assim, não há erro químico que justifique a anulação ou alteração do item. Considerando que a assertiva IV está correta, mantém-se o gabarito originalmente indicado, correspondente à alternativa D.

Referência Bibliográfica:

McMURRY, John. Química Orgânica. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2004

Conteúdo Programático:

Reações orgânicas. Polímeros.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'C'.

A assertiva IV foi corretamente considerada falsa, uma vez que, em complexos de coordenação, o metal central atua como ácido de Lewis (aceptor de pares eletrônicos) e os ligantes atuam como bases de Lewis (doadores de pares eletrônicos).

Contudo, a assertiva V permanece correta. A basicidade da amônia está diretamente relacionada à presença do par de elétrons não ligante no átomo de nitrogênio, característica cuja intensidade é influenciada pelas propriedades periódicas dos elementos do grupo 15, como eletronegatividade e raio atômico.

A assertiva não afirma que a basicidade decorre exclusivamente das propriedades periódicas, mas apenas que ela é influenciada por essas propriedades, o que é cientificamente correto. De fato, tendências periódicas explicam diferenças de basicidade entre os hidretos do grupo 15, sendo a disponibilidade do par eletrônico afetada pelas características eletrônicas do átomo central.

Dessa forma, permanecem corretas as assertivas I, III e V, mantendo-se o gabarito preliminar.

Recurso indeferido.

Referência Bibliográfica:

BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E.; MURPHY, Catherine J.; WOODWARD, Patrick M.; STOLTZFUS, Matthew W. Química: a ciência central. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

Conteúdo Programático:

Funções inorgânicas. Compostos de coordenação.

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'E'.

A assertiva IV está correta, considerando o enunciado da questão, que apresenta a concentração e as constantes de acidez de dois ácidos específicos. Ao se aplicar a expressão simplificada, verifica-se que os

graus de ionização obtidos para os dois ácidos são significativamente diferentes. Para o ácido acético, cuja constante de acidez é menor, a ionização é relativamente pequena em relação à concentração analítica, tornando a aproximação adequada. Por outro lado, para o ácido cloroacético, que possui valor de significativamente maior, a ionização é muito mais elevada, de modo que a simplificação deixa de fornecer uma boa aproximação, sendo necessário um tratamento matemático mais rigoroso.

Assim, a afirmação de que a expressão simplificada resulta em boa aproximação apenas para o ácido acético está correta no contexto apresentado pela questão. Considerando que a assertiva IV está correta, mantém-se o gabarito originalmente divulgado, correspondente à alternativa E.

Referência Bibliográfica:

1. SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE. Química Orgânica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 2. McMURRY, John. Química Orgânica. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2004.

Conteúdo Programático:

Estrutura e propriedades dos compostos orgânicos. Equilíbrio ácido-base. pH e pOH.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'D'.

A alegação de ausência de clareza quanto ao objetivo final da questão não procede, uma vez que o enunciado apresenta de forma organizada e sequencial todas as etapas necessárias à resolução. Inicialmente, são fornecidos os dados do HNO_3 comercial, seguidos do procedimento de diluição e, posteriormente, da composição da mistura reacional. Na sequência, o comando da questão estabelece expressamente:

“Com base nos dados apresentados, analise o trecho abaixo”, seguido de quatro lacunas claramente definidas, solicitando respectivamente:

- (i) a concentração molar analítica do HNO_3 comercial;
- (ii) a concentração após a diluição;
- (iii) a quantidade total de íons Cl^- antes da reação com Ag^+ ; e
- (iv) a identificação do reagente limitante na formação do AgCl .

Portanto, o objetivo da questão encontra-se explicitamente delimitado no próprio enunciado, inexistindo ambiguidade quanto ao que deve ser calculado em cada etapa.

Também não procede a alegação de ausência de articulação entre os conteúdos. A questão foi propositalmente estruturada de maneira progressiva e integrada, avaliando competências clássicas da Química Geral e Analítica, incluindo concentração em massa, molaridade, diluição e estequiometria de precipitação. Trata-se de abordagem didaticamente coerente e frequentemente empregada em avaliações da área.

Adicionalmente, o argumento de que o HNO_3 não participa diretamente da reação de formação do AgCl não invalida sua presença na questão. Os dados referentes ao ácido são indispensáveis para o preenchimento das duas primeiras lacunas, que compõem parte objetiva da resolução solicitada. A utilização de múltiplos conceitos em uma mesma questão não caracteriza vício ou ambiguidade, mas sim integração de conteúdos. Não há, ainda, possibilidade de múltiplas interpretações válidas. A resolução conduz objetivamente a uma única sequência correta de respostas, permitindo identificar de forma inequívoca a alternativa adequada.

Dessa forma, verifica-se que a questão apresenta clareza, coerência lógica, unicidade de resposta e adequação técnica, não havendo fundamento para anulação.

Referência Bibliográfica:

SKOOG, Douglas A.; WEST, Donald M.; HOLLER, F. James; CROUCH, Stanley R. Fundamentos de química analítica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Conteúdo Programático:

Soluções e concentrações. Diluição e misturas.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'A'.

A alegação de nulidade da questão em razão da ausência de balanceamento explícito da equação química não procede. O balanceamento de equações constitui competência elementar e inerente ao conteúdo programático de Química Geral, especialmente em questões envolvendo velocidade de reação, estequiometria, reagente limitante e rendimento químico.

O enunciado solicita expressamente que o candidato “analise a equação a seguir”, o que pressupõe interpretação química adequada da reação apresentada, incluindo o reconhecimento de sua forma balanceada quando necessário para aplicação das relações estequiométricas. Não há exigência de que toda equação seja previamente apresentada balanceada para que a questão seja válida, sobretudo quando o próprio balanceamento integra as habilidades avaliadas no item.

A assertiva IV é falsa. A reação apresentada possui 5 mols gasosos no lado dos reagentes e 2 mols gasosos no lado dos produtos. De acordo com o princípio de Le Chatelier, quando ocorre aumento de pressão (ou

diminuição de volume) em sistemas gasosos, o equilíbrio desloca-se para o lado com menor número de mols gasosos, ou seja, para os produtos neste caso. Assim, a afirmação de que a “diminuição do número de mols gasosos desloca o equilíbrio no sentido dos reagentes” está conceitualmente incorreta, pois contradiz o comportamento esperado para equilíbrios envolvendo espécies gasosas.

Referência Bibliográfica:

BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E.; MURPHY, Catherine J.; WOODWARD, Patrick M.; STOLTZFUS, Matthew W. Química: a ciência central. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

Conteúdo Programático:

Termodinâmica e Cinética Química

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'E'.

As semirreações apresentadas permanecem plenamente inteligíveis ao candidato com formação compatível com o conteúdo programático exigido, sendo possível identificar de maneira inequívoca os pares redox Cd^{2+}/Cd e Sn^{2+}/Sn , bem como os respectivos potenciais padrão de redução. A disposição “ $Sn^{2+} + 2e^{-}$ ” não gera ambiguidade material capaz de impedir a interpretação correta da equação química no contexto apresentado.

Além disso, as assertivas formuladas na questão dependem da comparação entre potenciais padrão de redução e da identificação do comportamento eletroquímico dos eletrodos, conteúdos claramente apresentados no enunciado. A resolução conduz objetivamente a uma única alternativa correta, sem margem para múltiplas interpretações válidas.

Não se verifica, portanto, prejuízo concreto à isonomia entre candidatos nem comprometimento da objetividade da avaliação.

Dessa forma, a questão mantém validade técnica, coerência conceitual e possibilidade inequívoca de resolução.

Referência Bibliográfica:

BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E.; MURPHY, Catherine J.; WOODWARD, Patrick M.; STOLTZFUS, Matthew W. Química: a ciência central. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

Conteúdo Programático:

Eletroquímica: Reações de oxirredução. Potencial padrão de eletrodo

CARGO(S): ZOOTECNIA - RIO DO SUL, ZOOTECNIA - SANTA ROSA DO SUL, ZOOTECNIA - CONCÓRDIA, ZOOTECNIA – VIDEIRA

QUESTÃO: 43 - ANULADA.

A questão aborda indicadores de eficiência reprodutiva em sistemas de produção de bovinos de corte, conforme previsto no conteúdo programático: “Reprodução Animal: Eficiência reprodutiva nos sistemas produtivos.”

O enunciado apresenta três indicadores: taxa de prenhez, intervalo entre partos (IEP) e taxa de desmame. O IEP é reconhecido como um indicador multifatorial, influenciado por diversos fatores, tais como condição corporal ao parto, manejo nutricional pré e pós-parto, anestro pós-parto, manejo da estação de monta e eficiência reprodutiva geral do rebanho.

A alternativa indicada como correta atribui ao IEP elevado causas específicas (falhas na detecção de estro ou mortalidade embrionária precoce), utilizando o termo “indica” de forma conclusiva. Entretanto, com base apenas nos dados apresentados no enunciado, não é possível estabelecer tal relação causal de forma inequívoca, uma vez que o indicador pode ser afetado por múltiplos fatores não discriminados na questão.

Além disso, o enunciado orienta a análise considerando manejo nutricional e estação de monta, aspectos que não são devidamente contemplados na alternativa indicada como correta.

As demais alternativas apresentam inconsistências técnicas, não sendo possível identificar uma alternativa que atenda plenamente ao comando da questão.

Dessa forma, constata-se comprometimento da objetividade e da unicidade da resposta.

Referência Bibliográfica:

*Milo C. Lucy. Reproductive physiology in cattle. Journal of Dairy Science, v. 104, 2021. Michael C. Wiltbank et al. Fertility in high-producing dairy cows. Theriogenology, v. 150, 2020.

Conteúdo Programático:

Reprodução Animal: Eficiência reprodutiva nos sistemas produtivos.

QUESTÃO: 48 - ANULADA.

A questão está inserida no conteúdo programático “Gestão e Planejamento da Produção Animal: Custos de produção”.

Na análise econômica da produção agropecuária, conforme metodologias consagradas (Matsunaga et al., CONAB, CEPEA), tem-se:

Custo Operacional Efetivo (COE): composto pelos desembolsos monetários diretos
Custo Operacional Total (COT): composto pelo COE acrescido de depreciações e, em alguns casos, mão de obra familiar
Custo Total (CT): composto pelo COT acrescido dos custos de oportunidade do capital e da terra
A alternativa ‘C’ afirma que a margem bruta é obtida pela diferença entre a receita bruta e o COE. Tal definição está correta e amplamente consolidada na literatura, sendo a margem bruta um indicador de curto prazo utilizado para avaliar a capacidade da atividade em cobrir seus custos operacionais diretos.

A alternativa ‘D’, por sua vez, afirma que o custo de oportunidade do capital compõe o COT. Entretanto, essa afirmação não é consensual, uma vez que, nas metodologias clássicas, o custo de oportunidade é incorporado ao Custo Total (CT), e não ao COT.

Dessa forma, verifica-se que:

Tanto a alternativa ‘C’ quanto a alternativa ‘D’ podem ser consideradas corretas, o que viola o princípio da objetividade das questões de múltipla escolha.

DECISÃO

Recurso deferido: Questão anulada.

Referência Bibliográfica:

Minoru Matsunaga et al. Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA. Agricultura em São Paulo, v. 23, 1976. Companhia Nacional de Abastecimento. Metodologia de cálculo de custos de produção. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Metodologia de custos de produção agropecuária.

Conteúdo Programático:

Gestão e Planejamento da Produção Animal: Custos de produção.

CARGO(S): HISTÓRIA – LUZERNA**QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'D'.**

A questão aborda o contexto político brasileiro na década de 1930, especialmente as articulações em torno das eleições presidenciais previstas para 1938, interrompidas pelo golpe do Estado Novo.

A assertiva I está incorreta, pois apresenta imprecisões relevantes. A caracterização como “candidato do governo” não procede, Armando de Salles Oliveira não era candidato do governo Vargas, ao contrário, representava setores oposicionistas paulistas, vinculados ao constitucionalismo. A denominação empregada na assertiva não compromete a compreensão histórica do fenômeno político descrito. O termo “União Democrática Brasileira” é utilizado, em determinados registros historiográficos, como referência ampla a setores oposicionistas liberais e constitucionalistas que apoiavam candidaturas civis no período. Ainda que não corresponda a uma sigla partidária formal consolidada como no período posterior (ex.: UDN), a expressão não inviabiliza a identificação do campo político ao qual o candidato estava vinculado. Assim, não se verifica erro conceitual que comprometa a objetividade da assertiva.

Assertiva II: Incorreta. José Américo era ligado ao grupo político de Vargas.

Sua base era nordestina e não paulista; não representando dessa forma o bloco constitucionalista paulista.

Assertiva III: Correta. A assertiva descreve corretamente a Ação Integralista Brasileira: caráter nacionalista, autoritário, inspirado em movimentos fascistas e sua inserção no contexto de polarização ideológica.

Referência Bibliográfica:

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Páginas 56 e 57.

Conteúdo Programático:

Era Vargas

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'E'.

A colonização portuguesa na América envolveu a articulação entre diferentes formas de exploração econômica, mecanismos de controle metropolitano e dinâmicas sociais complexas, que variaram conforme o tempo e o espaço colonial. Considerando essas dimensões, analise as afirmativas a seguir.

Alternativa A: Correta. A assertiva descreve o arrendamento da exploração do território a Fernão de Noronha nos primeiros anos do século XVI, prática reconhecida na historiografia como parte da fase inicial da presença portuguesa na América. Embora a redação utilize síntese ao mencionar “direito de explorar trezentas léguas”,

tal formulação não compromete o sentido histórico, sendo compatível com a linguagem de generalização adotada em avaliações objetivas. Não há erro factual ou conceitual que a torne incorreta. “As primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro se basearam no sistema de feitorias, adotado na costa africana. O Brasil foi arrendado por três anos a um consórcio de comerciantes de Lisboa, liderado pelo cristão-novo Fernão de Loronha ou Noronha, que recebeu o monopólio comercial, obrigando-se em troca, ao que parece, a enviar seis navios a cada ano para explorar trezentas léguas (cerca de 2 mil quilômetros) da costa e construir uma feitoria” (FAUSTO, pág.42).

Alternativa B: A alternativa apresenta a divisão entre bantos e sudaneses, classificação tradicional amplamente difundida na historiografia brasileira sobre a escravidão africana. o termo “sudaneses” foi historicamente empregado de forma ampla e não restrita à delimitação geopolítica contemporânea, designa, em muitos estudos, populações da África ao sul do Saara, incluindo áreas da África Ocidental e regiões adjacentes; tratando-se de categoria classificatória de caráter histórico-didático, não de delimitação etnográfica precisa. Assim, ainda que a historiografia mais recente refine tais categorias, a assertiva não apresenta erro inequívoco, mas sim uma generalização compatível com o nível de abordagem exigido.

Alternativa: C. Correta. A criação das Casas de Fundação, a partir da década de 1720, integrou o conjunto de medidas da Coroa portuguesa para intensificar o controle fiscal sobre a mineração. Tais medidas provocaram tensões locais e episódios de contestação, como a Revolta de Vila Rica (1720). A assertiva está historicamente fundamentada e não apresenta inconsistências.

Alternativa: D. Correta. A assertiva reconhece que instituições como irmandades religiosas e ordens leigas possuíam patrimônio e participavam da circulação de recursos na sociedade colonial. Embora não fossem instituições financeiras formais, há registros de administração de bens, concessão de créditos e práticas econômicas associadas à vida urbana e mercantil. A assertiva não afirma exclusividade nem centralidade dessas práticas, limitando-se a reconhecer sua existência.

Alternativa: E. Incorreta. A assertiva afirma que, nas regiões mineradoras, houve “reconfiguração dos critérios de prestígio social para além da posse de cativos e da grande propriedade rural”. Embora a atividade mineradora tenha ampliado a urbanização, a circulação de riqueza e certas possibilidades de mobilidade social, não houve alteração estrutural dos critérios de prestígio social. Estes continuaram fortemente vinculados à posse de escravizados, riqueza material e inserção nas elites coloniais. A assertiva extrapola ao sugerir uma transformação profunda desses critérios, o que não encontra respaldo consistente na historiografia.

Referência Bibliográfica:

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12 ed. São Paulo: Editora da USP, 2006; SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Página 43.

Conteúdo Programático:

Brasil Colonial: economia, sociedade e administração.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'A'.

Assertiva I: Verdadeira. A assertiva não nega a relevância dos conflitos étnicos, ao contrário, reconhece explicitamente os ataques contra populações igbos como fator importante e insere o petróleo como elemento determinante no aprofundamento e sustentação do conflito. Do ponto de vista historiográfico, os pogroms de 1966 constituem fator desencadeador imediato, entretanto, a questão das reservas petrolíferas da região Leste foi central para a viabilidade econômica da secessão, o interesse estratégico do governo federal e a a internacionalização do conflito. A assertiva articula múltiplos fatores e não reduz o processo a uma única causa, sendo compatível com interpretações consolidadas.

Assertiva II: Verdadeira. Está corretamente descrito que o governo federal caracterizou o conflito como “ação policial”, adotou medidas econômicas para enfraquecer Biafra, incluindo o bloqueio econômico e as políticas monetárias (como a introdução de nova moeda). Essas medidas contribuíram para o colapso financeiro e o agravamento da fome e da crise humanitária.

Assertiva III: Verdadeira. A assertiva descreve corretamente a posição da Organização da Unidade Africana, que defendeu a integridade territorial e reconheceu o conflito como interno.

Assertiva IV: Verdadeira. Distingue corretamente os países que reconheceram formalmente Biafra (como Tanzânia, Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia) e outros que ofereceram apoio político ou indireto. Em relação à China, a assertiva utiliza a expressão “expressaram apoio político”, que não equivale a reconhecimento diplomático e não implica necessariamente apoio material direto. No contexto da Guerra Fria e da disputa sino-soviética, manifestações políticas, retóricas e posicionamentos internacionais podem ser enquadrados como formas de apoio não institucionalizado. Além disso, a assertiva não afirma uniformidade nem intensidade desse apoio, apenas reconhece a existência de posicionamentos favoráveis no cenário internacional.

Referência Bibliográfica:

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. O papel da guerra de Biafra na construção do estado nigeriano: da independência à segunda república (1960-1979). Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.3. n.6, jul./dez., 2014

Conteúdo Programático:

África contemporânea

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'E'.

Alternativa A: Incorreta. Adam Smith — É um dos autores do século XVIII, associado ao liberalismo econômico e à obra A Riqueza das Nações. Seu pensamento centra-se no funcionamento dos mercados, na divisão do trabalho e na ideia de “mão invisível”.

Alternativa B: Incorreta. Thomas Hobbes — Desenvolveu a teoria do Estado baseada no contrato social, especialmente em Leviatã. Defende o poder absoluto do soberano e a necessidade de ordem para evitar o “estado de natureza”.

Alternativa C: Incorreta. John Locke — É associado à defesa dos direitos naturais (vida, liberdade e propriedade), ao governo limitado e à legitimidade baseada no consentimento.

Alternativa D: Robert Filmer. Incorreta — Defendeu a origem divina do poder monárquico (Patriarcha). Baseava-se na autoridade patriarcal, na legitimidade tradicional do rei.

Alternativa E: Nicolau Maquiavel. Correta — Nicolau Maquiavel é autor de O Príncipe e considerado um dos fundadores do pensamento político moderno. O excerto apresenta características centrais de sua obra como a análise realista da política, a valorização da eficácia da ação, o reconhecimento da importância das circunstâncias históricas e a ideia de que diferentes estratégias podem levar ao sucesso ou fracasso conforme o contexto. O trecho expressa claramente a noção maquiaveliana de adaptação entre ação política e “condições das épocas”.

A abordagem de autores clássicos como Nicolau Maquiavel é inerente ao estudo da modernidade, especialmente no que se refere à formação do pensamento político moderno, à ruptura com a tradição medieval e à construção de novas concepções de poder e Estado. Esses conteúdos são amplamente consolidados dentro da historiografia do Período Moderno e não dependem de indicação bibliográfica específica para sua cobrança. A questão apresenta enunciado claro e alternativas bem delimitadas, permite resolução com base em conhecimentos gerais do conteúdo programático. Solicita o reconhecimento do autor clássico e a associação entre texto e corrente de pensamento. Esta temática encontra-se citada no conteúdo programático e faz parte dos livros didáticos da Educação Básica.

Referência Bibliográfica:

MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. O Príncipe; tradução de Antonio Caruccio- Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2013. Página 122.

Conteúdo Programático:

Absolutismo

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão exige a identificação da correta associação entre autor e obra, considerando produções clássicas do pensamento econômico francês do século XVIII. O critério adotado pela banca é o de correspondência direta e inequívoca de autoria, conforme consagrado na historiografia.

Alternativa A: Incorreta. François Quesnay – L’Ami des Hommes. L’Ami des Hommes é obra de Victor de Riqueti, marquês de Mirabeau. Quesnay influenciou o autor, mas não é o autor da obra.

Alternativa B: Incorreta. Pierre-Samuel du Pont de Nemours – Tableau Économique. O Tableau Économique é obra de François Quesnay. Du Pont de Nemours atuou como divulgador da fisiocracia, mas não é autor do Tableau.

Alternativa C: Correta. Anne-Robert-Jacques Turgot – Réflexions sur la formation et la distribution des richesses. Trata-se de obra clássica de Turgot, publicada em 1766. A associação autor–obra é direta, inequívoca e universalmente reconhecida.

Alternativa D: Incorreta. Victor de Riqueti (Mirabeau) – Réflexions sur la formation et la distribution des richesses. A obra é de Turgot, não de Mirabeau.

Alternativa E: Incorreta. François Quesnay – Physiocratie. Embora seja correto afirmar que Quesnay é o principal formulador da doutrina fisiocrata, a obra Physiocratie reúne textos associados ao seu pensamento. Physiocratie (1768–1769) é uma compilação organizada por Pierre-Samuel du Pont de Nemours, não constitui obra individual, sistemática e autoral de Quesnay nos moldes exigidos pela questão. Trata-se de um conjunto editorial de textos fisiocratas, com participação de diferentes autores. Portanto, a associação apresentada na alternativa E não atende ao critério de autoria direta e inequívoca.

Referência Bibliográfica:

QUESNAY, François. Quadro econômico (Tableau Économique). In: HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013; TURGOT, Anne-Robert-Jacques. Reflexões sobre a formação e a distribuição das riquezas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas); MIRABEAU, Victor de Riqueti. O amigo dos homens (L'Ami des Hommes). Paris: 1756. Traduções parciais disponíveis em coletâneas de pensamento econômico.

Conteúdo Programático:

Iluminismo

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão aborda o desenvolvimento das armas nucleares no contexto da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos geopolíticos iniciais, tema plenamente inserido no conteúdo programático de História Contemporânea.

Assertiva I: Correta. A carta de Albert Einstein ao presidente Franklin D. Roosevelt, em 1939, alertou sobre o potencial desenvolvimento de armas nucleares pela Alemanha nazista. Esse documento é amplamente reconhecido como um dos fatores que impulsionaram o início do Projeto Manhattan.

Assertiva II: Incorreta. O primeiro teste nuclear bem-sucedido (Teste Trinity) ocorreu em julho de 1945, e não em 1944, no deserto de Alamogordo (Novo México) sob coordenação de J. Robert Oppenheimer.

Assertiva III: Incorreta. A assertiva apresenta dois problemas. Composição da Conferência de Yalta, na qual participaram Franklin D. Roosevelt, Joseph Stalin e Winston Churchill. Harry Truman não participou, pois só assumiria a presidência em abril de 1945. Em Yalta (fevereiro de 1945), o teste nuclear ainda não havia ocorrido, portanto, não poderia ter influenciado as negociações naquele momento.

A questão não exige memorização arbitrária, mas o domínio de marcos históricos amplamente consolidados, como o teste nuclear de 1945, a Conferência de Yalta e o papel do Projeto Manhattan durante a II Guerra Mundial. Os elementos citados são estruturantes da História Contemporânea e indispensáveis à compreensão do período. A avaliação de conhecimentos históricos inclui o domínio factual básico, a capacidade de situar eventos no tempo e a articulação entre processos históricos. A identificação de eventos-chave não se opõe à abordagem crítica, mas constitui sua base.

Referência Bibliográfica:

ARBEX JR., José. Guerra Fria: terror de Estado, política e cultura. São Paulo: Moderna, 1997. Páginas 41 e 42.

Conteúdo Programático:

Guerra Fria

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão exige a identificação da alternativa correta, considerando a permanência da escravidão no Brasil oitocentista diante de pressões internacionais (especialmente britânicas), transformações políticas internas e manutenção de estruturas econômicas escravistas.

Alternativa A: Correta. A assertiva articula corretamente três elementos centrais: a permanência do trabalho escravizado como base da economia, a baixa eficácia da Lei de 1831 (Lei Feijó) e a efetividade da repressão ao tráfico apenas com a Lei Eusébio de Queirós (1850). Trata-se de interpretação consolidada na historiografia: a lei de 1831 foi amplamente descumprida ("lei para inglês ver"); o tráfico ilegal persistiu em larga escala até 1850 e a repressão efetiva ocorre apenas a partir da segunda metade do século.

Alternativa B: Incorreta. A alternativa afirma que "foram adotadas medidas graduais de restrição ao tráfico e à escravização...". O problema central está na confusão entre tráfico e escravidão. Houve medidas voltadas à restrição do tráfico atlântico, mas não houve, no período imediato pós-Independência, medidas efetivas de restrição à instituição da escravidão em si. A expressão "medidas graduais de restrição à escravização" sugere política sistemática de limitação do regime escravista, o que não corresponde à realidade do período, a escravidão permaneceu juridicamente protegida e economicamente central. Ainda que contenha elementos parcialmente corretos, a assertiva apresenta imprecisão conceitual suficiente para invalidá-la como resposta correta.

Alternativa C: Incorreta. Afirma substituição precoce da mão de obra escravizada por imigrantes. A expansão cafeeira no Vale do Paraíba (primeira metade do século XIX) baseou-se predominantemente no trabalho escravizado. A imigração em larga escala ocorre apenas a partir da segunda metade do século, especialmente no Oeste Paulista.

Alternativa D: Incorreta. A Constituição de 1824 não estabeleceu restrições à escravidão e reconheceu juridicamente a propriedade, incluindo pessoas escravizadas. Não houve incentivo institucional à substituição do trabalho escravo nesse momento.

Alternativa E: Incorreta. Não houve enfraquecimento das elites agrárias. O período regencial manteve a centralidade dos interesses escravistas, não se verificaram políticas provinciais sistemáticas de restrição à escravidão.

Referência Bibliográfica:

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2019.

Conteúdo Programático:

Brasil Imperial - Primeiro Reinado. Período Regencial. Segundo Reinado.

CARGO(S): INFORMÁTICA - CAMPOS NOVOS, INFORMÁTICA - FRAIBURGO, INFORMÁTICA - SÃO BENTO DO SUL

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão apresenta um cenário clássico de administração de sistemas GNU/Linux no qual são exigidos três requisitos simultâneos: restrição de acesso entre grupos de usuários, herança automática do grupo proprietário nos arquivos criados em diretórios departamentais e impedimento de exclusão de arquivos de terceiros em diretório compartilhado. A alternativa B contempla corretamente esses três requisitos ao indicar o uso do bit setgid em diretórios, que garante a herança automática do grupo, e do sticky bit, que impede que usuários removam arquivos de outros dentro de diretórios com escrita compartilhada. Trata-se da solução padrão amplamente documentada e utilizada em sistemas baseados em Unix.

A alternativa E, por sua vez, é tecnicamente incorreta, pois a simples atribuição de permissões 770 via chmod não garante a herança de grupo, funcionalidade que depende especificamente do setgid, nem impede a exclusão de arquivos entre usuários do mesmo grupo, o que exige o uso do sticky bit. Além disso, a menção a práticas com ACLs no recurso não se sustenta, uma vez que a alternativa E não implementa ACLs e, ainda que implementasse, tais mecanismos não substituem diretamente o papel dos bits especiais no atendimento dos requisitos descritos. Dessa forma, não há coexistência de respostas corretas nem ambiguidade no enunciado, permanecendo válida apenas a alternativa B como resposta adequada.

Referência Bibliográfica:

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter B.; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

Conteúdo Programático:

Sistemas Operacionais: Fundamentos e arquitetura de sistemas operacionais. Instalação, configuração e administração de sistemas GNU/Linux. Gerenciamento de usuários, permissões, processos, serviços e sistemas de arquivos.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão aborda a distinção entre hipervisores do tipo 1 e tipo 2, conteúdo amplamente consolidado na literatura de sistemas operacionais e virtualização, e apresenta apenas uma alternativa plenamente correta do ponto de vista conceitual. A alternativa D descreve corretamente o hipervisor do tipo 1 como aquele executado diretamente sobre o hardware físico, sem dependência de sistema operacional hospedeiro, destacando ainda sua menor latência e maior eficiência no acesso aos recursos, além de apresentar exemplos adequados, como VMware ESXi e Microsoft Hyper-V em modo bare-metal. Trata-se da definição clássica e tecnicamente precisa desse tipo de hipervisor. As alternativas A e B, embora mencionem características reais dos hipervisores, apresentam erros conceituais claros ao inverterem suas classificações. A alternativa A incorretamente define o hipervisor do tipo 1 como dependente de sistema operacional hospedeiro, característica típica de hipervisores do tipo 2. A alternativa B, por sua vez, afirma que o hipervisor do tipo 2 é executado diretamente sobre o hardware físico e inclui exemplos que pertencem ao tipo 1, configurando erro técnico inequívoco. Tais inconsistências não geram ambiguidade, mas sim alternativas incorretas, como esperado em itens de múltipla escolha.

Quanto à alegação de ambiguidade na alternativa D, não se sustenta, uma vez que sua redação está alinhada com a definição aceita na literatura técnica e não apresenta contradições internas. A presença de alternativas com erros conceituais não compromete a validade da questão, mas cumpre o papel de discriminar o conhecimento do candidato. Dessa forma, não há múltiplas respostas possíveis nem prejuízo à objetividade do item. Portanto, indefere-se o pedido de anulação e mantém-se o gabarito da questão.

Referência Bibliográfica:

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter B.; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

Conteúdo Programático:

Sistemas Operacionais: Virtualização de sistemas.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão avalia a compreensão de estruturas de repetição com valor sentinela e a lógica de construção de algoritmos em Portugol, considerando o nível de abstração típico desse pseudocódigo. O algoritmo apresentado está correto no contexto proposto, pois realiza a leitura inicial da variável, utiliza adequadamente a condição de parada com valor sentinela, acumula os valores e contabiliza corretamente o número de entradas, além de tratar o caso em que nenhuma nota é informada. Dessa forma, atende integralmente ao problema descrito.

A alegação de erro conceitual na comparação entre número real e valor inteiro não se sustenta no contexto da questão. Em Portugol e em linguagens de alto nível, a comparação entre um valor real e um literal inteiro é válida, sendo o valor inteiro implicitamente convertido para o tipo real para fins de comparação. O valor sentinela utilizado é um número inteiro exato e representável sem erro em ponto flutuante, não havendo risco de imprecisão ou comportamento indefinido nessa situação específica. A problemática envolvendo precisão de ponto flutuante aplica-se a operações com números não exatos, como frações decimais, o que não é o caso do valor -1.

Portanto, não há erro técnico no algoritmo nem ambiguidade na alternativa correta. A alternativa C descreve corretamente o funcionamento do algoritmo, sendo a única que atende plenamente aos requisitos da questão. Assim, indefere-se o pedido de anulação e mantém-se o gabarito.

Referência Bibliográfica:

FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPÄCHER, Henri Frederico. Lógica de programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 28. ed. São Paulo: Érica, 2016.

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de Fundamentos da programação de computadores. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

Conteúdo Programático:

Algoritmos e Lógica de Programação: Construção e interpretação de algoritmos. Pseudocódigo (Portugol) e fluxogramas. Estruturas de controle: sequência, seleção e repetição. Procedimentos e funções. Testes e depuração de algoritmos.

QUESTÃO: 44 - ANULADA.

A questão apresenta inconsistência técnica relevante entre o enunciado e a alternativa apontada como correta. O cenário descreve falha de comunicação entre computadores conectados ao mesmo switch e pertencentes ao intervalo 192.168.1.0/24, sendo que apenas uma máquina possui máscara 255.255.0.0. Do ponto de vista dos fundamentos de redes de computadores, essa configuração, isoladamente, não impede a comunicação local entre hosts no mesmo domínio de camada 2. Em tal situação, a resolução de endereços via ARP ocorre normalmente, uma vez que ambos os lados interpretam os endereços 192.168.1.x como pertencentes à rede local, permitindo o estabelecimento da comunicação direta.

A alternativa B afirma que a comunicação local pode ocorrer normalmente via ARP, mas atribui a falha a problemas de comunicação com outras redes. Embora essa afirmação seja tecnicamente válida em termos gerais, ela não responde adequadamente ao problema descrito no enunciado, que trata explicitamente de falhas de comunicação entre computadores do mesmo laboratório. Dessa forma, há um desalinhamento entre a situação apresentada e a justificativa considerada correta.

Além disso, a questão não fornece elementos adicionais, como segmentação por VLAN, problemas físicos ou restrições de firewall, que pudessem justificar a falha relatada. Assim, o enunciado induz à busca de uma causa que não se sustenta tecnicamente com base apenas na inconsistência de máscara apresentada. Isso compromete a objetividade do item e impede a identificação inequívoca de uma única alternativa correta.

Diante do exposto, verifica-se que a questão apresenta ambiguidade e inconsistência conceituais suficientes para prejudicar sua validade.

Por conta dos motivos expostos, a banca decide pela anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David. Redes de computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

Conteúdo Programático:

Redes de Computadores: Fundamentos de redes. Protocolos básicos. Dispositivos de interconexão. Configuração básica de redes locais. Conectividade cabeada e sem fio.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão solicita a interpretação do comando `chmod 755 /var/www/html`, cujo objetivo é avaliar o conhecimento do candidato sobre a representação numérica de permissões no GNU/Linux. A conversão de 755 para `rxwx-rx-x` é direta e consolidada na literatura e na prática administrativa de sistemas, indicando que o proprietário possui permissões de leitura, escrita e execução, enquanto grupo e outros possuem permissões de leitura e execução.

A alegação de imprecisão quanto ao uso do termo “execução” em diretórios não compromete a validade da questão. No contexto de sistemas Unix e Linux, é prática consagrada utilizar a mesma notação simbólica `rxw` tanto para arquivos quanto para diretórios, sendo o significado do bit `x` interpretado conforme o tipo de objeto. Em diretórios, a permissão `x` é amplamente compreendida como a capacidade de acessar ou atravessar o diretório, e essa semântica é parte do conhecimento esperado do candidato. Assim, o uso do termo “execução” nas alternativas não configura erro técnico, mas sim a representação padrão do bit `x` na notação de permissões.

Quanto à ausência da opção recursiva no comando, não há prejuízo à interpretação, pois o enunciado refere-se explicitamente ao diretório informado, sendo correto afirmar que a alteração incide sobre esse objeto. A questão não exige análise sobre propagação de permissões para subdiretórios ou arquivos internos, não havendo ambiguidade nesse aspecto.

Dessa forma, a alternativa apontada como correta descreve adequadamente as permissões resultantes do comando apresentado, não havendo imprecisão técnica que comprometa a objetividade do item.

Portanto, indefere-se o recurso e mantém-se o gabarito da questão.

Referência Bibliográfica:

NEMETH, Evi et al. Unix and Linux system administration handbook. 5. ed. Boston: Addison-Wesley, 2017.

SOBELL, Mark G. A practical guide to Linux commands, editors, and shell programming. 4. ed. Boston: Addison-Wesley, 2018.

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter B.; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Conteúdo Programático:

Sistemas Operacionais: Instalação, configuração e administração de sistemas GNU/Linux. Gerenciamento de usuários, permissões, processos, serviços e sistemas de arquivos.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão descreve um cenário em que os destinatários recebem e-mails fraudulentos contendo informações personalizadas, como nome completo, departamento e ramal, com o objetivo de aumentar a credibilidade da mensagem e induzir ao fornecimento de credenciais por meio de link malicioso. Esse conjunto de características corresponde de forma direta e específica à definição de *spear phishing*, que é uma modalidade de phishing direcionada, baseada na personalização da mensagem para alvos específicos.

Embora seja correto afirmar que todo *spear phishing* é, em termos gerais, uma forma de phishing, a questão exige a identificação da classificação do ataque descrito no cenário apresentado, e não apenas sua categoria mais genérica. Em avaliações desse tipo, espera-se que o candidato reconheça a característica distintiva do ataque, que, no caso, é justamente o uso de dados individualizados para aumentar a eficácia da fraude. Dessa forma, a alternativa B apresenta a classificação mais precisa e adequada ao contexto.

A alternativa A, ao indicar apenas phishing, descreve corretamente a categoria geral do ataque, porém não contempla o elemento distintivo explicitamente destacado no enunciado, que é a personalização. Por esse motivo, é considerada incompleta diante do nível de especificidade requerido pela questão.

Quanto à alegação envolvendo *pretexting*, embora o uso de identidade falsa possa ser um elemento presente em ataques de engenharia social, o vetor principal descrito no enunciado é o envio de e-mail fraudulento com link para coleta de credenciais, o que caracteriza predominantemente um ataque de phishing direcionado. O *pretexting*, nesse caso, pode ser entendido como técnica complementar, mas não como a classificação principal do ataque.

Assim, não há duplicidade de respostas corretas nem ambiguidade que comprometa a objetividade do item, sendo a alternativa B a única que atende de forma completa e precisa ao enunciado.

Referência Bibliográfica:

STALLINGS, William. Criptografia e segurança de redes. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

Conteúdo Programático:

Segurança da Informação: Princípios de segurança. Antivírus e proteção contra ameaças digitais. Boas práticas de uso e administração de sistemas.

QUESTÃO: 53 - ANULADA.

A questão solicita o comportamento do comando kill -9, cuja alternativa apontada como correta afirma que o processo é encerrado “imediatamente” e “independentemente de seu estado atual”. Embora o sinal SIGKILL seja, de fato, não interceptável e não ignorável em espaço de usuário, a redação apresentada contém uma generalização absoluta que não se sustenta tecnicamente à luz do funcionamento do kernel Linux.

Conforme documentado na literatura clássica de sistemas operacionais, existem estados de processo que impedem o encerramento imediato mesmo diante do envio de SIGKILL. Em especial, processos no estado ininterruptível (TASK_UNINTERRUPTIBLE), tipicamente associados a operações de entrada e saída de baixo nível, não podem ser interrompidos por sinais enquanto aguardam a conclusão da operação, permanecendo ativos até que retornem a um estado em que possam ser finalizados. Nesses casos, o sinal SIGKILL permanece pendente, não sendo efetivado de forma imediata. Além disso, processos em estado zumbi já tiveram sua execução finalizada, restando apenas sua entrada na tabela de processos, de modo que o envio de sinais não produz qualquer efeito.

Dessa forma, a afirmação de que o encerramento ocorre “independentemente de seu estado atual” configura imprecisão técnica, especialmente em uma avaliação de nível superior, na qual se exige rigor conceitual. As exceções apresentadas não são meramente teóricas, mas fazem parte do comportamento real e documentado do sistema.

Considerando que as demais alternativas não apresentam descrição tecnicamente adequada do comportamento do comando, conclui-se que não há opção plenamente correta. Assim, a imprecisão na alternativa apontada como correta compromete a validade do item.

Referência Bibliográfica:

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter B.; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Conteúdo Programático:

Sistemas Operacionais: Fundamentos e arquitetura de sistemas operacionais. Instalação, configuração e administração de sistemas GNU/Linux. Gerenciamento de usuários, permissões, processos, serviços e sistemas de arquivos.

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'D'.

A alegação de violação ao edital baseia-se em interpretação restritiva do conteúdo programático, ao considerar que “Configuração e uso de navegadores web” e “Conceitos de internet e web” limitariam a cobrança exclusivamente ao lado cliente. Entretanto, o item “conceitos de internet e web” possui natureza ampla e abrange os fundamentos de funcionamento da Web como um todo, incluindo a interação entre cliente e servidor, modelos de requisição e resposta, e aspectos básicos de infraestrutura de serviços web.

A literatura clássica, como a própria obra de Tanenbaum citada no recurso, ao tratar da camada de aplicação, apresenta a Web como um sistema distribuído baseado no modelo cliente-servidor. Dessa forma, compreender o funcionamento de servidores web, ainda que em nível conceitual, insere-se no escopo dos fundamentos da Web, não sendo possível dissociar completamente os papéis de cliente e servidor na compreensão do serviço.

Adicionalmente, a abordagem de conceitos relacionados a servidores web, como o uso de hospedagem virtual em ambientes como o Apache, não necessariamente configura extrapolação do conteúdo programático, desde que tratada em nível compatível com os conhecimentos esperados para o cargo. A questão não exige implementação avançada ou administração aprofundada de servidores, mas sim a compreensão de um conceito diretamente relacionado ao funcionamento de serviços web.

Assim, não há afronta ao edital nem cobrança de conteúdo alheio ao programa previsto, mas sim a exploração de conhecimentos que integram os fundamentos de internet e web.

Referência Bibliográfica:

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

Conteúdo Programático:

Fundamentos de Sistemas de Computação: Instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva de computadores desktop, notebooks e servidores. Diagnóstico e solução de problemas.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão trata da alteração de orientação de páginas distintas em um documento no Microsoft Word 365, sendo necessário que cada orientação se aplique a páginas específicas e separadas fisicamente no documento. Para isso, o procedimento adequado envolve a inserção de quebras de seção do tipo “próxima página”, que garantem a segmentação efetiva do documento em páginas distintas, permitindo a aplicação independente de formatação, como orientação retrato ou paisagem.

A alternativa E atende corretamente a esse requisito ao indicar o uso apropriado de quebra de seção com separação em nova página, assegurando que a alteração de orientação ocorra exatamente nas páginas desejadas, sem comprometer a estrutura do documento.

A alternativa C, embora mencione o uso de quebra de seção contínua, não é adequada para o cenário descrito. A quebra de seção contínua mantém o conteúdo na mesma página, sendo utilizada para alterações de formatação dentro de uma mesma página, não garantindo a separação física entre páginas distintas com orientações diferentes. Dessa forma, seu uso não atende corretamente ao enunciado, que exige segmentação entre páginas.

Assim, não há ambiguidade entre as alternativas, pois apenas a alternativa E apresenta o procedimento tecnicamente correto para o objetivo proposto.

Referência Bibliográfica:

FRYE, Curtis. Microsoft Word 365 step by step. Redmond: Microsoft Press, 2022. PINARD, Katherine T. Microsoft Office 365: illustrated fundamentals. Boston: Cengage Learning, 2020.

Conteúdo Programático:

Aplicativos de Escritório e Produtividade: Microsoft Office 365. Configuração e personalização do ambiente. Criação, formatação e edição de documentos e planilhas.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão aborda fundamentos de segurança em redes sem fio, especificamente a evolução dos mecanismos de autenticação entre WPA2 e WPA3. A alternativa apontada como correta descreve o uso do protocolo SAE (Simultaneous Authentication of Equals) no WPA3, destacando sua principal característica: a mitigação de ataques de dicionário offline, inclusive em cenários em que a senha apresenta baixa entropia.

Do ponto de vista conceitual e conforme a especificação da Wi-Fi Alliance, o SAE foi projetado justamente para substituir o modelo baseado em PSK do WPA2, eliminando a possibilidade de captura de material suficiente para realização de ataques offline, exigindo interação direta com o ponto de acesso para cada tentativa de autenticação. Essa propriedade representa um avanço significativo em relação ao WPA2 e constitui o fundamento esperado de conhecimento para o nível da questão.

A argumentação apresentada no recurso, baseada nas vulnerabilidades conhecidas como Dragonblood, é tecnicamente válida no contexto de segurança avançada e análise de implementações. De fato, foram identificadas fragilidades em versões iniciais do protocolo, relacionadas a ataques de canal lateral, posteriormente tratadas por meio de atualizações e ajustes na especificação. Contudo, tais vulnerabilidades não invalidam o modelo conceitual do SAE, mas sim evidenciam problemas específicos de implementação, já corrigidos e não inerentes ao funcionamento ideal do protocolo.

Em provas objetivas, especialmente no contexto de fundamentos de redes, considera-se o comportamento esperado conforme o projeto e a especificação da tecnologia, e não exceções decorrentes de falhas transitórias ou cenários altamente especializados. Assim, a afirmação de que o WPA3 oferece proteção contra ataques de dicionário offline deve ser interpretada no âmbito conceitual, não como uma garantia absoluta em qualquer implementação possível.

Referência Bibliográfica:

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David. Redes de computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

Conteúdo Programático:

Redes de Computadores: Fundamentos de redes. Protocolos básicos. Configuração básica de redes locais. Conectividade cabeada e sem fio.

CARGO(S): INFORMÁTICA: LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO – CONCÓRDIA**QUESTÃO: 43 - ANULADA.**

Embora o enunciado da questão tenha explicitamente estabelecido que o pivô seria o primeiro elemento do subvetor, tal definição entra em conflito direto com a conceituação clássica do algoritmo de partição de Lomuto,

amplamente consolidada na literatura de referência, como em Introduction to Algorithms, na qual o pivô é definido como o último elemento do vetor. A simples inclusão de uma redefinição operacional no enunciado não é suficiente para afastar o vício conceitual, uma vez que o nome do algoritmo não possui caráter genérico ou flexível, mas sim técnico e rigorosamente estabelecido. Ao associar o termo “Lomuto” a uma característica que não lhe pertence, a questão cria uma inconsistência que pode induzir ao erro justamente o candidato que domina corretamente o conteúdo. Tal situação compromete a objetividade da avaliação, pois admite mais de uma interpretação razoável. Em razão dessa incongruência conceitual, entende-se que a questão apresenta vício insanável, motivo pelo qual se decide por sua anulação.

Referência Bibliográfica:

CORMEN, Thomas H.; LEISERSON, Charles E.; RIVEST, Ronald L.; STEIN, Clifford. Introduction to Algorithms. 3. ed. Cambridge: MIT Press, 2009.

Conteúdo Programático:

Algoritmos de ordenação: quicksort

CARGO(S): INFORMÁTICA: PROGRAMAÇÃO BÁSICA E PROGRAMAÇÃO WEB – IBIRAMA

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'A'.

A expressão "ao interagir com o banco de dados" delimita o escopo da questão à categoria de vulnerabilidades de interação aplicação-SGBD. A cláusula "assumindo que as credenciais estão corretas" exclui expressamente do universo da resposta qualquer discussão sobre o tratamento dado às credenciais — afastando a alternativa C.

SQL Injection (CWE-89) é, segundo OWASP Top 10 (A03:2021), CWE/SANS Top 25 e NIST SP 800-53, a vulnerabilidade canônica da categoria "interação com banco de dados". Credenciais hard-coded enquadram-se em CWE-798, categoria distinta de Security Misconfiguration (A05:2021) — gestão de segredos, não interação com banco. As camadas de segurança são reconhecidamente estanques na literatura especializada.

A vulnerabilidade da alternativa A não é hipotética. A análise de segurança defensiva avalia também o que a arquitetura deveria prever. Um código que instancia conexão mysqli sem instituir mecanismos de Prepared Statements apresenta falha arquitetural concreta, pois não existe propósito legítimo para criar tal conexão senão executar consultas. A própria redação da alternativa ("em consultas futuras") é tecnicamente precisa ao reconhecer essa inevitabilidade.

A alternativa C opera em camada distinta. A solução para credenciais expostas (variáveis de ambiente, secret managers, arquivos .env) não altera em nada a interação com o banco — a chamada new mysqli() permanece idêntica. Isso comprova que se trata de vulnerabilidade de outra natureza, fora do escopo do enunciado.

Princípio da resposta mais específica. Conforme doutrina de elaboração de itens objetivos, a alternativa A é mais específica e completa: identifica vulnerabilidade nominal (SQL Injection), aponta contramedida técnica precisa (Prepared Statements) e vincula-se diretamente ao escopo delimitado. A alternativa D é genérica e aplicar-se-ia a qualquer código contendo credenciais.

Conclusão. Não há dupla resposta: existe uma alternativa correta (B), aderente ao recorte do enunciado, e distratores tecnicamente verdadeiros porém fora do escopo. Indefere-se o pedido. Mantém-se o gabarito B.

Referência Bibliográfica:

OWASP Foundation. OWASP Top 10:2021. Disponível em: <https://owasp.org/Top10/>. Acesso em: abr. 2026. Categoria A03:2021 — Injection (inclui SQL Injection); Categoria A05:2021 — Security Misconfiguration (inclui hard-coded credentials). OWASP Foundation. Application Security Verification Standard (ASVS) v4.0.3. OWASP, 2021. Capítulo V5 — Validation, Sanitization and Encoding Requirements (item V5.3.4 trata expressamente de Prepared Statements). OWASP Foundation. SQL Injection Prevention Cheat Sheet. Disponível em:

https://cheatsheetseries.owasp.org/cheatsheets/SQL_Injection_Prevention_Cheat_Sheet.html. Aponta Prepared Statements com Parameterized Queries como "Defense Option 1" — defesa primária contra SQL Injection.

Conteúdo Programático:

Conexão com banco de dados MySQL utilizando mysqli. Comandos SQL SELECT, INSERT, UPDATE e DELETE executados via PHP.

**CARGO(S): INFORMÁTICA: ENGENHARIA DE SOFTWARE E BANCO DE DADOS - CONCÓRDIA,
INFORMÁTICA: ENGENHARIA DE SOFTWARE E BANCO DE DADOS - SÃO BENTO DO SUL**

QUESTÃO: 37 - ANULADA.

A elaboração da alternativa C pautou-se na literatura acadêmica clássica de Engenharia de Software, especificamente na obra de Ian Sommerville (9ª edição, 2011). Nessa obra, o autor descreve o papel do Scrum Master com foco na proteção da equipe contra interferências externas, utilizando termos que sugerem o isolamento da equipe para garantir a produtividade durante a Sprint. No entanto, o Scrum Guide 2020, que é o documento normativo oficial, mais atualizado que o livro de Sommerville, e possui um entendimento diferente acerca da questão. Na literatura atual, o papel do Scrum Master evoluiu de um "escudo/canalizador" para um líder que facilita a remoção de barreiras, sem necessariamente centralizar ou "canalizar" toda a comunicação externa.

Reconhece-se que, embora a alternativa C encontre respaldo em edições mais antigas de livros de engenharia de software, ela apresenta imprecisões terminológicas quando confrontada com o documento normativo atualizado do framework (Scrum Guide). Como as demais alternativas são consensualmente incorretas, a questão resta sem uma única alternativa que seja tecnicamente irrepreensível sob a ótica do framework oficial.

Referência Bibliográfica:

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Conteúdo Programático:

Metodologia ágil Scrum.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão aborda o tópico clássico "Quando não usar um SGBD", amplamente documentado na literatura de referência, como em Elmasri e Navathe (Sistemas de Banco de Dados). As demais alternativas descrevem com precisão cenários em que o custo extra ou o processamento de um SGBD pleno não se justificam: aplicações estáticas (A), requisitos rigorosos de tempo real (B), limitações severas de hardware/embarcados (C) e isolamento estrito sem multiusuário (D). Todas essas situações são apontadas pelos autores como justificativas válidas para o uso de arquivos comuns. A Incorreção da Alternativa E (Gabarito): A alternativa E, por sua vez, afirma que "arquivos comuns" trariam "agilidade no desenvolvimento" de sistemas como caixas de loja (PDVs) e controle de estoque. Essa afirmação é tecnicamente incorreta (atendendo ao comando da questão), pois aplicações comerciais, financeiras e de inventário exigem propriedades transacionais (ACID - Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade), controle de integridade e recuperação de falhas. Implementar tais controles do zero utilizando "arquivos comuns" aumentaria drasticamente a complexidade e o tempo de desenvolvimento. Nesse cenário, a adoção de um SGBD é justamente o que provê agilidade, repassando a gestão dos dados para o software gerenciador.

O recorrente argumenta que aplicações de prateleira muitas vezes utilizam soluções como o SQLite, o que tornaria a adoção de um SGBD "desnecessária". Trata-se de um equívoco conceitual. O SQLite é, por definição, um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional (SGBD) completo, que apenas possui uma arquitetura embutida (serverless). O uso de SQLite não configura o uso de "arquivos comuns" ou dispensa do uso de SGBD, mas sim a adoção de uma categoria específica de SGBD. Outro ponto é afirmar: " enunciado da alternativa E descreve uma situação em que sistemas de prateleira ('off-the-shelf') já embarcam seu próprio mecanismo de persistência de dados, sendo a adoção de um SGBD separado potencialmente desnecessária e custosa". Mas a alternativa E não fala em adotar um SGBD *separado* para um sistema pronto, mas sim do "*desenvolvimento* de aplicações comerciais de prateleira", ou seja, trata da perspectiva do desenvolvedor do sistema de prateleira. Por fim, a afirmação " A distinção entre D e E é tênue, o que torna a questão ambígua." não procede, tendo em vista os requisitos exigidos para o desenvolvimento de softwares de gerenciamento de estoques e caixas, mesmo em lojas pequenas.

Não há ambiguidade na questão. As alternativas A, B, C e D retratam fielmente a teoria sobre as restrições ao uso de SGBDs. A alternativa E descreve uma situação em que o uso de arquivos comuns seria altamente prejudicial ao desenvolvimento, sendo, portanto, a alternativa INCORRETA sobre as justificativas de uso de arquivos comuns.

Referência Bibliográfica:

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de banco de dados. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2011.

Conteúdo Programático:

Sistema gerenciador de banco de dados.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'C'.

A banca examinadora analisou o recurso interposto e concluiu pelo seu indeferimento, considerando que não há erro técnico de formulação na questão, mas sim uma falha de interpretação lógica por parte do recorrente quanto ao formato da prova.

1. Sobre as assertivas I e III: O próprio recorrente concorda e atesta em sua fundamentação que a assertiva III apresenta a definição correta da Terceira Forma Normal (3ª FN). A assertiva I, da mesma forma, descreve corretamente a Primeira Forma Normal (1ª FN) sob a ótica da atomicidade dos atributos.

2. Sobre a assertiva II: O recorrente argumenta que a assertiva II está "claramente errada" porque descreve que a 2ª FN exige dependência parcial, quando, na verdade, a literatura determina que a 2ª FN a proíbe (exigindo dependência total da chave primária composta). O apontamento conceitual do candidato está correto; no entanto, em uma questão que solicita a análise de assertivas para identificar "quais estão corretas", a presença de afirmações com inversões conceituais (itens falsos/distratores) é o artifício metodológico padrão e intencional para avaliar o domínio do candidato sobre o tema.

3. Ausência de Ambiguidade: Não há ambiguidade ou vício no fato de uma assertiva falsa conter um erro técnico. O candidato que de fato domina o conteúdo, como o próprio recorrente demonstrou em sua análise, reconhece a falsidade da assertiva II e a veracidade das assertivas I e III. A conclusão lógica e direta dessa análise é a seleção da alternativa C ("Apenas I e III"), que é exata e inequivocamente correta.

Por não haver nenhum erro na indicação do gabarito ou vício na elaboração da questão, que cumpriu plenamente seu objetivo de avaliação, indefere-se o pedido de anulação.

Referência Bibliográfica:

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de banco de dados. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2011.

Conteúdo Programático:

Normalização até a terceira forma normal.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'C'.

A banca examinadora analisou conjuntamente os recursos interpostos contra a Questão 56, que solicitam, respectivamente, a anulação por suposta ambiguidade da alternativa C e a alteração de gabarito para a alternativa B. Ambos os pleitos baseiam-se em interpretações das abstrações de linguagens modernas, as quais não descaracterizam os fundamentos arquiteturais do mecanismo de exceção abordados pela questão. A alternativa B afirma que exceções são projetadas para processar erros síncronos. Esta afirmação é correta e encontra amparo literal na literatura clássica de Ciência da Computação e Engenharia de Software (e.g., Deitel, Java Como Programar). Ao nível arquitetural e de sistema, uma exceção é um evento síncrono originado pela execução de uma instrução específica do código (como uma divisão por zero ou uma falha de desreferenciamento de ponteiro), resultando no desempilhamento da pilha de execução (stack unwinding). O fato de linguagens modernas utilizarem abstrações sintáticas (como Promises ou async/await) para encapsular lógicas assíncronas dentro de blocos try/catch não altera a natureza fundamental do mecanismo de exceção, que atua sobre a instrução no momento de sua avaliação.

A alternativa C afirma que o tratamento de exceção deve ser utilizado para lidar com problemas associados a eventos assíncronos, citando como exemplos a conclusão de leituras em disco e a chegada de requisições de rede. Essa afirmação está incorreta, o que a torna o gabarito adequado da questão. Eventos assíncronos de hardware ou sistema (como o término de uma leitura em memória secundária ou o recebimento de pacotes de rede) são tratados por mecanismos próprios de controle de fluxo de eventos, como interrupções (interrupts), rotinas de tratamento de interrupção (ISRs), callbacks ou event listeners. O mecanismo de tratamento de exceções não foi projetado para gerenciar a ocorrência natural desses eventos assíncronos. O lançamento de uma IOException, citado por um dos recorrentes, ocorre de forma síncrona na thread que tentou realizar a operação, e não como um mecanismo de escuta do evento assíncrono em si.

A questão avalia os conceitos estruturais e de boas práticas do mecanismo de exceção. A alternativa B é fundamentalmente correta. A alternativa C subverte o conceito arquitetural de tratamento de exceção ao atribuir a ele funções de escuta de eventos assíncronos, sendo inequivocamente a alternativa INCORRETA. Inexistindo imprecisões técnicas, o gabarito divulgado é ratificado.

Referência Bibliográfica:

DEITEL, Paul; DEITEL, Harvey. Java: como programar. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

Conteúdo Programático:

Tratamento de exceções.

11.4 Quando utilizar o tratamento de exceção

O tratamento de exceção é projetado para processar **erros síncronos**, que ocorrem quando uma instrução executa. Os exemplos mais comuns que veremos ao longo do livro são *índices de array fora dos limites*, *estouro aritmético* (isto é, um valor fora do intervalo representável dos valores), *divisão por zero*, *parâmetros de método inválidos* e *interrupção de thread* (como veremos no Capítulo 23). O tratamento de exceção não é projetado para processar problemas associados com os **eventos assíncronos** (por exemplo, conclusões de E/S de disco, chegadas de mensagem de rede, cliques de mouse e pressionamentos de tecla), que ocorrem paralelamente com fluxo de controle do programa e *independentemente* dele.



Observação de engenharia de software 11.2

Incorpore seu tratamento de exceção e a estratégia de recuperação de erro a seu sistema desde o início do processo de projeto — incluí-las depois que um sistema foi implementado pode ser difícil.



Observação de engenharia de software 11.3

O tratamento de exceção fornece uma técnica única e uniforme para documentar, detectar e recuperar-se de erros. Isso ajuda os programadores que trabalham em grandes projetos a entender o código de processamento de erro uns dos outros.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'B'.

Solicitou-se a anulação da questão sob o argumento de que a assertiva I conteria uma parte verdadeira (a definição de modificação de consulta) e uma parte falsa (a atribuição de vantagem que pertence à materialização de visões), gerando ambiguidade. Esse argumento não encontra respaldo nos princípios de avaliação objetiva. Em itens de julgamento estruturados, uma proposição composta só pode ser considerada "CORRETA" se todas as suas premissas e conclusões forem verdadeiras. A presença de uma afirmação tecnicamente incorreta em sua conclusão torna a assertiva I inteiramente falsa, não configurando qualquer ambiguidade, "meia verdade" ou vício de elaboração.

As assertivas I, II e III apresentam incorreções conceituais claras frente às estratégias de implementação de visões (modificação de consulta e materialização). Portanto, não há alternativa válida além daquela que aponta todas como incorretas.

Inexistindo vícios na formulação da questão e constatando-se que a alternativa B reflete a exata análise técnica exigida, a banca indefere os recursos e ratifica o gabarito preliminar divulgado.

Referência Bibliográfica:

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de banco de dados. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2011.

Conteúdo Programático:

Visões.

CARGO(S): INFORMÁTICA: HARDWARE E REDES - BLUMENAU, INFORMÁTICA: HARDWARE E REDES – FRAIBURGO

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'B'.

Cada fragmento da alternativa B é sustentado por uma afirmação literal de Tanenbaum. Não há ambiguidade na alternativa:

"O modelo OSI tem três conceitos fundamentais: 1. Serviços. 2. Interfaces. 3. Protocolos. [...] Provavelmente a maior contribuição do modelo OSI seja tornar explícita a distinção entre esses três conceitos."

(TANENBAUM, A. S.; FEAMSTER, N.; WETHERALL, D. Redes de Computadores. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2021. p. 38 — sobre o modelo OSI)

"Além disso, o modelo não diferencia com a clareza necessária os conceitos de serviço, interface e protocolo." (TANENBAUM et al. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021. p. 42 — sobre o modelo TCP/IP)

O termo "explícita" não implica exclusividade; descreve uma contribuição conceitual atribuída ao OSI pela própria literatura de referência.

A expressão "não aparecia de forma clara no TCP/IP original" captura o que Tanenbaum afirma na p. 42: "o modelo não diferencia com a clareza necessária".

Para que a alternativa B fosse incorreta, seria necessário que pelo menos uma de suas duas afirmações fosse falsa: (i) que o OSI "não" tornou essa distinção explícita, ou (ii) que o TCP/IP original "tornou" essa distinção clara.

A razão pela qual a distinção não aparecia no TCP/IP original é estrutural: o OSI foi concebido como modelo de referência, cuja função é precisamente tornar conceitos explícitos para fins de padronização. O TCP/IP nasceu como família de protocolos funcionais — não foi projetado como modelo conceitual:

"O modelo OSI não é um protocolo; trata-se de um modelo para compreender e projetar uma arquitetura de redes flexível, robusta e interoperável."

(FOROUZAN, B. A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010. p. 29)

Referência Bibliográfica:

Referências: TANENBAUM, A. S.; FEAMSTER, N.; WETHERALL, D. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021. pp. 38–43. FOROUZAN, B. A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores. 4. ed. AMGH, 2010. pp. 29–30. KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de Computadores e a Internet. 8. ed. Pearson, 2021. Cap. 1, Seção 1.5.

Conteúdo Programático:

Fundamentos de Redes de Computadores. Modelo de referência OSI. Modelo TCP/IP

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'D'.

Sobre a alternativa I, as transcrições confirmam:

"Um algoritmo de escalonamento não preemptivo escolhe um processo para ser executado e então o deixa ser executado até que ele seja bloqueado (seja em E/S ou esperando por outro processo), ou libera voluntariamente a CPU. [...] Na realidade, nenhuma decisão de escalonamento é feita durante interrupções de relógio."

(TANENBAUM, A. S.; BOS, H. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016. p. 106)

"No scheduling sem preempção, uma vez que a CPU tenha sido alocada a um processo, este a ocupa até liberá-la no encerramento ou ao passar para o estado de espera."

(SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B.; GAGNE, G. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. Cap. 6, Seção 6.1.3)

Tanenbaum afirma explicitamente que "nenhuma decisão de escalonamento é feita durante interrupções de relógio", a tese defendida pela assertiva I. Se um sistema permite que uma interrupção de relógio force a troca de processo, esse sistema é preemptivo por definição, mas a alternativa trata precisamente do caso não preemptivo.

A assertiva III é incorreta porque afirma que o SJF minimiza o tempo médio de espera "mesmo quando novas tarefas chegam ao sistema em momentos distintos ao longo da execução." A propriedade de otimalidade do SJF é válida apenas em cenário estático — quando todas as tarefas já estão disponíveis no momento do escalonamento. As fontes explicitam o ponto:

"Vale a pena destacar que a tarefa mais curta primeiro é ótima apenas quando todas as tarefas estão disponíveis simultaneamente."

(TANENBAUM; BOS. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. Pearson, 2016. p. 109)

"O algoritmo de scheduling SJF é comprovadamente ótimo, pelo fato de fornecer o tempo médio de espera mínimo para determinado conjunto de processos."

(SILBERSCHATZ; GALVIN; GAGNE. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. Cap. 6, Seção 6.3.2)

"Apenas quando todas as tarefas estão disponíveis simultaneamente" (Tanenbaum) contradiz diretamente "mesmo quando novas tarefas chegam ao longo da execução", na assertiva III. Silberschatz fala em "determinado conjunto de processos" — conjunto fixo, não chegadas dinâmicas. Portanto, a alternativa III é incorreta, conforme o gabarito, alternativa D, que não a inclui.

O gabarito classifica a alternativa II como falsa precisamente porque o FCFS insere o processo retornante no fim da fila, e não no início como a assertiva afirma:

"Quando um processo bloqueado fica pronto — assim como uma tarefa que chegou há pouco —, ele é colocado no fim da fila, atrás dos processos em espera."

(TANENBAUM; BOS. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. Pearson, 2016. p. 109)

"Quando um processo entra na fila de prontos, seu PCB é conectado à cauda da fila."

(SILBERSCHATZ; GALVIN; GAGNE. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. Cap. 6, Seção 6.3.1)

Sobre a alternativa IV, Tanenbaum emprega o termo "suspensão" da assertiva para descrever esse mecanismo:

"Um algoritmo de escalonamento preemptivo escolhe um processo e o deixa executar por no máximo um certo tempo fixado. Se ele ainda estiver executando ao fim do intervalo de tempo, ele é suspenso e o escalonador escolhe outro processo para executar."

(TANENBAUM; BOS. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. Pearson, 2016. p. 106)

"No algoritmo de scheduling RR, nenhum processo é alocado à CPU por mais de 1 quantum de tempo sucessivamente [...]. Se o pico de CPU de um processo exceder 1 quantum de tempo, esse processo é interceptado e devolvido à fila de prontos."

(SILBERSCHATZ; GALVIN; GAGNE. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. Cap. 6, Seção 6.3.4)

Silberschatz descreve o mesmo evento com linguagem diferente ("interceptado e devolvido à fila de prontos"), mas o mecanismo é idêntico: o processo perde a CPU ao fim do quantum e retorna à fila de prontos.

Referência Bibliográfica:

Referências: TANENBAUM, A. S.; BOS, H. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. Pearson, 2016. pp. 106, 109. SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B.; GAGNE, G. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. Cap. 6, Seções 6.1.3, 6.3.1, 6.3.2, 6.3.4.

Conteúdo Programático:

Sistemas Operacionais. Gerenciamento de processos

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'D'.

O gabarito é a alternativa D, que não inclui a assertiva III.

Sobre a alternativa IV, as transcrições abaixo declaram explicitamente que Linux e Windows adotam como política geral a não implementação de mecanismos abrangentes de tratamento de deadlocks, o que a assertiva IV afirma.

"Falando de modo geral, podemos lidar com o problema do deadlock de uma entre três maneiras: [1] Podemos usar um protocolo para impedir ou evitar a ocorrência de deadlocks, assegurando que o sistema nunca entrará em estado de deadlock. [2] Podemos permitir que o sistema entre em estado de deadlock, detecte-o e se recupere. [3] Podemos ignorar o problema completamente e fingir que deadlocks nunca ocorrem no sistema. A terceira solução é a usada pela maioria dos sistemas operacionais, incluindo o Linux e o Windows. Nesse caso, é responsabilidade do desenvolvedor de aplicações escrever programas que manipulem deadlocks."

(SILBERSCHATZ; GALVIN; GAGNE. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. Cap. 7, Seção 7.3)

"A maioria dos sistemas operacionais, incluindo UNIX e Windows, na essência apenas ignora o problema presumindo que a maioria dos usuários preferiria um livelock ocasional (ou mesmo um impasse) do que uma regra que impedisse que dois processos quaisquer fossem executados ao mesmo tempo."

(TANENBAUM; BOS. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. Pearson, 2016. p. 318)

"Mecanismos abrangentes" corresponde precisamente às opções [1] e [2] da taxonomia de Silberschatz §7.3: prevenção/evasão e detecção/recuperação. Linux e Windows adotam a opção [3], o que significa, por definição, ausência de mecanismos abrangentes de tratamento.

"abrangente: adj. que abrange; que compreende; que engloba; amplo, extenso."

(MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Verbetes: abrangente. São Paulo: Editora Melhoramentos.

"Ignorar completamente e fingir que nunca ocorrem" (Silberschatz §7.3) é semanticamente incompatível com "que abrange, compreende, engloba": um sistema que adota oficialmente a postura de ignorar o problema não dispõe, por definição, de mecanismo que o abranja.

Quanto ao lockdep (Linux) e Driver Verifier (Windows): são ferramentas de diagnóstico para desenvolvedores de kernel e drivers de dispositivo, não mecanismos gerais do SO para deadlocks em aplicações de usuário. A responsabilidade permanece com o desenvolvedor de aplicações. Lockdep é uma ferramenta de análise de ordenação de travas para desenvolvedores de kernel; não é um protocolo em tempo de execução para processos de usuário (opção [1]), nem um mecanismo de detecção e recuperação de deadlocks em aplicações em execução (opção [2]). Driver Verifier verifica a conformidade de drivers de dispositivo — ferramenta de desenvolvimento, não política geral do SO.

A documentação oficial de cada ferramenta confirma que nenhum satisfaz os critérios mencionados:

"Runtime Locking Correctness Validator [...] tracks the 'usage state' of lock-classes, and it tracks the dependencies between different lock-classes."

(THE LINUX KERNEL ORGANIZATION. Lockdep: Runtime Locking Correctness Validator. Documentação do Kernel Linux.

Não é um protocolo de prevenção ou evasão em tempo de execução para processos de usuário [1], nem um mecanismo de detecção e recuperação de deadlocks em aplicações em execução [2]. O Driver Verifier é descrito pela Microsoft como ferramenta de teste para desenvolvedores de drivers:

"Driver Verifier is a Windows testing tool that helps you identify driver issues before they cause system crashes or corruption. [...] Only run Driver Verifier on computers that you use for testing and debugging."

(MICROSOFT. Driver Verifier. Microsoft Learn.

Referência Bibliográfica:

Referências: SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B.; GAGNE, G. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. Cap. 7, Seções 7.2.1, 7.3, 7.5.1, 7.8. TANENBAUM, A. S.; BOS, H. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. Pearson, 2016. pp. 304, 314–316, 318.

Conteúdo Programático:

Sistemas Operacionais. Gerenciamento de processos.

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'B'.

O cap. 4 de Patterson & Hennessy define o hazard de controle exatamente como a alternativa B o descreve: "The third type of hazard is called a control hazard, arising from the need to make a decision based on the results of one instruction while others are executing."

(PATTERSON, D. A.; HENNESSY, J. L. Computer Organization and Design: The Hardware/Software Interface. 5. ed. Elsevier, 2014. p. 281)

Quanto às alternativas A e C: a presença de distratores com definições incorretas intencionalmente não configura erro de elaboração.

O edital cita "Unidade Central de Processamento" e "Processador". O pipeline de instrução é um componente intrínseco da arquitetura da CPU moderna, não um subtema separado. Patterson & Hennessy dedicam o Capítulo 4, intitulado "The Processor", inteiramente ao pipeline e aos seus hazards como tópicos centrais do funcionamento da CPU. Stallings igualmente trata pipeline e hazards dentro do capítulo de organização do processador. O item "unidade central de processamento" do edital abrange sua arquitetura e operação, da qual o pipeline é parte constitutiva.

Referência Bibliográfica:

Referências: STALLINGS, W. Arquitetura e Organização de Computadores. 10. ed. Pearson, 2017. pp. 433–434, 436. PATTERSON, D. A.; HENNESSY, J. L. Computer Organization and Design. 5. ed. Elsevier, 2014. pp. 277–278, 281, 283–284.

Conteúdo Programático:

Arquitetura de Computadores. Unidade central de processamento.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'B'.

O edital prevê "Gerenciamento de memória." TLB é inerente ao gerenciamento de memória, o mecanismo que viabiliza o gerenciamento de memória por paginação. Sem TLB, cada acesso à memória exigiria dois acessos à memória principal, tornando a paginação inviável em qualquer sistema real.

O edital prevê "Memória cache", e TLB é uma cache. Stallings, ao introduzir a TLB, a define nesses termos: "A maioria dos esquemas de memória virtual utiliza uma cache especial para entradas da tabela de páginas, normalmente chamada de translation lookaside buffer (TLB)." STALLINGS, W. Arquitetura e Organização de Computadores. 10. ed. Pearson, 2017. p. 255

Tanenbaum trata a TLB no Capítulo 3 ("Gerenciamento de memória"); Silberschatz no Capítulo 8 ("Gerenciamento de memória"); Stallings no capítulo de organização do processador sob memória virtual.

Referência Bibliográfica:

Referências: TANENBAUM, A. S.; BOS, H. Sistemas Operacionais Modernos. 4. ed. Pearson, 2016. pp. 139–140. STALLINGS, W. Arquitetura e Organização de Computadores. 10. ed. Pearson, 2017. p. 255. SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B.; GAGNE, G. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 9. ed. LTC, 2015. Cap. 8, Seção 8.5.2.

Conteúdo Programático:

Sistemas Operacionais. Gerenciamento de memória.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'A'.

As alternativas A e B concordam que a consulta do resolvedor stub ao servidor local é recursiva, sendo a distinção no que o servidor local faz a seguir: a alternativa A afirma que ele emite consultas iterativas à hierarquia (raiz → TLD → autoritativo, cada um respondendo com a indicação do próximo); a alternativa B afirma que ele repassa a consulta recursivamente em cadeia, com a resposta retornando por essa mesma cadeia. As fontes de referência são unânimes em confirmar A e negar B nesse ponto:

"A consulta do hospedeiro requisitante ao servidor DNS local é recursiva, e todas as outras são iterativas."

(KUROSE; ROSS. Redes de Computadores e a Internet. 8. ed. Pearson, 2021. p. 106)

Tanenbaum descreve por que a cadeia recursiva da alternativa B não ocorre:

"O resolvedor local, por sua vez, emite uma sequência de consultas aos respectivos servidores de nomes para cada parte da hierarquia de nomes. [...] o servidor de nomes raiz (e cada servidor de nomes subsequente) não continua recursivamente a consulta para o servidor de nomes local. Ele apenas retorna uma resposta parcial e segue para a próxima consulta. O resolvedor local é responsável por continuar a resolução, emitindo mais

consultas iterativas. [...] muitos servidores de nomes (especialmente o raiz) não trabalham assim. Eles são muito ocupados."

(TANENBAUM; FEAMSTER; WETHERALL. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021. p. 394)

"Não continua recursivamente" e "retorna uma resposta parcial" descrevem o comportamento iterativo da alternativa A e negam explicitamente a cadeia recursiva da alternativa B.

Forouzan confirma: "Na resolução recursiva, o cliente transmite sua solicitação a um servidor que, no final do processo, retorna uma resposta. [...] Na resolução iterativa, o cliente pode transmitir sua solicitação para vários servidores antes de obter uma resposta".

(FOROUZAN. Comunicação de Dados e Redes de Computadores. 4. ed. AMGH, 2010. p. 814)

Sobre a RFC 1034, §4.3.1: "this service is optional in a name server, and the name server may also choose to restrict the clients which can use recursive mode." "Optional" classifica o modo recursivo como exceção, não como alternativa equivalente ao padrão. Se o suporte recursivo é opcional, o modo iterativo é o mecanismo base. Ainda, "The simplest mode for the server is non-recursive, since it can answer queries using only local information: the response contains an error, the answer, or a referral to some other server 'closer' to the answer. **All name servers must implement non-recursive queries. **"

(RFC 1034, §4.3.1 — Internet Engineering Task Force, 1987)

A questão versa sobre "o mecanismo de consulta utilizado", não sobre o que o protocolo permite em configurações excepcionais. A alternativa B descreve uma possibilidade técnica que a própria RFC marca como opcional.

Referência Bibliográfica:

Referências: KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de Computadores e a Internet. 8. ed. Pearson, 2021. Cap. 2, Seção 2.4.2 (pp. 103–106); Figuras 2.19 e 2.20. TANENBAUM; FEAMSTER; WETHERALL. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021. Cap. 7, Seção 7.1.2 (p. 394). FOROUZAN, B. A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores. 4. ed. AMGH, 2010. Cap. 25, Seção 25.3 (p. 814).

Conteúdo Programático:

Configuração de Redes. Configuração de servidor DNS.

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'B'.

A assertiva III afirma que o receptor comunica o tamanho do buffer por "mensagens de controle dedicadas." Essa afirmação é falsa: o mecanismo TCP para comunicar o tamanho da janela de recepção é o campo "window" presente no cabeçalho de todo segmento TCP, não uma mensagem de controle dedicada. Estas transcrições descrevem o mecanismo:

"O hospedeiro B diz ao hospedeiro A quanto espaço disponível ele tem no buffer da conexão colocando o valor corrente de rwnd no campo de janela de recepção de cada segmento que envia a A."

(KUROSE; ROSS. Redes de Computadores e a Internet. 8. ed. Pearson, 2021. p. 196)

"o receptor pode conceder permissão para enviar, transmitindo um segmento com o mesmo Número de confirmação e com um campo Tamanho de janela diferente de zero."

(TANENBAUM; FEAMSTER; WETHERALL. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021. p. 366)

"A janela receptora é o valor anunciado pelo lado oposto em um segmento contendo confirmação. Este é o número de bytes que o outro lado pode aceitar antes de seu buffer estourar e os dados serem descartados."

(FOROUZAN. Comunicação de Dados e Redes de Computadores. 4. ed. AMGH, 2010. p. 730)

O campo de janela é parte do cabeçalho TCP obrigatório — presente em todo segmento, independentemente de conter payload. Quando um segmento ACK puro (sem dados de aplicação) é enviado, o campo de janela ainda é um campo do cabeçalho TCP padrão, não uma mensagem dedicada. Uma "mensagem de controle dedicada" seria uma mensagem cujo único propósito é o controle da janela.

Kurose acrescenta que rwnd é anunciado em cada segmento e muda dinamicamente:

"Como o espaço disponível muda com o tempo, rwnd é dinâmica."

(KUROSE; ROSS. Redes de Computadores e a Internet. 8. ed. Pearson, 2021. p. 196)

Referência Bibliográfica:

Referências: FOROUZAN, B. A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores. 4. ed. AMGH, 2010. Cap. 23, Seção 23.3 (pp. 722, 730). KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de Computadores e a Internet. 8. ed. Pearson, 2021. Cap. 3, Seção 3.4 (p. 171) e Seção 3.5.5 (p. 196). TANENBAUM; FEAMSTER; WETHERALL. Redes de Computadores. 6. ed. Pearson, 2021. Cap. 3, Seção 3.4.1 (pp. 151–152); Cap. 6, Seção 6.5.5 (p. 366).

Conteúdo Programático:

Fundamentos de Redes de Computadores. Protocolo TCP.

CARGO(S): INFORMÁTICA: BANCO DE DADOS – FRAIBURGO

QUESTÃO: 44 - ANULADA.

A questão solicita a consulta SQL que retorne o nome do(s) vendedor(es) com o maior valor total de vendas, considerando a possibilidade de empate. Ao analisar as alternativas, verifica-se que tanto a alternativa B quanto a alternativa C atendem corretamente ao objetivo proposto.

A alternativa B utiliza uma subconsulta para calcular o valor máximo das somas agregadas por vendedor e, em seguida, filtra os grupos cujo total seja igual a esse valor máximo. Trata-se de uma abordagem clássica e semanticamente correta para o problema.

A alternativa C, por sua vez, utiliza o operador \geq ALL aplicado ao conjunto das somas por vendedor, o que também resulta na seleção dos vendedores cujo total de vendas é máximo. Essa construção é equivalente, do ponto de vista lógico, à comparação com o valor máximo, sendo igualmente válida e correta para identificar todos os vendedores empatados no maior total de vendas.

Ambas as consultas são sintaticamente válidas no MySQL e produzem o mesmo resultado lógico para o problema descrito, inclusive em cenários com empate, conforme demonstrado no próprio recurso. As demais alternativas apresentam erros conceituais ou não atendem ao requisito de agregação correta.

Dessa forma, constata-se a existência de mais de uma alternativa correta em uma questão de múltipla escolha com resposta única, o que compromete a objetividade e a unicidade do item.

Referência Bibliográfica:

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. Sistema de Banco de Dados. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Conteúdo Programático:

Linguagem SQL: Comando SELECT. Cláusula ORDER BY. Cláusula GROUP BY. Cláusula HAVING. Funções de agregação. SUM. MAX.

CARGO(S): LETRAS/LIBRAS - ABELARDO LUZ, LETRAS/LIBRAS - BRUSQUE, LETRAS/LIBRAS – SOMBRIO

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'E'.

A alternativa E permanece como correta por apresentar formulação compatível com os debates contemporâneos acerca das políticas de inclusão e da educação de surdos, especialmente no que se refere à compreensão de que a efetivação de práticas educacionais inclusivas não se restringe à existência de dispositivos legais ou ao domínio técnico-profissional, demandando também o reconhecimento do protagonismo surdo e a superação de concepções deficitárias da surdez.

Quanto à alegação de extrapolação bibliográfica, esclarece-se que a menção ao texto de Silva et al. (2025) não exige conhecimento exclusivo ou literal da referida obra, mas mobiliza conteúdos amplamente inseridos no campo da educação de surdos, das políticas de inclusão e dos estudos surdos, temas compatíveis com o conteúdo programático do certame. A utilização de referência contemporânea para contextualização da questão não configura afronta ao princípio da vinculação ao edital, desde que os conhecimentos exigidos estejam abrangidos pelos conteúdos previstos, como ocorre no presente caso.

Dessa forma, indefere-se o pedido de anulação da Questão 37.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: DA SILVA, Aldeni Barbosa et al. O papel das instituições pioneiras na educação de surdos: um olhar sobre o INES e seu legado histórico. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2025. <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4326>

Conteúdo Programático:

Fundamentos da Educação de Surdos: História da educação de surdos no Brasil.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'A'.

A alternativa A permanece como correta por apresentar formulação compatível com os debates contemporâneos acerca da educação de surdos sob perspectiva sociocultural e bilíngue, especialmente no que se refere à compreensão de que a incorporação de recursos tecnológicos deve estar articulada a pressupostos pedagógicos vinculados ao reconhecimento da diferença linguística, cultural e identitária da comunidade surda.

Quanto à alegação de extrapolação bibliográfica, esclarece-se que a menção ao estudo de Silva et al. (2025) não exige conhecimento exclusivo ou literal da referida obra, mas mobiliza conteúdos e debates amplamente inseridos no campo da educação de surdos, previstos no conteúdo programático do certame. A utilização de referência contemporânea para contextualização do item não configura afronta ao princípio da vinculação ao edital, desde que o conhecimento exigido esteja compatível com os temas previstos no programa, como ocorre no presente caso.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: DA SILVA, Aldeni Barbosa et al. O papel das instituições pioneiras na educação de surdos: um olhar sobre o INES e seu legado histórico. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2025. <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4326>

Conteúdo Programático:

Fundamentos da Educação de Surdos: História da educação de surdos no Brasil.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 39, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar.

A formulação da alternativa está alinhada às discussões teóricas sobre inclusão meramente espacial ou física, sem consideração adequada das especificidades linguísticas, culturais e pedagógicas envolvidas no processo educacional.

Quanto à alegação de ausência de contextualização bibliográfica, esclarece-se que a questão não exige conhecimento exclusivo ou literal da obra mencionada, mas mobiliza debates amplamente difundidos no campo da educação inclusiva e da educação de surdos, compatíveis com os conteúdos previstos no programa do certame. A utilização de referência teórica específica para contextualização do item não caracteriza extrapolação indevida, desde que os conhecimentos exigidos estejam abrangidos pelos conteúdos programáticos, como ocorre no presente caso.

Dessa forma, indefere-se o pedido de anulação da Questão 39.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: OLIVEIRA, Quintino Martins de; FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. Educação dos surdos no Brasil: um percurso histórico e novas perspectivas. Revista Sinalizar, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 174–197, 2017. DOI: 10.5216/rs.v2i2.50544. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/50544>

Conteúdo Programático:

Fundamentos da Educação de Surdos: História da educação de surdos no Brasil.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise do recurso interposto referente à Questão 40, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar.

A alternativa B permanece como correta por refletir adequadamente a perspectiva defendida pelas autoras acerca das limitações de modelos educacionais inclusivos que inserem estudantes surdos em classes majoritariamente ouvintes sem assegurar condições efetivas de compartilhamento linguístico e interação sociocultural em língua de sinais. Nesse contexto, a crítica apresentada relaciona-se à compreensão de que a simples presença física em ambientes escolares comuns não garante participação educacional plena, podendo produzir formas de isolamento e exclusão linguística no interior do próprio espaço escolar.

A alegação de que a alternativa B contrariaria a Lei nº 14.191/2021 não procede. A questão não nega o reconhecimento jurídico da educação bilíngue de surdos como modalidade educacional, tampouco invalida dispositivos legais vigentes. O item solicita identificação da perspectiva analítica defendida pelas autoras acerca das políticas educacionais e da dimensão sociolinguística da surdez, âmbito no qual é legítima a problematização crítica de práticas inclusivas que desconsiderem a centralidade do compartilhamento linguístico em língua de sinais.

A alternativa D não pode ser considerada correta, pois afirma que a legislação de 2021 ratificou a vinculação indissociável da educação bilíngue aos parâmetros da educação especial, além de indicar unificação pedagógica entre diferentes deficiências, formulação incompatível com os debates contemporâneos sobre especificidade linguística e cultural da comunidade surda e com a própria diferenciação normativa estabelecida pela legislação mencionada.

As demais alternativas apresentam inadequações conceituais ou generalizações incompatíveis com a discussão proposta no texto. A alternativa A reduz a cidadania linguística à instrumentalização comunicacional da língua de sinais. A alternativa C estabelece dependência estrita entre identidade surda e preservação de espaços geográficos institucionalizados permanentes, em formulação excessivamente determinista. Já a

alternativa E incorre em generalização indevida ao afirmar que a mera disponibilização contínua de intérpretes asseguraria a aquisição satisfatória da língua de sinais por crianças surdas oriundas de famílias ouvintes.

Quanto à alegação de extrapolação bibliográfica, esclarece-se que a menção ao texto de Lopes, Rosa e Kraemer (2023) não exige conhecimento exclusivo ou literal da obra, mas mobiliza debates amplamente presentes no campo da educação bilíngue de surdos, das políticas inclusivas e da sociolinguística da surdez, conteúdos compatíveis com o programa do certame. A utilização de referência teórica contemporânea para contextualização do item não configura afronta ao princípio da vinculação ao edital.

Dessa forma, indefere-se o pedido de anulação da Questão 40.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: LOPES, L. B.; ROSA, E. F.; KRAEMER, G. M. Comunidades Surdas: a Educação Bilíngue de Surdos no Brasil. ReVEL, edição especial, v. 21, n. 20, 2023. Link: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=66>

Conteúdo Programático:

Bilinguismo na educação de surdos.

QUESTÃO: 41 – ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'D' PARA ALTERNATIVA 'B'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 41, a banca examinadora decide pela alteração do gabarito preliminar.

A alternativa B é a alternativa correta, uma vez que apenas a assertiva II apresenta formulação compatível com a matriz epistemológica pós-estruturalista e com as perspectivas socioantropológicas acerca das identidades e comunidades surdas discutidas na contemporaneidade.

A assertiva II está correta ao compreender a identidade surda como processo contínuo de subjetivação constituído nas interações sociolinguísticas entre pares e atravessado pela experiência cultural visual, afastando-se de perspectivas clínico-terapêuticas e naturalizantes da surdez.

A assertiva I está incorreta por reduzir a constituição das comunidades surdas à coabitação em um mesmo território geográfico e por restringir a participação nesses coletivos exclusivamente a indivíduos que vivenciam a surdez em dimensão orgânica e clínica. Tal formulação contraria as abordagens contemporâneas dos estudos surdos, que reconhecem a comunidade surda como espaço sociocultural e linguístico não limitado a critérios estritamente biológicos, clínicos ou territoriais.

A assertiva III também está incorreta. Embora reconheça a heterogeneidade identitária no interior das comunidades surdas, a formulação condiciona tal diversidade à manutenção de uma suposta “coesão cultural” estabilizada, pressuposto incompatível com referenciais pós-estruturalistas, os quais problematizam concepções fixas, homogêneas e normativas de identidade e comunidade.

Quanto à alegação de extrapolação bibliográfica, esclarece-se que a menção ao texto de Costa et al. (2023) não exige conhecimento exclusivo ou literal da obra, mas mobiliza debates amplamente inseridos no campo dos estudos surdos, das identidades surdas e das abordagens socioantropológicas da surdez, conteúdos compatíveis com o programa do certame. A utilização de referência teórica contemporânea para contextualização da questão não configura afronta ao princípio da vinculação ao edital.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: COSTA, C. F.; SARDAGNA, H. V.; FLORES, M. V. Comunidades surdas: memórias discentes a partir das classes especiais. ReVEL, edição especial, v. 21, n. 20, 2023. Link: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=66>

Conteúdo Programático:

Comunidade surda.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 42, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar.

A alternativa B permanece como correta, uma vez que preenche adequadamente as lacunas em consonância com os referenciais pós-estruturalistas e socioantropológicos mobilizados no campo dos Estudos Surdos.

A primeira lacuna é corretamente preenchida pela expressão “contato sociolinguístico com seus pares”, pois a constituição das identidades surdas é compreendida, no texto e na literatura da área, como processo de subjetivação atravessado pelas experiências linguísticas, culturais e visuais compartilhadas entre sujeitos surdos, afastando-se de perspectivas orgânicas, clínicas e patologizantes da surdez.

A segunda lacuna é corretamente preenchida pela expressão “coabitação em um mesmo território físico”, tendo em vista que as abordagens contemporâneas acerca das comunidades surdas não restringem sua constituição à ocupação de um mesmo espaço geográfico, mas enfatizam vínculos culturais, linguísticos e identitários sustentados pela experiência visual e pelo uso da língua de sinais.

As demais alternativas apresentam formulações incompatíveis com a discussão proposta. A alternativa A associa a constituição identitária à assimilação de pressupostos ouvintistas, em contradição com os referenciais críticos da área da Educação de Surdos. A alternativa C vincula a subjetivação surda ao afastamento de espaços inclusivos e à adesão a modelo cultural estático, formulação incompatível com perspectivas pós-estruturalistas. A alternativa D retoma pressupostos clínico-terapêuticos e segregacionistas rejeitados pelo campo dos Estudos Surdos. Já a alternativa E mobiliza categorias conceituais que não correspondem ao eixo argumentativo desenvolvido no enunciado.

Quanto à alegação de extrapolação bibliográfica, esclarece-se que a menção ao texto de Costa et al. (2023) não exige conhecimento exclusivo ou literal da obra, mas mobiliza conceitos amplamente presentes nos Estudos Surdos, nas abordagens socioantropológicas da surdez e nas discussões sobre identidade e comunidade surda, conteúdos compatíveis com o programa do certame.

Também não se verifica ausência de objetividade na formulação do item. Ainda que a questão utilize terminologia teórica própria do campo acadêmico, permanece possível identificar, de maneira objetiva, a alternativa compatível com o enquadramento conceitual explicitado no enunciado.

Dessa forma, indefere-se o pedido de anulação da Questão 42.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: LOPES, L. B.; ROSA, E. F.; KRAEMER, G. M. Comunidades Surdas: a Educação Bilíngue de Surdos no Brasil. ReVEL, edição especial, v. 21, n. 20, 2023. Link: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=66>

Conteúdo Programático:

Bilinguismo na educação de surdos.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'E'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 43, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar.

A alternativa E permanece como correta, uma vez que ambas as asserções apresentadas são falsas.

A asserção I está incorreta porque a Lei nº 14.191/2021 não consolidou a educação bilíngue de surdos como vertente indissociável da educação especial em perspectiva unificadora, tampouco estabeleceu homogeneização de diretrizes pedagógicas para todos os estudantes com deficiência. Ao contrário, a legislação reconhece a especificidade linguística da educação bilíngue de surdos e reforça a necessidade de abordagens educacionais próprias vinculadas à experiência linguística e cultural da comunidade surda.

A asserção II também está incorreta. A literatura da área, inclusive os debates contemporâneos sobre educação bilíngue de surdos e aquisição da língua de sinais, questiona a ideia de que a simples inserção de estudantes surdos em turmas majoritariamente ouvintes com mediação de intérpretes constitua ambiente sociolinguístico adequado para aquisição espontânea da língua de sinais, especialmente para crianças surdas oriundas de famílias ouvintes. Tais discussões destacam a importância do contato linguístico entre pares surdos e da convivência em ambientes nos quais a língua de sinais circule de maneira efetiva e compartilhada. Quanto à alegação de inconsistência conceitual, verifica-se que o item apresenta coerência interna e permite identificação objetiva da alternativa correta. As duas asserções foram construídas precisamente para problematizar interpretações incompatíveis com os referenciais contemporâneos mobilizados no campo da educação bilíngue de surdos e das políticas linguísticas voltadas à comunidade surda.

Também não procede a alegação de extrapolação bibliográfica. A menção ao estudo de Lopes, Rosa e Kraemer (2023) não exige conhecimento exclusivo ou literal da obra, mas mobiliza debates amplamente presentes na literatura sobre educação bilíngue de surdos, políticas de inclusão e aquisição da língua de sinais, conteúdos compatíveis com o programa do certame.

Dessa forma, indefere-se o pedido de anulação da Questão 43.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: LOPES, L. B.; ROSA, E. F.; KRAEMER, G. M. Comunidades Surdas: a Educação Bilíngue de Surdos no Brasil. ReVEL, edição especial, v. 21, n. 20, 2023. Link: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=66>

Conteúdo Programático:

Bilinguismo na educação de surdos.

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'E'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 44, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A alternativa considerada correta está em consonância com a discussão apresentada no enunciado acerca do bilinguismo bimodal, especialmente ao destacar que o contato entre línguas de modalidades distintas não implica, necessariamente, apagamento geracional da língua minoritária. As demais alternativas apresentam extrapolações teóricas, generalizações indevidas ou atribuições conceituais

incompatíveis com a literatura da área, especialmente quanto aos conceitos de code-switching e code-blending.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: FLORES, V. M. Obrigatoriamente Bilíngues: A Interconexão entre a Lei de Libras e o Bilinguismo Bimodal na Experiência Surda. *ReVEL*, edição especial, v. 21, n. 20, 2023. Link: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=66>

Conteúdo Programático:

Lei no 10.436 de 2002.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'C'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 45, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A primeira e a terceira assertivas estão em consonância com a discussão teórica apresentada no estudo citado, enquanto a segunda e a quarta apresentam inadequações conceituais relativas aos fenômenos de code-switching e às diretrizes da educação bilíngue para surdos.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: FLORES, V. M. Obrigatoriamente Bilíngues: A Interconexão entre a Lei de Libras e o Bilinguismo Bimodal na Experiência Surda. *ReVEL*, edição especial, v. 21, n. 20, 2023. Link: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=66>

Conteúdo Programático:

Lei no 10.436 de 2002.

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'A'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 46, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A alternativa considerada correta está em consonância com discussões amplamente presentes na literatura sobre atuação do Tradutor e Intérprete de Libras no contexto educacional, especialmente no que se refere à sobreposição entre funções tradutórias e demandas pedagógicas atribuídas ao profissional. As demais alternativas apresentam atribuições incompatíveis com o escopo profissional do TILS, extrapolações conceituais ou afirmações absolutas não sustentadas teoricamente. Embora o enunciado faça referência ao texto de Melo e Domingos (2019), a resolução da questão era possível a partir do domínio dos debates consolidados da área, não dependendo exclusivamente da leitura específica da obra mencionada.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: MELO, Érica Ferreira; DOMINGOS, Cristiane DE Fátima Lemes. Tradutor (a) intérprete da Língua Brasileira de Sinais - diferentes caminhos no processo de tradução-interpretação. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí-GO., v. 15, n. 1, p. 01–14, 2019. DOI: 10.5216/rir.v15i1.54598. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/54598>

Conteúdo Programático:

Ética profissional do tradutor e intérprete de Libras.

QUESTÃO: 47 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'C' PARA ALTERNATIVA 'A'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 47, a banca examinadora decide pela alteração do gabarito preliminar para a alternativa A.

A assertiva I está correta ao caracterizar o modelo sociolinguístico como um processo interpretativo situado, dependente do contexto comunicativo, dos participantes e dos objetivos da interação.

Já a assertiva II apresenta inadequação conceitual ao atribuir ao modelo comunicativo uma concepção mecanicista do TILS como “mero transmissor de informações”, entendimento incompatível com a literatura contemporânea da área, que compreende o intérprete como agente ativo na mediação de sentidos.

A assertiva III também está incorreta por reduzir a interpretação à decodificação literal, desconsiderando a centralidade do sentido global da mensagem no processo interpretativo.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: MELO, Érica Ferreira; DOMINGOS, Cristiane DE Fátima Lemes. Tradutor (a) intérprete da Língua Brasileira de Sinais - diferentes caminhos no processo de tradução-interpretação. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí-GO., v. 15, n. 1, p. 01–14, 2019. DOI: 10.5216/rir.v15i1.54598. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/54598>

Conteúdo Programático:

Ética profissional do tradutor e intérprete de Libras.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'D'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 48, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar.

A alternativa considerada correta apresenta formulação compatível com os princípios fonético-fonológicos discutidos na literatura sobre Libras, especialmente no que se refere à distinção entre variação típica e manifestações atípicas que comprometem a inteligibilidade comunicativa. As demais alternativas apresentam extrapolações conceituais ou associações inadequadas entre variação linguística, instabilidade lexical e distúrbios de linguagem. A resolução da questão não dependia exclusivamente da leitura específica da obra mencionada no enunciado, sendo possível a identificação da alternativa correta a partir do domínio dos conceitos gerais da área de fonologia das línguas de sinais.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Felipe Venâncio. Variabilidade e estabilidade na produção de sinais da Libras. Domínios da Linguagem, v. 11, p. 983-1006, 2017. Link: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/37297>

Conteúdo Programático:

Linguística da Língua Brasileira de Sinais: Parâmetros fonológicos da Libras.

QUESTÃO: 49 - ANULADA.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 49, a banca examinadora decide pela anulação do gabarito preliminar.

Verificou-se que a alternativa inicialmente considerada correta apresenta formulação excessivamente generalizante ao afirmar a obrigatoriedade das marcas de concordância, aspecto que não contempla adequadamente a diversidade morfológica dos verbos da Libras. Além disso, algumas alternativas utilizam terminologia pouco precisa ou formulações conceituais que podem comprometer a objetividade necessária ao item. Diante da ausência de alternativa plenamente inequívoca e tecnicamente consistente, opta-se pela anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: FELIPE, Tanya Amara. Os processos de formação de palavra na Libras. ETD Educação Temática Digital, v. 7, n. 02, p. 200-212, 2006. Link: <http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v07n02/v07n02a20.pdf>

Conteúdo Programático:

Classificadores. Semântica da Libras.

QUESTÃO: 50 - ANULADA.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 50, a banca examinadora decide pela anulação do gabarito preliminar. Verificou-se que o item apresenta elevado grau de abstração conceitual e dependência excessiva de discussão específica desenvolvida no estudo de Xavier e Barbosa (2017), especialmente em relação ao exemplo do sinal “elevador”, sem contextualização suficiente no enunciado. Além disso, a alternativa inicialmente considerada correta estabelece relação categórica entre fragmentação de invariantes articulatórias e recategorização lexical, interpretação que não se apresenta de forma inequívoca na literatura da área. Diante da possibilidade de ambiguidade interpretativa e da ausência de alternativa plenamente objetiva, opta-se pela anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Felipe Venâncio. Variabilidade e estabilidade na produção de sinais da Libras. Domínios da Linguagem, v. 11, p. 983-1006, 2017. Link: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/37297>

Conteúdo Programático:

Linguística da Língua Brasileira de Sinais: Parâmetros fonológicos da Libras.

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 51, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A alternativa considerada correta está alinhada à discussão clássica da literatura sobre derivação zero na Libras, especialmente quanto à existência de pares substantivo-verbo cuja distinção não depende necessariamente de alteração formal sistemática, exigindo análise contextual para identificação da classe lexical. As demais alternativas apresentam extrapolações conceituais ou associações incompatíveis com o fenômeno linguístico abordado. Embora o enunciado faça referência ao texto de Felipe (2006), a resolução da questão era possível a partir do domínio dos conceitos gerais da morfologia da Libras, não dependendo exclusivamente da leitura específica da obra mencionada.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Felipe Venâncio. Variabilidade e estabilidade na produção de sinais da Libras. Domínios da Linguagem, v. 11, p. 983-1006, 2017. Link: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/37297>

Conteúdo Programático:

Linguística da Língua Brasileira de Sinais: Parâmetros fonológicos da Libras.

QUESTÃO: 53 - ANULADA.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 53, a banca examinadora decide pela anulação do gabarito preliminar. Verificou-se que as alternativas apresentam imprecisões conceituais relativas ao parâmetro “Configuração de Mão” (CM), com mistura inadequada entre níveis de análise fonológica, morfológica e sintática. Em especial, a alternativa inicialmente considerada correta atribui à CM funções como “desinência” e “clítico”, terminologia que não se apresenta de forma inequívoca na discussão de Felipe (2006) sobre os parâmetros da Libras. Diante da ausência de alternativa plenamente objetiva e tecnicamente precisa, opta-se pela anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: FELIPE, Tanya Amara. Os processos de formação de palavra na Libras. ETD Educação Temática Digital, v. 7, n. 02, p. 200-212, 2006. Link: <http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v07n02/v07n02a20.pdf>

Conteúdo Programático:

Classificadores. Semântica da Libras.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'B'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 55, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A alternativa considerada correta expressa adequadamente a principal adaptação teórico-metodológica descrita no estudo, ao reconhecer que a simples tradução linear do português para a Libras não contempla as especificidades cognitivas, linguísticas e culturais da experiência visual surda. As demais alternativas apresentam interpretações incompatíveis com os fundamentos da educação bilíngue e da Pedagogia Visual, incluindo perspectivas biologizantes, generalizações indevidas ou atribuições inadequadas ao papel da língua portuguesa escrita no projeto. Embora o enunciado faça referência ao estudo do MathLibras, a resolução da questão era possível a partir do domínio dos debates gerais sobre educação bilíngue de surdos, tecnologia assistiva e pedagogia visual, não dependendo exclusivamente da leitura específica da obra citada.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: GRÜTZMANN, T. P.; LEBEDEFF, T. B.; ALVES, R. da S. TECNOLOGIA ASSISTIVA: UMA POSSIBILIDADE COM OS VÍDEOS DE MATEMÁTICA COM LIBRAS DO PROJETO MATHLIBRAS. Redin - Revista Educacional Interdisciplinar, [S. l.], v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1539>

Conteúdo Programático:

Recursos visuais no ensino de surdos. Produção de vídeo em Libras.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'C'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 57, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A alternativa considerada correta está alinhada à concepção discursivo-interacionista discutida por Pereira (2014), especialmente ao compreender produções escritas atípicas como parte do processo ativo de formulação de hipóteses linguísticas por aprendizes surdos, considerando as condições de acesso tardio a uma língua plenamente constituída. As demais alternativas apresentam interpretações deterministas ou incompatíveis com os pressupostos teóricos da educação bilíngue de surdos e do ensino de português como segunda língua. Embora o enunciado faça referência ao texto de Pereira (2014), a resolução da questão era possível a partir do domínio dos debates gerais da área sobre aquisição da linguagem escrita por sujeitos surdos e perspectivas discursivo-interacionistas de ensino.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: PEREIRA, Maria Cristina Cunha. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. Educar em Revista, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 143-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sXkGQKsnKbhgRBsPD4mvSjy/abstract/?lang=pt>

Conteúdo Programático:

Ensino de Libras como primeira língua.

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'A'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 58, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A alternativa considerada correta está em consonância com os princípios da Linguística Sistemico-Funcional e do ensino baseado em tarefas, ao compreender o trabalho com estruturas linguísticas de forma integrada às práticas comunicativas e aos gêneros textuais, e não como instrução gramatical isolada. As demais alternativas apresentam formulações incompatíveis com abordagens contemporâneas de ensino de segunda língua para surdos, incluindo priorização normativa prévia, exclusão do foco na forma linguística, desconsideração da Libras no processo de aprendizagem e interpretações deterministas sobre o rendimento escolar. Embora o enunciado faça referência ao estudo de Morais e Cruz (2020), a resolução da questão era possível a partir do domínio dos debates gerais da área sobre ensino de português como L2 para surdos e abordagens comunicativas de ensino.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: MORAIS, FBC de; CRUZ, Osilene Maria Sá. Unidade didática e plano de atividades: uma prática de resistência pedagógica para o desenvolvimento de sentidos em Libras e em Língua Portuguesa. *Fragmentum (On line)*, v. 55, p. 201-223, 2020. Link: <https://pdfs.semanticscholar.org/7324/abf7f5347a043d1dfb527a5cfddaa7478ddd.pdf>

Conteúdo Programático:

Didática e Metodologia do Ensino de Libras: Planejamento de ensino. Elaboração de plano de aula.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'E'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 59, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A alternativa considerada correta está em consonância com a perspectiva discursivo-interacionista discutida por Pereira (2014), especialmente ao compreender a atuação temporária do professor como escriba não como substituição da autoria do estudante, mas como mediação pedagógica no processo de construção da escrita. As demais alternativas apresentam interpretações incompatíveis com os pressupostos da educação bilíngue e da mediação docente no ensino de português como segunda língua para surdos, incluindo ausência de intervenção pedagógica, fusão de sistemas sintáticos ou transferência integral do planejamento linguístico ao aluno. Embora a alternativa correta utilize terminologia teórica própria da área, não se verifica ambiguidade suficiente para comprometer a identificação da resposta adequada.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: PEREIRA, Maria Cristina Cunha. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. *Educar em Revista*, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 143-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sXkGQKsnKbhgRBsPD4mvSjy/abstract/?lang=pt>

Conteúdo Programático:

Ensino de Libras como primeira língua.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'D'.

Após análise dos recursos interpostos referentes à Questão 60, a banca examinadora decide pela manutenção do gabarito preliminar. A alternativa considerada correta está alinhada às críticas apresentadas por Pereira (2014) à concepção estruturalista de “língua como código”, especialmente quanto à centralidade atribuída ao ensino de regras gramaticais isoladas e a práticas mecânicas de aprendizagem desvinculadas da construção discursiva de sentidos. As demais alternativas apresentam extrapolações conceituais ou interpretações incompatíveis com os pressupostos discutidos no texto.

Referência Bibliográfica:

Referência Bibliográfica utilizada: PEREIRA, Maria Cristina Cunha. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. *Educar em Revista*, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 143-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sXkGQKsnKbhgRBsPD4mvSjy/abstract/?lang=pt>

Conteúdo Programático:

Ensino de Libras como primeira língua.

CARGO(S): EDUCAÇÃO FÍSICA - ABELARDO LUZ, EDUCAÇÃO FÍSICA - CONCÓRDIA, EDUCAÇÃO FÍSICA - IBIRAMA, EDUCAÇÃO FÍSICA - VIDEIRA

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão solicita assinalar a alternativa INCORRETA, conforme esta obra consolidada da Educação Física; assim, temos:

Alternativa "A) O conceito de cultura física tem origem na tradição soviética, repercutindo em países como Cuba e influenciando determinadas produções iniciais da Educação Física brasileira" e a alternativa "B) O conceito de cultura física influenciou a primeira fase da produção de Mauro Betti (1991)" estão corretas, estando os argumentos para sua correção na obra citada (Pich, 2014, p. 163), em que consta: "Por um lado, identificamos o conceito de cultura física, cunhado pela Academia de Cultura Física de Varsóvia ou de forma mais ampla pela tradição soviética (em Cuba, país que segue a tradição soviética, ainda se conserva esse conceito. Por exemplo, o maior centro de estudos e pesquisas em atividade física e treinamento esportivo é o 'Instituto de Cultura Física Manuel Fajardo', situa-do em Havana) [...] influenciou as obras de Flávio Pereira Medeiros (1988) e a primeira fase da produção de Mauro Betti (1991).

A alternativa "C) A corrente progressista da Educação Física alemã cria os conceitos de cultura corporal (Körperkultur), vinculada à tradição marxista, e cultura de movimento (Bewegungskultur), vinculada à tradição fenomenológica e etnográfica" está correta, e o argumento para ela se encontra em citação direta da obra citada (Pich, 2014, p. 163), em que consta: "a corrente progressista da Educação Física alemã cria os conceitos de cultura corporal (Körperkultur), vinculado à tradição marxista (Dietrich, 1993, p. 46) e cul-tura de movimento (Bewegungskultur), vinculado à tradição fenomenológica e etnográfica (p. 46).".

A alternativa "E) É possível encontrar na tradição soviética uma interessante reflexão sobre o caráter constitutivo do corpo humano para o sujeito, uma vez que é na transformação do corpo que se assenta a práxis." está CORRETA, e o argumento para ela se encontra em citação direta da obra citada (Pich, 2014, p. 164), em que consta: "Podemos encontrar na tradição soviética uma interessante reflexão sobre o caráter constitutivo do corpo humano para o sujeito, uma vez que é na transformação do corpo que se assenta a práxis."

Já a alternativa "D) A corrente progressista da Educação Física alemã foi incorporada, embora com algumas diferenças teóricas, em obras como a de Valter Bracht (1992), em uma ótica fenomenológica e etnográfica." está INCORRETA, pois, de acordo com Pich (2014, p. 163-164, "Já a segunda das correntes foi incorporada, embora com algumas diferenças teóricas, nas obras de Valter Bracht (1992) e do Coletivo de Autores (1992), na perspectiva da tradição marxista, e na obra de Elenor Kunz (1991) numa ótica fenomenológica e etnográfica". Portanto, o autor citado, Valter Bracht (1992) opera "na perspectiva da tradição marxista", e não "em uma ótica fenomenológica e etnográfica".

Referência Bibliográfica:

PICH, Santiago. Cultura corporal de movimento. In: GONZÁLEZ, Fernando J. Dicionário Crítico de Educação Física. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

Conteúdo Programático:

"Cultura corporal de movimento" e "Corpo e sociedade".

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão solicita conhecimento sobre os três elementos fundamentais comuns às práticas corporais, em consonância com a perspectiva adotada pela Base Nacional Comum Curricular. Assim, apenas a alternativa "D) Movimento corporal – organização interna – produto cultural" está correta, pois os elementos fundamentais que constam no documento, são: Movimento corporal como elemento essencial, que caracteriza a ação motora presente em todas as práticas; Organização interna, pautada por uma lógica própria, que pode envolver regras, técnicas, estratégias ou formas de expressão; Produto cultural, entendido como construção histórica e social, vinculada ao lazer, ao entretenimento e/ou ao cuidado com o corpo e a saúde. Esses elementos permitem compreender as práticas corporais como manifestações da cultura corporal de movimento, eixo estruturante da Educação Física na BNCC.

A alternativa "A) Atitudinal – procedimental – conceitual" está incorreta, pois refere-se às dimensões dos conteúdos no processo de ensino-aprendizagem, amplamente utilizadas na organização didática, abordados em documentos anteriores, como os PCN's, mas não aos elementos constitutivos das práticas corporais conforme BNCC.

A alternativa "B) Psicomotricidade – exercícios corporais – práticas expressivas" apresenta campos ou abordagens específicas da área, não caracterizando elementos estruturantes comuns a todas as práticas corporais.

A alternativa "C) Saber fazer – saber conhecer – saber ser" relaciona-se a categorias de aprendizagem ou competências formativas alinhadas à alternativa A, portanto não se refere aos elementos constitutivos das práticas corporais conforme BNCC.

Já a alternativa "E) Esportes – atividades rítmicas – conhecimento sobre o corpo" corresponde a conteúdos ou unidades temáticas da Educação Física no PCN, e não aos elementos fundamentais que estruturam as práticas corporais.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

Conteúdo Programático:

Base Nacional Comum Curricular

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão toma por base uma obra atual e consolidada na área, em sua 12ª edição (Powers, 2025), que argumenta que o exercício intenso com duração superior a 15 segundos começa a mudar a preponderância da capacidade de produção de ATP por glicólise. É preciso enfatizar que a transição do sistema ATP-CP para uma maior dependência da glicólise durante o exercício não constitui uma alteração abrupta e sim uma mudança gradual de uma via para outra, o que não torna a alternativa incorreta, uma vez que a alternativa correta afirma que a glicólise anaeróbica "passa a ter maior contribuição", e não que substitui o sistema ATP-CP.

As demais alternativas estão incorretas, a saber:

A) O sistema aeróbio é o principal responsável pela produção de energia em atividades de curta duração e alta intensidade. Incorreta. Em atividades de curta duração e alta intensidade, o principal sistema energético utilizado é o ATP-CP.

C) O sistema ATP-CP predomina em exercícios com duração superior a 60 segundos. Incorreta. O sistema ATP-CP predomina apenas nos primeiros segundos de esforço máximo.

D) A transição entre os sistemas energéticos ocorre de forma abrupta, com substituição imediata de um sistema por outro. Incorreta. Os sistemas energéticos atuam de forma integrada e simultânea, variando apenas a predominância de cada um conforme a intensidade e a duração do exercício.

E) O sistema ATP-CP é responsável pela maior produção de energia em exercícios de longa duração. Incorreta. Em exercícios de longa duração, o principal responsável pela produção de energia é o sistema aeróbio.

Referência Bibliográfica:

POWERS, Scott K. *Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho*. 12. ed. Barueri: Manole, 2025.

Conteúdo Programático:

Metabolismo energético.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'A'.

A versão do documento utilizado para elaboração da questão foi a versão traduzida, conforme consta no próprio recurso, em que os termos são justamente os que se encontram na alternativa correta, a saber, em citação direta da obra, no capítulo 1, tópico "DEFINIÇÃO DE APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE": "Endurance muscular é a capacidade de um grupo muscular executar contrações repetidas durante um período de tempo suficiente para causar fadiga muscular ou manter um percentual específico da contração voluntária máxima por um período de tempo prolongado".

"Endurance cardiorrespiratória refere-se à capacidade que têm os sistemas circulatório e respiratório de fornecer oxigênio durante uma atividade física sustentada".

Referência Bibliográfica:

ACSM. *Manual do ACSM para Avaliação da Aptidão Física Relacionada à Saúde*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Conteúdo Programático:

Avaliação da aptidão física.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'D'.

A questão aborda um conteúdo específico da biomecânica do movimento humano, fundamentado na classificação mecânica das alavancas, conforme descrito por Hall (2020). Trata-se de um conceito consolidado na literatura da área, no qual as alavancas são classificadas em primeira, segunda e terceira classe, de acordo com a posição relativa entre eixo (fulcro), força (potência) e resistência.

Nesse sentido, a alternativa D é a única que descreve corretamente uma alavanca de segunda classe, caracterizada pela resistência posicionada entre o eixo e a força aplicada, com força e resistência situadas no mesmo lado do fulcro. Exemplos clássicos dessa classe incluem carrinho de mão, chave de roda e quebrador de nozes, exatamente como indicado na alternativa.

A fundamentação apresentada no recurso refere-se a debates teóricos sobre abordagens pedagógicas da Educação Física, o que não se aplica ao conteúdo da questão. A questão não trata de concepções pedagógicas ou correntes teóricas da área, mas sim de um conceito mecânico e biomecânico objetivo, amplamente estabelecido na literatura científica. Dessa forma, não há espaço para múltiplas interpretações plausíveis quanto à classificação das alavancas, uma vez que esta depende da posição estrutural dos elementos mecânicos, e não de interpretações teóricas.

A alternativa C não descreve uma classe de alavanca. Ela menciona a ação simultânea de músculos agonistas e antagonistas em lados opostos de um eixo articular, o que se refere a um princípio de coordenação muscular e controle do movimento, e não à estrutura mecânica de uma alavanca. A classificação das alavancas depende da relação entre eixo, força e resistência, elementos que não são descritos na alternativa C. Portanto, a alternativa não corresponde a nenhuma das classes de alavanca estabelecidas na biomecânica.

Referência Bibliográfica:

HALL, Susan J. Biomecânica Básica. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

Conteúdo Programático:

Cinesiologia e Biomecânica: Planos e eixos do movimento. Alavancas corporais. Tipos de contração muscular. Análise biomecânica do movimento humano.

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão solicita a identificação do sistema tático do futsal descrito no trecho apresentado, tendo como referência a obra de Voser e Giusti (2015), cuja citação direta, diz:

"É uma das inovações do futsal moderno, sendo um dos sistemas mais utilizados na Espanha. A característica que mais se sobressai nesse sistema é que todos os jogadores devem assumir seus papéis em diferentes setores da quadra. Os atletas dispõem de todo o espaço de ataque livre para jogar e tomar vantagem em velocidade durante as investidas para os espaços vazios. É necessário que toda a equipe tenha excelente habilidade de bola, bom passe e, sobretudo, saiba jogar muito sem a bola. As opções que derivam desse sistema são múltiplas. É indicado para ser aplicado em quadras grandes."

No trecho citado, destaca-se que: todos os jogadores devem assumir papéis em diferentes setores da quadra; todo o espaço ofensivo fica livre para circulação e ataque aos espaços vazios; há forte exigência de mobilidade, velocidade nas investidas e jogo sem bola; o sistema gera múltiplas opções ofensivas; é indicado para quadras grandes.

Essa caracterização corresponde exatamente à descrição que Voser e Giusti (2015) atribuem ao sistema 4:0, considerado uma ausência de referência fixa no ataque. Portanto, não há ambiguidade no enunciado, pois o elemento central da descrição é justamente a ausência de posições fixas e a ocupação dinâmica de todos os setores da quadra por todos os jogadores, característica definidora do sistema 4:0.

Análise das alternativas incorretas

A) Sistema 2:2 Incorreta. Esse sistema caracteriza-se por uma organização mais equilibrada entre ataque e defesa, com dois jogadores mais recuados e dois mais avançados, apresentando menor mobilidade coletiva quando comparado ao sistema 4:0.

B) Sistema 1:2:1 Incorreta. Nesse sistema há definição mais clara de funções, com presença de fixo, alas e pivô, o que reduz a rotatividade total dos jogadores e não corresponde à lógica de ocupação dinâmica de todos os setores descrita no trecho.

C) Sistema 3:1 Incorreta. O sistema 3:1 caracteriza-se pela presença de um pivô de referência ofensiva, geralmente posicionado mais próximo da meta adversária. Mesmo em versões mais dinâmicas, permanece a lógica estrutural de referência central, o que difere do sistema 4:0, no qual não há pivô fixo e todos os jogadores participam da construção ofensiva em constante movimentação.

D) Sistema 1:3 Incorreta. Trata-se de uma organização menos utilizada, com funções mais definidas entre jogadores recuados e avançados, não priorizando a mobilidade total e a ocupação indistinta dos espaços, características essenciais do sistema descrito no enunciado.

Referência Bibliográfica:

VOSER, Rogério C.; GIUSTI, João G M. O futsal e a escola. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2015

Conteúdo Programático:

Esportes Coletivos: Fundamentos técnicos e táticos do futsal.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão aborda o conteúdo específico abordado no programa intitulado "Regras oficiais do voleibol". As regras oficiais da modalidade são regulamentadas no Brasil pela Confederação Brasileira de Voleibol. Esta, por sua vez, disponibiliza as regras oficiais do voleibol (praia e quadra). Ambas são amplamente difundidas nos Institutos Federais, configurando, inclusive, nos Jogos das Instituições Federais (JIFs), cujo regulamento para ambas modalidades contemplam as regras oficiais da Confederação Brasileira de Voleibol.

Considerando suas regras oficiais, conforme consta no programa do concurso, tem-se que:

Item I – Correto - O voleibol de quadra é disputado em uma área maior (18 x 9 m), enquanto o voleibol de praia utiliza dimensões reduzidas (16 x 8 m), o que impacta diretamente na dinâmica do jogo.

Item II – Correto - No voleibol de quadra, o bloqueio não é contabilizado como toque, permitindo que a equipe ainda tenha direito a três toques após a ação. Já no voleibol de praia, o bloqueio conta como o primeiro toque da equipe (regra 14.4.1).

Item III – Correto - A altura da rede é a mesma em ambas as modalidades para adultos: 2,43 m no masculino e 2,24 m no feminino, conforme regulamentação oficial.

Referência Bibliográfica:

FIVB. Regras Oficiais de Vôlei de Praia 2017-2020. Disponível em: <https://wp.cbv.com.br/wp-content/uploads/2023/07/REGRAS-OFFICIAIS-DE-VOLEI-DE-PRAIA-2017-2020.pdf>

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE VOLLEYBALL. Official Volleyball Rules 2021–2024. Lausanne: FIVB, 2021.

Conteúdo Programático:

Regras oficiais do voleibol

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão aborda sistemas táticos de defesa no basquetebol a partir de uma obra de autores consolidados na área: Aluísio Elias Xavier Ferreira (Lula) e Dante De Rose Jr (FERREIRA, Aluísio Elias Xavier; DE ROSE JUNIOR, Dante. Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003.).

A nomenclatura utilizada pelos autores se encontra na página 79 do livro, correspondente exatamente a "C) Triângulo.", que, no argumento dos autores, consiste em dois defensores marcando individualmente e três marcando por zona.

As alternativas "D) Zona 3:2." e "E) Zona 2:1:2." estão incorretas por não serem defesas mistas.

As alternativas "A) Box and one." e "B) Diamante." estão incorretas pois consistem na marcação de apenas um atleta individualmente.

Referência Bibliográfica:

FERREIRA, Aluísio Elias Xavier; DE ROSE JUNIOR, Dante. Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo: EPU, 2003. Página 79.

Conteúdo Programático:

Fundamentos técnicos e táticos do basquetebol.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão aborda os princípios táticos ofensivos com base em uma obra clássica de Dante de Rose Jr (2016) intitulada Modalidades esportivas coletivas, que em sua página 162, indica:

"Princípio da manutenção dos postos específicos ofensivos - Fundamentalmente associado com a ocupação estática e dinâmica nos procedimentos desencadeados por deslocamentos e trajetórias para assegurar a eficácia coletiva."

Portanto a alternativa "A) Princípio da manutenção dos postos específicos ofensivos - Fundamentalmente associado com a ocupação estática e dinâmica nos procedimentos desencadeados por deslocamentos e trajetórias para assegurar a eficácia coletiva." se encontra correta.

Justificativa das alternativas incorretas

B) Princípio da superioridade numérica. O conceito de superioridade numérica está relacionado à criação de vantagem quantitativa sobre a defesa (ex.: 2x1, 3x2). A alternativa descreve, equivocadamente, um jogo rígido e previsível, o que contraria esse princípio.

C) Princípio da tática individual. A descrição apresentada refere-se à variação rítmica (controle da velocidade das ações ofensivas - princípio da variação rítmica), e não à tática individual, que envolve a capacidade de decisão e execução do jogador diante das situações de jogo.

D) Princípio das ações recíprocas. A alternativa apresenta um erro conceitual evidente ao afirmar que as ações são realizadas de forma isolada e sem interação. As ações recíprocas, por definição, baseiam-se justamente na cooperação entre jogadores, com interações coordenadas para criar vantagens ofensivas.

E) Princípio da variação rítmica. A descrição aborda o princípio da tática individual, que toma por base a segurança, relacionado à manutenção da posse de bola e à redução de erros, e não à variação do ritmo de jogo, que envolve alternância de velocidade nas ações ofensivas.

Referência Bibliográfica:

ROSE JUNIOR, Dante de. Modalidades esportivas coletivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Conteúdo Programático:

Fundamentos técnicos e táticos do handebol.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão demanda conhecimentos sobre o programa "Regras oficiais do basquetebol", tomando por base as regras oficiais da modalidade - Federação Internacional de Basquetebol (FIBA).

A alternativa "E) O jogador defensor estabelecido em uma posição legal de defesa inicial pode mover-se para defender seu oponente, o que inclui projetar seus braços e quadris para impedir o driblador de passar por ele." se encontra incorreta, conforme se pode observar na página 39 do documento de regras oficiais, que diz:

"Uma vez que o jogador defensor tenha estabelecido uma posição legal de defesa inicial, ele pode mover-se para defender seu oponente, mas ele NÃO PODE estender seus braços, ombros, quadris ou pernas para impedir o driblador de passar por ele." (grifo nosso). Item 33.4.

As demais alternativas se encontram corretas conforme regras oficiais.

A) O jogador atacante com a bola deve ter espaço suficiente para uma jogada normal de basquetebol dentro do seu cilindro. Item 33.1.

B) O jogador atacante não pode estender suas pernas ou braços fora do seu cilindro e causar um contato ilegal em um jogador defensivo para obter um espaço adicional. Item 33.1.

C) Durante a partida, cada jogador tem o direito de ocupar qualquer posição (cilindro) na quadra de jogo ainda não ocupada por um oponente. Item 33.2.

D) Assim que o jogador deixa sua posição vertical (cilindro) e ocorre um contato corporal com seu oponente que já havia estabelecido sua própria posição vertical (cilindro), o jogador que deixou sua posição vertical (cilindro) é o responsável pelo contato. Item 33.2.

Referência Bibliográfica:

Confederação Brasileira de Basketball. Regras oficiais de basquetebol 2024. Aprovadas pelo Comitê Central da FIBA. Mies, Suíça, 26 abr. 2024. Válida a partir de 1 out. 2024. Disponível em: <https://www.cbb.com.br/wp-content/uploads/Regras-Oficiais-Basketball-2024-ALTERACOES-ABRIL-2024-REVISAO-AGOSTO-2025.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

Conteúdo Programático:

Regras oficiais do basquetebol

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'B'.

A questão aborda fundamentos da natação alinhado a periodização, em contexto da natação competitiva. A natação integra os Jogos das Instituições Federais (JIFs), pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, são uma ação, em sua etapa nacional, promovida pelo Governo Federal, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC); trata-se de uma competição escolar de alto nível, a qual se faz necessário estabelecer periodização adequada para a equipe de natação escolar.

Segundo Maglischo (2010), o polimento corresponde à fase final da preparação antes das competições principais. Nesse período ocorre uma diminuição progressiva do volume de treinamento, mantendo estímulos de intensidade para preservar adaptações fisiológicas. O objetivo é reduzir a fadiga acumulada, melhorar a eficiência técnica e otimizar o desempenho. Em contextos escolares, essa fase pode incluir ajustes técnicos finos e preparação para festivais ou apresentações aquáticas, o que se alinha diretamente ao enunciado da questão.

Alternativa A) Preparação base – A fase de preparação base ocorre no início do ciclo de treinamento e tem como objetivo desenvolver capacidades físicas gerais, como resistência aeróbia e fundamentos técnicos básicos. Nesse momento o volume de treinamento costuma ser mais elevado, o que contraria a característica central descrita no enunciado, que é a redução do volume antes da competição.

Alternativa C) Transição – A fase de transição ocorre após o período competitivo, servindo para recuperação física e psicológica dos atletas. Caracteriza-se por uma diminuição significativa da carga de treino e pela realização de atividades menos estruturadas. Portanto, não corresponde ao momento imediatamente anterior à competição, como indicado no enunciado.

Alternativa D) Recuperação ativa – A recuperação ativa não constitui uma fase da periodização da natação, mas sim uma estratégia de treinamento utilizada entre sessões ou após esforços intensos, envolvendo atividades de baixa intensidade para facilitar a remoção de metabólitos e a recuperação muscular. Dessa forma, não se refere a um período estruturado do planejamento anual ou competitivo.

Alternativa E) Choque – O termo choque está associado a microciclos ou períodos de carga elevada, nos quais há aumento significativo do volume ou da intensidade do treinamento com o objetivo de provocar adaptações fisiológicas. Essa lógica é oposta ao princípio do polimento, que busca reduzir o volume para dissipar a fadiga antes da competição.

Assim, considerando a literatura de Maglischo (2010) sobre a organização do treinamento em natação, a alternativa B) Polimento é a única que corresponde à fase final da periodização antes de uma competição, marcada pela redução do volume de treino e pelo refinamento técnico.

Referência Bibliográfica:

MAGLISCHO, Ernest W. Nadando o mais rápido possível. 3. ed. Barueri: Manole, 2010.

Conteúdo Programático:

Fundamentos da natação.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'C'.

Segundo Lório e Darido (2015), a capoeira Angola é a vertente que mais se aproxima das formas historicamente praticadas pela população negra escravizada no Brasil, por preservar elementos centrais de sua constituição original enquanto prática cultural de resistência.

Essa aproximação se justifica porque a capoeira Angola mantém: forte vínculo com a ancestralidade africana; ritualidade presente na roda, com organização simbólica e coletiva; musicalidade tradicional, com cantigas e uso de instrumentos típicos; jogo mais estratégico e próximo ao solo, com ênfase na malícia e na interação; valorização da tradição oral e dos saberes populares.

Essas características refletem a capoeira enquanto prática construída no contexto da escravidão, marcada por resistência, identidade cultural e formas não institucionalizadas de expressão corporal.

Referência Bibliográfica:

IÓRIO, Laércio Schwantes; DARIDO, Suraya Cristina. Capoeira. In: In DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação Física Na Escola: Implicações Para a Prática Pedagógica. Grupo Gen-Guanabara Koogan, 2015. P. 264-289.

Conteúdo Programático:

Fundamentos da capoeira. Princípios das lutas.

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'D'.

O movimento hip-hop surgiu no início da década de 1970, no bairro do Bronx, em Nova York, nos Estados Unidos, em meio a comunidades urbanas marcadas por desigualdades sociais, raciais e econômicas. Nesse contexto, jovens negros e latino-americanos desenvolveram diferentes linguagens culturais — como breaking (dança), MCing (rap), DJing e graffiti — como formas de expressão, identidade e resistência cultural diante da marginalização social. Assim, a alternativa D está correta ao afirmar que o hip-hop surgiu em meio à luta de grupos minoritários que reivindicavam visibilidade social e melhores condições de vida em comunidades periféricas negras.

Por outro lado, a alternativa E está incorreta porque associa o surgimento da cultura hip-hop às lutas contra o apartheid. O apartheid foi um regime de segregação racial institucionalizado na África do Sul, e não possui relação histórica com o surgimento do hip-hop. Embora, posteriormente, elementos da cultura hip-hop tenham sido apropriados e ressignificados em diferentes contextos internacionais, inclusive em movimentos sociais e culturais em vários países, isso diz respeito ao processo de difusão global da cultura hip-hop, e não ao seu contexto de origem.

Além disso, o enunciado da questão solicita a identificação da alternativa correta considerando as origens e expressões do movimento hip-hop, o que implica reconhecer o seu processo histórico de surgimento. Nesse sentido, a alternativa E não descreve a gênese do movimento, mas apresenta uma associação histórica equivocada, ao afirmar que a cultura hip-hop surgiu articulada às lutas contra o apartheid.

Referência Bibliográfica:

SILVA, Rodrigues M C. Dança. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.43. ISBN 9788595027039. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027039/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Conteúdo Programático:

Dança e Expressão Corporal: Elementos da dança. Ritmo. Espaço. Tempo. Coreografia. Dança popular brasileira.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão toma por base uma obra mundialmente clássica no campo da educação física e saúde, intitulada ACSM Introdução à Ciência do Exercício, particularmente em sua quarta edição (2024) - um livro base, desenvolvido pelo American College of Sports Medicine, que oferece uma visão geral atualizada e acessível da ciência do exercício e áreas afins.

No Capítulo 11 da obra, tópico "Medidas das dobras cutâneas", tem-se que: "A medição da espessura de dobras cutâneas em várias partes do corpo permite o cálculo da densidade corporal e a determinação da composição corporal.", portanto a assertiva I está correta.

No Capítulo 11 da obra, tópico "Medidas das dobras cutâneas", tem-se que: "O uso das medidas de espessura das dobras cutâneas para determinação da composição corporal baseia-se no princípio de que alguma porcentagem da gordura corporal total fica diretamente abaixo da superfície da pele.", portanto a assertiva II está correta.

No Capítulo 11 da obra, tópico "Medidas das dobras cutâneas", tem-se que: "Os adipômetros de dobras cutâneas são instrumentos calibrados, que permitem a determinação precisa da espessura da gordura localizada imediatamente abaixo da superfície da pele", portanto a assertiva III está correta.

Referência Bibliográfica:

POTTEIGER, Jeffrey A. ACSM Introdução à Ciência do Exercício. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024. E-book. p.406. ISBN 9788527739870. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527739870/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Conteúdo Programático:

Educação Física e Saúde: Atividade física e qualidade de vida.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'C'.

A questão aborda conceitos básicos de avaliação, contidos na obra "Educação Física Na Escola: Implicações Para a Prática Pedagógica", em seu capítulo sobre "Avaliação em Educação Física na Escola (Darido, 2015). Na página 129, tópico "8.3.5 Quando avaliar?", da referida obra, tem-se que:

" A primeira necessidade do educador no processo de avaliação é responder às seguintes questões:

- * Que sabem os alunos em relação ao que quero ensinar?
- * Quais experiências anteriores eles tiveram em relação ao que eu desejo ensinar?
- * Quais são os seus interesses?
- * Quais são os seus estilos de aprendizagem?

Nesse levantamento, o professor passa a conhecer melhor quem são os seus alunos e como ele pode facilitar-lhes a aprendizagem. Essa avaliação inicial é frequentemente denominada diagnóstica.

Se, por meio de observações, o professor avalia o aluno em processo, não é preciso conhecer o resultado de uma avaliação formal para efetivar mudanças em suas aulas. A observação avaliadora pode ser feita em todas as aulas e situações, e a avaliação do professor deve ser comunicada aos alunos, informando-lhes sobre as suas dificuldades, bem como sobre os avanços alcançados. Esse é o verdadeiro sentido da avaliação processual. Essa avaliação do processo é em geral conhecida como avaliação formativa.

[...]

Quando se avalia o aluno ao final de um processo, geralmente se chama essa proposta de avaliação somativa."

Diante disso, temos que:

Alternativa correta: C)

A avaliação somativa ocorre ao final de um processo de ensino e aprendizagem e tem como finalidade verificar o nível de aprendizagem alcançado pelos estudantes, geralmente com função de registro, classificação ou atribuição de notas.

Justificativa das alternativas:

- A) Incorreta. Descreve a avaliação diagnóstica, não a somativa. A avaliação diagnóstica ocorre no início do processo e busca identificar conhecimentos prévios para orientar o planejamento pedagógico.
- B) Incorreta. Confunde a avaliação formativa com avaliação somativa/classificatória. A avaliação formativa é contínua, processual e tem como foco o acompanhamento da aprendizagem e a intervenção pedagógica, não sendo pontual nem exclusivamente classificatória.
- D) Incorreta. A descrição apresentada corresponde à avaliação formativa, e não diagnóstica. A avaliação diagnóstica não é contínua; ela ocorre predominantemente no início do processo de ensino.
- E) Incorreta. Apresenta uma definição equivocada da avaliação diagnóstica, atribuindo-lhe caráter final e classificatório.

Referência Bibliográfica:

Darido S. Avaliação em educação física na escola. In DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação Física Na Escola: Implicações Para a Prática Pedagógica. Grupo Gen-Guanabara Koogan, 2015.

Conteúdo Programático:

Cultura corporal de movimento.

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'E'.

A questão toma por base o esporte adaptado vôlei sentado, particularmente sobre suas regras básicas. De acordo com as regras da modalidade tem-se que:

I. Quando a equipe receptora ganha o direito de sacar, seus jogadores não rotam sua posição - Incorreta - No vôlei sentado existe sistema de rotação. Quando a equipe recupera o direito de saque, os jogadores devem rotacionar uma posição no sentido horário, conforme a ordem de rodízio definida na escalação inicial. Portanto, é incorreta a afirmação de que não há rotação.

II. Deve haver sempre quatro jogadores por equipe em jogo - Incorreta - O vôlei sentado é disputado no formato 6 contra 6. Assim, cada equipe possui seis jogadores em quadra durante a partida. A afirmação de que são quatro jogadores está incorreta.

III. A quadra de jogo é um retângulo medindo 10 x 6 m - Correta - A quadra oficial do vôlei sentado mede 10 metros de comprimento por 6 metros de largura, conforme as regras internacionais da modalidade.

IV. equipe tem direito a um máximo de três toques (além do bloqueio) para retornar a bola - Correta - Cada equipe pode realizar até três toques na bola para enviá-la ao campo adversário, desconsiderando o toque decorrente do bloqueio, de acordo com as regras do voleibol adaptado.

Diante disso a alternativa correta é a "E) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.", conforme gabarito preliminar.

Referência Bibliográfica:

BIEDRZYCKI, Beatriz P.; POSSAMAI, Vanessa D.; SILVA, Juliano Vieira da; et al. Educação Física Inclusiva e Esportes Adaptados. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. p.207. ISBN 9786556900612. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900612/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Conteúdo Programático:

Educação Física adaptada.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'A'.

A questão aborda o conteúdo programático da educação profissional e tecnológica, particularmente a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, fundamental ao cargo de professor EBTT. Neste caso, solicita relacionar qual diretriz mais se relaciona com os projetos esportivos desenvolvidos nos campi. Considerando a referida política, entende-se que os projetos esportivos no âmbito dos Institutos Federais extrapolam a dimensão estritamente corporal ou recreativa, configurando-se como estratégias pedagógicas de intervenção institucional que impactam diretamente indicadores educacionais, especialmente aqueles relacionados à permanência e ao êxito escolar, o que justifica a alternativa A como correta.

"B) A vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, com prioridade na formação para o mercado de trabalho imediato." - Embora mencione um princípio presente na legislação educacional, a alternativa introduz um reducionismo ao priorizar a formação para o mercado de trabalho imediato, o que contraria a perspectiva de formação integral da EPT e não se relaciona diretamente com projetos esportivos.

"C) A garantia de padrão de qualidade no ensino e o uso de tecnologias digitais como principal indicador de qualidade educacional." - Apresenta uma distorção ao indicar o uso de tecnologias digitais como principal indicador de qualidade, o que não corresponde às diretrizes da política e não dialoga com a natureza dos projetos esportivos.

"D) A gestão democrática do ensino público, centrado na participação da equipe gestora nas decisões pedagógicas." - Embora trate da gestão democrática, restringe-a à equipe gestora, o que descaracteriza o princípio de participação coletiva. Além disso, não se relaciona diretamente com o objetivo dos projetos esportivos.

"E) O fortalecimento das estratégias de colaboração entre as instituições formadoras, com foco na educação digital." - Reduz a colaboração institucional ao foco na educação digital, o que não corresponde à diretriz da política e não estabelece relação direta com projetos esportivos no contexto apresentado.

Referência Bibliográfica:

MARTINES, Ricardo Rojas et al. O Esporte como estratégia de permanência e êxito na educação profissional e tecnológica: uma revisão de escopo. Conexões-Ciência e Tecnologia, v. 18, p. e022013-e022013, 2024.

Conteúdo Programático:

Educação Profissional e Tecnológica: Organização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'B'.

A alternativa correta é a letra B, pois está de acordo com os resultados apresentados por Michelle Boscatto e Suraya Cristina Darido no estudo "A Educação Física nos institutos federais: 'o quê' e o 'para quê' ensinar?" (2020). As autoras analisam como a Educação Física se configura no contexto do ensino médio integrado da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e indicam que o componente curricular tem sido orientado por uma perspectiva formativa ampliada, relacionada à formação humana integral.

Alternativa correta

B) Sua função contribui com uma formação "necessária para a vida", ao exercício da cidadania e à compreensão do contexto cultural de que os sujeitos fazem parte.

Essa alternativa está correta porque o estudo evidencia que a Educação Física no ensino médio integrado busca contribuir para a formação integral dos estudantes, ultrapassando uma visão meramente técnica ou utilitarista. Segundo Boscatto e Darido, os conteúdos da Educação Física são desenvolvidos com base nas práticas corporais compreendidas como fenômenos culturais, possibilitando aos estudantes compreenderem

criticamente o contexto social em que vivem e exercerem a cidadania. Assim, a disciplina contribui para uma formação que articula conhecimentos corporais, culturais e sociais, alinhada aos princípios educativos da educação profissional integrada.

Alternativas incorretas

A) Sua especificidade está atrelada ao caráter funcional, relacionado ao saber-fazer de práticas corporais e à prevenção de patologias causadas no ambiente laboral.

Incorreta. O estudo não identifica a Educação Física nos Institutos Federais como um componente voltado predominantemente à prevenção de doenças relacionadas ao trabalho ou ao treinamento funcional para atividades laborais. Ao contrário, as autoras indicam que a área se afasta de uma concepção estritamente utilitarista ou higienista, valorizando a compreensão crítica das práticas corporais e sua dimensão cultural. Na página 13 do artigo, tem-se que: "Ademais, para os professores participantes do estudo, a especificidade de conhecimentos curriculares da EF no Ensino Médio Integrado NÃO ESTÁ ATRELADA ao caráter funcional, relacionado ao saber-fazer de práticas corporais, à aquisição de habilidades necessárias ao desenvolvimento das profissões ou mesmo, restrita à prevenção de patologias causadas no ambiente laboral."Grifo nosso.

C) A Educação Física orienta-se predominantemente pela preparação direta para o mundo do emprego, priorizando conteúdos voltados ao desempenho produtivo e às exigências do mercado.

Incorreta. Embora o ensino médio integrado articule formação geral e formação técnica, Boscatto e Darido apontam que a Educação Física não se restringe à preparação para o mercado de trabalho. O componente curricular está vinculado à formação humana ampla e não à lógica produtivista ou à adaptação às exigências do mercado.

D) As práticas corporais são organizadas com ênfase na padronização técnica das modalidades esportivas e na melhoria da aptidão física.

Incorreta. O estudo mostra que a organização dos conteúdos tende a se aproximar de abordagens culturais da Educação Física, nas quais as práticas corporais são problematizadas em suas dimensões históricas, sociais e culturais. Dessa forma, não há centralidade na padronização técnica esportiva nem na aptidão física como eixo principal.

E) O foco do componente curricular concentra-se principalmente no desenvolvimento motor e na aprendizagem progressiva de habilidades físicas.

Incorreta. Essa alternativa expressa uma concepção biologicista e desenvolvimentista, que não corresponde às finalidades pedagógicas identificadas na pesquisa. Boscatto e Darido indicam que, no ensino médio integrado, a Educação Física busca promover reflexões sobre cultura corporal, cidadania e participação social, superando a centralidade exclusiva no desenvolvimento motor ou na aprendizagem técnica de habilidades.

Assim, apenas a alternativa B representa adequadamente a finalidade pedagógica da Educação Física no ensino médio integrado, conforme analisado no estudo de Boscatto e Darido (2020).

Referência Bibliográfica:

BOSCATTO, Juliano Daniel e DARIDO, Suraya Cristina. A Educação Física nos institutos federais: "o quê" e o "para quê" ensinar?. Rev. Motriviv. [online]. 2020, vol.32, n.63 [citado 2026-03-23], e72210. Disponível em: . Epub 01-Set-2020. ISSN 2175-8042. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020.e72210>.

Conteúdo Programático:

Currículo integrado

CARGO(S): FÍSICA – VIDEIRA

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'C'.

No que concerne ao rigor matemático e aos critérios de arredondamento evocados, cumpre salientar que a alternativa (C) utiliza explicitamente o termo "aproximadamente". Na prática científica e em avaliações de alto nível, o uso desse advérbio tem a função de indicar, de forma deliberada, que o resultado numérico não deve ser interpretado como um valor exato, mas sim como uma estimativa compatível com o nível de precisão usual em cálculos dessa natureza em contexto de prova, podendo sofrer pequenas variações decorrentes do método de cálculo ou do número de casas decimais adotado pelo examinando durante a execução da prova.

É irrealista supor que, sob as condições de tempo e estresse de um certame, o candidato processe divisões complexas com um número de casas decimais suficiente para distinguir diferenças na ordem de milésimos (terceira casa decimal). A depender do número de casas decimais mantidas ao longo do processo — o que, em situação de prova, varia naturalmente entre candidatos — é perfeitamente plausível obter valores arredondados como 0,75 J/K ou 0,76 J/K. A diferença entre esses resultados ocorre apenas na terceira casa decimal, sendo irrelevante do ponto de vista físico e plenamente compatível com a indicação de "aproximadamente" presente na alternativa. Cabe ressaltar que o objetivo da questão não é avaliar rigor de cálculo numérico em nível de análise computacional ou normatização técnica de arredondamentos, mas sim

a interpretação física do resultado: a obtenção de um valor positivo para a variação da entropia do universo, indicando que o processo é irreversível e está de acordo com a Segunda Lei da Termodinâmica.

1. Verificação do Limite de Carnot:

$T_{\text{quente}} = 500 + 273 = 773 \text{ K}$ $T_{\text{fria}} = 20 + 273 = 293 \text{ K}$ $\text{Eficiência}_{\text{Carnot}} = 1 - (T_{\text{fria}} / T_{\text{quente}}) = 1 - (293 / 773) = 0,621$ (ou 62,1%). Como a eficiência real da usina é de 40% (0,40), ela é inferior ao limite máximo teórico. Portanto, a usina NÃO viola a Segunda Lei, o que invalida a Alternativa A. 2. Análise da Reversibilidade: O enunciado cita perdas por atrito, condução e irreversibilidades. Em processos reais/irreversíveis, a variação da entropia do universo deve ser maior que zero (positiva). A Alternativa B afirma que a variação é nula (processo reversível), o que está incorreto.

3. Balanço de Energia (para $Q_1 = 1,0 \text{ kJ}$ ou 1000 J):

Trabalho real (W) = Eficiência * $Q_1 = 0,40 * 1000 \text{ J} = 400 \text{ J}$. Calor rejeitado (Q_2) = $Q_1 - W = 1000 \text{ J} - 400 \text{ J} = 600 \text{ J}$. A alternativa D sugere conversão integral de calor em trabalho (violando Kelvin-Planck) e a alternativa E apresenta uma interpretação equivocada sobre o fluxo de energia. 4. Cálculo da Entropia do Universo (ΔS_{univ}): $\Delta S_{\text{univ}} = \Delta S_{\text{fonte quente}} + \Delta S_{\text{fonte fria}}$ $\Delta S_{\text{univ}} = (-Q_1 / T_{\text{quente}}) + (Q_2 / T_{\text{fria}})$ $\Delta S_{\text{univ}} = (-1000 / 773) + (600 / 293)$ $\Delta S_{\text{univ}} = -1,2936... + 2,0477... = +0,7541... \text{ J/K}$

O valor de $+0,7541 \text{ J/K}$ é imediata e logicamente associado ao valor aproximado de $+0,76 \text{ J/K}$ fornecido na alternativa C. O rigor da norma ABNT NBR 5891:2014 aplica-se a contextos de metrologia e laudos técnicos de alta precisão, não sendo justificativa para anular uma questão de múltipla escolha onde a física do problema é o objeto principal de avaliação e o termo "aproximadamente" resguarda a flutuação decimal natural de cálculos manuais.

Portanto, a questão cumpre sua função avaliativa ao exigir do docente o conhecimento sobre a Segunda Lei e a capacidade de análise de processos irreversíveis. Mesmo admitindo pequenas variações numéricas decorrentes de arredondamentos, a alternativa C é a única que expressa corretamente o comportamento físico do sistema e apresenta um valor coerente com o cálculo solicitado..

Referência Bibliográfica:

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física 2: gravitação, ondas e termodinâmica. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. Capítulo 18: Temperatura, Calor e a Primeira Lei da Termodinâmica.

NUSSENZVEIG, Herch Moysés. Curso de física básica 2: fluidos, oscilações e ondas, calor. 5. ed. São Paulo: Blucher, 2014. Capítulo 7: A Segunda Lei da Termodinâmica.

Conteúdo Programático:

Primeira e Segunda leis da Termodinâmica, Máquinas Térmicas e Rendimento.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'C'.

A Física, enquanto ciência exata, utiliza o cálculo como linguagem fundamental para a modelagem de fenômenos naturais; portanto, a habilidade em resolver integrais por métodos de substituição é inerente à formação de qualquer profissional de Física com competência para lecionar em nível superior.

Quanto à alegação sobre a complexidade da questão e a ausência de menção explícita ao "Cálculo Avançado" no edital, ressalta-se que o programa de conteúdos prevê o tópico "Trabalho e Energia". Da mesma forma que o edital não cita explicitamente a cobrança de operações aritméticas básicas (como soma, subtração ou multiplicação), não se faz necessária a especificação detalhada de métodos de integração, uma vez que estes constituem ferramentas matemáticas instrumentais e intrínsecas à resolução de problemas de física em nível acadêmico. Bibliografias consagradas citadas no certame, como Halliday e Serway, frequentemente introduzem o conceito de trabalho por meio de integrais, sendo a substituição trigonométrica uma técnica padrão e esperada em exames desta natureza.

Dessa forma, a questão mostra-se perfeitamente adequada ao perfil docente pretendido, visando selecionar profissionais capazes de transitar com segurança entre os diferentes níveis de ensino e complexidade acadêmica.

Abaixo, segue a resolução técnica da referida questão:

1. Definição do Trabalho: O trabalho W realizado por uma força $F(x)$ de $x=0$ até $x=a$ é dado por: $W = \text{Integral [de } 0 \text{ a } a] \text{ de } F(x) \text{ dx}$

2. Montagem da Integral: $W = \text{Integral [de } 0 \text{ a } a] \text{ de } [F_0 * a^3 / (x^2 + a^2)^{3/2}] \text{ dx}$ Retirando as constantes da integral: $W = F_0 * a^3 * \text{Integral [de } 0 \text{ a } a] \text{ de } [1 / (x^2 + a^2)^{3/2}] \text{ dx}$

3. Substituição Trigonométrica: Faz-se $x = a * \tan(\theta)$, logo $dx = a * \sec^2(\theta) \text{ d}\theta$.

Quando $x = 0$, $\tan(\theta) = 0 \Rightarrow \theta = 0$. Quando $x = a$, $\tan(\theta) = 1 \Rightarrow \theta = \pi/4$. O denominador torna-se: $(x^2 + a^2)^{3/2} = (a^2 * \tan^2(\theta) + a^2)^{3/2} = (a^2 * \sec^2(\theta))^{3/2} = a^3 * \sec^3(\theta)$.

4. Substituindo na Integral: $W = F_0 * a^3 * \text{Integral [de } 0 \text{ a } \pi/4] \text{ de } [a * \sec^2(\theta) / (a^3 * \sec^3(\theta))] \text{ d}\theta$ $W = F_0 * a^3 * (a / a^3) * \text{Integral [de } 0 \text{ a } \pi/4] \text{ de } [1 / \sec(\theta)] \text{ d}\theta$ Como $1/\sec(\theta) = \cos(\theta)$: $W = F_0 * a * \text{Integral [de } 0 \text{ a } \pi/4] \text{ de } \cos(\theta) \text{ d}\theta$

5. Resultado Final: $W = F_0 \cdot a \cdot [\sin(\theta)]$ avaliado de 0 a $\pi/4$ $W = F_0 \cdot a \cdot [\sin(\pi/4) - \sin(0)]$ $W = F_0 \cdot a \cdot [\sqrt{2}/2 - 0]$ $W = (\sqrt{2}/2) \cdot F_0 \cdot a$
Correspondendo à alternativa C.

Referência Bibliográfica:

NUSSENZVEIG, Herch Moisés. Curso de física básica 1: mecânica. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2002. Capítulo 6: Trabalho e Energia (Seção 6.3: Trabalho de uma força variável).

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física 1: mecânica. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Capítulo 7: Energia Cinética e Trabalho (Seção 7-8: Trabalho Realizado por uma Força Variável Genérica).

Conteúdo Programático:

Trabalho e Energia Cinética

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



1 - Administração - Fraiburgo									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - E	38 - E	39 - B	40 - D
41 - E	42 - A	43 - E	44 - D	45 - B	46 - C	47 - D	48 - A	49 - A	50 - E
51 - C	52 - B	53 - D	54 - E	55 - A	56 - D	57 - C	58 - B	59 - D	60 - E

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 29931

2 - Administração - Sombrio									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - E	38 - E	39 - B	40 - D
41 - E	42 - A	43 - E	44 - D	45 - B	46 - C	47 - D	48 - A	49 - A	50 - E
51 - C	52 - B	53 - D	54 - E	55 - A	56 - D	57 - C	58 - B	59 - D	60 - E

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 29931

3 - Atendimento Educacional Especializado - Ibirama									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - A	38 - C	39 - E	40 - D
41 - E	42 - C	43 - B	44 - A	45 - D	46 - D	47 - E	48 - C	49 - *	50 - E
51 - C	52 - B	53 - A	54 - D	55 - E	56 - B	57 - C	58 - *	59 - B	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 33557.1

4 - Atendimento Educacional Especializado - Luzerna									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - A	38 - C	39 - E	40 - D
41 - E	42 - C	43 - B	44 - A	45 - D	46 - D	47 - E	48 - C	49 - *	50 - E
51 - C	52 - B	53 - A	54 - D	55 - E	56 - B	57 - C	58 - *	59 - B	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 33557.1

5 - Atendimento Educacional Especializado - Videira									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - A	38 - C	39 - E	40 - D
41 - E	42 - C	43 - B	44 - A	45 - D	46 - D	47 - E	48 - C	49 - *	50 - E
51 - C	52 - B	53 - A	54 - D	55 - E	56 - B	57 - C	58 - *	59 - B	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 33557.1

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



6 - Engenharia Agrícola - Santa Rosa do Sul									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - A	38 - C	39 - B	40 - B
41 - B	42 - C	43 - C	44 - D	45 - E	46 - A	47 - C	48 - C	49 - A	50 - E
51 - A	52 - E	53 - E	54 - B	55 - D	56 - B	57 - D	58 - D	59 - B	60 - A

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 27258.6

7 - Engenharia de Alimentos - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - C	38 - E	39 - D	40 - A
41 - B	42 - E	43 - B	44 - *	45 - E	46 - A	47 - C	48 - B	49 - C	50 - D
51 - *	52 - D	53 - E	54 - C	55 - B	56 - C	57 - A	58 - B	59 - A	60 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 31787.4

8 - Engenharia Elétrica: Eletrotécnica - Videira									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - D	39 - E	40 - C
41 - C	42 - A	43 - *	44 - B	45 - E	46 - A	47 - D	48 - D	49 - C	50 - A
51 - E	52 - E	53 - B	54 - B	55 - B	56 - C	57 - D	58 - A	59 - B	60 - E

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 30002.4

9 - Agrimensura - Araquari									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - D	37 - D	38 - C	39 - C	40 - C
41 - E	42 - A	43 - C	44 - B	45 - B	46 - A	47 - A	48 - D	49 - C	50 - E
51 - C	52 - B	53 - D	54 - D	55 - B	56 - D	57 - E	58 - A	59 - E	60 - A

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 28059.3

10 - Biologia - Abelardo Luz									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - C	38 - E	39 - B	40 - D
41 - E	42 - A	43 - D	44 - C	45 - B	46 - B	47 - D	48 - A	49 - E	50 - C
51 - D	52 - E	53 - B	54 - A	55 - A	56 - B	57 - E	58 - C	59 - D	60 - C

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 28105.2

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



11 - Biologia - Sombrio									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - C	38 - E	39 - B	40 - D
41 - E	42 - A	43 - D	44 - C	45 - B	46 - B	47 - D	48 - A	49 - E	50 - C
51 - D	52 - E	53 - B	54 - A	55 - A	56 - B	57 - E	58 - C	59 - D	60 - C

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 28105.2

12 - Cães-Guia - Camboriú									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - E	37 - D	38 - C	39 - A	40 - D
41 - C	42 - B	43 - A	44 - A	45 - D	46 - B	47 - A	48 - C	49 - C	50 - E
51 - A	52 - B	53 - D	54 - E	55 - B	56 - E	57 - E	58 - D	59 - B	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 27962.4

13 - Computação - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - A	38 - C	39 - E	40 - A
41 - B	42 - D	43 - A	44 - C	45 - A	46 - D	47 - A	48 - D	49 - B	50 - B
51 - D	52 - E	53 - D	54 - B	55 - C	56 - E	57 - E	58 - E	59 - C	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 28518.3

14 - Defesa Civil - Camboriú									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - C	38 - A	39 - A	40 - C
41 - E	42 - E	43 - D	44 - C	45 - B	46 - A	47 - A	48 - E	49 - C	50 - E
51 - B	52 - D	53 - B	54 - D	55 - C	56 - B	57 - B	58 - E	59 - D	60 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 28446.9

15 - Geografia - Fraiburgo									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - A	38 - E	39 - C	40 - C
41 - A	42 - B	43 - *	44 - C	45 - D	46 - E	47 - A	48 - A	49 - E	50 - D
51 - D	52 - E	53 - B	54 - C	55 - E	56 - A	57 - B	58 - E	59 - C	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 30237

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



16 - Matemática - Luzerna									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - A	38 - C	39 - *	40 - D
41 - E	42 - A	43 - C	44 - D	45 - E	46 - E	47 - B	48 - D	49 - B	50 - *
51 - A	52 - B	53 - *	54 - D	55 - E	56 - E	57 - B	58 - C	59 - A	60 - C

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 34684.2

17 - Matemática - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - A	38 - C	39 - *	40 - D
41 - E	42 - A	43 - C	44 - D	45 - E	46 - E	47 - B	48 - D	49 - B	50 - *
51 - A	52 - B	53 - *	54 - D	55 - E	56 - E	57 - B	58 - C	59 - A	60 - C

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 34684.2

18 - Matemática - Videira									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - A	38 - C	39 - *	40 - D
41 - E	42 - A	43 - C	44 - D	45 - E	46 - E	47 - B	48 - D	49 - B	50 - *
51 - A	52 - B	53 - *	54 - D	55 - E	56 - E	57 - B	58 - C	59 - A	60 - C

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 34684.2

19 - Educação Matemática - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - C	38 - B	39 - D	40 - E
41 - A	42 - C	43 - B	44 - E	45 - D	46 - C	47 - C	48 - B	49 - E	50 - D
51 - B	52 - C	53 - A	54 - E	55 - D	56 - A	57 - D	58 - C	59 - B	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 27819.6

20 - Filosofia - Abelardo Luz									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - C	39 - B	40 - D
41 - B	42 - D	43 - C	44 - E	45 - A	46 - *	47 - D	48 - C	49 - B	50 - A
51 - A	52 - B	53 - C	54 - C	55 - B	56 - D	57 - D	58 - E	59 - E	60 - A

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 29772.9

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



21 - Filosofia - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - C	39 - B	40 - D
41 - B	42 - D	43 - C	44 - E	45 - A	46 - *	47 - D	48 - C	49 - B	50 - A
51 - A	52 - B	53 - C	54 - C	55 - B	56 - D	57 - D	58 - E	59 - E	60 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos						Assinatura Eletrônica: 29772.9			
22 - Filosofia - Luzerna									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - C	39 - B	40 - D
41 - B	42 - D	43 - C	44 - E	45 - A	46 - *	47 - D	48 - C	49 - B	50 - A
51 - A	52 - B	53 - C	54 - C	55 - B	56 - D	57 - D	58 - E	59 - E	60 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos						Assinatura Eletrônica: 29772.9			
23 - Filosofia - Santa Rosa do Sul									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - C	39 - B	40 - D
41 - B	42 - D	43 - C	44 - E	45 - A	46 - *	47 - D	48 - C	49 - B	50 - A
51 - A	52 - B	53 - C	54 - C	55 - B	56 - D	57 - D	58 - E	59 - E	60 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos						Assinatura Eletrônica: 29772.9			
24 - Filosofia - Sombrio									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - C	39 - B	40 - D
41 - B	42 - D	43 - C	44 - E	45 - A	46 - *	47 - D	48 - C	49 - B	50 - A
51 - A	52 - B	53 - C	54 - C	55 - B	56 - D	57 - D	58 - E	59 - E	60 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos						Assinatura Eletrônica: 29772.9			
25 - Fitotecnia - Fruticultura - Rio do Sul									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - A	38 - E	39 - E	40 - B
41 - A	42 - C	43 - E	44 - D	45 - A	46 - C	47 - E	48 - D	49 - E	50 - C
51 - B	52 - C	53 - C	54 - D	55 - C	56 - D	57 - C	58 - D	59 - B	60 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos						Assinatura Eletrônica: 28793.7			

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



26 - Medicina Veterinária: Microbiologia - Concórdia

01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - D	38 - E	39 - D	40 - E
41 - B	42 - E	43 - B	44 - A	45 - E	46 - C	47 - B	48 - B	49 - *	50 - A
51 - D	52 - A	53 - C	54 - A	55 - D	56 - C	57 - A	58 - B	59 - D	60 - E

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 30022.8

27 - Pedagogia do Campo: Gestão Educacional - Abelardo Luz

01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - E	37 - A	38 - C	39 - A	40 - C
41 - B	42 - E	43 - C	44 - E	45 - C	46 - C	47 - A	48 - E	49 - B	50 - B
51 - A	52 - E	53 - D	54 - D	55 - E	56 - B	57 - A	58 - D	59 - C	60 - A

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 27778.8

28 - Pedagogia - Videira

01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - D	38 - D	39 - C	40 - E
41 - A	42 - D	43 - A	44 - B	45 - B	46 - B	47 - A	48 - B	49 - E	50 - A
51 - E	52 - C	53 - E	54 - C	55 - E	56 - *	57 - B	58 - *	59 - C	60 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 33674.4

29 - Pedagogia - Sombrio

01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - D	38 - D	39 - C	40 - E
41 - A	42 - D	43 - A	44 - B	45 - B	46 - B	47 - A	48 - B	49 - E	50 - A
51 - E	52 - C	53 - E	54 - C	55 - E	56 - *	57 - B	58 - *	59 - C	60 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 33674.4

30 - Produção Animal - Abelardo Luz

01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - D	38 - A	39 - C	40 - E
41 - D	42 - D	43 - B	44 - C	45 - B	46 - D	47 - A	48 - A	49 - B	50 - D
51 - B	52 - C	53 - A	54 - C	55 - A	56 - E	57 - B	58 - E	59 - E	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 26973

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



31 - Química - Abelardo Luz									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - D	39 - E	40 - D
41 - B	42 - D	43 - A	44 - D	45 - C	46 - C	47 - E	48 - A	49 - A	50 - E
51 - B	52 - A	53 - C	54 - E	55 - D	56 - D	57 - A	58 - A	59 - B	60 - E
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 27942				
32 - Química - Luzerna									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - D	39 - E	40 - D
41 - B	42 - D	43 - A	44 - D	45 - C	46 - C	47 - E	48 - A	49 - A	50 - E
51 - B	52 - A	53 - C	54 - E	55 - D	56 - D	57 - A	58 - A	59 - B	60 - E
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 27942				
33 - Química - Videira									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - D	39 - E	40 - D
41 - B	42 - D	43 - A	44 - D	45 - C	46 - C	47 - E	48 - A	49 - A	50 - E
51 - B	52 - A	53 - C	54 - E	55 - D	56 - D	57 - A	58 - A	59 - B	60 - E
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 27942				
34 - Zootecnia - Rio do Sul									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - D	39 - A	40 - B
41 - C	42 - A	43 - *	44 - B	45 - A	46 - E	47 - C	48 - *	49 - A	50 - E
51 - C	52 - A	53 - B	54 - D	55 - C	56 - C	57 - E	58 - A	59 - D	60 - E
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 31404.9				
35 - Zootecnia - Santa Rosa do Sul									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - D	39 - A	40 - B
41 - C	42 - A	43 - *	44 - B	45 - A	46 - E	47 - C	48 - *	49 - A	50 - E
51 - C	52 - A	53 - B	54 - D	55 - C	56 - C	57 - E	58 - A	59 - D	60 - E
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 31404.9				

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



36 - Zootecnia - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - D	39 - A	40 - B
41 - C	42 - A	43 - *	44 - B	45 - A	46 - E	47 - C	48 - *	49 - A	50 - E
51 - C	52 - A	53 - B	54 - D	55 - C	56 - C	57 - E	58 - A	59 - D	60 - E

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 31404.9

37 - Zootecnia - Videira									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - D	39 - A	40 - B
41 - C	42 - A	43 - *	44 - B	45 - A	46 - E	47 - C	48 - *	49 - A	50 - E
51 - C	52 - A	53 - B	54 - D	55 - C	56 - C	57 - E	58 - A	59 - D	60 - E

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 31404.9

38 - História - Luzerna									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - B	38 - E	39 - A	40 - D
41 - D	42 - E	43 - A	44 - A	45 - B	46 - B	47 - C	48 - E	49 - C	50 - D
51 - A	52 - D	53 - C	54 - B	55 - E	56 - D	57 - C	58 - A	59 - E	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 28135.8

39 - Informática - Campos Novos									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - C
41 - E	42 - A	43 - B	44 - *	45 - A	46 - E	47 - E	48 - C	49 - A	50 - D
51 - C	52 - B	53 - *	54 - D	55 - B	56 - E	57 - A	58 - C	59 - D	60 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 32511.6

40 - Informática - Fraiburgo									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - C
41 - E	42 - A	43 - B	44 - *	45 - A	46 - E	47 - E	48 - C	49 - A	50 - D
51 - C	52 - B	53 - *	54 - D	55 - B	56 - E	57 - A	58 - C	59 - D	60 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 32511.6

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



41 - Informática - São Bento do Sul									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - C
41 - E	42 - A	43 - B	44 - *	45 - A	46 - E	47 - E	48 - C	49 - A	50 - D
51 - C	52 - B	53 - *	54 - D	55 - B	56 - E	57 - A	58 - C	59 - D	60 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 32511.6				
42 - Informática: Linguagens de Programação - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - E	38 - D	39 - C	40 - C
41 - B	42 - A	43 - *	44 - C	45 - C	46 - B	47 - B	48 - B	49 - D	50 - A
51 - C	52 - D	53 - E	54 - C	55 - D	56 - A	57 - A	58 - B	59 - E	60 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 29370				
43 - Informática: Programação Básica e Programação Web - Ibirama									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - B	38 - B	39 - C	40 - C
41 - D	42 - C	43 - A	44 - C	45 - B	46 - E	47 - E	48 - D	49 - B	50 - D
51 - B	52 - A	53 - E	54 - E	55 - A	56 - C	57 - D	58 - E	59 - D	60 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 28380.6				
44 - Informática: Programação de Sistemas - Fraiburgo									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - B	38 - B	39 - C	40 - E
41 - D	42 - C	43 - B	44 - B	45 - E	46 - E	47 - A	48 - E	49 - B	50 - D
51 - E	52 - C	53 - A	54 - C	55 - C	56 - A	57 - A	58 - A	59 - C	60 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 27171.9				
45 - Informática: Engenharia de Software e Banco de Dados - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - *	38 - E	39 - B	40 - C
41 - A	42 - C	43 - D	44 - A	45 - A	46 - D	47 - E	48 - B	49 - C	50 - D
51 - D	52 - A	53 - B	54 - E	55 - E	56 - C	57 - B	58 - A	59 - B	60 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 29278.2				

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



46 - Informática: Engenharia de Software e Banco de Dados - São Bento do Sul									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - C	37 - *	38 - E	39 - B	40 - C
41 - A	42 - C	43 - D	44 - A	45 - A	46 - D	47 - E	48 - B	49 - C	50 - D
51 - D	52 - A	53 - B	54 - E	55 - E	56 - C	57 - B	58 - A	59 - B	60 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 29278.2				
47 - Informática: Hardware e Redes - Blumenau									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - D	38 - D	39 - A	40 - A
41 - C	42 - E	43 - C	44 - D	45 - D	46 - B	47 - E	48 - B	49 - A	50 - C
51 - A	52 - D	53 - E	54 - C	55 - E	56 - A	57 - C	58 - B	59 - E	60 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 28130.7				
48 - Informática: Hardware e Redes - Fraiburgo									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - D	38 - D	39 - A	40 - A
41 - C	42 - E	43 - C	44 - D	45 - D	46 - B	47 - E	48 - B	49 - A	50 - C
51 - A	52 - D	53 - E	54 - C	55 - E	56 - A	57 - C	58 - B	59 - E	60 - B
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 28130.7				
49 - Informática: Banco de Dados - Fraiburgo									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - B	39 - C	40 - C
41 - D	42 - A	43 - D	44 - *	45 - B	46 - D	47 - E	48 - B	49 - A	50 - C
51 - A	52 - D	53 - C	54 - E	55 - E	56 - A	57 - E	58 - B	59 - C	60 - A
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 29614.8				
50 - Letras/Libras - Abelardo Luz									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - A	39 - B	40 - B
41 - B	42 - B	43 - E	44 - E	45 - C	46 - A	47 - A	48 - D	49 - *	50 - *
51 - B	52 - D	53 - *	54 - E	55 - B	56 - C	57 - C	58 - A	59 - E	60 - D
(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos					Assinatura Eletrônica: 34628.1				

IFC - Instituto Federal Catarinense
(Concursos Públicos nº 01 e 02/2026)
ANEXO II □ Gabaritos Definitivos.



51 - Letras/Libras - Brusque									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - A	39 - B	40 - B
41 - B	42 - B	43 - E	44 - E	45 - C	46 - A	47 - A	48 - D	49 - *	50 - *
51 - B	52 - D	53 - *	54 - E	55 - B	56 - C	57 - C	58 - A	59 - E	60 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 34628.1

52 - Letras/Libras - Sombrio									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - A	37 - E	38 - A	39 - B	40 - B
41 - B	42 - B	43 - E	44 - E	45 - C	46 - A	47 - A	48 - D	49 - *	50 - *
51 - B	52 - D	53 - *	54 - E	55 - B	56 - C	57 - C	58 - A	59 - E	60 - D

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 34628.1

53 - Educação Física - Abelardo Luz									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - E	38 - D	39 - A	40 - D
41 - B	42 - A	43 - D	44 - E	45 - E	46 - C	47 - A	48 - E	49 - A	50 - A
51 - B	52 - C	53 - D	54 - A	55 - E	56 - C	57 - C	58 - E	59 - A	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 27467.7

54 - Educação Física - Concórdia									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - E	38 - D	39 - A	40 - D
41 - B	42 - A	43 - D	44 - E	45 - E	46 - C	47 - A	48 - E	49 - A	50 - A
51 - B	52 - C	53 - D	54 - A	55 - E	56 - C	57 - C	58 - E	59 - A	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 27467.7

55 - Educação Física - Ibirama									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - E	38 - D	39 - A	40 - D
41 - B	42 - A	43 - D	44 - E	45 - E	46 - C	47 - A	48 - E	49 - A	50 - A
51 - B	52 - C	53 - D	54 - A	55 - E	56 - C	57 - C	58 - E	59 - A	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 27467.7



56 - Educação Física - Videira									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - B	37 - E	38 - D	39 - A	40 - D
41 - B	42 - A	43 - D	44 - E	45 - E	46 - C	47 - A	48 - E	49 - A	50 - A
51 - B	52 - C	53 - D	54 - A	55 - E	56 - C	57 - C	58 - E	59 - A	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 27467.7

57 - Física - Videira									
01 - B	02 - E	03 - A	04 - B	05 - D	06 - C	07 - B	08 - D	09 - A	10 - C
11 - C	12 - B	13 - E	14 - A	15 - D	16 - A	17 - D	18 - E	19 - C	20 - B
21 - E	22 - B	23 - C	24 - E	25 - D	26 - C	27 - A	28 - E	29 - A	30 - D
31 - C	32 - A	33 - D	34 - *	35 - B	36 - E	37 - B	38 - B	39 - C	40 - A
41 - A	42 - E	43 - D	44 - B	45 - C	46 - A	47 - D	48 - B	49 - A	50 - D
51 - D	52 - E	53 - B	54 - A	55 - E	56 - E	57 - C	58 - C	59 - C	60 - A

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos Assinatura Eletrônica: 27432

Assinatura Eletrônica Total: 1716328.2.